

DIEGO VILANOVA TITELLO

**ENUNCIÇÃO E INTERSUBJETIVIDADE:
O QUE REVELA O ATO DE RESUMIR?**

Porto Alegre

2015

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL - UFRGS
INSTITUTO DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS
ÁREA: ESTUDOS DA LINGUAGEM
LINHA DE PESQUISA: ANÁLISES TEXTUAIS, DISCURSIVAS E ENUNCIATIVAS

Diego Vilanova Titello

**ENUNCIÇÃO E INTERSUBJETIVIDADE:
O QUE REVELA O ATO DE RESUMIR?**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Teorias do Texto e do Discurso, pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS

Orientadora: Profa. Dra. Carmem Luci da Costa Silva

Porto Alegre

2015

CIP - Catalogação na Publicação

Vilanova Titello, Diego

Enunciação e intersubjetividade: o que revela o ato de resumir? / Diego Vilanova Titello. -- 2015. 214 f.

Orientadora: Carmem Luci Da Costa Silva.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras, Porto Alegre, BR-RS, 2015.

1. Ato de resumir. 2. Ressemantização. 3. Teoria da Enunciação. 4. Émile Benveniste. I. Da Costa Silva, Carmem Luci, orient. II. Título.

AGRADECIMENTOS

A Deus, Ser supremo, que conduz nossos passos.

Aos meus pais, Abilio e Clari, pela vida, amor e exemplo. Meu porto-seguro, vocês sempre me deram todo apoio para que eu tivesse condições de trilhar esse caminho com alegria, amor e sorriso no rosto.

A meus irmãos, Tiago e Daniel, pelas diferenças e pelo carinho.

Às minhas dindas, Tania e Letícia, pela ternura a mim sempre dada, e ao meu afilhado, Rafael, por ser um presente de vida.

Ao Teddy (*in memoriam*), meu eterno cachorro, por ter enchido durante 13 anos muitos dias nublados com vida e alegria, ensinando-me que amar é simples e incondicional.

Às minhas amigas, frutos de minha vivência na Unisinos, Sandra, Natália e Luciana, por dividirem tanto de sua vida acadêmica e pessoal comigo. As enunciações de cada uma me constituíram e me constituem em um *sujeito* de sorte.

Às minhas amigas, frutos de minha vivência na PUC, Larissa, Pamela e Roberta, com as quais tive a honra de partilhar medos, alegrias, sonhos e, claro, muitas risadas.

Às professoras Marlene Teixeira e Vera Helena Dentee de Mello, cujas enunciações faladas e escritas iluminaram não só minhas leituras em enunciação como também minhas leituras de mundo. Meu agradecimento a vocês será eterno!

À banca examinadora desta dissertação, pela disposição em discutir comigo as questões nela abordadas.

Aos meus professores do Curso de Mestrado da UFRGS, pela qualidade e valor de suas aulas e ensinamentos. Em especial, às professoras Magali Endruweit e Lucia Rottava, pelas maravilhosas aulas e pelos cafés sempre divertidos.

À CAPES, pela concessão de bolsa que possibilitou o início e o término do meu curso de mestrado.

Ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, por ter me acolhido tão bem durante esses dois anos, dando-me a oportunidade de realizar esta pesquisa.

Ao Giovane, pela competentíssima tradução do resumo deste trabalho para a Língua Francesa, bem como pelas sugestões feitas para a sua versão final.

Aos colegas-amigos do PAG-Português, pela acolhida no período de estágio, em especial à Aline, pelo ter-me concedido um espaço de enunciação singular em sala de aula, a partir do qual pude me constituir como docente.

Por fim, um agradecimento muito especial à minha querida orientadora, Dra. Carmem Luci da Costa Silva, profissional e pessoa maravilhosa, que confiou em mim e acreditou no

meu trabalho desde o momento de seu planejamento. Agradeço imensamente ter tido a oportunidade de ser teu orientando, aprendendo muito mais do que conteúdos enunciativos: pude *ressemantizar* modos de ser aluno, de ser professor e de ser pesquisador. Se essa dissertação existe, foi porque tu te apresentaste como o *tu* que me interrogou e me fez crescer. Essa troca é o que fez essa caminhada espetacular. Muitíssimo obrigado, Carmem!

Todo homem inventa sua língua e a inventa durante toda sua vida.

(BENVENISTE, 2006g, p.18)

RESUMO

Esta dissertação dedica-se a explorar, com esteio na Teoria da Enunciação de Émile Benveniste, o tratamento do *ato* de resumir e, através deste, do seu produto – o texto do resumo enquanto discurso/enunciado, assumindo, como principal hipótese, o fato de que, por meio desse ato, o locutor-aluno instancia a subjetividade/intersubjetividade no discurso e promove a *sua* compreensão do texto-base. Em outras palavras, defende-se que, por intermédio do ato de resumir, o locutor expressa a escrita de sua leitura do texto-base. Eis a expressão da subjetividade: trata-se de uma leitura singular, dentre outras que são igualmente possíveis. Neste sentido, esta pesquisa objetiva responder basicamente a três questionamentos, podendo ser outros derivados ao longo do texto: 1) Na operação de passagem da leitura de um artigo de opinião para a escrita de um resumo que deve contemplar as ideias centrais trazidas no texto-base, o locutor-aluno apenas realiza uma “colagem” de trechos do texto-base ou, de fato, se apropria do discurso do outro, constituindo-se como sujeito nesse processo? 2) O aluno consegue, no ato de resumir, operar a delimitação entre as referências produzidas pelo locutor do texto-base e as referências produzidas por ele próprio? e 3) Como se constitui a intersubjetividade enunciativa no resumo? Com esses propósitos, busca-se, na Teoria da Enunciação de Émile Benveniste, um quadro teórico que ancore o ato de resumir texto como um ato de enunciação sobre outra enunciação, cuja reflexão encaminha a pensá-lo como uma *ressemantização* do discurso alheio, ou seja, em que há um movimento de retorno ao discurso do outro para enunciá-lo novamente. Por essa concepção, passa-se à análise de dois fatos enunciativos (resumos informativos) por nós selecionados, a partir da elaboração de princípios teórico-metodológicos. Esses princípios nos permitem observar a inter-relação entre os planos global e analítico e concluir que, embora no plano de uma leitura global os resumos escolhidos se assemelhem quanto à ideia geral, no analítico, a partir das *ressintagmatizações*, é possível flagrar a subjetividade de uma experiência humana de leitor e escrevente por meio da apreensão de mecanismos enunciativos salientes em cada resumo. Em síntese, espera-se, com este trabalho, contribuir, por um lado, para a prática docente no que tange ao ensino da escrita de resumos na universidade e na escola e, por outro lado, para o desenvolvimento dos estudos de enunciação benvenistiana que se dediquem a refletir sobre as relações intrínsecas entre língua, cultura, experiência humana e subjetividade, como tentamos desenvolver, ainda que sumariamente, aqui.

Palavras-chave: Ato de resumir. *Ressemantização*. Teoria da Enunciação de Émile Benveniste.

RÉSUMÉ

Ce mémoire se consacre à explorer, sur la base de la Théorie de l'Énonciation d'Émile Benveniste, le traitement de l'*acte* de résumer et, à travers celui-ci, de son produit – le texte du résumé tandis que discours/énoncé, en assumant, comme hypothèse principale, le fait que, au moyen de cet acte, le locuteur-apprenant instaure la subjectivité/intersubjectivité dans le discours et promeut *sa* compréhension du texte source. En d'autres termes, on défend que, par l'entremise de l'acte de résumer, le locuteur exprime l'écrite de sa lecture du texte source. Voici l'expression de la subjectivité : il s'agit d'une lecture singulière, parmi d'autres qui sont également possibles. En ce sens, cette recherche a pour objectif de répondre fondamentalement à trois questions, malgré le fait que des autres peuvent être dérivées au long du texte : premièrement, on questionne si, dans l'opération de passage de la lecture d'un article d'opinion à l'écrite d'un résumé qui doit contempler les idées centrales présentées par le texte source, l'apprenant-locuteur réalise seulement une « collage » d'extraits du texte source ou, en effet, il s'approprie du discours de l'autre, en se constituant comme sujet dans ce processus ? Deuxièmement, on questionne si, dans l'acte de résumer, l'apprenant réussit à opérer la délimitation entre les références produites par le locuteur du texte source et les références produites par lui-même. Troisièmement, on questionne comme l'intersubjectivité énonciative se constitue dans le résumé. À ces fins, on cherche, dans la Théorie Énonciative d'Émile Benveniste, un cadre théorique qui ancre l'acte de résumer des textes comme un acte d'énonciation sur l'autre énonciation, dont la réflexion permet qu'on le pense comme une *resémantisation* du discours de l'autre, c'est-à-dire dans laquelle il y a un mouvement de retour au discours de l'autre pour l'énoncer à nouveau. Par cette conception, on passe à l'analyse de deux faits énonciatifs (des résumés informatifs) sélectionnés à partir de l'élaboration de principes théoriques et méthodologiques. Ces principes permettent qu'on observe l'interrelation entre les plans global et analytique et qu'on conclue que, malgré les résumés choisis ressemblent quant à l'idée générale dans le plan d'une lecture globale, dans le plan analytique, à partir des *resyntagmatisations*, il est possible d'appréhender la subjectivité d'une expérience humaine de lecteur et producteur de textes à travers l'inférence de mécanismes énonciatifs saillants dans chaque résumé.. En synthèse, la contribution de ce travail se concentre, par un côté, sur la pratique pédagogique en ce qui concerne l'enseignement de l'écrite de résumés dans l'Université et dans l'école et, par l'autre côté, sur le développement des études d'énonciation benvenistienne qui se consacrent à réfléchir sur les relations intrinsèques entre langue, culture, expérience humaine et subjectivité, comme on a essayé de développer, même que sommairement, ici.

Mots-clés: Acte de résumer. *Resémantisation*. Théorie de l'Énonciation d'Émile Benveniste.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Princípios teórico-metodológicos elaborados por Mello (2012)	93
Quadro 2 – Princípios teórico-metodológicos elaborados por nós.....	93
Quadro 3 – Operadores da análise enunciativa	150

LISTA DE SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
DLE	Dicionário de Linguística da Enunciação
PAG	Programa de Apoio à Graduação
PCNEM	Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio
PLG I	Problemas de Linguística Geral I
PLG II	Problemas de Linguística Geral II
UNISINOS	Universidade do Vale do Rio dos Sinos

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 POR UM ESTUDO ENUNCIATIVO-CULTURAL DO TEXTO.....	23
2.1 A CONSTITUIÇÃO DOS FATOS TEÓRICOS A PARTIR DE NOSSO PONTO DE VISTA	24
2.2 CONCEITOS CARDEAIS DA TEORIA DA ENUNCIÇÃO	31
2.3 DO HOMEM NA CULTURA: OS RUDIMENTOS DA CULTURA DO HOMEM NA E PELA LINGUAGEM.....	63
3 A TEORIA DA ENUNCIÇÃO E SUAS IMPLICAÇÕES TEÓRICAS PARA O ESTUDO DO TEXTO.....	80
3.1 O TEXTO COMPORTA A ENUNCIÇÃO.....	81
3.2 DESLOCAMENTOS DE CONCEITOS ENUNCIATIVOS PARA O OBJETO TEXTO.....	83
3.3 DEFINIÇÃO ENUNCIATIVO-CULTURAL DE TEXTO	94
4 O RESUMO: DA ABORDAGEM TEXTUAL À ENUNCIATIVA.....	97
4.1 O RESUMO NAS ABORDAGENS TEXTUAIS.....	97
4.2 LEITURA E ESCRITA: PROCESSOS ENUNCIATIVOS IMPLICADOS NO ATO DE RESUMIR	108
4.3 O ATO DE RESUMIR <i>NA, PELA E PARA</i> A CULTURA: UMA CONCEPÇÃO ENUNCIATIVA.....	121
5 O ESTUDO DO ATO DE RESUMIR: ASPECTOS METODOLÓGICOS	132
5.1 DOS FATOS ENUNCIATIVOS: OS TEXTOS DE RESUMO	133
5.2 DA SITUAÇÃO DE CONSTITUIÇÃO DOS FATOS DE LINGUAGEM: A SITUAÇÃO CRIADORA DE REFERÊNCIA DO ATO DE RESUMIR TEXTOS EM SALA DE AULA	134
5.2.1 Dos informantes	137
5.2.2 Dos fatos enunciativos selecionados	138
5.3 DOS PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE	144
6 ANÁLISE ENUNCIATIVA DO ATO DE RESUMIR TEXTOS EM CONTEXTO UNIVERSITÁRIO	152
6.1 ANÁLISE DO PLANO GLOBAL DOS TEXTOS DOS RESUMOS.....	155
6.2 ANÁLISE DO PLANO ANALÍTICO DOS TEXTOS DOS RESUMOS	164
6.2.1 Mecanismos enunciativos salientes do resumo 1 (informante Jéssica).....	167
6.2.2 Mecanismos enunciativos salientes do resumo 2 (informante Eduardo)	189

6.3 A SINGULARIDADE ENUNCIATIVA DO ATO DE RESUMIR.....	196
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	201
ANEXO A – TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO.....	213
ANEXO B – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP	215

1 INTRODUÇÃO

“A linguagem serve para viver.”
(BENVENISTE)

Experimentar dizer o que outro disse sempre fez parte dos atos linguísticos humanos. Dizer as ideias alheias: tal parece ser o papel do locutor do *ato*¹ de resumir, objeto de nosso trabalho. Tal ato parece implicar a prática de *(re)dizer*² o “suposto” dizer do outro. Qualquer que seja a perspectiva e por mais que existam teorias que se fundam no mito da objetividade da escrita do resumo, há sempre algo de *incontornável* nessa prática que, como já foi explicitado acima, constitui um *ato* de linguagem: o locutor precisa e faz – necessariamente – escolhas. E tais escolhas, sim, de acordo com a perspectiva teórica com a qual nos alinhavamos – a Teoria da Enunciação de Émile Benveniste - marcam a presença do homem na língua, ou melhor dizendo, na *sua* língua-discurso.

Esta é uma dissertação sobre leitura e escrita. Leitura e escrita, atividades enunciativas que resultam constituintes do *ato* de resumir um texto escrito. Esta dissertação, instituída como um ato de enunciação, carrega as marcas de enunciações anteriores. Vale a pena contar, ainda que sumariamente, essa história.

O ponto de partida para a escrita deste trabalho está ancorado, desde os bancos da graduação, na prática de pesquisa sobre o funcionamento da linguagem, lugar de incessantes buscas por *possíveis* respostas acerca dos infinitos problemas que a linguagem humana suscita. A escolha da palavra “possíveis” não foi fortuita, uma vez que o estudo da língua/linguagem absolutamente não se contenta com respostas prontas; o mundo das perguntas é sempre mais instigante e desafiador do que o das formulações prontas e imutáveis. A respeito disso, Gérard Dessons observa muito bem que a reflexão de Émile Benveniste, autor cuja base teórica sustenta esse estudo, é sempre resultado de um problema. Ora, não é por acaso que suas principais obras se solidificaram sob o título de *Problemas de Linguística Geral*³ (doravante, PLG): “Em Benveniste, a arte de pensar é desde o início a arte do problema. O problema é um modo de pensar.” (DESSONS, 2006, p.10-11)⁴. Desse modo,

¹ A noção de ato de resumir, conceito relacionado à hipótese principal desta dissertação, será desenvolvida ao longo dessas páginas.

² Tal termo adquire grande relevância teórica neste estudo, sendo, mais adiante, denominado como “ressemantização”.

³ As obras *Problemas de Linguística Geral I* (PLG I) (1966/2005) e *Problemas de Linguística Geral II* (PLG II) (1974/2006) são referidos, no texto, respectivamente. As primeiras datas indicam a publicação francesa e as segundas referem-se à edição brasileira que usamos neste trabalho.

⁴ Nas palavras de Dessons (2006, p. 10), “*chez Benveniste, l’art de penser, c’est d’abord l’art du problème*”.

todo o discurso proferido na tentativa de mobilizar, explicar, ou ao menos de compreender a reflexão benvenistiana deve estar situado também sob essa *art du problème*. Aqui, *nosso problema central concerne à relação operada pelo ato de resumir entre leitura e escrita, no intuito de analisar o que está implicado nessa relação, que coloca o sujeito no âmago do processo*.

A história de nossas reflexões no e com o campo⁵ da Linguística da Enunciação de origem benvenistiana vem sendo delineada desde a época da iniciação científica, quando participamos de projetos de pesquisa que procuravam analisar marcas/efeitos da (inter)subjetividade em atividades de trabalho, consolidando-se, desse modo, como uma pesquisa imbuída de forte comprometimento com o campo aplicado. Tais projetos foram desenvolvidos na Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), sob a coordenação da professora Marlene Teixeira. A participação e o envolvimento nesses projetos nos permitiu delinear a formação do que vem a ser uma postura de pesquisador, segundo nosso ponto de vista: o fascínio pela descoberta. No nosso caso, o fascínio pelo mundo da linguagem, que parece se confundir com o mundo do homem.

Essa história de enunciações com o campo da Linguística da Enunciação de vertente benvenistiana, na graduação, resultou na produção do Trabalho de Conclusão de Curso, que tinha por objetivo analisar redações de vestibular, no intuito de flagrar a singular relação entre forma e sentido engendrada pelo aluno-vestibulando para a atualização de sentidos e referências do/no discurso. Como o leitor pode perceber, o interesse pelo estudo do texto, aliado a uma escolha teórica de cunho enunciativo, já constituía parte de nossa trajetória enquanto pesquisador envolvido com questões que atravessam determinado modo de compreender a linguagem: aquele que não divorcia o estudo do homem do estudo da linguagem.

Contadas essas primeiras histórias, é o momento de propor a continuação dessa caminhada de pesquisa acadêmica. Passemos, então, a constituir esta dissertação.

Como já afirmamos no segundo parágrafo, este estudo tem por objetivo estudar o *ato de resumir* na esfera acadêmica e, através deste, o seu produto – o texto do resumo enquanto discurso/enunciado, assumindo, como principal hipótese, o fato de que, *através desse ato, o locutor instancia a subjetividade/intersubjetividade no discurso, promovendo a sua compreensão do texto-base. Em outras palavras, defendemos que, através do ato de resumir,*

⁵ Estamos definindo campo como uma dada esfera do conhecimento científico que, no conjunto dos saberes, apresenta uma especificidade tal que o individualiza do conjunto, conforme Silva (2009).

o locutor expressa a escrita de sua leitura do texto-base. Eis a expressão da subjetividade: trata-se de uma leitura-escrita singular, dentre outras que são igualmente possíveis.

De fato, a consideração da noção de enunciação como ato e das noções desenvolvidas por Émile Benveniste sobre subjetividade/intersubjetividade na linguagem nos forneceu a chave para buscar explicação para a passagem de locutor a sujeito no e por meio do ato de resumir um texto-base. É a explicação de como se dá essa passagem que o leitor poderá encontrar ao longo destas páginas. Nesse sentido, temos aqui uma história do ato de resumir um texto em sua singularidade, uma vez que procuramos mostrar o modo particular como o locutor manifesta a *sua* compreensão do texto-base, atestando, logo, sua passagem de locutor a sujeito.

Explicitada a principal hipótese que guia nosso estudo aqui - *resumir um texto-base constitui um ato singular de utilização do discurso do outro, ou seja, é metaenunciação* -, a proposição da definição de enunciação, expressa textualmente por Benveniste no artigo de 1970, desfaz a crença de que o texto do resumo se origina de um ato objetivo, desprovido da instanciação da subjetividade inerente ao uso da língua. Sendo ato, obrigatoriamente carrega as marcas subjetivas desse ato no seu produto, o texto do resumo.

Posto isso, torna-se necessário explicitar os recortes sobre as quais este estudo se assenta. O primeiro recorte: este é um trabalho sobre o ato de resumir, efetuado por alunos universitários, que origina o texto *escrito*, comumente chamado de “resumo”. Trata-se, portanto, de uma investigação que convoca a Teoria da Enunciação de Benveniste a fundamentar esse trabalho pelo viés que permite ultrapassar a análise intralinguística. Sendo assim, a presente proposta se coaduna com o conjunto de trabalhos que se inscrevem naquilo que Benveniste (2006d, p.67) anuncia, em termos programáticos, no final de *Semiologia da Língua*, como “análise translinguística dos textos, das obras, pela elaboração de uma metassemântica que se construirá sobre a semântica da enunciação”.

Ora, através da prospecção da existência de uma nova disciplina – a metassemântica – o linguista opera uma abertura de seus estudos

para além do limite dado pelo que se conhece como sendo normalmente o objeto de estudo da teoria enunciativa – as marcas da enunciação no enunciado – e sinaliza para a perspectiva de a análise enunciativa ser aplicada a “formas complexas do discurso”: obras, textos etc. (FLORES, 2013, p.08)

É justamente na análise dessas formas complexas que nosso trabalho se insere, uma vez que tomamos o ato de resumir e o seu produto – o resumo escrito – como *formas*

complexas que possibilitam uma análise *translinguística*, isto é, que ultrapasse os limites fornecidos pelo enunciado, criando outra forma de ver a língua e a linguagem.

Tal interpretação resulta a partir da leitura do texto *O aparelho formal da enunciação* (BENVENISTE, 2006a), datado originalmente de 1970, no qual foi possível destacar a ideia de que a escrita é uma *forma complexa do discurso*. Benveniste (2006a) define a forma complexa do discurso como exigindo uma dupla descrição que devem ser articuladas: a descrição da condição figurativa da relação entre “eu” e “outro” e o estudo da forma linguística. Desse modo, vemos que o linguista nos fornece pistas de como deve se dar o ensino da escrita: não basta observar se, na produção do resumo escrito, o aluno consegue parafrasear corretamente o texto-base, registrando fielmente as ideias principais deste. Para a promoção de uma escrita singular, não se trata somente de o professor fazer uma catalogação ou descrição de formas linguísticas observadas com regularidade no gênero de texto resumo, de modo a constituir um repertório de consulta e escolha de “formas” pelos alunos. Benveniste nos mostra – e muito bem – que é preciso ver para além das formas, percebendo a singularidade daquele que se marca no ato de resumir, uma vez que, nos apoiando em Silva (2013, p.15), “[...] qualquer texto ‘serve para viver’, isto é, o texto tem uma existência para além do aqui-agora da sala de aula”. Conseqüentemente, o ato e o produto do resumo devem ser percebidos pelo professor como um modo de o aluno estabelecer relações com diversas instâncias, quais sejam: com a língua, com o professor, com a cultura, em suma, com a sociedade acadêmica em que está inserido.

Nosso objetivo – é importante lembrar - é a construção de um olhar para o ato de resumir e o seu produto – o texto do resumo – que releve das relações intersubjetivas fundadas na sincronia de “eu”, “tu” e “ele”, a cada ato de enunciação. Essa mirada será iluminada por uma *perspectiva enunciativo-cultural da enunciação*, tomando como base as reflexões produzidas por Émile Benveniste. A assunção de uma teoria antropológica enunciativa nos permite formular, ainda que de modo embrionário, que a proposição da noção de enunciação do texto de 1970, como “este colocar a língua em funcionamento por um ato individual de utilização” (BENVENISTE, 2006a, p.82), como também a asserção benvenistiana de que a língua é indissociável de sua função cultural, fornecem elementos suficientes para que formulemos a seguinte assertiva: o conceito de enunciação, rediscutido a partir de uma visada cultural, permite a fundação simbólica de uma ‘sociedade’ e de uma ‘cultura’, tomando a língua como interpretante de tais instâncias. Tal formulação força a um redimensionamento de nossa ação metodológica quanto à análise de textos dos alunos, uma vez que não podemos mais, enquanto professores e analistas desses textos, atrelar nossa ação

somente a uma análise descritiva da língua-discurso utilizada pelo aluno em seu texto. A esse respeito, emprestamos voz às considerações iluminadoras de Silva (2013, p.103):

[...] a enunciação está vinculada à passagem do ‘falante’ a ‘pessoa’ interna ao discurso. Essa inclusão funda a própria noção de ‘sociedade’: o ‘fora da linguagem’ implica então a ideia de que o falante está ‘fora da presente instância de discurso’ (mas ‘dentro’ da linguagem pois que esta lhe permite ‘retomar’ a palavra) e o ‘dentro da linguagem’ implica na construção simultânea das dimensões da *língua, da sociedade e da personalidade*. (DESSONS, idem, p.98)

Nesse sentido, o estudo do resumo enquanto ato e discurso, que se pauta em uma perspectiva enunciativo-cultural, “deve pensar a ‘inclusão’ simbólica do aluno não apenas no ‘uso’ da palavra, na escrita e reescrita do ‘texto’ e sim nas três dimensões acima mencionadas” (SILVA, 2013, p.103). Logo, através da entrada do aluno na língua, por meio do ato de resumir um texto-base, precisamos dirigir nosso olhar, enquanto professores e linguistas, também para o modo como o aluno (re)constrói as dimensões da língua, da sociedade e da personalidade. Assim, consideramos que é pela instituição da *pessoa* no discurso, que o homem-resumidor se instaura e ganha existência pela língua, advindo como sujeito na cultura universitária. A partir disso, questionamos: de que forma o ato de resumir operado pelo aluno, a partir da proposta do professor em sala de aula, possibilita a produção de um discurso/escrita singular, que manifeste uma certa relação estabelecida com a sociedade e a cultura, dimensões essas que se tornam interpretáveis a partir do uso da língua pelo locutor? São questões que serão por nós discutidas neste trabalho.

Ao longo dele, explicitaremos, em detalhes, a conceituação de visão enunciativo-cultural da enunciação, baseando-nos, principalmente, no estudo de Benveniste sobre a noção de cultura. Além disso, será estabelecida a relação que esse ponto de vista possui com o nosso objeto de estudo e análise. Em outras palavras, pretendemos construir uma reflexão, partindo do seguinte questionamento: De que forma uma visada antropológica-cultural de homem, atrelada a uma concepção simbólica da linguagem, pode auxiliar na compreensão do que está implicado no ato e no produto de resumir?

Feitas as devidas considerações, passemos à explicitação do segundo recorte.

Um segundo recorte: a proposta do presente trabalho tem por objeto de estudo a produção escrita de resumo de artigos de opinião, com a expressa exclusão de textos de outra natureza.

Terceiro recorte: este estudo se insere na prática do ensino de leitura e de produção de textos na universidade, logo o que queremos analisar é o modo como o locutor-universitário

se instancia no seu discurso, levando em consideração a história de enunciações (SILVA, 2009) que ele guarda com a produção escrita de tal texto. Trata-se, portanto, de uma situação de ensino-aprendizagem de leitura e produção de texto.

No intuito de desenvolver um estudo teórico-analítico do ato de resumir e do seu produto, procuramos responder às seguintes questões norteadoras:

- (1) Como a ordem cultural acadêmica interfere no discurso do aluno-resumidor?
- (2) Nessa operação de passagem da leitura de um artigo de opinião para a escrita de um resumo que deve contemplar as ideias centrais trazidas no texto-base, o aluno-locutor apenas realiza uma “colagem” de trechos do texto-base? Nessa operação, há repetição ou renovação? O aluno consegue, no ato de resumir, operar a delimitação entre as referências produzidas pelo locutor do texto-base e as referências produzidas por ele (aluno)? Como se pode perceber, através desses questionamentos, é possível e pertinente derivar outras duas questões: o ato de resumir e o seu produto, o texto do resumo, oferecem condições de o aluno constituir a si mesmo, ao outro e à própria língua *na e pela* enunciação, reproduzindo a experiência do acontecimento de leitura e escrita? Como se constitui a intersubjetividade enunciativa no resumo?

Não ignoramos que, ao lado da singular e irrepitível relação engendradora entre forma-sentido⁶ acarretada pela passagem de locutor a sujeito no e pelo uso da língua, há certas regularidades impostas pela língua, o que permite, aliás, que haja comunicação linguística intersubjetiva. Em nosso trabalho, tais aspectos regulares da língua serão contemplados à medida que servirem de revelador da instância cultural presente na língua em uso, no entanto nosso foco residirá principalmente na relação singular entre forma-sentido engendradora pelo locutor-aluno no e por meio do ato de resumir um texto-base. São elucidativas as palavras de Claudine Normand (2009a, p.105) a respeito da intervenção do locutor-sujeito na língua:

Percebe-se então que um locutor nem mesmo precisa forçar a língua (“trapacear”) para produzir efeitos de sentido surpreendentes e que os enunciados mais comuns, cuja forma é esquecida até se tornar transparente, encerram uma potencialidade significativa que a análise pode tornar visível rompendo a complexidade das formas.

⁶ O uso do hífen nessa expressão não é aleatório, uma vez que, na concepção enunciativa benvenistiana, forma e sentido convivem em todos os níveis da língua.

Parece-nos que o ato de resumir e o seu produto, o discurso⁷ do resumo, constituem, de um ponto de vista geral e aceito pela coletividade, enunciados comuns, providos de completa objetividade e imparcialidade, no entanto, inspirando-nos nas palavras de Normand, procuramos aqui propor um olhar novo para essa questão: aventamos como pressuposto que esse ato encerra uma potencialidade de significação, isto é, por meio dele, o locutor-aluno *ressignifica* as referências do texto-base, no intuito de expressar a *experiência de leitura singular* que fez do texto-base. E diríamos mais: a condição de o aluno subjetivizar-se no e pelo ato de resumir se encontra na possibilidade de o mesmo desestabilizar os sentidos potenciais/possíveis construídos pelo locutor do texto-base, efetuando, desse modo, a *sua* atualização de sentido e referência na frase. É justamente essa potencialidade de significação que procuraremos descortinar nas nossas análises.

A pergunta “como funciona a relação entre essa palavra e esse sentido para o homem”, formulada por Silva (2013, p.15), nos fornece possibilidade de produzir novos questionamentos, deslocando para nosso objeto de estudo: como ocorre essa relação no ato de resumir? A relação entre a palavra e seu sentido para o locutor do texto-base é a mesma relação para o locutor do texto do resumo? Assim, transportando essa reflexão para o contexto de ensino, espaço onde este trabalho busca se inserir, não se trata somente, no ensino da escrita do resumo, de o professor fazer uma descrição de estruturas linguísticas que aparecem com maior frequência nesse gênero textual. Cremos que tal método não resulta suficiente para o aprendizado eficaz da escrita de tal texto, além de, evidentemente, não contribuir para deixar claro ao aluno a inscrição constitutiva de sua subjetividade em seu discurso. É preciso também que o professor possibilite, em suas aulas, a *apropriação da palavra pelo aluno*, para que, desse modo, ele possa constituir a sua subjetividade, fundando, assim, as relações que trava na e com a sociedade para constituir-se na dupla natureza paradoxal da língua – individual e social.

Para atingirmos tal objetivo, faremos a análise de dois exemplares de resumos informativos do mesmo texto-base escritos por dois alunos do Programa de Apoio à Graduação (PAG - Português⁸), que objetiva qualificar o desempenho no uso da Língua

⁷ Sabe-se que hoje os termos “discurso” e “análise do discurso” praticamente podem designar qualquer coisa (toda produção de linguagem pode ser considerada “discurso”), acarretando uma verdadeira proliferação de empregos da expressão “análise do discurso”. Em virtude disso, cabe-nos esclarecer que tomamos o termo “discurso” em sua especificidade enunciativa benvenistiana, que o concebe como o produto resultante de um ato de enunciação.

⁸ Projeto de Língua Portuguesa: Leitura e Produção de Textos, do Programa de Apoio à Graduação (PAG), promovido pela UFRGS, sob a coordenação da professora Dra. Carmem Luci da Costa Silva. O referido projeto visa a qualificar o desempenho no uso da Língua Portuguesa pelos alunos ingressantes e regularmente matriculados na universidade.

Portuguesa pelos alunos ingressantes e regularmente matriculados na universidade, ou, em início de curso, em disciplina de produção de texto. Para tanto, as oficinas focam na leitura e produção de textos de diferentes tipos e gêneros, assim como nas diferentes abordagens do texto, analisando as relações textuais, discursivas, enunciativas construídas em determinado texto. Foi eleito o PAG-Português como espaço de coleta dos dados, principalmente pelo seguinte motivo: o foco do programa e dessas disciplinas é na leitura e produção textual de variados gêneros acadêmicos por parte de alunos ingressantes na universidade, sendo contemplada, nessas situações de ensino-aprendizagem, a escrita do resumo informativo, visto que sua produção constitui uma atividade fundamental na formação universitária.

Enquanto algumas teorias linguísticas possibilitam avaliações quantitativas de dados, a Teoria da Enunciação benvenistiana não é senão de cunho qualitativo. Mais do que isso: o analista mesmo é tomado pela impossibilidade da total objetividade na linguagem e na análise dos dados. Em outras palavras, o pesquisador, no gesto de análise, é afetado pela subjetividade, que funda a possibilidade de toda enunciação.

Como corpus desta pesquisa, foram selecionadas somente duas produções textuais (resumos) para investigação, uma vez que uma análise enunciativa, que tem por objetivo examinar de que forma os alunos que resumem engendram forma e sentido para se constituir em sua singularidade na cultura acadêmica, não precisa de uma grande quantidade de textos para provar sua tese, bastando a seleção de dois resumos para fins de comparação entre eles.

É importante esclarecer que a produção do texto do resumo, por meio de um ato singular de utilização da língua, não constitui uma competência inata no indivíduo. Isso aponta para o fato incontestado de que resumir exige competências e habilidades específicas que precisam ser ensinadas e desenvolvidas com os alunos de qualquer nível de educação, portanto se vincula à instância cultural, na qual cada homem está imerso e que lhe possibilita modificar a sua relação com a língua infinitamente, através de sua inserção em várias instâncias de emprego da língua. O foco recai aqui, como já formulado, sobre o nível superior de ensino. Portanto, o ato de resumir se insere em um processo de ensino e aprendizagem.

Por fim, consideramos interessante destacar que, embora este trabalho, especificamente, esteja relacionado com o ato de resumir um texto-base, jogo que estabelece a relação leitura-escrita, acreditamos que abarcará um fenômeno geral relacionado ao homem na linguagem, visto que cada locutor, por não conseguir apreender o “todo” em seu ato enunciativo, realiza a cada vez um “gesto” de interpretância em que a operação de “resumir” se torna fundamental.

Na contramão do velho sonho lógico-filosófico da “língua ideal”, universal, constituída por elementos lógicos fundamentais, instrumentalizando o pensamento humano, em que a trilogia transparência/univocidade/regularidade não pode admitir o que se lhe opõe, defendemos que tudo não se diz na língua, “uma espécie de eixo associativo que se faz presente pela ausência” (FLORES, 2013). Nessa linha de reflexão, Flores (2013) argumenta que “do ponto de vista descritivo, a enunciação é o ato de tentar afunilar o sentido”. Acrescenta o autor: “Para usar uma metáfora, a enunciação é uma espécie de ‘funil’ mesmo por onde o locutor faz passar a língua na tentativa de assegurar um sentido” (FLORES, 2013). Esse funil é justamente a sintaxe da enunciação, o modo pelo qual o locutor articula forma e sentido na expectativa de garantir que o sentido que deseja transmitir seja aquele efetivamente compreendido, o que, como sabemos, é uma ilusão necessária a todos aqueles que se enunciam, inclusive ao locutor-resumidor. A afirmação anterior propõe uma concepção de enunciação que pode ser de grande valia para pensarmos a enunciação escrita do resumo: ora, é exatamente a ação de afunilar que fazemos o tempo todo na e com a língua e que, inclusive, constitui a nossa própria condição de ser e estar na/com/pela linguagem: *resumir*, ou seja, afunilar o sentido, seja na modalidade oral seja na escrita, em vista do outro.

No intuito de cumprir os objetivos a que nos destinamos neste trabalho, a dissertação está estruturada da seguinte maneira: no segundo capítulo, objetivamos agrupar elementos que forneçam condições de instaurar a interlocução da Teoria da Enunciação de Émile Benveniste com a área de estudos da linguagem que tomam o texto como objeto e construir um itinerário de leitura pela obra de Benveniste, com vistas a destacar conceitos e noções de sua teoria, a fim de destrincharmos as potencialidades teórico-analíticas da teoria para a abordagem do fenômeno *texto*. Como discussão, esse capítulo se destina a apresentar alguns princípios capazes de fundamentar a prática de análise do ato de resumir um texto-base. Dessa maneira, assinalamos a fundamentação teórica para nossa proposta do ato de resumir um texto-base como um ato de enunciação, que implica expressão da (inter)subjetividade e atribuição de referência sempre única no e pelo discurso. Ainda nesse capítulo, basear-nos-emos novamente nos textos do autor que se dedicam a refletir sobre a noção de cultura em sua relação com a linguagem, para propor um *redimensionamento* da definição de enunciação em Benveniste, além de relacionarmos a noção de enunciação com a de *experiência*, do filósofo Giorgio Agamben, de modo a termos condições de pensar o ato de resumir texto como um ato de enunciação que diz sobre a experiência humana de constituir-se como leitor e escrevente inscrita na linguagem.

De apropriação de uma concepção de enunciação que comporte a instância cultural, o terceiro capítulo consiste em articular o conceito de texto ao de enunciação, em uma perspectiva enunciativa, de modo a formular uma definição enunciativo-cultural de texto. Com vistas a alcançarmos os objetivos traçados, estruturamos esse capítulo em três etapas: na primeira parte (3.1), será feita uma breve introdução sobre a conjunção texto-enunciação na perspectiva benvenistiana, a fim de servir de esteio para a discussão que será proposta nas posteriores seções; na segunda parte (3.2), operaremos deslocamentos de conceitos teóricos benvenistianos, tais como (inter)subjetividade, referência, forma/sentido etc. para uma abordagem do texto. Nesse momento, resgataremos os estudos realizados por Mello (2012) e Knack (2012), uma vez que se consolidaram como trabalhos que instauraram essa articulação entre os estudos da enunciação e os vinculados ao texto. Na terceira e última parte (3.3), apresentaremos as conceituações de texto formuladas por Knack (2012) e Mello (2012) para propor nossa definição de texto, que, aliada ao componente linguístico, insere o aspecto *cultural* inerente à natureza simbólica da linguagem.

O quarto capítulo, cujo principal objetivo é conceber uma concepção enunciativa para o ato de resumir textos, recebe a seguinte organização: em um primeiro momento, na seção 4.1, resgataremos algumas abordagens linguísticas (a cognitivista, a sintática, a abordagem dos gêneros e a da semântica argumentativa) que já trataram do resumo para, ao fim, pontuar a falta do uso da teoria enunciativa de Benveniste para abordar a questão. Na seção 4.2, abordaremos os atos de leitura e escrita enquanto processos enunciativos implicados no ato de resumir textos para, na seção 4.3, teorizarmos sobre o que está implicado no ato de resumir, subsidiados pelo viés da enunciação benvenistiana.

Tendo em vista a problematização feita até então, no quinto capítulo, construímos a elaboração de nossos princípios teórico-metodológicos para, no sexto capítulo, emprendermos uma análise enunciativo-cultural dos resumos escritos pelos alunos, visto que cada analista constrói seu aparato metodológico na relação com o seu objeto de estudos. Assim, partimos, no sexto capítulo, para a análise dos mecanismos linguísticos que nos permitem a observação e a ilustração da tese que defendemos nesta dissertação, qual seja: através do ato de escrita do resumo, o locutor expressa a *sua* compreensão do texto-base, revelando, por isso, a subjetividade do/no ato de enunciação. Por fim, no último capítulo, teceremos nossas considerações finais.

Feito o percurso, esperamos que este estudo – ciente de uma leitura nunca exaustiva – possa corresponder aos objetivos delineados e contribuir para o trabalho com a leitura e a produção de textos na universidade, sempre levando em consideração o espaço de

singularidade do homem na língua, o que, sem dúvida, fomenta o campo de investigação em enunciação e, especialmente, o âmbito de ensino quanto ao olhar frente aos textos de resumos produzidos pelos alunos, esses que, pela leitura e escrita, *reproduzem* as suas experiências de homens *interpretantes* que vivem *na, com e pela* linguagem.

2 POR UM ESTUDO ENUNCIATIVO-CULTURAL DO TEXTO

*No fundo de tudo está o poder significante
da língua, que é anterior ao dizer qualquer coisa.
(Benveniste)*

Nossos objetivos com a escrita deste segundo capítulo consistem em agrupar elementos que forneçam condições de instaurar a interlocução da Teoria da Enunciação de Émile Benveniste com a área de estudos da linguagem que tomam o texto como objeto e construir um itinerário de leitura pela obra de Benveniste, com vistas a destacar conceitos e noções de sua teoria, a fim de destrincharmos as potencialidades teórico-analíticas da teoria para a abordagem do fenômeno *texto*. Como discussão, esse capítulo se destina a apresentar alguns princípios capazes de fundamentar a prática de análise do ato de resumir um texto-base.

Assim, primeiramente, propomos um itinerário de leitura de Benveniste, em que desenhamos uma trajetória teórica a partir de um conjunto de artigos de *PLGI* e *PLGII*¹, ou seja, a partir de determinado corpus teórico de referência, bem como as justificativas de sua seleção e o modo como realizamos nossa leitura (2.1) para, em seguida, tratarmos com mais detalhes a configuração teórica na qual nos inscrevemos para olhar sobre nossos fatos de análise – textos de resumo informativo produzidos por alunos em contexto universitário. (2.2). Nesse item, procuramos apresentar o quadro teórico da enunciação, assim como noções fundamentais dentro do sistema de pensamento do autor, tais como *linguagem, língua, intersubjetividade, subjetividade, forma/sentido, referência e discurso*, tendo como guias nesse percurso os artigos *Da subjetividade na linguagem* e *O aparelho formal da enunciação*, de Benveniste (2005a, 2006a), estabelecendo diálogo com outros textos do linguista, conforme a necessidade de complementaridade da reflexão sobre determinada noção teórica.

Dessa maneira, assinalamos a fundamentação teórica para nossa proposta do ato de resumir um texto-base como um ato de enunciação, que implica expressão da (inter)subjetividade e atribuição de referência sempre única no e pelo discurso. No terceiro e último item deste capítulo (2.3), a partir da consideração da tríade homem-linguagem-cultura, objetivamos percorrer noções tecidas por Benveniste que encaminham a pensar a cultura como entidade intrinsecamente fundada no elemento intersubjetivo e como inscrita na língua para propormos um redimensionamento da definição célebre de enunciação em Benveniste

¹ Como citação, faremos referência a Benveniste utilizando os volumes da edição brasileira *Problemas de Linguística Geral I* do ano de 2005 e *Problemas de Linguística Geral II* do ano de 2006, doravante, PLG I e PLG II.

(2006a, p.82) como “este colocar a língua em funcionamento por um ato individual de utilização”. Além disso, ainda no escopo desse item, valer-nos-emos das reflexões de Giorgio Agamben para discutir a noção de *experiência*, fulcral para compreender o ato de resumir como aquele que cumpre duas funções: a primeira, de natureza específica, expressa a *experiência de uma leitura* do texto-base por parte do locutor, e a segunda, de caráter geral, permite-nos colocar que esse ato cumpre o papel de referir a própria condição da constituição da experiência do homem no uso da língua.

2.1 A CONSTITUIÇÃO DOS FATOS TEÓRICOS A PARTIR DE NOSSO PONTO DE VISTA

Partamos de Saussure², sempre um caminho seguro. Ao definir e delimitar o objeto da Linguística, no CLG³, Saussure (2006, p.15) nos afirma que “outras ciências trabalham com objetos dados previamente e que se podem considerar, em seguida, de vários pontos de vista; em nosso campo, nada de semelhante ocorre”. Logo em seguida, essa asserção é traduzida em sua célebre frase: “bem longe de dizer que o objeto precede o ponto de vista, diríamos que é o ponto de vista que cria o objeto” (SAUSSURE, 2006, p.15).

Através dessa máxima, sem dúvida de maior repercussão no campo da Linguística, Saussure nos ensinou que é o ponto de vista que o linguista imprime sobre a língua que produz o objeto de investigação, porquanto este não está dado previamente. Desse modo, o que queremos demonstrar é que o objeto eleito para estudo aqui – o ato de resumir textos na universidade – contempla o princípio fulcral que subjaz a toda a reflexão epistemológica desenvolvida pelo mestre de Genebra.

Em suma, a reflexão epistemológica que Saussure teceu no CLG em torno do objeto da Linguística tem fortes implicações metodológicas para o fazer do linguista. Nesse sentido, é necessário que o pesquisador tenha, antes de tudo, clareza acerca do ponto de vista que pretende imprimir sobre a língua/linguagem para que seu objeto seja também claro, consistente e delimitado.

Tendo em vista essas preliminares considerações, é importante que retomemos nossa hipótese neste trabalho: *através do ato de resumir, o locutor instancia a subjetividade/intersubjetividade no discurso, promovendo a escrita de uma leitura singular*

² Utilizaremos o nome de Ferdinand de Saussure para nos referirmos ao conjunto de reflexões atribuídas a ele, inclusive as constantes no *Curso de Linguística Geral* (SAUSSURE, 2006).

³ Sigla para se referir ao “Curso de Linguística Geral”, obra póstuma de Ferdinand de Saussure, publicada em 1916. Trata-se de uma obra editada após sua morte por Charles Bally e Albert Sechehaye, com base em anotações de estudantes feitas ao longo dos cursos oferecidos pelo linguista na Universidade de Genebra.

do texto-base. Ora, como mencionado acima, é fundamental que o pesquisador tenha clareza do seu ponto de vista/hipótese para que não somente o objeto apresente as qualidades acima referidas, mas que haja uma delimitação quanto aos conceitos teóricos que serão expostos, com vistas a servir de fundamento para nossa proposta sobre o que está implicado no ato de resumir textos no espaço acadêmico.

Nessa linha de pensamento, acreditamos que nossa hipótese nos encaminhou a constituir nossos fatos teóricos, que estão concentrados, basicamente, em torno de dois axiomas benvenistianos, formulados, respectivamente, em *Da subjetividade na linguagem* (BENVENISTE, 2005a) e em *O aparelho formal da enunciação* (BENVENISTE, 2006a), quais sejam: “é na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como sujeito” (BENVENISTE, 2005a, p.286) e “a enunciação é este colocar a língua em funcionamento através de um ato individual de utilização” (BENVENISTE, 2006a, p.82). Assim, a eleição desses axiomas para guiarem nosso percurso teórico neste estudo é produto do nosso ponto de vista sobre o que caracteriza o ato de resumir desde uma perspectiva enunciativa benvenistiana.

Em vista do que argumentamos acima, cabe dizer que a hipótese por nós produzida para nosso objeto de estudo requer a convocação de uma abordagem de teorização de linguagem que contemple a presença do homem na língua e, justamente por ser/estar na língua, é/está na cultura. Essa não poderia ser senão a Teoria da Enunciação⁴ de Benveniste. Ora, um dos nossos objetivos, neste trabalho, é olhar para a língua e seu modo de ressignificar no ato de resumir do locutor-resumidor, todavia o conceito de linguagem/língua com que trabalhamos nos convoca a considerar o linguístico como indissolúvelmente ligado ao que a língua pode revelar sobre o homem, ou seja, é possível olhar para a língua e encontrar o homem naquilo que ele se representa nela. É nesse sentido que justificamos nossa ancoragem em Benveniste e nos axiomas que parecem ser o fio condutor de suas teorizações para fundamentarmos nosso ponto de vista de que, pelo ato de resumir textos, o locutor-resumidor se torna sujeito ao apropriar-se das formas do texto-base e dar luz ao discurso do resumo, com a proposição de novas formas no funcionamento sintagmático do discurso.

Por isso, dado que o pesquisador que se propõe a estudar Benveniste necessita explicitar o ponto de vista epistemológico que constituirá seu percurso de leitura e pesquisa na obra do autor, torna-se mister, assim, estabelecer um recorte de sua produção, ou seja, com

⁴ Não há uma só ocorrência do sintagma “Teoria da Enunciação” nos artigos do autor. O que se convencionou chamar de Teoria da Enunciação em Benveniste advém, logo, de uma leitura lançada *a posteriori* aos textos do linguista e, conforme argumentam Flores et al.(2008), diz respeito a um conjunto de cerca de vinte artigos escritos ao longo de aproximadamente 30 anos, agrupados e publicados em PLGI e PLGII.

base em objetivos específicos de estudo, estabelecer o que Flores (2013) cunha de *corpus textual de pesquisa*, que consiste naquilo que chamamos, no escopo deste estudo, de *fatos teóricos*.

Como consequência disso, parece-nos suficiente apresentarmos as principais ideias presentes em *Da subjetividade na linguagem* (BENVENISTE, 2005a) e em *O aparelho formal da enunciação* (BENVENISTE, 2005a, 2006a), uma vez que compreendemos que, nesses artigos, Benveniste se dedica, principalmente, na abordagem da concepção de linguagem, subjetividade e enunciação que estão na base dos axiomas que servem de sustentação para nossa hipótese nesta dissertação sobre o ato de resumir. Acreditamos que os dois artigos eleitos para orientarem nosso percurso teórico pelos conceitos e noções do linguista sobre o qual nos apoiamos neste trabalho remetem a outros textos do autor, de modo que se fará necessário o resgate deles para compreendermos, em toda sua amplitude, os conceitos de linguagem, (inter)subjetividade e enunciação, carros-chefe de nossa reflexão.

Dito isso, antes de passarmos às noções teóricas organizadas por Benveniste, cabe situar brevemente seus estudos.

Inscrito na tradição dos estudos em gramática comparada, Benveniste se voltava contra análises que estivessem ancoradas estritamente na forma: invocou, então, a relação intrínseca entre forma e sentido. Para Claudine Normand (2009b), Benveniste retoma e desenvolve o cerne da teoria saussuriana – a língua como sistema de signos, cuja ligação entre forma e sentido deve ser captada em diferenças. Desse modo, percebemos que o olhar concebido pelo linguista sobre a língua e a linguística está sempre às voltas com a significação, independente da categoria eleita para ser tematizada em cada artigo.

Esse ponto de vista é corroborado pela leitura de Dessons (2006), o qual destaca que, apesar de ser possível dividir os trabalhos de Benveniste, ele defende se tratem de estudos de um mesmo projeto global, que confere à significação um papel nuclear. A produção do linguista sírio é marcada por variados interesses, o que, no entanto, não impede que se estabeleça uma unidade dentro dessa heterogeneidade temática: a proposição de uma teoria que se preocupa com o problema do sentido na linguagem, vinculada diretamente à intersubjetividade como condição do homem e da linguagem. Ao se questionar sobre o que seria, de fato, a significação, o linguista mostra que a linguagem é a atividade significativa por excelência, ou seja, a significação não é algo que se acresce à língua; o próprio ser da língua é significar. O próprio Benveniste (2006g, p.38) é bastante elucidativo nesse sentido, em

entrevista a Guy Dumur⁵, ao declarar que “o nível significante uniu o conjunto das ciências do homem”, assunção que permite vislumbrar o projeto de constituição de uma “ciência geral do homem”, da qual a Linguística faria parte. Acrescentando a isso, o linguista destacou o fato de a significação designar uma característica comum a todos os sistemas de signos, constituindo o critério que situa os sistemas de signos como pertencentes à semiologia.

Nessa mesma direção, Muzzi (1999, p.202, grifo nosso) afirma que

o centro de interesse da obra de Benveniste é a questão da significação, do sistema e do valor e o objetivo por ele visado é a constituição de uma antropologia da linguagem, construída a partir da noção de comunicação – não no sentido de transmissão de mensagens, mas de *elaboração de valores constitutivos de uma sociedade*.

Nesse sentido, a definição de significação em Benveniste, como a condição de a linguagem promover uma relação entre homem e homem e entre homem e mundo - coloca a linguística de Benveniste no nível de uma ciência da cultura. É exatamente esse um de nossos objetivos com este estudo: ressaltar que a linguística benvenistiana se insere dentro de um projeto maior, denominado como ciência da cultura, ao conceber que a noção de significação permite estabelecer a relação linguagem-língua-cultura-sociedade como indissociável, articulando, dessa forma, a Linguística com todas as ciências do homem.

O modo de tessitura das explicações benvenistianas parece indicar que o seu rigor teórico não tinha a pretensão de unificar seus estudos em uma teoria. Sintoma disso é o registro do caráter multiforme do pensamento do autor, uma vez que sua reflexão estabelece um diálogo com outras áreas do conhecimento: Filosofia, Antropologia, Psicanálise etc. É justamente esse modo de escrita de Benveniste que nos autoriza a convocar sua reflexão enunciativa para uma interface com os estudos do texto. Como adiantamos na introdução, este trabalho se alinha com a perspectiva que vê nos estudos de Benveniste a existência de uma antropologia da enunciação (DESSONS, 2006), contemplando o ato de resumir um texto-base como comportando um dispositivo trinitário (*eu-tu/ele*)-*ELE*, construído por Silva (2009): tal dispositivo comporta os locutores que se convertem em sujeito na/pela enunciação (par *eu-tu*), a língua (*ele*, enquanto sistema simbólico, criador de referência no/do discurso) e a instância cultural (*ELE*).

Consideramos, amparados no estudo de Silva (2009), que, sendo esse dispositivo constitutivo de todo ato de enunciação, também o é do ato de resumir um texto-base, o qual

⁵ Escritor, crítico literário, que viveu de 1921 a 1991. Em 1964, tornou-se colaborador de *Le Nouvel Observateur* (popularmente referido como *Le Nouvel Obs*), onde se notabilizou por realizar uma série de entrevistas com personalidades de destaque no universo da ciência e das artes.

expressa necessariamente as marcas das relações que o locutor estabelece com o sistema de valores de uma sociedade particular. Nossa tentativa, então, é de analisar o ato de resumir um texto-base, de modo a compreender como a instância cultural, relativa à ordem dos valores constitutivos de uma sociedade, intervém na escrita do texto do resumo, demonstrando, assim, o modo como o aluno se historiciza singularmente na/pela linguagem, a partir de valores culturais que se imprimem na língua, segundo Benveniste.

Essa reflexão nos permite deslocar para pensar a postura que o professor deve assumir frente aos textos produzidos pelos alunos, seja em sala de aula de educação básica, seja em nível universitário. Embora a língua seja um consenso coletivo, ao falar e escrever, o homem irrepetivelmente reinventa a cada instante a sua língua: o ato mesmo de dizer “bom dia” diariamente a alguém implica reinvenção, uma vez que são sempre irrepetíveis as condições de pessoa-espço-tempo. Logo, cada ato de escrita constitui um processo que revela a constituição subjetiva do locutor, a partir da conversão da língua em discurso. Assim que percebemos o ato de produzir um texto de resumo: como aquele que, embora tenha a “fama” de revelar uma ilusória objetividade por parte do locutor e uma repetibilidade da escrita do outro, mostra o oposto - a *singular* apropriação da leitura do texto-base feita por seu autor-locutor.

Entendemos que, apesar de Benveniste não produzir uma teorização especificamente voltada para a abordagem do texto, é possível deduzir/inferir de suas reflexões princípios teórico-metodológicos que sirvam ao tratamento do mesmo. Essa interpretação se encontra legitimada pela própria característica da escritura de Benveniste, comentada por Barthes (1995b, p.393 apud ONO, 2007, p.16): “havia nele algo exorbitante para um erudito, o *implícito*”. Pretendemos desvelar, nos escritos do linguista francês, implícitos que permitam operar deslocamentos que sirvam ao estudo e análise de textos, em sua dimensão linguístico-cultural.

Concebemos que o diálogo da Enunciação com os estudos do texto e os necessários deslocamentos teóricos se tornam possíveis na medida em que não há, em Benveniste, a proposição de um “modelo” de análise. Em outras palavras, não se encontra, na teoria esboçada pelo autor, a asserção de um *modus operandi*, isto é, não nos é dado um “como fazer” com a linguagem através do ponto de vista da enunciação. Assim, a chamada Teoria da Enunciação não deve ser tomada no sentido de um modelo acabado, por isso “a palavra *teoria*, nesse contexto, não tem o mesmo sentido que se pode ver, por exemplo, nos sintagmas *teoria gerativa* ou *teoria funcionalista*, tão comuns na linguística geral” (FLORES, 2013, p.29). A esse respeito, Flores et al. (2008, p.31) afirmam que, uma vez que não há a

explicitação desse modelo ao qual recorrer como “instância de validação de leituras, é sempre de uma interpretação que se está a falar.”

De fato, os artigos reunidos em *PLG I* e *PLG II* que se associam à teoria da enunciação nos fazem vislumbrar possibilidades de deslocamentos teóricos para abordar o texto. Portanto, nossa leitura se configura como uma possível, ancorada firmemente nos indícios deixados por Benveniste. O nosso trabalho nesse capítulo almeja descobrir as potencialidades dos escritos benvenistianos em matéria de deslocamentos para reflexões sobre o objeto texto.

Nesse sentido, com respeito à teorização sobre enunciação, viés que escolhemos para tratar neste estudo, é preciso fazer com que o corpus textual de pesquisa/fatos teóricos que interessa a este trabalho tome forma. Além dos dois artigos, já mencionados, que nos orientarão nesse percurso, elegemos como corpus textual benvenistiano de referência os seguintes artigos reunidos em *PLGI* e *PLGII* que constam nas seções intituladas “A comunicação” e “O homem na língua”: *Estrutura das relações de pessoa no verbo*, *A Natureza dos pronomes*, *Semiologia da língua*, *A linguagem e a experiência humana* e *A forma e o sentido na linguagem* (BENVENISTE, 2005b, 2005f, 2006b, 2006d, 2006e).

Além desses artigos canônicos da temática enunciativa supracitados, também inserimos textos que constam na *I* e *III* partes que, de algum modo, se circunscrevem à reflexão enunciativa do autor, quais sejam: *Os níveis da análise linguística*, *Vista d’olhos sobre o desenvolvimento da linguística*, *Saussure após meio século*, *Estrutura da língua e estrutura da sociedade*, *Estruturalismo e linguística*, *Esta linguagem que faz a história* (BENVENISTE, 2005c, 2005d, 2005e, 2006c, 2006f, 2006g). Consideramos, conforme já frisamos, os artigos *Da subjetividade na linguagem* e *O aparelho formal da enunciação* como os textos de partida para nossas considerações pela teorização de linguagem e (inter)subjetividade apresentada no primeiro texto, pela definição de enunciação exposta no segundo e por condensarem o atravessamento de outras noções e categorias que são propostas ao longo da reflexão do autor, estando em conformidade com o estudo a que nos propomos. Desse modo, tomamos esses textos como fundamentais, na medida em que constituem reflexões que encaminham a outros com os quais dialoga através de noções que perpassam o pensamento linguístico-cultural do linguista.

Assim, basicamente nosso corpus de leitura de Benveniste se concentra nos artigos agrupados acima, por compreendermos que eles são suficientes para trazermos à tona reflexões acerca dos aspectos da subjetividade na linguagem, da enunciação e de língua-cultura, conduzindo-nos a outras noções transversais à enunciação e que são caras ao nosso estudo.

Como apoio teórico, valemo-nos ainda das reflexões recorrentes de estudiosos do campo enunciativo, com a finalidade de nos ajudarem a desvelar as leituras possíveis de Benveniste acerca do ato de enunciação e da intersubjetividade daí decorrente. Desse modo, acreditamos ser possível, a partir desse percurso de leitura por nós delineado, subsidiar nossa pesquisa sobre o ato de resumir e suas implicações que originam o produto: o texto do resumo.

Por fim, antes de passarmos ao próximo item, tomamos emprestadas as palavras de Normand (2009a, p.101) acerca do prazer de ler Benveniste:

Eu reencontrava o prazer de ler, de ser levada pelo sentido que um sujeito pode fazer surgir da língua desde que não faça dela um mero instrumento a seu serviço, desde que a ame, em suma. Descobrir os desvios que toma a língua comum para permitir os efeitos de sentido mais precisos e mais singulares [...] mas podia ser como linguista, que não se fia em sua intuição e cultura e em sua cultura, mas na precisão de uma análise das formas, do jogo de seus limites e possibilidades.

Eis aí explicitado nosso objetivo ao analisar textos de resumo produzidos pelos alunos: almejamos “descobrir os desvios que toma a língua comum para permitir os efeitos de sentido mais precisos e mais singulares”. Efeitos de sentido singulares que revelam a relação íntima e sempre subjetiva do locutor com a língua, a *sua* língua, já que o homem é quem dá vida à língua, e é a língua quem dá vida ao homem, em uma relação constitutiva em seu nível mais primordial.

Levados pelo prazer de ler Benveniste que, como pesquisadores, conduzimos nossa segunda seção. Iniciaremos pelo *Da subjetividade na linguagem*, uma vez que ele é anterior ao artigo de 1970 e também porque propõe uma concepção de linguagem que sustenta a famosa definição de enunciação, formulada no último texto escrito pelo autor. A remissão aos outros artigos que fazem parte de nosso corpus textual de pesquisa se dará a partir da necessidade requerida pelos textos que estão em destaque para constituição de nossa caminhada teórica em Benveniste. Após destacarmos a reflexão do autor sobre a subjetividade na linguagem, colocando em relevo noções como categoria de pessoa/não-pessoa e tempo linguístico que reenviam a outros textos do linguista, apresentaremos o artigo *O aparelho formal da enunciação*, identificando, além da definição célebre de enunciação, os três principais aspectos sobre os quais o processo enunciativo pode ser estudado, a saber, a realização vocal da língua, a semantização da língua e o quadro formal da realização da enunciação. Segundo Knack (2012, p.50),

esses aspectos condensam noções elaboradas pelo linguista em outros artigos, nos quais são enfatizados, por exemplo, ora elementos referentes às categorias de pessoa, não-pessoa, tempo, espaço, ora elementos relativos à relação forma e sentido, à semiologia, dentre outros [...].

Justificamos, assim, nossa escolha por darmos realce a esses artigos para nossa caminhada teórica. O objetivo de trazer à tona as principais noções teóricas e os textos correspondentes é sobremaneira o de balizar a nossa proposta do ato de resumir como um ato de enunciação, que revela, além da (inter)subjetividade enunciativa que lhe é inerente, os *rudimentos* de uma determinada cultura inscrita em dada sociedade.

2.2 CONCEITOS CARDEAIS DA TEORIA DA ENUNCIÇÃO

Dando início a esta caminhada, em busca da sustentação teórica para o desenvolvimento das análises do processo de enunciação do ato de resumir textos pelo aluno no contexto universitário, partimos para a apresentação de alguns dos conceitos estruturantes da Teoria da Enunciação proposta por Benveniste. Assim, neste item, pontuamos, a partir de nossa leitura dos textos benvenistianos selecionados, o que o linguista sírio teoriza a respeito das principais noções que interessam a este estudo, tais como *linguagem*, *língua*, *(inter)subjetividade*, *enunciação*, *forma/sentido* e *referência*, a fim de operarmos deslocamentos para pensar em uma reflexão sobre a enunciação de resumos na universidade, que releve de uma concepção antropológico-cultural de homem atrelada a uma noção simbólica de linguagem, tal como exposta por Benveniste. A partir desse conjunto conceitual, acreditamos poder correlacionar as proposições benvenistianas ao nosso objeto de estudo.

Para a reflexão proposta aqui, partimos, como já antecipamos, do artigo *Da subjetividade na linguagem* (BENVENISTE, 2005a). Publicado em um periódico de psicologia, a discussão de Benveniste em tal artigo se inicia com uma desconstrução de argumentos que sustentam a tese de que a linguagem é um instrumento de comunicação do homem. O autor, ao contrário, evidencia que toda a linguagem é tomada como intersubjetividade: “É um homem falando que encontramos no mundo, um homem falando com outro homem, e a linguagem ensina a própria definição de homem.” (BENVENISTE, 2005a, p.285). Por meio dessa afirmação, o autor sublinha o caráter constitutivo e rejeita a concepção instrumental da linguagem, na medida em que é impossível estabelecer uma oposição entre ela e o homem. De acordo com Benveniste, opor o homem à linguagem é opô-lo à sua própria natureza. Derivando da proposição acima citada, é na e pela linguagem que o ser humano descobre a si, assim como encontra o outro, constituindo a sua língua e tudo que a

envolve: cultura e sociedade. É pertinente o esclarecimento de Benveniste (2006f, p.20-21) quando destaca que, se o homem não nasce na natureza, mas na cultura, o que a criança aprende ao nascer em uma comunidade linguística “é o mundo do homem”.

Pautado no princípio da indissociabilidade entre homem e linguagem, o linguista (BENVENISTE, 2005a, p.285) enumera algumas das características da linguagem: “sua natureza imaterial, o seu funcionamento simbólico, a sua organização articulada, o fato de que tem um *conteúdo*”, e a utiliza como um testemunho de que, a partir desse ponto de vista, não há como tomar a linguagem como instrumento. Dessa maneira, a linguagem se dá juntamente com o homem: “A linguagem está na natureza do homem, que não a fabricou” (BENVENISTE, 2005a, p.285). Há uma indissociabilidade entre homem e linguagem, e a palavra que o homem pronuncia/escreve, por meio de sua enunciação, é a atualização da linguagem.

De fato, essa concepção de linguagem enquanto instrumento de comunicação deixa o homem à margem da linguagem, o que vai totalmente de encontro ao que propõe Benveniste: uma linguística que toma como princípio básico o fato de que a especificidade da linguagem se desvela quando é relacionada à natureza do homem, trazendo uma concepção de linguagem que possibilite ao homem se constituir como sujeito nela e por ela. Dessons (2006) formula as bases dessa imbricação: “entre a linguagem e o homem, há implicação recíproca. Há linguagem desde que haja homem, e homem desde que haja linguagem; a linguagem é o fundamento antropológico” (DESSONS, 2006, p. 75).

Benveniste nos ensina que a linguagem, de fato, marca o início da aventura humana; ela é aquilo que fundou o homem enquanto tal. Dessa forma, qualquer tentativa de especular sobre o que seria a experiência humana, a sociedade, a cultura etc., fora do quadro da linguagem é fracassada, uma vez que essa experiência só é passível de ser escrita, descrita e vivida *na e pela* linguagem. Esta é a aventura que sua linguística propõe: a compreensão da relação entre homem-linguagem-língua-cultura-sociedade, enlaçadas graças à faculdade simbolizante da linguagem. Decorrente dessa reflexão, parece-nos possível a afirmação de que a cada novo ato de enunciação, atualizado em espaço-tempo específicos e inserido dentro de um conjunto de valores culturais que são vigentes em dada sociedade, o homem apreende ininterruptamente esse mundo no qual está integrado, constituindo-se, de fato, como um locutor que transpõe para sua enunciação os valores culturais já impressos na língua.

A partir dessas discussões sobre homem, linguagem, subjetividade, experiência humana etc., percebemos que o modo de ser língua em Benveniste reverberou para dimensões além da linguística, pondo-se a dialogar com outros campos do conhecimento, a partir de seu ponto de vista singular sobre a linguagem. A razão dessas diversas interlocuções se encontra

no fato de que a natureza da língua não se confina ao linguístico. Sendo ela o que define o homem enquanto tal, o estudo da língua/linguagem se vincula diretamente a uma abordagem que objetiva levar em consideração as múltiplas dimensões do ser humano em sociedade. Aqui buscamos delinear nossa visão de língua: ela imbrica o estatuto linguístico de apropriação da língua e o estatuto antropológico, de fundação do homem enquanto experiência de linguagem que a enunciação produz. Esse estabelecimento do vínculo do linguístico com o antropológico é plenamente adotado por nós neste trabalho, que procura articular o ato linguístico de resumir um texto-base na esfera acadêmica a uma reflexão que pensa a operação de resumir como constitutiva da condição do homem na linguagem.

A vinculação da linguagem e do homem é o primeiro eixo concebido no texto, conforme elenca Flores (2013), e somente após explicitar a essencialidade dessa relação é que Benveniste parte para expressar o princípio da subjetividade *na e pela* linguagem, nunca antes estabelecido na área dos estudos linguísticos. Cabe transcrevê-lo: “É na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como *sujeito*; porque só a linguagem fundamenta na realidade, na *sua* realidade que é a do ser, o conceito de ‘ego’” (BENVENISTE, 2005a, p.286, grifos do autor).

A partir desse excerto, é interessante mencionar algumas discussões que podem resultar como implicações dessa teorização (cf. FLORES, 2013). Falar em *na e pela* linguagem reenvia a um duplo aspecto da linguagem: “há, de um lado, seu aspecto constitutivo, condensado na construção *na linguagem*; de outro, há seu aspecto mediador, presente em *pela linguagem*” (FLORES, 2013, p.98). Ainda, a parte “o homem se constitui como sujeito”, para Flores (2013), “introduz a passagem da noção antropológica a uma noção linguística”.

A partir do começo do texto que dá o tom antropológico de sua visão de língua desvinculada de uma concepção instrumental, segue-se a famosa definição de Benveniste do que seria a subjetividade, ou seja, “a capacidade do locutor para se propor como ‘sujeito’” (BENVENISTE, 2005a, p.286). Segundo Flores (2013), essa conceituação remete explicitamente para a diferenciação das noções de locutor e sujeito. O sujeito, a partir de tal excerto, é posto como o efeito/decorrência da apropriação da língua por um locutor, ou seja, não está na origem do que é dito. Ao locutor é reservada a posição daquele que se apropria da língua e a transforma em discurso, constituindo o efeito do sujeito na linguagem, através da relação que estabelece com sua língua, que é *refeita* a cada ato enunciativo. Há, assim, uma passagem de locutor a sujeito facultada pelo ato de enunciação, passagem que particularmente nos interessa, visto que é exatamente isso que pretendemos deflagrar na análise: como o aluno

opera a passagem de locutor a sujeito de seu discurso no resumo? De que modo a escrita do resumo evidencia essa passagem?

Assim sendo, essa propriedade da subjetividade, que assegura a comunicação linguística, é dada pela categoria de *pessoa* presente no sistema da língua mediante determinadas formas linguísticas. Entretanto, para se converter em sujeito, o locutor possui como condição necessária a linguagem, tomada enquanto intersubjetividade: “eu não emprego *eu* a não ser dirigindo-me a alguém, que será na minha alocução um *tu*” (BENVENISTE, 2005a, p.286). Assim, “é numa realidade dialética que englobe os dois termos e os defina pela relação mútua que se descobre o fundamento linguístico da subjetividade”. (BENVENISTE, 2005a, p.287).

Logo, a possibilidade de subjetividade não é projetada no *eu*, desfazendo, assim, uma interpretação egocêntrica⁶ dela na obra de Benveniste. Ao contrário, a capacidade para se propor como sujeito encontra a sua condição na relação de intersubjetividade do par *eu-tu*, atualizada em um *aqui-agora*, dentro de um universo de valores culturais. O homem somente pode falar/escrever porque é constituído pelo outro. Até mesmo porque é a condição da intersubjetividade que torna possível a linguagem, que, segundo Benveniste, é o que garante ao homem a sua definição enquanto tal e a sua proposição como *sujeito*.

Sua teoria, assim, não fala do sujeito em si, mas apenas do sujeito como *efeito de linguagem* constituído no discurso, espaço em que as oposições entre as pessoas são definidas e marcadas no repertório das formas dadas pela língua; é na e pela relação *eu-tu* que o homem, enquanto noção antropológica, se marca no discurso como sujeito – noção linguística - expressando a sua experiência na e pela linguagem.

Postas as condições em que a subjetividade tem valor em Benveniste, de acordo com o que o artigo apresenta, cabe esclarecer que a comunicação que ocorre entre o *eu* e o *tu* é considerada, sob o prisma benvenistiano, “apenas uma consequência totalmente pragmática” (BENVENISTE, 2005a, p.286). Silva, Knack e Juchem (2013, p.3) situam a diferença entre *comunicar* e *significar*, em Benveniste: “O comunicar, por esse ponto de vista, é um efeito de o homem colocar a língua em ação, ou seja, é uma consequência de se pôr a língua em ato e de se produzir um discurso, jamais o caráter primordial da linguagem, que é outro bem diferente: *significar*”.

⁶ As ideias de Benveniste sobre a questão da subjetividade já foram acusadas de idealistas e psicologizantes. No entanto, parece-nos que tais acusações carecem de fundamento. Não pode haver psicologismo em um sujeito que é fundado na/pela linguagem; só é idealista um autor que concede à linguagem autonomia em relação à vida material, o que decididamente não ocorre com Benveniste.

Ao contrário de haver foco na comunicação intersubjetiva⁷ como um conceito que reenviaria ao resultado da apropriação da língua pelos locutores, o foco que o prisma benvenistiano incita é na apropriação em si, ou seja, nos mecanismos que permitem com que o falante possa referir uma posição na linguagem ao apropriar-se da língua enquanto locutor e transformar-se em sujeito no discurso. Assim, se a comunicação intersubjetiva designa uma consequência da apropriação da língua pelo locutor, há algo de anterior a isso: em nosso ponto de vista, a enunciação, bem antes de comunicar, gera o advento do falante como homem no mundo, servindo para viver, isto é, experienciar, na e pela linguagem, por meio dos atos de falar, escutar, escrever e ler, sua individualidade em meio à coletividade em que se insere. O foco aqui, pois, é na individualização da enunciação que a categoria de pessoa na língua possibilita.

Tal reflexão sobre a categoria de pessoa como fundamento linguístico da subjetividade pode encontrar maior ancoragem nos textos *Estrutura das relações de pessoa no verbo* (BENVENISTE, 2005b) e *A natureza dos pronomes* (BENVENISTE, 2005f), nos quais percebemos um olhar focalizado sobre os pronomes constituído por Benveniste. No primeiro artigo, questionando a clássica estruturação do paradigma dos pronomes, Benveniste (2005b) opera uma distinção a partir de dois tipos de correlação que os pronomes pessoais estabelecem entre si: a *correlação de pessoalidade*⁸ e a *correlação de subjetividade*. A primeira distingue os pronomes pessoais que indicam pessoa (*eu* e *tu*) do que indica a não-pessoa (*ele*). A segunda correlação se refere à oposição entre *eu* e *tu*, definindo *eu* como pessoa subjetiva e *tu* como pessoa não-subjetiva. Benveniste (2005b) explica que na categoria de pessoa há sempre uma pessoa implicada e um discurso sobre ela, ao passo que o lugar do *ele* como não-pessoa está justificado pelo fato de não tomar a palavra, constituindo a única forma pela qual uma coisa pode ser predicada verbalmente. Desse modo, a existência dos três elementos é fundamental e a sua diferença é constitutiva do funcionamento da linguagem: mesmo que o *ele* não possa tomar a palavra e converter-se em *eu*, ele está implicado no dispositivo da língua colocado em jogo quando o *eu* toma a palavra para dirigir-se a um *tu*.

⁷ Pelo uso da expressão “comunicação intersubjetiva”, chamamos atenção para a postura refratária de Benveniste à ideia de “comunicação”, tal como concebida pela Teoria da Informação. Por isso, utiliza-se da palavra “intersubjetiva” para especificar e adaptar o termo “comunicação” a sua teoria enunciativa.

⁸ Como assinalou Cardoso (2010), a tradução brasileira dos textos de Benveniste tomou o vocábulo francês “personnalité” como equivalente do termo “personalidade” em português. Como bem salienta Cardoso (2010), o termo francês “personne”, do qual deriva “personnalité”, pode apresentar duas acepções diferentes: uma de caráter psicológico, atrelada às discussões da Psicologia sobre a formação da consciência do indivíduo, e outra ligada à temática enunciativa sobre categoria de pessoa e não-pessoa. Em Benveniste, é pertinente considerar essa segunda acepção, razão pela qual utilizaremos a expressão “pessoalidade” para resguardar essa diferença sensível.

Essas afirmações, assim, nos remetem à indissociabilidade da categoria de pessoa à temporalidade de sua enunciação e à sui-referencialidade do discurso: os pronomes remetem à própria instância de discurso⁹ em que foram produzidos.

Flores (2013) versa sobre três características da diferença entre pessoa (*eu* e *tu*) e não-pessoa (*ele*). A primeira diz respeito à *unicidade específica* de *eu* e *tu*. Enquanto o *ele* pode ser uma infinidade de sujeitos ou nenhum, *eu* e *tu* fazem referência sempre a algo único. O segundo ponto é a *inversibilidade*: *eu* e *tu* são inversíveis na cena enunciativa, visto que o ato enunciativo se dá na possibilidade de que ambos, cada um em seu espaço e tempo, tomem a palavra. Com relação ao *ele*, é impossível que esse se converta em pessoa. O último ponto, logo, é a *predicação verbal*.

Algumas dessas características são consolidadas no texto de 1956, *A natureza dos pronomes*. Verificamos que o artigo apresenta alguns pontos cruciais do fio condutor do pensamento benvenistiano: não apenas estabelece de maneira mais sólida as categorias de pessoa e não-pessoa, esboçadas por meio das correlações descritas no texto de 1946, mas, afirmando que há questões que são de uma “natureza mais geral e profunda”, postula o paradigma *eu-tu-aqui-agora* como um problema de linguagem. Nesse sentido, vemos que Benveniste passa a não tomar os pronomes como apenas formas, mas formas que têm o seu sentido diretamente associado a uma posição na linguagem que é ocupada por quem a enuncia, o que nos leva à relação da língua com o homem enquanto falante/ouvinte/leitor/escrevente a partir da apropriação da língua por um locutor.

Tais pontos nos mostram que a reflexão linguística presente em *A natureza dos pronomes* avança na discussão sobre a transformação da língua em discurso por meio do ato individual de um locutor que se faz sujeito, pois isso é sustentado pelo próprio sistema da língua. Dessa forma, essa ideia de categoria de pessoa aponta para o aspecto universal nas línguas: todas as línguas possuem essa categoria, que se apresenta “com uma extensão de particularidades’ em ‘línguas particulares’” (FLORES, 2013, p.119). Nesse sentido, segundo Flores (2013, p.96), há “um reconhecimento da natureza antropológica que identifica, no nível da linguagem, a existência de lugares de pessoa e não-pessoa nas línguas”.

⁹ Segundo o Dicionário de Linguística da Enunciação (FLORES et al., 2009, p.42), “o termo instância de discurso tem um lugar crucial na teoria benvenistiana, em especial, porque ele está normalmente associado ao funcionamento enunciativo dos indicadores de subjetividade. [...] A expressão instância de discurso quase sempre se faz acompanhar, nos textos de Benveniste, da palavra enunciação e as duas noções são definidas, muitas vezes, de maneira muito próxima”.

Dessa oposição da noção de pessoa em relação à não-pessoa, emerge o que Benveniste (2006d, p.101) denomina de “duplo funcionamento do discurso” – o intersubjetivo e o referencial:

[...] é a distinção indispensável, sempre em não importa qual língua, em não importa qual sociedade ou época, entre o eu e o não-eu, operada por índices especiais que são constantes na língua e que só servem a este uso, as formas chamadas em gramática de pronomes, que realizam uma dupla oposição, a oposição do “eu” ao “tu” e a oposição do sistema “eu/tu” a “ele”. (BENVENISTE, 2006c, p.101)

Essa segunda oposição, conforme o autor, “fundamenta a possibilidade do discurso sobre alguma coisa, sobre o mundo, sobre o que não é alocação” (BENVENISTE, 2006c, p.101). Fundamenta-se, assim, o duplo funcionamento intersubjetivo e referencial do discurso – a possibilidade de *eu* falar com *tu* sobre o mundo, enfim, a possibilidade da “inserção do discurso no mundo”. Nesse caso, a linguagem prevê as distinções fundamentais ao discurso, e a identificação do locutor como pessoa só é possível por meio da oposição àquilo que não é pessoa. No exercício enunciativo pelo qual a língua se converte em discurso, a categoria de pessoa é constituída por meio de relações opositivas mantidas com a não-pessoa. Em consequência, ambas - pessoa e não-pessoa – são constitutivas da enunciação.

Em suma, a apropriação da língua é a condição da subjetividade na linguagem e envia, por meio do efeito de sujeito na enunciação e manifestada pela categoria dos pronomes, para si mesma: a enunciação é sui-referencial em relação ao tempo, ao espaço e àquele que enuncia.

Enfim, não há como separar homem e linguagem, uma vez que Benveniste nos ensina em tom profundo que “a linguagem ensina a própria definição de homem” (BENVENISTE, 2005a, p.285). É somente através da linguagem que o homem pode se definir como tal, nela e por ela se propondo com sujeito para *viver*, afinal é de uma *experiência humana* de que estamos falando no momento em que o locutor toma a palavra para enunciar sua posição de sujeito em face de um *tu*, construindo, através das relações intersubjetivas instanciadas em espaço e tempo específicos, um sistema único de referências. A noção de subjetividade está intrinsecamente ligada ao exercício da língua, o que nos faz pensar na relação à noção de experiência vivida pelo locutor. Sua identidade se dá por meio do uso que faz da língua, e isso é o que o torna sujeito na linguagem.

Tal reflexão, ao nosso entender, pode encontrar maior ancoragem no texto *A linguagem e a experiência humana* (BENVENISTE, 2006e), publicado originalmente em 1965, momento em que Benveniste dedica uma análise detalhada sobre a categoria de tempo.

Nesse texto, ele coloca as categorias de pessoa e tempo como fundamentais no discurso, estando ambas estreitamente e necessariamente correlacionadas: a enunciação é a origem do tempo linguístico e só é possível porque o lugar da pessoa está assegurado no momento da apropriação da língua.

Neste artigo, fica claro em quais termos Benveniste concebe a experiência humana enquanto fundada no exercício da linguagem: a cada momento em que as formas são postas em ação na sintagmatização do discurso, “uma experiência humana se instaura de novo e releva o instrumento linguístico que a funda” (BENVENISTE, 2006e, p.69). Nesse sentido, a experiência essencial de estar no discurso é atualizada pela enunciação: “quando alguém os pronuncia [os pronomes], este alguém os assume, o pronome *eu*, de elemento de um paradigma, se transforma em uma designação única e produz, a cada vez, uma nova pessoa” (BENVENISTE, 2006e, p.68).

Assim, percebemos que a própria noção de experiência convoca a noção de temporalidade. Em *Da subjetividade na linguagem*, Benveniste (2005a, p.289) diz que a subjetividade “chama a si” a expressão da temporalidade, uma vez que “a temporalidade humana com todo o seu aparato linguístico revela a subjetividade inerente ao próprio exercício da linguagem”. Dessa maneira, o ato de enunciação, através da conversão da língua em discurso e de seu registro de sujeito previsto pelo sistema da língua, também promove o homem à existência, pois cria a sua realidade a partir da experiência fundada na linguagem.

No texto em que trata sobre linguagem e experiência humana, Benveniste (2006e) define três tipos de conceptualizações de tempo: tempo físico, tempo crônico e o tempo linguístico. Flores (2013, p.108) ressalta que “É no tempo linguístico que Benveniste ancora boa parte de suas reflexões”. É o tempo linguístico que está, para o linguista sírio, intrinsecamente ligado ao exercício da linguagem, de modo que o tempo se define e se organiza na e pela enunciação, da qual provém a categoria do presente e, em relação a esta, situam-se as outras categorias (passado e futuro).

Logo, a relação da enunciação com o tempo se mostra como fundante, conforme Benveniste (2006a, p.85) explicita no artigo *O aparelho formal da enunciação*: “Poder-se-ia supor que a temporalidade é um quadro inato do pensamento. Ela é produzida, na verdade, na e pela enunciação. Da enunciação procede a instauração da categoria do presente, e da categoria do presente nasce a categoria do tempo”. O tempo linguístico é, então, ligado à manifestação da subjetividade *no* e *do* discurso. Assim, toda e qualquer enunciação organiza a temporalidade do discurso a partir do presente da fala de um locutor. Nesse sentido, a categoria de tempo, sob o ponto de vista enunciativo, mantém relação de borromeamento com

as categorias de pessoa e espaço na formação das bases enunciativas da linguagem, que permitem ao locutor atualizar sua proposição subjetiva no discurso.

Após essa trajetória teórica, iniciada com a consideração do artigo *Da subjetividade na linguagem* (BENVENISTE, 2005a) para a convocação de outros artigos de Benveniste que exploravam noções importantes, apresentamos agora o texto-balanço do autor, *O aparelho formal da enunciação* (BENVENISTE, 2006a). Como um texto síntese, operaremos com deslocamentos, convocando, principalmente quando abordarmos os aspectos que compõem a enunciação, os demais artigos teóricos do linguista que remontam às noções postas em foco. Além disso, trazemos as reflexões de alguns estudiosos do campo enunciativo para nos auxiliarem na fundamentação teórica de nosso estudo.

O célebre artigo *O aparelho formal da enunciação*, publicado pela primeira vez na Revista *Langages*, em 1970, adquiriu uma dimensão “fundadora” para o campo da Linguística da Enunciação, uma vez que, a partir desse texto, a noção de enunciação passou a ter a projeção e o reconhecimento merecidos na comunidade acadêmica de linguistas (BENVENISTE, 2006a). Sobre esse aspecto, Normand (2009a) considera que, através dessa publicação em 1970, a noção de enunciação realmente adquiriu status de descoberta no contexto dos estudos linguísticos e, a partir daí, se constitui o projeto e a legitimação de uma nova teoria imputada a Benveniste: a Teoria da Enunciação.

Nesse artigo, Benveniste, conforme ele próprio elucidada, tem por objetivo esboçar o *quadro formal da enunciação*, fato que decorre de seu interesse pelas especificidades das condições de *emprego da língua*. Nosso objetivo com a leitura desse texto é unicamente o de trazer conceitos *transversais* da teoria a partir da explicitação dos aspectos da enunciação mencionados por Benveniste, a fim de que possam subsidiar nossa proposta de estudo: o estudo e análise do ato de resumir, examinando os rastros que o locutor deixa de si no discurso do resumo.

Tomemos as primeiras linhas do artigo de 1970:

Todas as nossas descrições linguísticas consagram um lugar frequentemente importante ao “emprego das formas”. O que se entende por isso é um conjunto de regras fixando as condições *sintáticas* nas quais as formas podem ou devem normalmente aparecer, uma vez que elas pertencem a um paradigma que arrola as escolhas possíveis [...] As condições de emprego das formas não são, em nosso modo de ver, idênticas às condições de emprego da língua. São, em realidade, dois mundos diferentes, e pode ser útil insistir nessa diferença, a qual implica uma outra maneira de ver as coisas, uma outra maneira de as descrever e as interpretar. (BENVENISTE, 2006a, p.81, grifo do autor)

Em um texto desenvolvido com o objetivo de abordar a configuração do aparelho formal pelo fenômeno da enunciação, tal como o título já antecipa, Benveniste dedica suas primeiras palavras ao estabelecimento de uma importante distinção, criando, desse modo, a possibilidade de se abordar o ato de enunciação: a diferença entre o que ele denomina de “emprego das formas” e “emprego da língua”.

Assim, logo de início, o linguista deixa claro que a exposição a ser realizada não seguirá a mesma perspectiva da investigação linguística corrente, a qual se centra em um estudo da língua em si mesma e por si mesma, predominando, nesse viés, uma visão formal de língua. Ele propõe que se adote “uma outra maneira de ver as coisas, uma outra maneira de as descrever e de as interpretar” (BENVENISE, 2006a, p.81). Esse outro modo de ver as coisas constitui um “outro mundo”: são as condições de *emprego da língua*, tratando-se de “um mecanismo total e constante que, de uma maneira ou de outra, afeta a língua inteira” (BENVENISE, 2006a, p.81).

Nessa perspectiva, Benveniste, para poder abordar o ato de enunciação, o qual implica, como veremos mais adiante, a colocação da língua em emprego, se distancia da linguística que privilegia unicamente as formas linguísticas compartimentalizando a língua em unidades e níveis, para propor o estudo de uma linguística que dê conta do emprego da língua, cujas condições estão na enunciação. Tal estudo procura articular a repetibilidade, inerente a qualquer sistema linguístico, com a irrepetibilidade que advém da apropriação da língua pelo locutor, uma vez que, conforme afirmam Flores e Teixeira (2005, p.100), aqui está o diferencial da enunciação: “prever na língua o lugar da irrepetibilidade dela mesma”. Assim, o emprego da língua implica a integração da relação forma e sentido em todos os níveis e unidades, configurando o que Flores (2011) cunha de *transversalidade enunciativa*. Isso quer dizer que a enunciação não é um nível de análise linguística tal como podemos tomar a fonologia, a morfologia, a sintaxe etc. Na opinião do autor, o *colocar a língua em funcionamento por um ato individual de utilização*, ou seja, a enunciação, é transversal à língua em sua totalidade¹⁰, isto é, incide sobre todos os níveis, marcando a integração entre forma e sentido. Logo, a enunciação enquanto ato constitui uma inter-relação entre todos os níveis da língua para a constituição de sentido e referências no discurso, ou seja, no texto, seja falado ou escrito.

¹⁰ É importante esclarecer que Benveniste, ao utilizar a expressão “à língua em sua totalidade”, não deseja expressar que a língua em sua totalidade é apropriada pelo locutor no ato de enunciação. Sabemos que cada locutor não tem como apreender o “todo” da língua. Dessa forma, acreditamos que ele deseja muito mais enfatizar a questão de que, na e pela enunciação, há uma integração dos níveis e unidades para constituir a relação forma-sentido no discurso.

Benveniste, pois, nesse primeiro momento do texto, opera com um deslocamento que dá lugar logo adiante à célebre definição de enunciação: “A enunciação é este colocar a língua em funcionamento por um ato *individual* de utilização” (BENVENISTE, 2006a, p.82, grifo nosso). O adjetivo “individual”, indexado ao substantivo “ato”, remete ao fato de que todo ato de enunciação emana de um locutor; logo, a noção de enunciação sublinha o aspecto *subjetivo* de tal ato. As expressões “colocar em funcionamento” e “de utilização” indicam que interessa à enunciação a língua em emprego e em ação, uma vez que, conforme vimos, o que importa ao autor é o *emprego da língua* e não o já consagrado modelo de descrição da língua que Benveniste denomina de *emprego das formas*. Assim considerada, a enunciação se fundamenta, pois, na noção de ato que coloca em cena locutor e alocutário, figuras necessárias à condição de intersubjetividade, e a referência sempre única instanciada em cada discurso.

Ora, entendemos, portanto, que o “emprego da língua” diz respeito ao “colocar a língua em funcionamento por um ato individual de utilização”, ou seja, ao fenômeno da enunciação (BENVENISTE, 2006a, p.82). Assim, nos parágrafos seguintes desse texto, a definição “emprego da língua” será substituída pelo termo teórico “enunciação”. Aresi (2012, p.75, grifo do autor) argumenta sobre esse ponto da reflexão do mestre: “*Emprego da língua* não é, desse modo, sinônimo de língua: tal noção parece, isso sim, estar relacionada justamente ao aparelho que possibilita o seu uso, o que significa, em última análise, abordá-la sob um outro enfoque”.

Eis a grande inovação de Benveniste: entrelaçar língua e discurso, sistema e uso, semiótico e semântico, inserindo, através dessa articulação, aquele que foi recalcado durante muito tempo dos estudos linguísticos, sobretudo após uma leitura estruturalista do *CLG*¹¹: o locutor, aquele que veste o traje da língua, por ele sendo identificado entre tantos outros trajes (usos).

Como podemos observar, a enunciação diz respeito a este estar do homem no mundo por intermédio da linguagem, ao colocar a língua em funcionamento por um ato singular de utilização. Tudo, pois, que diga respeito a esta relação – construída sempre de modo único – entre homem e linguagem interessa à enunciação, afinal é ela que permite que o locutor *reinvente*, indefinidamente, sua relação com a língua. Assim, a referência passa a ter um estatuto único: a enunciação em sua evanescência e irrepetibilidade.

¹¹ Sigla para se referir ao “Curso de Linguística Geral”, obra póstuma de Ferdinand de Saussure, publicada em 1916. Trata-se de uma obra editada após sua morte por Charles Bally e Albert Sechehaye, com base em anotações de estudantes feitas ao longo dos cursos oferecidos pelo linguista na Universidade de Genebra.

Operando um deslocamento para a prática de ensino de Língua Portuguesa, toda a reflexão de Benveniste propicia um redimensionamento do lugar do professor de Língua Portuguesa e do linguista diante dos fatos de língua: é preciso considerar o *emprego da língua*, incluindo todos os elementos que se encontram aí implicados, para não consagrar um lugar importante ao *emprego das formas*.

Com o estabelecimento dessa distinção, será, em resumo, a partir de outra concepção que a língua será examinada: não mais o ponto de vista da língua como sistema de signos, mas o da língua enquanto mobilizada por um locutor através de um ato intersubjetivo de utilização da palavra em determinada situação espaço-temporal, noção que derivamos para a investigação do texto do resumo, visto que ele resultou a partir de um ato de uso da língua, que coloca sempre, em estreita relação, homem e língua, nascendo e *renascendo*, dessa relação, o *sujeito*.

O que diz Benveniste (2006a, p.82) acerca do emprego da língua? Observemos:

Coisa bem diferente é o emprego da língua. Trata-se aqui de um mecanismo total e constante que, de uma maneira ou de outra, afeta a língua inteira. A dificuldade é apreender este grande fenômeno, tão banal que parece se confundir com a própria língua, tão necessário que nos passa despercebido.

A leitura atenta deste recorte nos permite constatar a presença de mais de uma noção de enunciação, que, conforme elucidamos acima, parece possuir o mesmo sentido que o sintagma *emprego da língua*. A enunciação, além de constituir um ato, é, ao mesmo tempo, “um *mecanismo total* e constante que, de uma maneira ou de outra, *afeta a língua inteira*” e um “grande *fenômeno*” (BENVENISTE, 2006a, p.82). Ora, o que vem a ser um “mecanismo total” e o que significa “afeta a língua inteira”? Consideramos que, através do uso dessas expressões, o linguista concede à enunciação uma amplitude teórica maior, se compararmos este texto com artigos anteriores, nos quais é concedido um tratamento *indicialista* ao fenômeno de enunciação. Com efeito, a língua, em seus níveis e unidades, é atravessada pelas marcas da enunciação, o que significa declarar que todas as formas linguísticas se encontram submetidas à atitude do locutor no discurso.

Tratar da transversalidade enunciativa, possível a partir do estudo dos aspectos da enunciação, é pensar em uma relação de interdependência entre conceitos basilares da enunciação para que sejam convocados em sua globalidade. Passemos, então, a explorar os aspectos enunciativos e, por eles, os conceitos do quadro teórico benvenistiano, com o intuito

de desvelar noções caras ao nosso projeto de analisar o ato de resumir sob a luz da Teoria da Enunciação de Benveniste.

Este objeto – a enunciação – pode ser estudado sob três aspectos. O primeiro se refere, conforme Benveniste, à *realização vocal da língua* ou enunciação fônica¹². Trata-se, como o linguista mesmo afirma, de uma perspectiva pouco desenvolvida no quadro geral da enunciação, ficando tradicionalmente a cargo de estudos linguísticos da área da fonética e fonologia. A realização vocal da língua, nessa perspectiva, junto com a realização escrita da língua, pode ser concebida como um fenômeno específico da enunciação, conforme evidenciado em Knack (2012). A autora infere que a realização escrita da língua pode se constituir enquanto tal a partir da indicação de Benveniste (2006a, p.90, grifo nosso) ao final de *O aparelho formal da enunciação*: “Seria preciso também distinguir a enunciação falada da *enunciação escrita*. Esta se situa em dois planos: o que escreve se enuncia ao escrever e, no interior de sua escrita, ele faz os indivíduos se enunciarem”.

Essa asserção do autor acerca do fenômeno da enunciação escrita nos autoriza a pensar o seguinte, em termos do nosso objeto de estudo: como sabemos, a produção do texto do resumo envolve, primeiramente, a leitura de um texto-base para, posteriormente, acontecer a situação de elaboração do resumo sobre esse texto lido. Ora, a enunciação escrita do texto-base permite que o outro – o locutor do resumo – enuncie, isto é, exerça a experiência de leitura e escrita, constituindo o texto do resumo enquanto resultado da apropriação do resumidor dos sentidos produzidos no texto-base, afinal a escrita desse texto só se realizou porque anteriormente houve uma enunciação de base. Logo, como o linguista destaca, se o ato de enunciar, que implica língua como base necessária à enunciação, constitui uma atualização do sistema linguístico, que tanto pode ser falada quanto escrita, para o ato de resumir ocorre uma *atualização* do discurso do outro em uma forma que traga a *aparência* de imparcialidade e objetividade.

Ademais, quando Benveniste (2006a, p.82-83, grifo nosso) se refere ao aspecto vocal da enunciação, ele pontua que

Os sons emitidos e percebidos, quer sejam estudados no quadro de um idioma particular ou nas suas manifestações gerais, como processo de aquisição, de difusão, de alteração – são outras tantas ramificações da fonética – procedem sempre de **atos individuais**, que o linguista

¹² Percebemos aqui um emprego do termo “enunciação” que difere daquele concebido como “este colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização” (BENVENISTE, 2006a, p. 82). Trata-se, neste caso, da enunciação enquanto emissão fônica, realização vocal dos sons da língua. Eis aqui, mais uma vez, exposta a dificuldade terminológica na leitura da obra benvenistiana.

surpreende sempre que possível em uma produção nativa, no interior da fala.

Acreditamos que podemos deslocar a asserção de Benveniste de que os sons emitidos procedem sempre de atos individuais para a enunciação escrita, uma vez que, assim como na realização vocal os sons (como unidades materiais e imateriais) de uma enunciação não poderão jamais ser repetidos pelo mesmo ou por outro locutor, as letras e outras marcas tipográficas, por contraste, também procedem de atos individuais, ou seja, não há como reproduzir nenhuma enunciação escrita, uma vez que as marcas de sujeito, tempo e espaço não podem ser perenizadas no uso da língua.

Essa reflexão assume especial relevo à medida que tradicionalmente se toma a produção escrita do resumo como uma mera reprodução sintética do texto-base. Desse modo, a discussão de Benveniste sobre a questão do vínculo da emissão fônica com a enunciação nos permite deslocar para pensar como isso funciona quando da abordagem gráfica da língua: cada letra inscreve aquele que a traça no papel, instalando a subjetividade fundante de todo ato de enunciação, quer oral quer escrito. Por conseguinte, compreendemos o ato de escrita como aquele que permite ver além da marca da tinta, para vislumbrar a *singularidade* de uma enunciação. A apropriação da língua implica a produção de um discurso que pode, então, caracterizar-se como falado – conforme esse aspecto coloca em realce -, mas também como escrito, como o próprio final do artigo *O aparelho formal da enunciação* indica.

Outro aspecto constitutivo da enunciação e que particularmente recebe destaque em nosso trabalho consiste na abordagem do “mecanismo desta produção” (BENVENISTE, 2006a, p.83), ou seja, a conversão individual da língua em discurso. Trata-se, aqui, do aspecto “operatório” da enunciação, com o objetivo de examinar como o sentido se forma em palavras, o que Benveniste denomina de processo de “semantização da língua¹³”. Assim, o ato de enunciação implica um mecanismo, responsável pela conversão da língua em discurso, permitindo ao locutor a cada vez produzir “sentido” através de “palavras”. Percebemos que esse processo permite flagrar a presença da subjetividade, visto que o sentido construído através de palavras é sempre particular, decorrente do investimento subjetivo do locutor que se marca no seu discurso.

¹³ Flores et al. (2009, p.205), ao definirem o verbete “semantização” como “processo relativo ao uso da língua para atribuição de referência à atitude do sujeito e à situação enunciativa”, advertem, em nota explicativa: “Embora o uso da língua seja descrito como processo que compreende apropriação, atualização, sintagmatização e semantização, o último item engloba os demais, pois a semantização resume todo o trabalho com a língua: a conversão da língua em discurso” (FLORES et al., 2009, p.205).

Embora a noção de semantização não fique muito evidente neste artigo, é possível compreendê-la, a partir da relação com outros artigos – o próprio Benveniste reenvia, em nota de rodapé, ao artigo de 1969, *Semiologia da Língua* -, como um mecanismo em que o locutor, tomando a língua enquanto sistema de signos, dela se apropria, fazendo referência à pessoa, tempo e espaço, ingressando, assim, no domínio semântico, “modo específico de significância que é engendrado pelo discurso” (BENVENISTE, 2006d, p.65). Ora, é precisamente aqui que se marca a especificidade do ato de resumir textos em uma concepção enunciativa: conforme discutiremos no item 4.3, se o que está em jogo no processo de semantização é a apropriação pelo locutor da língua enquanto sistema de signos para ingresso no mundo do discurso, no ato de resumir tem-se uma situação em que as operações da sintagmatização¹⁴-semantização já foram operacionalizadas pelo locutor do texto-base, cabendo ao resumidor se *apropriar* desse discurso já sintagmatizado-semantizado pelo outro para dizê-lo *novamente*. Em síntese, o texto-base existe a partir de um trabalho de sintagmatização através do qual a língua se semantiza ao atualizar-se em discurso por meio de um ato enunciativo que constitui um *eu-tu-ele-aqui-agora* irrepetíveis. Em contrapartida, o texto do resumo, resultando de uma nova enunciação, sinaliza uma espécie de retorno ao ato enunciativo anterior, que, num único movimento, emerge na enunciação em curso e é por ela absorvido, uma vez que passa a subordinar-se ao tempo da instância de discurso atual, enfim, ao presente convocado pelo locutor-resumidor. A passagem de um discurso para outro discurso fundamenta, pois, o ato de resumir como de caráter metassemântico, aspecto que esmiuçaremos no capítulo 4.

Tal aspecto da enunciação é facilmente identificado na relação que ele estabelece com outros textos, como por exemplo, *Os níveis da análise linguística*¹⁵, de 1964, *A forma e o sentido na linguagem*¹⁶, de 1966, e *Semiologia da Língua*, de 1969¹⁷ (BENVENISTE, 2005c,

¹⁴ Utilizaremos o termo “sintagmatização” ao invés de “sintagmação”, baseando-nos no que propõe Mello (2012) a respeito.

¹⁵ Texto publicado originalmente em *Proceedings of the 9th International Congress of linguists, Cambridge, Mass., 1962, Mouton & Co.*, 1964. No Brasil foi publicado em *Problemas de Linguística Geral I* pela Pontes Editora. (BENVENISTE, 2005c)

¹⁶ Texto publicado originalmente em *Le langage II (Sociétés de Philosophie de langue française, Actes du XIII^o Congrès, Genève, 1966)*, Neuchâtel, La Baconnière, 1967, p.29-40. Publicado no Brasil em *Problemas de Linguística Geral II*, pela Pontes Editora. (BENVENISTE, 2006b)

¹⁷ Se afirmamos que a questão da “conversão da língua em discurso” pode ser endereçada aos três textos citados, o faço porque é neles que esta problemática se desenvolve como foco central. No entanto, é importante salientar que ela já se esboçava, de certa forma, em textos mais anteriores de Benveniste. Ora, a própria investigação acerca dos pronomes pessoais, verbos e demais “indicadores de subjetividade”, característica dos textos benvenistianos das décadas de 1940 e 1950, já mostrava que é através deles que essa conversão se torna possível. A seguinte passagem de *A natureza dos pronomes*, de 1956, é bastante elucidativa a esse respeito. Nela, Benveniste afirma, sobre essa categoria de signos “auto-referenciais”: “O seu papel consiste em fornecer o instrumento de uma conversão, a que se pode chamar a conversão da linguagem em discurso. É identificando-se como pessoa única pronunciando *eu* que cada um dos locutores se propõe alternadamente como ‘sujeito’” (BENVENISTE, 2005f, p.280-281, grifo do autor).

2006b, 2006d). Aliás, é nesses três artigos que Benveniste se volta essencialmente para o *problema da significação* e onde encontramos o desenvolvimento e a definição da distinção entre os modos semiótico e semântico, que, embora distintos, se encontram articulados para a constituição do processo de semantização da língua. Sobre essa reflexão acerca dos modos de significar próprios da língua, Flores (2013) postula que a discussão acerca dos modos semiótico e semântico pode ser lida como o segundo momento da teoria enunciativa de Benveniste. Posto isso, torna-se necessário recorrer, ainda que brevemente, a esses textos para compreender o raciocínio de Benveniste sobre o problema da significação.

Do texto *Os níveis da análise linguística*, em virtude dos propósitos que nos conduzem neste estudo, não discutiremos todas as noções apresentadas ali; sendo assim, deter-nos-emos em recuperar as concepções que realmente são fundamentais ao contexto de nosso estudo, quais sejam, a relação forma/sentido e a noção de frase. Assim, em seu início, Benveniste observa o reconhecimento de que a linguagem precisa ser descrita como uma estrutura formal, pautada em procedimentos e critérios adequados, classificando os fenômenos estudados segundo um princípio racional para que, desse modo, possam ser construídas descrições coerentes de língua. Essa constatação conduz ao que o autor chamou de noção de nível, que, segundo ele, parece ser “essencial na determinação do procedimento de análise”. (BENVENISTE, 2005c, p.127). Benveniste se centra, pois, na definição das unidades de análise, propondo que cada unidade de análise é definida em função de sua integração noutra unidade de nível superior. Assim, as unidades de um determinado nível se *distribuem* nesse nível e são chamadas de *unidades constituintes* desse nível as quais, por sua vez, só podem ser assim definidas se, simultaneamente, forem também *unidades integrantes* de um nível superior. A essa relação entre constituinte e integrante se vincula à questão da relação forma/sentido: *a capacidade de integração* em um nível superior diz respeito ao *sentido*¹⁸; *a capacidade de distribuição* em um mesmo nível como constituinte diz respeito à *forma*.

De acordo com o autor, um nível se define em função das relações distribucionais e integrativas que suas unidades têm. Isto é, os níveis são formados por unidades que estão em relação de forma e sentido, sempre indissociáveis; este seria, então, nas palavras de Benveniste (2005c, p. 134, grifos do autor), “o princípio racional que governa, nas unidades dos diferentes níveis, a relação entre FORMA e SENTIDO”. Um deve definir-se pelo outro e devem articular-se juntos em toda a extensão da língua. Ao concluir por esse princípio de

¹⁸ É importante lembrar aqui que “sentido”, neste artigo de Benveniste, possui três acepções diferentes, o sentido concebido enquanto sentido que as unidades possuem no sistema linguístico, enquanto unidades opositivas; o sentido enquanto capacidade de integrar uma unidade de nível superior; e sentido enquanto o sentido singular, único e evanescente que se constitui em determinado uso.

articulação, o linguista observa que muitos pesquisadores de sua época tentam, em vão, evitar, ignorar ou expulsar o sentido em suas análises, contudo “é inútil: essa cabeça de Medusa está sempre aí, no centro da língua, fascinando os que a contemplam” (BENVENISTE, 2005c, p.135). Essas relações estão implicadas na própria estrutura dos níveis e nas funções que a elas correspondem, designadas constituintes e integrantes.

Na passagem das palavras para a unidade de nível superior, as frases, há um problema, pois, se as frases se realizam em palavras, as palavras não são seus segmentos; o todo da frase não se reduz à soma de suas partes. A frase comporta constituintes, aceitando a segmentação, no entanto não se pode integrá-la em nenhuma unidade mais alta: “o limite superior é traçado pela frase” (BENVENISTE, 2005c, p.134). Por isso, a frase, segundo o autor, se situa num nível que se distingue dos demais níveis linguísticos, ou seja, não representa “simplesmente um degrau a mais na extensão do segmento considerado”. (BENVENISTE, 2005c, p.137). Aya Ono (2007, p.61-62, grifo da autora, tradução nossa) delinea os dois sentidos que a noção de frase comporta no sistema de pensamento de Benveniste:

Duas dimensões se recobrem na concepção benvenistiana de frase. De um lado, uma dimensão formal, em que a frase é considerada como uma unidade discreta, segmento de discurso; de outro lado, uma dimensão de atualização, na qual ela é concebida como língua em ação, em consequência, cada vez particular e inclassificável. Certamente, a frase já é tradicionalmente definida como uma sequência de palavras e como um segmento de discurso, mas Benveniste introduz em sua definição uma nova dimensão, a da *língua em ação*.

Evidencia-se, assim, que, no âmbito da frase, as palavras se atualizam, isto é, assumem sentidos específicos, que podem divergir completamente do significado potencial que têm como signos no domínio semiótico. No plano do discurso, o signo (que tem um significado genérico) se converte em palavra, e a convivência e conivência entre as palavras produz a semantização do texto.

Assim, embora contemple a frase em sua dimensão formal, como segmento/unidade do discurso, a definição que Benveniste destaca em *Os níveis da análise linguística* é a da frase como expressão semântica, situada na dimensão da língua em funcionamento. Isso se confirma em algumas asserções durante o texto:

- a) a frase, criação indefinida, variedade sem limite, é a própria vida da linguagem em ação;
- b) ora, essas três modalidades [assertiva, interrogativa, imperativa] apenas refletem os três comportamentos fundamentais do homem falando e agindo pelo discurso sobre

o seu interlocutor: quer transmitir-lhe um elemento de conhecimento, ou obter dele uma informação, ou dar-lhe uma ordem. Essas são as três funções interumanas do discurso que se imprimem nas três modalidades da unidade de frase, correspondendo cada uma a uma atitude do locutor;

- c) é, porém, uma unidade completa, que traz ao mesmo tempo sentido e referência: sentido porque é informada¹⁹ de significação, e referência porque se refere a uma determinada situação. Os que se comunicam têm justamente isso em comum, uma certa referência de situação, sem a qual a comunicação como tal não se opera, sendo inteligível o sentido, mas permanecendo desconhecida a “referência”.

Além de essas afirmações ressaltarem a concepção de frase como *atualização*, parece-nos ser possível sustentar, alinhados com Mello (2012), que, ao referir a frase como “criação indefinida”, “variedade sem limite” e “vida da linguagem em ação”, somos autorizados a associá-la com a própria noção de texto, vínculo que interessa essencialmente a este trabalho. A frase está ligada, nesse contexto de reflexão, à atualização das formas da língua, uma vez que se encontra associada à semântica, a qual “resulta de uma atividade que coloca a língua em ação” (BENVENISTE, 2006b, p.230). Essa atividade de colocar a língua em uso é empreendida pelo locutor, que agencia as formas no discurso para produzir uma frase que tenha sentido e referência, já que o sentido de uma frase sempre faz referência à situação de discurso e a uma determinada atitude do locutor, que não podem ser previstas ou fixadas. Dessarte, a língua em uso constrói uma semântica própria, o que possibilita compreender a significação como da ordem do intencionado, “produzida pela sintagmatização das palavras em que cada palavra não retém senão uma parte do valor que tem enquanto signo” (BENVENISTE, 2006b, p.234).

Ao destacar o fato de a frase ser abordada sob o ponto de vista pragmático da enunciação, Dessons (2006, p.63, grifo do autor, tradução nossa) afirma que “a frase aparece, assim, como a manifestação do empírico da linguagem, o que Benveniste exprime pela ideia de *criação*”. Essa ideia de *criação* nos é cara, uma vez que, como estamos tomando a noção de frase como associada à de texto/enunciado, é essencial pensar o texto, enquanto produto da enunciação, como efetivamente um produto *criado* pelo locutor em uma determinada instância de discurso, para expressar uma certa ideia (certa referência sobre o mundo) a partir de um singular agenciamento das formas que a língua lhe disponibiliza. O ponto de vista de

¹⁹ Na tradução para o português, em lugar de “informada”, foi usado o termo “enformada”. Não nos parece adequada essa tradução, uma vez que, no texto original, publicado em 1966, na página 130, Benveniste emprega o termo “informée”.

tomar a frase como criação, umbilicalmente relacionada ao processo de sintagmatização-semantização, nos fornece, sob a égide da perspectiva enunciativa benvenistiana, elementos para formular uma concepção enunciativa de resumo, objetivo do capítulo 4 desta dissertação.

Creemos ser importante destacar que Benveniste quando utiliza “variedade sem limite” e “criação indefinida” para se referir à noção de frase, além de nos autorizar a vinculá-la com a noção de texto, ressalta a propriedade de subjetividade inerente a ela. Uma vez que estamos tomando a concepção de frase como sinônima de texto, concebido como produto de um ato de mobilização da língua por um locutor, nada mais lógico que tomar o texto, em sua globalidade, um índice de subjetividade²⁰: todos os caracteres linguísticos que estão inseridos no texto são submetidos à enunciação, ou seja, ao locutor, “parâmetro das condições necessárias da enunciação” (BENVENISTE, 2006a, p.83).

Para Benveniste (2005c, p.137), com a frase “transpomos um limite, entramos num novo domínio”. Qual domínio é esse? Ora, deixa-se com a frase o domínio da língua enquanto sistema de signos e se adentra em outro domínio, num outro universo, o da língua como instrumento de comunicação, cuja expressão seria o discurso. A frase pertenceria, então, ao discurso, seria a sua unidade, no entanto uma unidade completa, uma vez que traz sentido e referência: “É no discurso atualizado em frases que a língua se forma e se configura. Aí começa a linguagem.” (BENVENISTE, 2005c, p. 140). A configuração da língua se dá, desse modo, através do discurso manifestado sempre por meio de frases. Essa precedência do uso em relação à língua é ressaltada pelo autor em outra passagem, que consta no artigo de 1970: “Antes da enunciação a língua não é senão possibilidade de língua” (BENVENISTE, 2006a, p.81).

A dupla articulação da frase – trazer sentido e referência – é a condição, pois, que a torna analisável para o locutor, uma vez que é nesse nível que as formas se assumem como expressão e como tal passam a evocar sentidos. Essa reflexão é de suma valia para nós, já que a leitura e, posteriormente, a escrita do resumo engendram forma e sentido que denunciam a presença do locutor em seu discurso, atribuindo sentidos e referências singulares no ato *enunciativo* de resumir.

Dessons (2006, p.64, grifo nosso) explica que “a frase, em sua concepção discursiva, implica a *historicidade radical da linguagem*, que faz de cada enunciação uma ação única”. Essa concepção de uma historicidade radical implicada pelo uso da frase/texto é possível de se observar em outros excertos de Benveniste. Citamos dois:

²⁰ Princípio teórico-metodológico para a análise enunciativa de textos, retirado do trabalho de Mello (2012).

- a) “o sentido da frase implica referência à situação de discurso, e à atitude do locutor”;
- b) “a frase é então cada vez um acontecimento diferente”.

Ora, enquanto o signo tem por constituinte o significado que lhe é inerente, a frase e, logo, o texto, implica referência à situação de discurso e à atitude do locutor, o que faz dela a manifestação empírica da *historicidade do discurso*, a qual remete ao *tempo linguístico*, ou seja, àquele organicamente ligado ao exercício da fala, sendo *reinventado* a todo o momento em que um homem insere seu discurso no mundo. Sendo assim, a concepção de tempo linguístico em Benveniste implica historicidade, servindo para revelar a experiência subjetiva na linguagem: “é pela língua que se manifesta a experiência humana do tempo” (BENVENISTE, 2006e, p.74). Desse modo, a categoria de tempo, junto com a de pessoa, se constituem como modalidades elementares, independentes de toda determinação cultural e, através delas, pode-se visualizar a experiência subjetiva dos homens que se colocam e se situam na e pela linguagem. Historicidade e subjetividade se encontram, pois, estreitamente relacionadas.

Em relação ao segundo trecho, ressaltamos novamente a estreita ligação da frase com o tempo presente da enunciação, em que o valor dela é todo extraído da sua referência a esse tempo. Através dessa interdependência entre frase e tempo linguístico, deriva a noção de *historicidade*, fazendo de cada ato de enunciação uma sempre nova inserção do discurso do locutor no mundo.

Não é à toa que grifamos o sintagma “historicidade radical da linguagem”, uma vez que a ideia de uma *historicidade radical da linguagem* importa amplamente a este estudo, visto que, conforme já reiteramos, temos o objetivo de investigar de que modo a historicidade do ato de resumir um texto marca a enunciação do locutor-aluno, quando este deve se apropriar do discurso do outro para produzir um texto/frase denominado de resumo. Compartilhando, juntamente com Dessons (2006), de que a frase – e por extensão o texto – implica uma historicidade, o que faz de cada enunciação e, portanto, de cada texto, algo singular, que efeitos isso apresenta no texto produzido pelo locutor-aluno? Com efeito, o leitor já deve ter percebido que, ao longo dessa dissertação, temos levantado muitas questões que ainda carecem de respostas. Cremos que isso se deve ao fato de que tais questionamentos são circunscritos ao âmbito analítico, no qual desejamos desvendar, na prática da análise dos fatos de linguagem, possíveis respostas para essas indagações.

Realizada essa breve pausa, é válido destacar que, quando o autor afirma que com a frase deixa-se o domínio da língua enquanto sistema de signos e se entra em um outro domínio, a da língua como ação entre interlocutores, é possível vislumbrar a elaboração da

distinção entre os modos semiótico e semântico que será engendrada de forma mais contundente no artigo *A forma e o sentido na linguagem* (BENVENISTE, 2006b). Ora, o domínio da língua enquanto sistema de signos, incluindo aí desde o nível merismático até o da frase como proposição, nada mais é do que relativo ao domínio do semiótico, ao passo que a frase, concebida enquanto variedade sem limite, vida da linguagem em ação, pertence ao modo semântico de significar, em que a língua, colocada em emprego e em ação, atua como mediadora entre o homem e o homem, entre o homem e o mundo, permitindo a integração da sociedade e a manifestação da cultura.

Benveniste, neste texto, anuncia que tratará das noções *gêmeas* de forma e sentido, não sendo possível estabelecer uma oposição entre elas, já que, no funcionamento concreto da língua, ambas se unem para que o homem possa, se constituindo como sujeito, *viver*. Logo, essa articulação torna possível a criação da linguagem. Para o linguista, opor forma e sentido é uma oposição banal, no entanto se essa oposição for reinterpretada considerando o funcionamento da língua, chegamos ao cerne do problema mais fundamental da linguagem: a significação. A importância dessa relação se justifica, já que, de acordo com o autor, “a linguagem significa, tal é seu caráter primordial, sua vocação original que transcende e explica todas as funções que ela assegura no meio humano”, “bem antes de servir para comunicar, a linguagem serve para viver” (BENVENISTE, 2006b, p. 222).

Estendendo essas duas proposições para a abordagem do texto, se a linguagem significa, podemos dizer que o texto também significa, uma vez que é tecido de língua enquanto conjunto de unidades dotadas de forma e sentido que servem para promover a constituição do homem no mundo. Além disso, se a linguagem, antes de servir para comunicar, serve para viver, o texto, em sua função mediadora entre o homem-homem e homem-mundo, atualiza o *viver* do locutor, instaurando a experiência humana na linguagem, produzindo, *na e pela* enunciação, a historicidade radical do homem na linguagem. Ora, vale a pena prestar atenção no que acabamos de afirmar: a enunciação – por extensão o texto - é condição para que o homem possa se historicizar na língua, propondo-se como *sujeito* a cada ato eternamente presente de apropriação intersubjetiva da palavra. E para que nos historicizemos na língua, com que finalidade nos apropriamos da língua e estabelecemos relações intersubjetivas? Benveniste não dá margem a dúvidas: tudo o que fazemos na e pela linguagem é para *viver*, constituindo-nos como sujeito a cada ato de enunciação eternamente presente.

Afirmando que o signo linguístico não diz tudo sobre a língua, Benveniste distingue este, que tem valor genérico e conceptual, da frase, unidade que assume sempre um sentido

singular a cada situação de discurso. Nas palavras do autor, “o signo e a frase são dois mundos distintos e que exigem descrições distintas” (BENVENISTE, 2006b, p.229). Esses dois mundos distintos configuram as duas maneiras que a língua tem de ser língua, no sentido e na forma: domínio semiótico (universo do signo) e domínio semântico (universo da frase/discurso), em que ao primeiro cumpre *significar*, e ao segundo, *comunicar*. Logo, é na proposição de que a língua pode ser outra coisa ao mesmo tempo, abarcando, pois, o domínio da língua em emprego no seio de uma sociedade, que Benveniste pôde propor um novo modo de ver o fenômeno da linguagem. Vale fazermos aqui ecoar as palavras do linguista que melhor especificam as funções de tais domínios:

Tudo o que é do domínio do semiótico tem por critério necessário e suficiente que se possa identificá-lo no interior e no uso da língua. Cada signo entra numa rede de relações e de oposições com os outros signos que o definem, que o delimitam no interior da língua. Quem diz “semiótico” diz “intralinguístico”. Cada signo tem de próprio o que o distingue dos outros signos. Ser distintivo e ser significativo é a mesma coisa (BENVENISTE, 2006b, p.227-228)

A noção de semântica nos introduz no domínio da língua em emprego e em ação; vemos desta vez na língua sua função mediadora entre o homem e o homem, entre o homem e o mundo, entre o espírito e as coisas, transmitindo a informação, comunicando a experiência, impondo a adesão, suscitando a resposta, implorando, constringendo; em resumo, organizando toda a vida dos homens. (BENVENISTE, 2006b, p.229)

Benveniste classifica a frase como participante de um domínio diferente daquele do signo, pois um hiato os separa: o signo tem valor genérico, conceptual, não admitindo, portanto, significado ocasional ou particular; a frase, ao contrário, pertence ao domínio do particular, do empírico, do *histórico*, enfim, é “a expressão semântica por excelência” (BENVENISTE, 2006b, p.229).

No domínio da língua como semiótico, cuja unidade é o signo, importa que essa unidade signifique, isto é, tenha sentido. É mister explicar que o termo “sentido”, nesse contexto, não está em uma relação de sinonímia com o significado de “sentido”, presente no artigo *Os níveis da análise linguística*, como a capacidade de uma unidade integrar um nível mais alto. Sentido, aqui, seria a capacidade do signo de significar, entrando numa rede de relações e de oposições com os outros signos que o definem, uma vez que “ser distintivo e ser significativo é a mesma coisa” (BENVENISTE, 2006b, p.228), quando se aborda a língua sob o ponto de vista do mundo do semiótico. Por conseguinte, a grande questão relacionada a esse domínio é a seguinte: tal signo significa ou não? E é nesse ponto que Benveniste acrescenta que o signo linguístico comporta a questão do uso e, conseqüentemente, o papel do locutor,

pois “fora do uso, o signo não existe” (BENVENISTE, 2006b, p227); é somente no uso da língua que os falantes nativos podem determinar se o signo existe ou não, devendo *reconhecê-lo* como pertencente ao domínio da língua.

Do signo, unidade do semiótico, Benveniste passa, como vimos, à frase, questionando-se sobre a função comunicativa desta, uma vez que nos comunicamos por meio de frases. No semântico, a questão não é mais se determinado signo tem sentido, mas, aqui, importa o *intentado*²¹, ou seja, aquilo que o locutor atualiza em discurso. Esse domínio de significação resulta, portanto, da atividade do locutor que coloca a língua em ação, transformando-a em discurso. Logo, se com o signo tem-se a realidade intrínseca da língua, com a frase, ao contrário, liga-se o que está fora da língua: “o sentido da frase implica referência à situação de discurso e à atitude do locutor” (BENVENISTE, 2006b, p.230).

O sentido, no semântico, se produz por uma relação sintagmática, pois, como preconiza o linguista, nesse domínio “tudo é dominado pela condição do sintagma” (BENVENISTE, 2006a, p.230). Conforme Benveniste (2006a, p.230, grifo nosso), “o sentido da frase é de fato a ideia que ela exprime; este sentido se realiza formalmente na língua pela escolha, pelo *agenciamento de palavras*, por sua *organização sintática*, pela ação que elas exercem umas sobre as outras”. Assim, é no e pelo arranjo específico das palavras no texto que o sentido se produz. Existe uma anterioridade lógica, visto que, dependendo do sentido que se deseja imprimir ao enunciado²², o locutor vai realizar determinadas escolhas linguísticas, colocando-as em certa ordem sintática. Dessa operação de *sintagmatização*, decorre o *sujeito da enunciação*.

Assim sendo, se o sentido da frase é a ideia que ela exprime e que se realiza formalmente no âmbito do sintagma, “ver como o sentido se forma em palavras” implica dar destaque ao agenciamento de palavras, à sua organização sintática, a ação de umas palavras sobre as outras, ou seja, ao *processo de sintagmatização*. Salientamos, de antemão, que esse processo de sintagmatizar as formas adquire especial atenção em nosso trabalho, uma vez que concebemos, junto com Normand (2009a), que o sentido passa sempre pelas formas; desse modo, cumpre observar, em uma análise translinguística, o modo como o locutor agencia/organiza/seleciona as formas disponíveis na língua, com vistas a tentar reproduzir, em uma necessária ilusão, as referências e os sentidos principais do discurso do texto-base. Dito

²¹ Mello (2012, p.13) observa que, na versão brasileira de PLGII, a expressão *une signification de l'intenté* foi traduzida por *significação intencionada* e, segundo a autora, “essa expressão seria mais bem traduzida por ‘significação do intentado’”. Acreditamos que Benveniste, ao falar de ‘intentado’, quer se referir ao efeito da apropriação individual da língua por um locutor. Nesses termos, a noção de *intentado* parece se assemelhar à de *semantização*, guardadas as devidas especificidades de cada conceito.

²² A noção de enunciado será tomada, nesta dissertação, como sinônima de texto.

em outras palavras, de que forma, através do agenciamento de palavras no discurso, o resumidor transparece ao seu leitor a *interpretância* que realizou do texto-base? Nesse sentido, parece-nos que à noção de *interpretância* podemos indexar a própria definição de enunciação como ato individual de apropriação da língua. A enunciação é sempre esse *interpretar* do locutor, através da língua, para semantizar e *ressemantizar* o mundo, constituindo-se como sujeito na sua língua durante toda sua vida.

Ainda sobre o contexto do semântico, o mestre estabelece uma distinção importante entre sentido e referência: “se o sentido da frase é a ideia que ela exprime, a ‘referência da frase’ é o estado de coisas que a provoca, a situação de discurso ou de fato a que ela se reporta e que nós não podemos jamais prever ou fixar” (BENVENISTE, 2006b, p.231). Conclui-se, desse modo, que o autor destaca o sentido como a *ideia* que resulta da sintagmatização operada pelo locutor, e a referência como estreitamente relacionada com a situação espaço-temporal a que o texto se refere.

Sobre a noção de interpretância, que julgamos fundamental no escopo de nosso estudo, passemos ao artigo *Semiologia da língua* (BENVENISTE, 2006d). Nesse texto, Benveniste explicita o que entende pela análise da significância de sistemas semióticos linguísticos e não-linguísticos com base em princípios semiológicos, visto que, aqui, mais uma vez, o linguista ressalta que a condição da significância é que o signo seja tomado e compreendido em um sistema.

Benveniste, na segunda parte do texto, passa a propor modos de classificação das relações entre os sistemas de signos, de modo a colocar em prática a possibilidade de uma ciência semiológica prevista por Saussure por meio da elaboração de princípios de classificação. A vida do signo é, então, identificada como tão imbricada no seio da vida social que Benveniste (2006d, p.52) pontua: “nossa vida está presa em redes de signos que nos condicionam a ponto de não se poder suprimir apenas um sem colocar em perigo o equilíbrio da sociedade e do indivíduo”. Chama-nos a atenção a palavra “condicionam”: a existência do indivíduo e da sociedade estão condicionadas à vida do signo no sistema e nas relações entre eles.

Em seguida, o autor esboça o início da ciência da Semiologia, estabelecendo os princípios que dizem respeito às relações entre os sistemas semióticos. Além do princípio da *não-redundância*, o princípio da relação entre *interpretante* e *interpretado* classifica a relação entre língua e sociedade. Benveniste (2006d, p.61) explicita: “Toda semiologia de um sistema não linguístico deve pedir emprestada a interpretação da língua, não pode existir senão pela e na semiologia da língua”. Ou seja, as relações de significação presentes em outros sistemas

dependem da língua para que uma comunicação de sentidos seja possível. Desse modo, o papel da língua, em sua dimensão, toca a sociedade e a cultura, visto que “a significância da língua, ao contrário, é a significância mesma, fundando a possibilidade de toda troca e de toda comunicação, e também de toda cultura” (BENVENISTE, 2006d, p.60).

Assim, é na relação de *interpretância* que reside a formulação sobre a língua e a sociedade como interdependentes: “somente a língua torna possível a sociedade” (BENVENISTE, 2006d, p.63). Na esteira das reflexões que empreendemos anteriormente, vemos que os princípios semiológicos que subjazem aos estudos de Benveniste também contribuem para a abertura de seus estudos para além da ordem linguística, tocando as fronteiras com a antropologia ao evocar os sistemas de significação que integram o mundo do homem. No entanto, ainda cabe questionar por que é possível colocar a língua em uma posição de destaque, afirmando que ela tem uma preeminência como sistema de significação.

Essa primazia da língua sobre os outros sistemas se dá porque “a língua significa de uma maneira específica e que não está senão nela” (BENVENISTE, 2006d, p.64). A potência da língua reside numa dupla significância, isto é, sua composição é dada pelo semiótico, que deve ser *reconhecido*, e pelo semântico, que deve ser *compreendido*. Benveniste pontua novamente o que caracteriza o funcionamento desses modos de significação, enfatizando o semântico: este diz respeito ao modo específico de significância engendrado pelo discurso, a língua na sua função de produtora de mensagens. O sentido é concebido globalmente e se divide em signos particulares, que são as palavras. O semântico traz o conjunto dos referentes, identificando-se ao mundo da enunciação e ao universo do discurso. Além disso, essa dupla dimensão da língua permite a criação de um segundo nível de enunciação, de modo que “se torna possível sustentar propósitos significantes sobre a significância” (BENVENISTE, 2006d, p.66): é a própria faculdade metalinguística que se apresenta como a origem da relação de interpretância da língua, e ambas – metalinguística e interpretância da língua – fundamentam a nossa concepção do ato de resumir textos.

Por fim, destacamos que o linguista, encaminhando-se para o final de *Semiologia da Língua*, diz que a semiologia da língua foi bloqueada justamente pelo signo, elemento que a criou, o que faz com que seja preciso “ultrapassar a noção saussuriana do signo como princípio único, do qual dependeria simultaneamente a estrutura e o funcionamento da língua” (BENVENISTE, 2006d, p.67). Vejamos, pois, os caminhos propostos pelo autor para “ultrapassar” Saussure:

- a) na análise intralinguística, pela abertura de uma nova dimensão de significância, a do discurso, que denominamos semântica, de hoje em diante distinta da que está ligada ao signo, e que será semiótica;
- b) na análise translinguística dos textos, das obras, pela elaboração de uma *metassemântica* que se construirá sobre a semântica da enunciação” (BENVENISTE, 2006d, p.67, grifo nosso).

Tanto essas vias de análise esboçadas por Benveniste quanto as próprias análises que ele empreendeu nos artigos que comentamos anteriormente apontam que a retomada de Saussure por Benveniste, via o caminho da semiologia, possibilita uma ampliação do projeto saussuriano que parece ultrapassar a ordem linguística. Para Normand (2009a), os desdobramentos do processo de pesquisa de Benveniste podem ser condensados em dois: (1) a análise do sistema de signos (semiótico) acompanhada de uma análise do discurso (semântico) e (2) o prolongamento do semântico para um programa sem limites definidos, que está “próximo de uma antropologia cultural, que Benveniste resume sob o termo *semiologia*, e precisa na ocasião pelo termo *metassemântica*” (NORMAND, 2009a, p.160, grifos no original).

Essas palavras de Normand (2009a) também jogam luz sobre o prisma que buscamos imprimir ao nosso recorte dos estudos benvenistianos. A autora vê na semiologia e na metassemântica uma perspectiva de olhar para a língua e perceber de que modo o homem, impregnado de valores culturais, se representa nela, não apenas como um efeito de apropriação da língua, o sujeito, mas como locutor que vive sua individualidade em vista de uma sociedade, regida por certos quadros culturais.

Da conversão da língua em discurso (processo de semantização), segundo aspecto, passemos ao terceiro aspecto da enunciação, que diz respeito à definição do quadro formal de sua realização, expressão já marcada no título do artigo. A preocupação é com a exposição de um aparelho formal da enunciação, mecanismo linguístico que da generalidade engendra a singularidade, em um processo no qual estão implicadas as categorias enunciativas de pessoa, espaço e tempo. O que se segue, deste ponto, é uma tentativa de “esboçar, no interior da língua, os caracteres formais da enunciação a partir da manifestação individual que ela atualiza” (BENVENISTE, 2006a, p.83). O autor é claro: através dessa abordagem, ele busca descrever as formas e funções presentes *no interior da língua* que permitem ao locutor se apropriar dela, atualizando-a em discurso. Sendo assim, os caracteres da enunciação estão sempre inscritos na própria língua, uma vez que ela, enquanto sistema formal de signos, prevê a sua própria mobilização, utilização e apropriação, a cada vez única de um locutor que, ao

mobilizar a língua por sua conta, constitui uma nova relação consigo, com a língua, com o outro, trazendo, no e pelo seu discurso, as complexas relações culturais e sociais.

Para fins metodológicos, na enunciação considera-se sucessivamente: o próprio ato, as situações em que ele se realiza e os instrumentos de sua realização. Eles constituem os três componentes do quadro de realização da enunciação. Parte-se, portanto, da globalidade do fenômeno, do todo do ato, levando em conta a própria situação em que ele se dá, para, então, descrever e categorizar “os instrumentos dessa realização”. Enfim, o que significa, na enunciação, considerar, sucessivamente, o próprio ato, as situações em que ele se realiza e, por fim, os instrumentos de realização?

Primeiramente, o ato de enunciação “introduz em primeiro lugar o locutor como parâmetro nas condições necessárias da enunciação” (BENVENISTE, 2006a, p.83). Assim, a figura do locutor que efetua a língua em uma instância de discurso é condição para que se produza a enunciação. No entanto, a presença do interlocutor também é igualmente essencial, uma vez que os dois são mutuamente constitutivos e são constituídos na e pela linguagem. Logo, a relação do homem com a linguagem não é, de forma alguma, solipsista, uma vez que um homem fala, escuta, escreve e lê com outro homem no mundo: “toda enunciação é, explícita ou implicitamente, uma alocação, ela postula um alocutário” (BENVENISTE, 2006a, p.84).

Ora, a noção de ato instaura o dispositivo enunciativo, isto é, o quadro figurativo composto pelos elementos *eu* e *tu* em relação ao *ele*. A noção de quadro figurativo aparece justamente no último texto de Benveniste, *O aparelho formal da enunciação*, quando o teórico pontua que a acentuação da relação discursiva com o parceiro “coloca o que necessariamente se pode denominar o *quadro figurativo da enunciação*. Como forma de discurso, a enunciação coloca duas ‘figuras’ igualmente necessárias, uma, origem, a outra, fim da enunciação” (BENVENISTE, 2006a, p.87). Ele especifica: “Duas figuras na posição de parceiros são alternativamente protagonistas da enunciação. Este quadro é dado necessariamente com a definição de enunciação” (BENVENISTE, 2006a, p.87). É importante frisar que essa teorização do autor a respeito do quadro figurativo da enunciação se desvela principalmente em seus artigos relativos às décadas de 40 e 50, em que o linguista se volta essencialmente para o estudo da natureza dos pronomes e, por esta, da categoria de pessoa.

Avançando na exploração do artigo de 1970, o autor ressalta que a condição específica da enunciação é “o ato mesmo de produzir um enunciado, e não o texto do enunciado” (BENVENISTE, 2006a, p.82), ato este que é tomado como objeto. No entanto, para nosso estudo, conforme já esclarecemos na introdução, nossa intenção é estudar o *ato* de resumir e o

seu produto – o *enunciado* do texto do resumo. Estamos cientes da complexidade que um estudo desses nos coloca, no entanto, como intencionamos produzir uma análise translinguística, é necessário dirigirmos nosso olhar tanto para o ato, examinando toda a complexidade de sua constituição, como para o produto do ato - o texto produzido por alunos, inscritos em um programa que visa ao desenvolvimento da leitura e escrita de gêneros da esfera acadêmica.

A noção das situações em que se realiza o ato endossa a ideia de *referência*, relacionada ao espaço-tempo da enunciação: “na enunciação a língua é empregada para expressar uma certa relação com o mundo” (BENVENISTE, 2006a, p.84). O enunciado não admite dúvidas: referência à enunciação – ato individual de utilização da língua no qual estão implicados pessoa, tempo e espaço – e não ao mundo. Obviamente, quando falamos/escrevemos, estabelecemos uma certa relação com o mundo, mas sempre mediada pelo locutor em sua relação de referência e correferência com o interlocutor. O referente, de acordo com o linguista, corresponde ao objeto particular a que a palavra corresponde no caso concreto da circunstância de uso. Percebe-se daí, em suma, a importância central da noção de referência no âmbito da língua em uso: ela constitui a própria *condição* dessa apropriação, pois é pela necessidade de referir no e pelo discurso que o locutor mobiliza a língua. Em suma, é via discurso que o locutor coloca a língua em relação com a realidade, portanto é sempre uma *realidade constituída no discurso*.

Por fim, os instrumentos de realização designam o próprio aparelho formal da enunciação, dispositivo formado de índices específicos e de procedimentos acessórios. É interessante ressaltar que o aparelho formal da enunciação não é anterior à instalação do ato que o constrói: o locutor se apropria do aparelho formal da língua e, dessa apropriação, (co)constrói o aparelho formal da enunciação, que se singulariza a cada instância enunciativa, já que as marcas de sujeito, tempo e espaço não se encontram perenizadas no uso da língua. Pode-se afirmar, portanto, que o aparelho formal da enunciação compreende toda a língua.

Conforme Benveniste, a posição de locutor, parâmetro nas condições requeridas pela enunciação, é expressa por meio de índices específicos e de procedimentos acessórios: “o locutor se apropria do aparelho formal da língua e enuncia sua posição de locutor por meio de índices específicos, de um lado, e por meio de procedimentos acessórios, de outro.” (BENVENISTE, 2006a, p.84). Em vista disso, há entre os índices específicos e os procedimentos acessórios uma relação de complementaridade: ambos são igualmente necessários para a constituição do aparelho formal da enunciação. Se os índices específicos servem para identificar ou apontar para as pessoas do discurso (eu-tu) e para a situação

espaço-temporal (aqui-agora) em que o ato se realiza, são os procedimentos acessórios – operação de sintagmatização pelo locutor – que promovem a produção de sentidos no discurso, ou seja, a “significação intentada”, de acordo com Benveniste. Reconhecer que tanto os índices específicos quanto os procedimentos acessórios designam as formas de o locutor se marcar em sua enunciação significa estender o objeto de estudo da enunciação a toda língua. Isso, obviamente, implica uma consequência analítica: há um alargamento de alcance da análise enunciativa para além das classes formais de pessoa, tempo e espaço.

Assim, em relação aos instrumentos que possibilitam ao locutor enunciar, ressaltamos que não existe forma de o homem estar no mundo, colocando-se como locutor e instituindo um interlocutor para falar do mundo, sem a utilização tanto dos índices quanto dos procedimentos. Toda vez que utilizamos a língua para estabelecer relações com os outros e com a realidade, nos instanciamos, em primeiro lugar, como locutor e ao outro como interlocutor, assim como determinamos o tempo e o espaço, no entanto apenas fazer isso não basta, uma vez que desejamos, através da enunciação, atuar de alguma forma sobre o outro. É com vistas a isso, em consonância com a significação do intentado, que o locutor coloca em ação os procedimentos acessórios, dispondo de um “aparelho de funções” (BENVENISTE, 2006a, p.86), quais sejam: a função interrogativa, assertiva e de intimação. Desse modo, no diálogo que estrutura a enunciação, o “aparelho de funções”, conforme Benveniste, é o recurso pelo qual o locutor pode utilizar-se:

- a) da interrogação: para suscitar uma resposta (conta com formas lexicais e sintáticas da interrogação, partículas, pronomes, sequência, entonação etc.);
- b) da intimação: para ordenar ou fazer um apelo (manifesta-se por categorias tais como o vocativo, o imperativo);
- c) da asserção: para comunicar uma certeza (manifestação mais comum da presença do locutor por meio de proposições afirmativas ou negativas);
- d) das modalidades: para enunciar as suas atitudes diante do dizer ao *tu* – podem apresentar-se nas formas verbais (modos optativo, subjuntivo) que expressam as atitudes do enunciador acerca do que enuncia (expectativa, desejo, apreensão) e pela fraseologia (formas indicativas de incerteza, possibilidade, indecisão ou recusa deliberada de asserção).

Diante do exposto acima, se com os índices específicos ocorre a instanciação do quadro da enunciação - *eu-tu-aqui-agora* -, através dos procedimentos acessórios, o locutor passa a realizar encadeamentos sintáticos na tentativa de levar o interlocutor a coenunciar, isto é, a partilhar do seu “mundo”. Desse modo, a sintagmatização está a serviço da semantização,

uma vez que Benveniste (2006b, p.232) nos ensina: “[...] indo além das palavras, a ideia deve sofrer a restrição das leis de seu agenciamento”. É no rompimento da complexidade das formas – conviência e convivência das palavras entre si – que se deve buscar o sentido do discurso.

Devido a sua singularidade, como um produto que deriva de um ato intersubjetivo e cultural, cada texto apresenta uma configuração própria do aparelho formal da enunciação engendrando uma relação subjetiva de forma e sentido, isto é, o sintagmatizar e o semantizar articulados para o funcionamento da língua; afinal, o homem, para falar e escrever com outro homem, precisa se valer, ao lado dos índices específicos, dos procedimentos acessórios, que consistem na sintagmatização singular de cada texto. Em suma, propomos que “a semantização textual requer uma sintagmatização, que se opera em diferentes níveis do texto. Nessa sintagmatização, convivem a estabilidade e a instabilidade linguísticas, esta última devido à interferência do locutor, o qual não pode jamais ser anulado” (MELLO, 2012, p.78).

Salientamos o final programático de *O aparelho formal da enunciação* (BENVENISTE, 2006a), em que Benveniste coloca, a cargo de estudos futuros, inúmeras possibilidades de análise no contexto da enunciação. O instigante é a asserção emblemática com que o autor finaliza seu texto: “amplas perspectivas se abrem para a análise das formas complexas do discurso, a partir do quadro formal esboçado aqui” (BENVENISTE, 2006a, p.90). A proposição do linguista não deixa dúvidas: o quadro formal da enunciação, tal como descrito nesse artigo, abre para o estudo e análise das formas complexas do discurso não contempladas pela linguística. Mas, ainda assim ecoa a pergunta: o que, afinal, seriam as formas complexas do discurso?

Talvez um indício de resposta seja possível, quando relacionamos essa conclusão com aquela feita pelo linguista em *Semiologia da Língua* (BENVENISTE, 2006d). Trata-se, nos dois casos, de um gesto de abertura da teoria, da possibilidade de alargá-la para todo e qualquer ato de enunciação que une homem e linguagem. Eis a conclusão desse artigo:

Em conclusão, é necessário ultrapassar a noção saussuriana do signo como princípio único, do qual dependeria simultaneamente a estrutura e o funcionamento da língua. Esta ultrapassagem far-se-á por duas vias: - na análise intralinguística, pela abertura de uma nova dimensão de significância, a do discurso, que denominamos semântica, de hoje em diante distinta da que está ligada ao signo, e que será semiótica; - **na análise translinguística dos textos**, das obras, pela elaboração de uma **metassemântica** que se construirá sobre a semântica da enunciação. Esta será uma semiologia de „segunda geração”, cujos instrumentos e o método poderão também concorrer para o desenvolvimento das outras ramificações da semiologia geral. (BENVENISTE, 2006d, p. 67, grifo nosso)

Nessa longa citação, percebemos que Benveniste prospecta a existência de uma nova disciplina – a *metassemântica* – que se constituiria com base na semântica da enunciação. Essa nova disciplina teria o papel de fazer a análise dita *translinguística* dos textos e das obras. O linguista, assim, esboça o projeto de uma nova disciplina, uma semiologia de segunda geração, uma semiologia da língua.

Seria possível colocar em relação as formas complexas do discurso com a elaboração de uma linguística que se debruce sobre a análise translinguística dos textos? Se a resposta é sim, em quais termos podemos pensar essa relação? Essas ditas formas do discurso constituiriam o objeto da metassemântica?

Flores e Teixeira (2013, p.8) nos fornecem uma possível interpretação:

Pensamos que com esses termos – formas complexas do discurso, translinguística, metassemântica e semiologia de segunda geração – Benveniste abre seus estudos para além do limite dado pelo que se conhece como sendo normalmente o objeto de estudo da teoria enunciativa – as marcas da enunciação no enunciado – e sinaliza para a perspectiva de a análise enunciativa ser aplicada a “formas complexas do discurso”: obras, textos etc. Isso ainda está por ser desenvolvido.

A metassemântica a que Benveniste se refere designa a capacidade de a língua *produzir um discurso sobre algo*, isto é, de interpretar os outros sistemas, inclusive a si mesma, e foi por ele classificada como uma semiologia de segunda geração. Enquanto os outros sistemas têm significação unidimensional (semântico ou semiótico), a língua se apresenta como o único sistema em que *a significação é articulada em duas dimensões (semântico e semiótico)*. É a *faculdade metalinguística* a origem da relação de interpretância que a língua estabelece diante dos outros sistemas, pois, além de ser “[...] necessariamente o instrumento próprio para descrever, para conceptualizar, para interpretar tanto a natureza quanto a experiência, portanto este composto de natureza e de experiência que se chama sociedade” (BENVENISTE, 2006c, p.99-100), é o único que consegue se autoexplicar justamente por ser formada pelas duas dimensões de significação.

É justamente nessa perspectiva que situamos nosso estudo: temos o intuito de realizar uma análise translinguística do resumo enquanto ato e discurso, sob a premissa de que tal objeto constitui uma forma complexa do discurso, uma vez que ele é marcado por uma metassemântica: o locutor-resumidor precisa construir uma significação sobre outra significação, um discurso sobre outro discurso, em uma operação de correferenciar as referências produzidas no texto-base.

Essa asserção traz consequências óbvias para nossa prática analítica: não apenas nos debruçaremos sobre as marcas que o locutor imprime no seu enunciado do resumo, mas focalizaremos nosso olhar para o modo como o locutor-aluno deixa manifesto, em seu texto, suas concepções do que representa para si o ato de resumir um texto-base. E essas concepções – oportuno dizer – derivam das enunciações, inscritas na cultura, sobre o que significa “resumir”, *inculcadas* nos alunos principalmente por seus professores. Por isso, defendemos que nossa proposta de trabalho se coaduna com uma perspectiva enunciativo-cultural de análise de textos, uma vez que o texto não é visto apenas em sua materialidade linguística, mas também como aquele que revela o homem em sua relação com aquilo que lhe funda enquanto tal: a *sua* língua e *sua* cultura.

Após, nessa seção, rastreamos conceitos que permeiam a teoria de Émile Benveniste, reconhecendo uma interdependência entre eles, encerramos, ao invés de produzir “fechamentos”, levantando alguns questionamentos, que podemos derivar a partir dessa retomada teórica empreendida aqui. Vimos que todo ato de enunciação põe em jogo três aspectos: a realização da língua, que pode ser tanto oral quanto escrita, a semantização da língua e o quadro formal de realização da enunciação. O ato de resumir, como toda enunciação, manifesta simultaneamente em seu funcionamento esses três aspectos, no entanto a questão é: como se manifesta cada um desses aspectos no ato de resumir um texto-base, ou seja, de que modo ocorre no resumo enquanto texto-produto a realização escrita da língua? E a questão da semantização da língua, como aparece nesse ato? *Trata-se de uma semantização da língua ou semantização do discurso do outro, o qual, por sua vez, já se encontra semantizado igualmente?* Em outras palavras: o locutor do resumo, ao tomar a palavra, semantiza as formas da língua, da sua língua, ou *ressemantiza* as formas presentes no discurso do outro? Tal questionamento reenvia para a questão *metalinguística*, sobre a qual trataremos em pormenores no capítulo 4 desta dissertação. Como último questionamento (por enquanto!), indagamos: como se configura o quadro figurativo da enunciação no resumo, isto é, quem ocupa os lugares de *eu* e *tu* para construir a referência (*ele*), através das operações de sintagmatizar e semantizar? Enfim, como vemos, são vários questionamentos aos quais pretendemos construir respostas ao longo deste trabalho.

Passemos agora a tocar a instância cultural que constitui a enunciação e que está prevista nos escritos de Benveniste, conforme a próxima seção buscará expor.

2.3 DO HOMEM NA CULTURA: OS RUDIMENTOS DA CULTURA DO HOMEM NA E PELA LINGUAGEM

Conforme o leitor pôde observar, na seção anterior, o objetivo era resgatar alguns conceitos enunciativos benvenistianos de modo a subsidiar uma reflexão que possa pôr em relação o campo da enunciação com a área de estudos do texto, além de servir de esteio teórico à hipótese geral por nós anunciada ainda na introdução, qual seja: a de que resumir um texto-base constitui um ato de enunciação que revela a experiência de resumir, na e pela linguagem, vivida pelo locutor-aluno.

Nesta seção, a intenção é produzir uma reflexão que possibilite vincular os conceitos de *enunciação, língua, sociedade, cultura, experiência, ato de resumir*, de modo a defender que *o ato de resumir, logo um ato de enunciação, revela a essência da constituição do homem na e pela linguagem, dentro de uma cultura*. Assim, nosso percurso aqui cumpre esta tarefa: pôr em relação tais conceitos, uma vez que, à exceção do conceito de “ato de resumir”, todos os demais foram utilizados e teorizados por Benveniste.

Além dos elementos discutidos anteriormente, tais como a presença do homem na língua e a intersubjetividade, instaurada no tempo da enunciação e possibilitadora da comunicação linguística, Benveniste formula outra importante concepção, que se faz presente no título desta seção: o nascimento deste homem do qual falamos, homem enquanto ser feito na, com e para a linguagem, não acontece na natureza, mas na cultura.

O trecho que faz parte do título desta seção consta no artigo *Saussure após meio século*, de 1963, publicado originalmente em *Cahiers de Ferdinand de Saussure* daquele ano. Reproduzimos, na íntegra, o excerto em que se encontra essa brilhante proposição do autor:

Essas investigações inovadoras levam a crer que o caráter natural da língua, de ser composta de signos, poderia ser comum ao conjunto dos fenômenos sociais que constituem a cultura. Parece-nos que se deveria estabelecer uma distinção fundamental entre duas ordens de fenômenos: de um lado os dados físicos e biológicos [...]; e, de outro lado, os fenômenos próprios ao meio interumano, que têm essa característica de não poderem jamais serem tomados como dados simples nem definir-se dentro da ordem da sua própria natureza, mas devem ser recebidos como duplos, pelo fato de que se ligam a outra coisa, qualquer que seja o seu “referente”.[...] Nenhuma ciência do homem escapará a essa reflexão sobre o seu objeto e sobre o seu lugar no seio de uma ciência geral da cultura, pois *o homem não nasce dentro da natureza, mas dentro da cultura*”. (BENVENISTE, 2005e, p. 47-8, grifo nosso)

Nesse trecho, Benveniste, além da linguagem, que é sempre a sua espinha dorsal teórica, nos diz algo sobre a relação do homem, intermediada sempre pela linguagem, com a

cultura, uma vez que se o homem se faz sujeito na e pela linguagem, o homem assume sua condição humana na e pela cultura.

Voltando à questão da natureza e da cultura, é necessário delimitar bem esse par de termos utilizado pelo autor. A separação entre o que é “natural” e o que é “cultural” é um movimento teórico já sedimentado na antropologia, e Benveniste se vale desta mesma distinção antropológica para desenvolver sua reflexão sobre linguagem, homem e cultura, situando o homem enquanto ser de linguagem na cultura. Eis o trinômio de estudo desenhado pelo autor: língua, homem e cultura sob a égide da enunciação.

Na nota sobre o discurso, Saussure (2004, p.235) escreve: “A língua só é criada em vista do discurso, mas o que separa o discurso da língua ou o que, em dado momento, permite dizer que a *língua entra em ação como discurso?*” Esse questionamento antecipa a preocupação de linguistas, como Benveniste, que buscam justamente produzir respostas à questão formulada pelo mestre. Uma vez que tratar de língua em ação no discurso implica em falar do homem que se faz sujeito na e pela língua, a busca de respostas a esses questionamentos nos remete ao centro das problemáticas enunciativas benvenistianas: a experiência humana na linguagem e a inserção do homem na língua.

Considerando a formulação produzida por Benveniste (2005d, p. 26) no texto *Vista d’olhos sobre o desenvolvimento da linguística* de que a realidade é produzida novamente por meio da linguagem, já que “aquele que fala faz renascer pelo seu discurso o acontecimento e a sua experiência do acontecimento. Aquele que ouve apreende primeiro o discurso e, através desse discurso, o acontecimento reproduzido”, pensamos que a “necessidade de o homem referir” a experiência para possibilitar ao outro correferi-la é o que confere à língua sua dupla natureza, individual e social.

Nessa linha de reflexão, o autor defende que a situação inerente ao exercício da linguagem apresenta também uma dupla função: para o locutor, representa a realidade; para o ouvinte, recria a realidade. Levando em conta que, em uma concepção enunciativa, o discurso é o resultado/produto da conversão da língua pelo locutor, como quem enuncia faz renascer o acontecimento e a sua experiência do acontecimento? Especificamente pensando em nosso objeto de estudo – a produção de resumos na universidade -, como o locutor, em seu ato de produção de discurso escrito do “resumo”, faz renascer o acontecimento e a sua experiência do acontecimento acerca dessa produção, ou seja, como o locutor faz renascer a *sua experiência de leitura* do texto-base? De que forma a enunciação do aluno em forma de resumo revela a sua própria constituição como homem na linguagem, pois queremos, através

da reflexão sobre essa produção escrita na universidade, pensar na própria condição de o homem poder habitar a linguagem?

Levando em consideração a asserção de Silva (2014, p.94) de que “a cada nova experiência de uso da língua, o homem ressignifica o fato de que é um ser falante, um ser ouvinte, um ser escrevente e um ser leitor”, defendemos que é a *experiência de ser leitor e ser escrevente* que o locutor é convocado a fundamentar na escrita do seu resumo. Uma vez que leitura e escrita integram o ato de resumir um texto-base, consideramos que o locutor desse ato se instaura na dupla natureza da língua - individual e social – por meio da relação intersubjetiva e cultural que promove nos atos enunciativos de leitura²³ do texto-base e de escrita do texto do resumo. Nesse sentido, aliando-nos a uma concepção enunciativa, consideramos que o resumo produzido pelo aluno se constitui como um *discurso interpretante* do texto-base, uma vez que é via relações de interpretância na e pela linguagem que a relação do homem com o mundo e com o outro é possível.

Silva (2014, p.95), trazendo tais questões para o contexto do vestibular, afirma que dois aspectos precisam ser ressaltados: “1º) não se pode separar a proposta da prova de redação do vestibular e a escrita do candidato, enquanto atos de enunciação, da cultura de onde emergem; 2º) o vestibulando, na situação da prova de redação, realiza dois atos enunciativos, o de leitura e o de produção de seu texto”. Ora, consideramos que essa reflexão pode ser deslocada para o contexto da produção escrita do resumo, uma vez que os dois aspectos destacados pela autora se fazem presentes no ato de escrita desse tipo de texto: assumimos que, como ocorre na prova de redação de vestibular, 1) não se pode separar a produção escrita do texto-base e a escrita do resumo desse texto, enquanto atos de enunciação, da cultura de onde emergem; 2) o locutor, na situação de escrita do resumo, opera dois atos enunciativos: o de leitura do texto-base e o de escrita de seu texto, o resumo.

Assim, a partir da função linguística e em virtude da polaridade *eu-tu*, indivíduo e sociedade são elementos complementares, uma vez que é “dentro da, e pela, língua que indivíduo e sociedade se determinam mutuamente” (BENVENISTE, 2005d, p.27). Através dessa formulação, Benveniste defende que tanto o homem enquanto indivíduo como a sociedade só têm sua existência garantida na e pela língua. É por isso que o “despertar da consciência na criança coincide sempre com a aprendizagem da linguagem, que a introduz pouco a pouco como indivíduo na sociedade” (BENVENISTE, 2005d, p.27) e também porque a aquisição da língua é uma experiência que se dá junto com a formação do símbolo e a

²³ As concepções de leitura e de escrita como atos de enunciação serão devidamente discutidas no capítulo 4 desta dissertação.

construção do objeto. Atesta-se, assim, que não existe realmente poder mais alto, e todos os poderes do homem, sem exceção, decorrem desse, logo é a linguagem enquanto poder de simbolizar que *recria* o mundo, a cultura e a sociedade.

Ora, por que indivíduo e sociedade, juntos e por igual necessidade, se fundam na língua? A resposta de Benveniste, em *Vista d'olhos sobre o desenvolvimento da linguística*, é iluminadora: trata-se do fato de que a linguagem representa a mais alta forma de uma faculdade que é constitutiva da condição humana, a faculdade de *simbolizar*. Dessa maneira, a faculdade de representar o real por um “signo” e de compreender o “signo” como representante do real possibilita que o homem estabeleça uma relação de significação entre algo e algo diferente. É partir da aprendizagem do sistema simbólico da língua, dessa capacidade de o homem simbolizar as coisas do mundo, que o indivíduo se integra à sociedade da qual faz parte, apreendendo a estrutura sociocultural dela. À questão simbólica relaciona-se, assim, a função de resguardar/perpetuar/modificar a cultura.

Conforme Benveniste (2005d), é a faculdade simbolizante que permite distinguir o homem do animal: enquanto o animal percebe o sinal e é capaz de reagir adequadamente a ele, o homem, enquanto animal, reage igualmente a um sinal, mas utiliza também *símbolos*, que são *instituídos* por ele. Portanto, cumpre ao homem aprender o sentido do símbolo, interpretando-o na sua função representativa/significativa; é por meio dessa capacidade simbólica que se cumpre o poder racionalizante do espírito. Por isso é que Benveniste (2005d, p.29) assevera que “entre a função sensório-motora e a função representativa, há um limiar que só a humanidade transpôs”.

Não há relação direta entre o homem e o mundo nem entre homem e homem, uma vez que é somente por meio da linguagem que o homem pode atingir o outro e representar sua relação com o mundo. Há um intermediário, um *aparato simbólico*, que torna possível o estabelecimento da sociedade e da cultura. Segundo Benveniste (2005d, p.30), “O símbolo linguístico é mediatizante”. Compreendemos, pois, que tal símbolo permite que um locutor tenha acesso à experiência do outro, e isso, é claro, através de uma determinada língua, particular a certa sociedade. Uma vez que o signo linguístico não possui relação natural com o que simboliza, é mister que, para que um homem tenha acesso à experiência de outro homem, sejam desde cedo nele *inculcados* os símbolos particulares à sociedade em que está imerso. Do contrário, não estaria apto a assimilar a cultura em que está imerso, que tem instituídos seus próprios símbolos, por isso a diversidade das línguas, a diversidade das culturas, as suas mudanças atestam a natureza convencional do simbolismo que as articula. Por conseguinte, concordamos com a reflexão de Benveniste (2005d, p.32) de que “é definitivamente o

símbolo que prende esse elo vivo entre o homem, a língua e a cultura, formando-se, assim, um encadeamento necessário, pois, como explica o linguista, “na linguagem unifica-se esta dualidade de homem e de cultura, de homem e de sociedade, graças à propriedade da significação”.

No horizonte desse debate, apoiando-nos nas ideias de Ferrarezi Junior (2008), é válido destacar que as línguas constituem sistemas de representações do mundo e de seus eventos. Isso significa asseverar que, para nós, seres humanos, nos relacionarmos com outros humanos e com a cultura, precisamos utilizar um mediador simbólico, que são as línguas, esse sistema, lembrando Saussure, criado apenas em função das necessidades representativas exigidas pela cultura e a esta intimamente relacionado. Assim, “cada traço gramatical de uma língua tem que manter, necessariamente, uma correspondência com um sentido de que sirva de ponte entre a língua e a cultura, porque a cultura é a ponte entre o indivíduo e o mundo” (FERRAREZI JUNIOR, 2008, p.23). É por isso que é somente por meio dos olhos da cultura, que determinada língua representa, que enxergamos o mundo e nos moldamos a ele. A capacidade de representar/simbolizar atribuída a língua só ocorre satisfatoriamente em ambiente cultural, em que o representado, isto é, o símbolo linguístico, pode ser compreendido porque os sentidos utilizados nessas representações são compartilhados, ainda que parcialmente, pelos falantes de determinada sociedade.

O vínculo, pois, entre língua e cultura é aqui reforçado, uma vez que a língua representa, por meio de seu sistema de representação, sentidos que são gerados, construídos e, às vezes, perpetuados na cultura. Assim, o que denominamos de língua constitui uma das realizações históricas da capacidade humana para a linguagem, sendo que ela – a língua – é profundamente enraizada na cultura que representa – por exemplo, não cremos que em tibetano e javanês haja expressões exatamente paralelas a *pisar na bola* ou *bater as botas*.

A comunicação intersubjetiva, por esse ponto de vista, segundo já dissemos na seção anterior, é uma consequência de colocar a língua em ação, isto é, uma consequência do discurso, jamais o caráter primordial da linguagem, que é o de *significar*. Para Benveniste (2005a, p.285)

Todos os caracteres da linguagem, a sua natureza imaterial, o seu funcionamento simbólico, a sua organização articulada, o fato de que tem um conteúdo, já são suficientes para tornar suspeita essa assimilação a um instrumento, que tende a dissociar do homem a propriedade da linguagem.

Como bem observa Benveniste, se não houvesse linguagem, não haveria possibilidade de sociedade, nem sequer de humanidade, já que a sociedade não é possível a não ser pela

língua. Indivíduo, sociedade e cultura são possíveis graças à faculdade humana de simbolizar, que assegura o caráter primordial da linguagem, *significar*, e sua função essencial, *viver*. Dito isso, observemos que qualquer sociedade minimamente complexa só pode funcionar, e mesmo surgir, através do uso intensivo da linguagem, uma vez que esta *medeia*, de modo crucial, os processos de cooperação e/ou conflito entre os homens através dos quais a sociedade funciona. Corroborando essa perspectiva de pensamento, Dessons (2006) afirma que a linguagem não é um instrumento que serviria ao sujeito e à sociedade para veicular saberes. O sujeito, a sociedade, os saberes e os valores culturais são indissociáveis da linguagem.

Sendo assim, Benveniste argumenta que a linguagem cumpre a função de organizar o pensamento e realizar-se numa forma específica, a língua, própria de uma sociedade particular, não uma emissão comum à espécie humana inteira. Isso comprova a indissociável relação existente entre língua, sociedade e cultura, pois elas não se concebem uma sem a outra; “são dadas e apreendidas pelo ser humano, que não lhes possui o conhecimento inato” (SILVA, 2009, p.140). Sobre esse ponto da reflexão, o autor afirma brilhantemente que

A ideia de que o estudo linguístico revelaria a linguagem enquanto produto da natureza não pode mais ser sustentada hoje. Vemos sempre a linguagem no seio da sociedade, no seio da cultura. E se digo que o homem não nasce na natureza, mas na cultura, é que toda a criança e em todas as épocas, na pré-história a mais recuada como hoje, aprende necessariamente com a língua os rudimentos de uma cultura. Nenhuma língua é separável de uma função cultural. [...] A linguagem tem sempre sido inculcada nas crianças pequenas, e sempre em relação ao que se tem chamado as realidades que são realidades definidas como elementos de cultura. (BENVENISTE, 2005d, p.23-24)

Ora, se a linguagem se encontra, conforme o teórico, no seio da sociedade e da cultura, por obviedade isso significa que, ao aprendermos uma língua, necessariamente aprendemos os rudimentos da cultura expressa por essa língua. Nesse caso, a definição que Benveniste (2005d, p.31-32) faz de cultura fundamenta nossa reflexão:

Chamo cultura ao meio humano, tudo o que, do outro lado das funções biológicas, dá à vida e à atividade humanas forma, sentido e conteúdo. A cultura é inerente à sociedade dos homens, qualquer que seja o nível de civilização. Consiste numa multidão de noções e de prescrições, e também em interdições específicas; o que uma cultura proíbe a caracteriza ao menos tanto quanto aquilo que prescreve.

Assim, integrar-se na cultura que rodeia o homem exige que ele seja capaz de simbolizar, de compreender as formas, os sentidos e os conteúdos das atividades humanas

empreendidas em determinada sociedade. Uma vez que esse fenômeno humano, a cultura, é inteiramente simbólico, ele se refere a um

complexo de representações, organizadas por um código de relações e de valores: tradições, religião, leis, política, ética, artes, tudo isso de que o homem, onde quer que nasça, será impregnado no mais profundo de sua consciência, e que dirigirá o seu comportamento em todas as formas da sua atividade [...]. (BENVENISTE, 2005d, p.32)

Ora, de que modo o homem poderá apreender esse complexo de representações sobre tradições, religião, leis, artes etc. que dirigirá o seu comportamento nas atividades das quais participará ao longo da vida em sociedade senão através da *língua*, que expressa, transmite e faz circular na comunidade os traços desses valores que estão impregnados no homem. Tomando a cultura como o resultado do trabalho e do desenvolvimento histórico de uma dada sociedade em determinado tempo e espaço, tem-se a linguagem/língua como dela indissociável, uma vez que ela é a responsável por constituir, organizar e mediar as relações produzidas na sociedade, (re)produzindo a cultura. O homem apreende como ver o mundo pelos discursos que assimila e, na maior parte das vezes, reproduz esses discursos em sua fala. Diante disso, impõe-se a seguinte questão: o que é apreendido pelo homem quando possui a tarefa de resumir textos? Que discursos lhe foram assimilados/inculcados sobre a tarefa de resumir que se presentificam quando ele deve produzir um resumo?

Para Benveniste (2006f, p.24), empregar a palavra “é o poder de ação, de transformação, de adaptação, que é a chave da relação humana entre a língua e a cultura, uma relação de integração necessária”. Nessa direção, a cultura é tudo aquilo que o homem vivencia, realiza, adquire e transmite por meio da língua, proporcionando aos seus membros o sentido de ser e estar no mundo. O ponto de vista defendido em nosso estudo é o de que cada indivíduo se instaura no mundo do homem a partir de um enlace simbólico como chave de integração necessária entre língua e cultura na enunciação com o outro, instância em que o tesouro linguístico-cultural emerge como efeito do processo de conversão da língua em discurso a cada nova situação enunciativa.

Assim, o linguista nos ensina que o homem precisa nascer na cultura para adquirir a língua, esta que lhe serve de condição para nascer e existir enquanto tal, uma vez que ser homem é experienciar a língua e o mundo que se cria a partir dela. É a relação do locutor, daquele que pode tornar a língua sua, com a língua, que permite a emergência de ambos conjuntamente, língua – já transvertida em discurso – e locutor – já transvertido em sujeito –

na enunciação. A língua transvertida em discurso na enunciação expressa, incorpora e simboliza uma realidade cultural.

Estar em uma língua significa, pois, ativar uma imensa gama de significações que já estão embutidas em nosso tesouro linguístico-cultural. Assim sendo, a elaboração da cultura, enquanto sistema de valores partilhados por determinada comunidade linguística, supõe uma interação entre o indivíduo, a sociedade e o ambiente em que vive, mediada sempre e necessariamente pela língua.

Benveniste enfatiza o caráter geral da linguagem e particular da língua ao considerar que a linguagem se realiza necessariamente numa língua, que *é aprendida e co-extensiva à aquisição que o homem faz do mundo*. Trata-se do fato de que

A apropriação da linguagem pelo homem é a apropriação da linguagem pelo conjunto de dados que se considera que ela traduz, a apropriação da língua por todas as conquistas intelectuais que o manejo da língua permite. É algo de fundamental: o processo dinâmico da língua, que permite inventar novos conceitos e por conseguinte refazer a língua, sobre ela mesma de algum modo. (...) Tudo isso é o domínio do “sentido”. (BENVENISTE, 2005d, p. 21)

Nesse sentido, o autor tece considerações sobre a aquisição da língua pela criança: para fazer-se homem no mundo, a criança aprende a língua, de modo que a linguagem lhe é “inculcada”, e “aprende necessariamente com a língua os rudimentos de uma cultura” (BENVENISTE, 2005d, p.23). Assim, Benveniste toma mais uma vez a questão da aquisição de formas na aprendizagem de uma língua, no entanto não deixa de destacar que “nenhuma língua é separável de uma função cultural” (BENVENISTE, 2005d, p.23), de modo que as realidades são definidas necessariamente como elementos de cultura, retomando o fio que mantém em uma relação de imbricação a língua, o homem, a cultura e a sociedade.

Nessa direção, o linguista defende que a cultura, por estar fortemente vinculada a interdições, é também um sistema que distingue o que tem e o que não tem sentido, visto que o domínio da cultura deriva de sistema de valores, que se imprimem na língua. É através da língua, que interpreta a sociedade, que o homem compreende e apreende os valores culturais. Configura-se, pois, através do vínculo entre homem-língua-cultura, a fundação do homem no mundo, que permite ao homem instaurar sua relação com seus semelhantes dentro de uma dada sociedade: um homem que é autorizado e, ao mesmo tempo, interdito em sua enunciação por uma específica cultura. Mais uma pergunta, aqui, se clama: *o que é autorizado e o que é interdito quando a questão é resumir textos na cultura acadêmica?* Cremos que essa questão condensa um dos aspectos da reflexão que estamos querendo propor neste estudo: se a cultura, como aponta Benveniste, se imprime na língua, autorizando certos usos e interditando outros,

a prática de resumir no contexto universitário, enquanto prática de uso da língua, não foge a regra, visto que o locutor, quando possui a incumbência de resumir, não pode agir enunciativamente da maneira que lhe aprouver; ao mesmo tempo em que ele goza de certa liberdade, o que lhe permite a instauração de sua singularidade, também sofre coerções, relacionadas à cultura que determina o que caracteriza um texto como resumo ou não, visto que integrar-se na cultura acadêmica exige que o homem seja capaz de simbolizar, a partir da compreensão das formas e dos sentidos das atividades humanas empreendidas em determinado espaço da coletividade.

Essa reflexão do autor, ao estabelecer uma interdependência do trinômio língua-cultura-homem, nos permite redimensionar a célebre definição de enunciação como “este colocar a língua em funcionamento através de um ato individual de utilização”. Se pensarmos que “nenhuma língua é separável de uma função cultural” (BENVENISTE, 2006f, p.23-24) e que, conforme dissemos acima, há valores culturais que se imprimem na língua, é inegável que o locutor, quando dela se apropria, carrega em seu discurso, resultado de sua conversão da língua, os valores/rudimentos presentes na cultura. No entanto, dessa afirmação, decorre uma importante questão: a subjetividade do locutor encontra lugar no discurso, visto que, à primeira vista, os discursos parecem apenas reproduzir as interpretações construídas na cultura? Sem dúvidas, a resposta a tal questionamento envolveria uma reflexão bem mais aprofundada do que a que ensaiaremos aqui, entretanto, a título de uma primeira resposta, argumentamos que, sob nossa perspectiva, o locutor, como instrui Benveniste, realiza um ato *individual* de utilização da língua, ou seja, esse ato de utilização *singulariza* uma língua, que carrega interpretações da ordem da cultura e da sociedade. Em vista disso, é nessa concepção que Benveniste concebe a existência de uma natureza duplamente paradoxal na língua: imanente ao indivíduo e transcendente à sociedade.

Em outras palavras, a linguagem está em uma relação complexa de exterioridade-interioridade. Certamente, a língua, como tão bem demonstra Saussure, é um *fato social*²⁴, no

²⁴ Saussure não via contradição em definir a língua como um sistema, cuja realidade se localiza na mente do indivíduo, e como um fato social, que lhe é exterior. Embora isso possa parecer, numa leitura superficial, uma contradição, a aparente contradição se resolve se se compreender a forma como o autor concebia a noção de indivíduo, ou seja, a que noção de indivíduo a língua é externa e a que ela é interna. A partir dessa compreensão, poder-se-á perceber que não há duplicidade na forma de Saussure compreender o indivíduo. Trata-se de dois estágios do mesmo indivíduo. No primeiro estágio, o indivíduo pré-social é posto em contato com a língua, isso significa que ela é exterior a ele, mas nunca está “pairando no ar” ou “planando no vazio”, está nos demais falantes que formam a coletividade. No segundo, o indivíduo socializado pelo aprendizado da língua e das demais normas morais internalizadas torna-se capaz de controlar sua própria língua, isto é, poderá escolher o que dizer e como dizer. O fato social terá sido internalizado e estará estruturado na mente do indivíduo em forma de um sistema de regras. Como os demais indivíduos, este indivíduo compartilha das características da língua e domina as normas sociais de seu uso.

entanto, defende-se aqui a ideia de que os indivíduos não respondem do mesmo modo às prescrições dos fatos culturais e sociais. Dito de outra forma, os indivíduos, em razão de suas histórias de enunciações com e sobre o mundo, apreendem a língua de forma diferente dos demais, ainda que pertençam a mesma coletividade e que, por isso, não produzam a língua fora de certos quadros. Em razão disso, portanto, é que se pode falar de uma singularidade que se inscreve na língua enquanto fato social instalado na cultura.

Ora, estudar o ato de resumir um texto-base, fenômeno que implica a conversão da língua em discurso, é considerar, com Benveniste (2005d, p.27), que “a apropriação da linguagem pelo homem é a apropriação da linguagem pelo conjunto de dados que se considera que ela traduz, a apropriação da língua por todas as conquistas intelectuais que o manejo da língua permite”. A partir dessa asserção, podemos levantar a seguinte questão, direcionada para nosso objeto de estudo: que dados o locutor do texto do resumo traduz em seu texto quando opera a conversão da língua em discurso? Adotando essa concepção enunciativa de linguagem, a língua, graças a seu poder de transmutação da experiência em signos, instaura o que o autor chama de um “semantismo social”, que está presente em toda atividade do locutor com a língua, não sendo diferente com a enunciação escrita do resumo. Tal semantismo designa o fato de que há uma semântica, construída na instância cultural, que atravessa a linguagem, carregando o modo pelo qual os elementos são valorados. Logo, é em virtude desse “semantismo social” que aprendemos, se nos inserimos em um contexto/cultura que favoreça esse aprendizado, o modo como se redige um resumo, seja escolar seja acadêmico: aprendemos, no seio da coletividade (ambiente escolar e acadêmico), que o resumo deve conter a apresentação das ideias principais do texto-base, linguagem em terceira pessoa, frases sintéticas, etc.

Assegura-se, pois, o caráter constitutivo da linguagem, visto que todos os seus recursos servem para criar sentido na cultura. Se a língua cumprisse apenas ao propósito de comunicar, de estabelecer a interação e de servir de instrumento de influência sobre os outros, teríamos que reconhecer o homem como um ser falado pela cultura, condenado a repetir a herança recebida. Como bem preconiza Franchi (1977, p.22, grifo nosso),

Não há nada imanente na linguagem, salvo sua força criadora e constitutiva, embora certos “cortes” metodológicos e restrições possam mostrar um quadro estável e constituído. Não há nada universal, salvo o processo – a forma, a estrutura dessa atividade. A linguagem, pois, não é um dado ou resultado; mas um **trabalho que “dá forma” ao conteúdo variável de nossas experiências, trabalho de construção, de retificação do “vívido”**, que ao mesmo constitui o sistema simbólico mediante o qual se

opera sobre a realidade e constitui a realidade como um sistema de referências em que aquele se torna significativo [...].

Por meio dessa afirmação, o autor articula linguagem e experiência (humana), uma vez que aquela ‘dá forma’ ao conteúdo de nossas experiências, ou seja, é a partir da valorização da dimensão simbólica da linguagem que se descortina a possibilidade de construção de um conceito de *experiência* pleno de significação. A linguagem é forma na qual a experiência humana *significa e ressignifica*, pois aquela faz a história do homem, reformulando e reelaborando os sistemas de referência para a ação humana. E é enquanto ser de linguagem, a qual supõe um “trabalho de construção”, que o homem acaba por lançar-se na aventura de *experienciar* a si mesmo e o mundo, fazendo com que aquilo de que se tenha experiência esteja inscrito na própria língua-discurso. Pela eterna e sempre inédita relação do homem com a língua a cada enunciação, a experiência humana também se renova, produzindo, pois, a história do homem-locutor-sujeito na linguagem.

De forma mais clara, antes de constituir veículo que transmite as heranças de determinada sociedade, a linguagem é um processo *criador* em que nós, seres humanos, *organizamos e informamos as nossas experiências*. Tudo isso graças ao fato de que “nada pode ser compreendido que não tenha sido reduzida à língua [...]. É graças a este poder de *transmutação da experiência em signos* e de redução categorial que a língua pode tomar por objeto qualquer ordem de dados e até a sua própria natureza” (BENVENISTE, 2005d, p.99, grifo nosso). Em resumo, só podemos falar de uma experiência humana na e pela linguagem, visto que nenhum homem pode escapar à organização e classificação dos dados estabelecidos pela língua. Somente o que se converte em palavras, o que se reduz em palavras, pode ser compreendido, pode ser interpretado, enfim, pode ser *experienciado* pelo homem.

Outro autor que dialoga diretamente com as reflexões enunciativas de Benveniste é o filósofo italiano Giorgio Agamben (2005). Justificamos nossa escolha em trazê-lo para este estudo por dois motivos: o primeiro relacionado ao nosso objeto de estudo, e o segundo, vinculado ao arcabouço teórico por nós eleito. O primeiro alude ao fato de que esse filósofo aborda a noção de *experiência*, sustentando que ela só existe na e pela linguagem, reflexão que, de acordo com nosso entendimento, é crucial para propor a ideia de que a produção escrita do resumo possibilita ao aluno fazer renascer a sua experiência do acontecimento – a leitura do texto-base. Já o segundo motivo se refere ao fato de que Agamben é leitor de Benveniste, fato comprovado pela aparição e reflexão de conceitos benvenistianos, tais como o par semiótico/semântico, subjetividade, sujeito de linguagem etc., em seu livro *Infância e história: a destruição da experiência e a origem da história*, foco de abordagem de nossa

empreitada pelas ideias do filósofo, logo ambos os autores dialogam sobre fenômenos que permeiam a todo o momento esta pesquisa.

Focalizando nas passagens em que o autor tematiza sobre a linguagem, verificamos, por meio do seguinte excerto, que ele situa a experiência da linguagem justamente na cisão entre língua e discurso, caracterizadora da linguagem humana, já que

um ser que já fosse, portanto, sempre falante e estivesse sempre em uma língua indivisa, não existiriam conhecimento, nem infância, nem história: ele estaria sempre unido à sua natureza linguística e não encontraria em nenhuma parte uma descontinuidade e uma diferença nas quais algo como um saber e uma história poderiam produzir-se. (AGAMBEN, 2005, p. 14)

O filósofo defende que infância e história dão origem uma à outra: o homem é um ser histórico porque há uma infância do homem. O que quer dizer isso? A infância tem o papel de instaurar na linguagem a descontinuidade e a diferença entre língua e discurso, caracterizando de modo essencial a linguagem humana, visto que infância e linguagem remetem uma a outra, “em um círculo no qual a infância é a origem da linguagem e a linguagem a origem da infância” (AGAMBEN, 2005, p.59). Na medida em que tem uma infância, na medida em que não nasce falando, o homem não pode entrar na língua como sistema de signos sem convertê-la radicalmente em discurso humano. Desse modo, todo homem falante/ouvinte/leitor/escrevente designa o lugar desta diferença, e nesta passagem da língua ao discurso é que reside o fundamento antropológico da linguagem e a própria possibilidade de *historizar-se* e *subjativar-se* na e pela linguagem, já que, nas belíssimas palavras do filósofo (AGAMBEN, 2005, p.62), “[...] o próprio fato de que exista uma tal infância, de que exista, portanto, a experiência enquanto limite transcendental da linguagem, exclui que a linguagem possa ela mesma apresentar-se como totalidade e verdade”. Ora, se não houvesse experiência, se o homem desde sempre fosse falante, leitor e escrevente, certamente não haveria espaço na língua para a criação, para a produção de novos saberes, enfim, se não houvesse uma infância do homem, a própria concepção de ato de resumir que aqui pretendemos defender demonstraria a fatuidade.

Na constituição da tríade homem, linguagem e cultura, situamos o homem na vivência de experiências sustentadas por determinados hiatos: natureza e cultura, semiótico e semântico. O primeiro desses hiatos se fundamenta na concepção de que todo homem surge na natureza, no cumprimento de uma função biológica, mas, para viver no mundo dos homens, necessita apreender o sistema de valores que o circunda, que é a cultura. O hiato existe, mas a existência do homem se encontra predestinada à superação desse hiato, o que

ocorre com a apreensão do ser humano, por meio da linguagem, ao sistema cultural que o circunda.

A entrada do homem na linguagem, no entanto, se dá com o enfrentamento de outro hiato: aquele entre semiótico e semântico. Para o locutor se apresentar como sujeito do seu dizer, para ele se apropriar da língua, ele vive a experiência de cisão do semiótico e semântico, uma vez que “o homem não pode entrar na língua como sistema de signos sem transformá-la radicalmente, sem constituí-la como discurso” (AGAMBEN, 2005, p.66). É o ato de enunciação dissolvendo a cisão semiótico/semântico, ou, para usar as palavras de Benveniste (2006b), o hiato que separa o signo da frase. Sobre esta descontinuidade entre língua e discurso, funda-se a *historicidade* do ser humano, isto é, a possibilidade de o homem produzir uma “história”. E essa produção de “histórias” se concretiza na e pela enunciação de um locutor, possibilitando a produção e a (re)produção de experiência de linguagem, uma vez que a experiência humana é sempre palavra, discurso, enunciação. Em resumo, é sempre no ato de enunciação, no processo de troca intersubjetiva, que o homem pode experienciar-se vivendo na linguagem, através das atividades de falar, ouvir, ler e escrever. Ela – a enunciação – é o próprio instrumento de historicização do homem.

Desse modo, a experiência de que tratamos é sempre, usando os termos de Agamben (2005, p.11), um “*experimentum linguae*”, uma experiência cuja condição é somente a linguagem. O filósofo italiano, ao abordar o problema da experiência em seu livro *Infância e história: a destruição da experiência e a origem da história*, afirma que:

Dado que, se o sujeito é simplesmente o locutor, nós jamais apreenderemos no sujeito, como Husserl acreditava, o estatuto original da experiência, a experiência pura e, por assim dizer, ainda muda. Ao contrário, a constituição do sujeito na linguagem e através da linguagem é precisamente a expropriação desta experiência muda, é, portanto, já sempre palavra. Uma experiência originária, portanto, longe de ser algo subjetivo, não poderia ser nada além daquilo que, no homem, está antes do sujeito, vale dizer, antes da linguagem: uma experiência muda no sentido literal do termo, uma infância do homem, da qual a linguagem deveria, precisamente assinalar o limite. (AGAMBEN, 2005, p.58)

Esse trecho é repleto de sentidos que são essencialmente produtivos para o andamento de nosso estudo: Agamben, um filósofo, ensina a nós, linguistas, que a linguagem, que constitui o sujeito nela e por ela, é propriamente a “expropriação” da experiência muda, ou seja, da experiência que não está marcada em palavra, ou seja, em linguagem. O autor correlaciona, de modo brilhante, a *experiência* com a *subjetividade constituída na/pela linguagem*, de modo que a possibilidade de haver uma “experiência originária” só pode se dar

antes da entrada do locutor na língua, que se dá via discurso. Assim, a linguagem, como atesta o excerto, assinala o início da experiência humana, uma experiência que se (re)faz em toda a vida do homem, uma vez que, na e pela palavra, o homem não cessa de dizer e dizer-se, se propondo como sujeito a cada ato de tomada da língua. A partir disso, cremos que podemos dizer que, inspirados em Benveniste, o homem não só está na língua, mas que ele se faz e refaz na e pela língua, isto é, à medida que o homem realiza uma enunciação e, conseqüentemente, renova a sua relação com a língua, ele se constitui nesse processo, reinventando-se como homem-locutor-sujeito de linguagem e de cultura. Por isso, criamos uma língua na medida em que a cada instante lhe damos um sentido. Não é reservado às frases onde a língua se cria. A cada instante dá-se um empurrãozinho, sem o que a língua não será viva. Ela é viva enquanto a cada instante a criamos. E é nisto que não há inconsciente coletivo, que só há inconscientes particulares, enquanto cada um, a cada instante, dá um empurrãozinho à língua que ele fala. Ora, acreditamos que não restam dúvidas de que a experiência humana só é possível graças à língua, uma vez que homem e língua são indissociáveis, tendo encontro garantido a cada enunciação.

De toda essa reflexão, o leitor poderá estar se perguntando: aonde entra a questão do resumo nisso tudo? Como sabemos, estudamos especificamente o ato de resumir textos no contexto universitário, no entanto desejamos também mostrar que a operação de resumir é intrínseca e condição da própria presença do homem na linguagem e na língua. Em outras palavras, buscando maior clareza, para que o homem, a cada enunciação, possa (se) experienciar no mundo, é necessário que ele resuma, visto que é próprio a cada língua que não se possa dizer tudo, que o discurso se manifeste na ordem da *incompletude*. Assim, a condição de experienciar-se na e pela linguagem, sempre sob a condição da intersubjetividade, é *resumindo*, visto que precisamos cindir a língua para enunciar. Ora, e é salutar que seja assim, pois qual seria a graça do mundo se, a cada enunciação, disséssemos tudo que queremos dizer? Parece-nos que a própria possibilidade de discursividade se encontra submetida a essa incompletude, falta, ausência [...].

Decorrente dessa reflexão, esperamos, de certo modo, ter justificado a importante e necessária presença nesta dissertação do tema da *experiência humana*, uma vez que, se a linguagem é a condição do homem no mundo, a operação de resumir é condição da instauração do homem na linguagem. Parece ser incontestável a evidência de que nossa experiência no mundo é possível somente a partir de nossa experiência na linguagem. Sintetizando, homem, linguagem, língua, experiência humana e resumir se encontram

articulados, encontrando-se e reencontrando-se a cada ato de enunciação do homem na cultura.

Assinala-se, pois, a interdependência e a simultaneidade da noção de experiência com a de linguagem em sua dupla realidade de língua e discurso:

A ideia de uma infância como uma substância psíquica pré-subjetiva revela-se então um mito, como aquela de um sujeito pré-linguístico, e infância e linguagem parecem assim remeter uma à outra em um círculo no qual a infância é a origem da linguagem e a linguagem a origem da infância. Mas talvez seja justamente neste círculo que devemos procurar o lugar da experiência enquanto infância do homem. Pois a experiência, a infância que aqui está em questão, não pode ser simplesmente algo que precede cronologicamente a linguagem e que, a uma certa altura, cessa de existir para versar-se na palavra, não é um paraíso que, em um determinado momento, abandonamos para sempre a fim de falar, mas coexiste originalmente com a linguagem, constitui-se aliás ela mesma na expropriação que a linguagem dela efetua, produzindo a cada vez o homem como sujeito. (AGAMBEN, 2005, p.59)

O autor sublinha, portanto, que o lugar da linguagem é a experiência humana e o lugar da experiência é a linguagem, não havendo precedência cronológica de uma sobre a outra. Agamben (2005, p. 60) continua: “somente se nós pudéssemos atingir um momento em que o homem já estivesse ali, mas a linguagem não estivesse ainda, poderíamos afirmar ter entre as mãos a experiência pura e muda, uma infância humana e independente da linguagem”. Ora, Benveniste nos mostra, de forma talentosa, de que a ideia de um período original em que o homem completo descobriria um semelhante, e da relação entre eles, tomaria, pouco a pouco, forma a linguagem, é ficcional, uma vez que “é um homem falando que encontramos no mundo, um homem falando com outro homem, e a linguagem ensina a própria definição do homem” (BENVENISTE, 2005a, p.86). Como consequência disso, “a linguística, por mais que remonte ao passado, não chega nunca a um início cronológico da linguagem” (AGAMBEN, 2005, p.60). O homem tal como o conhecemos assume sua condição humana na e pela linguagem.

Ainda, o filósofo discorre sobre o papel da infância do homem:

[...] o próprio fato de que exista uma tal infância, de que exista, portanto, a experiência enquanto limite transcendental da linguagem, exclui que a linguagem possa ela mesma apresentar-se como totalidade e verdade. Se não houvesse a experiência, se não houvesse uma infância do homem, certamente a língua seria um jogo, cuja verdade coincidiria com o seu uso correto segundo regras lógico-gramaticais. Mas, a partir do momento em que existe uma experiência, que existe uma infância do homem, cuja expropriação é o sujeito de linguagem, **a linguagem coloca-se então como o lugar em que a experiência deve tornar-se verdade.** (AGAMBEN, 2005, p.62)

Valem, novamente, as reflexões de Agamben (2005, p.65, grifo nosso) que parecem condensar magistralmente todo esse percurso feito:

É a infância, a experiência transcendental da diferença entre língua e fala, a abrir pela primeira vez à história o seu espaço. Por isso, Babel, ou seja, a saída da pura língua edênica e o ingresso no balbuciar da infância [...], é a origem transcendental da história. O mistério que a infância instituiu para o homem pode de fato ser solucionado somente na história, assim como **a experiência, enquanto infância e pátria do homem, é algo de onde ele desde sempre se encontra no ato de cair na linguagem e na palavra.**

Concluimos, pois, junto com o filósofo, que ao “ato de cair na linguagem e na palavra”, isto é, ao mundo da enunciação, se encontra, desde sempre, a experiência constitutiva da historicidade do homem. É justamente o fato de que há uma diferença/descontinuidade entre língua e discurso, que possibilita a constituição da enunciação e, conseqüentemente, a inscrição da experiência humana, sempre marcada na linguagem.

De forma a reunir os conceitos por nós discutidos nesta seção, destacamos que linguagem, cultura, sociedade e experiência interagem de maneira intensa e variada, não se podendo postular uma visão universal para as línguas particulares. O ato de enunciar um discurso no mundo, que é uma experiência própria de cada locutor, traz em seu bojo a interdependência recíproca da linguagem, cultura, sociedade e experiência, *reconstituindo* o homem como sujeito de seu discurso.

Deslocando essa reflexão acerca da experiência humana da linguagem para o contexto do discurso escrito do resumo, o locutor desse discurso é convocado a experienciar sua vivência na linguagem através da leitura do texto-base e da produção escrita do resumo, visto que é somente pelo discurso, seja escrito, seja falado, que podemos fazer renascer o acontecimento e a nossa experiência do acontecimento.

As ideias apresentadas neste item incitam-nos a levantar as seguintes interrogações: *como o aluno se experiencia na escrita do gênero “resumo”? Como o discurso escrito do locutor faz renascer a sua experiência do acontecimento – a leitura do texto-base? O que foi “inculcado” no aluno, no que diz respeito à produção desse tipo de texto? Que história de enunciações carrega? Como um trabalho renovado com a escrita desse texto poderá permitir que o aluno produza um novo saber sobre a língua e, conseqüentemente, uma nova experiência de/na linguagem?* Como se pode ver, encerramos esse capítulo com mais questões, o que, ao invés de nos causar certa preocupação, nos encoraja a seguir adiante, na ânsia de acender mais luzes sobre resumo, homem, experiência, linguagem, cultura, noções que encontram seu fundamento na significação, propriedade que torna esses termos enlaçados

um no outro, visto que, como preconiza Benveniste (2006b, p.242), “na linguagem unifica-se esta dualidade de homem e de cultura, de homem e de sociedade, graças à propriedade de significação”.

Finalizada essa etapa de explanação teórica de conceitos que interessam a este estudo, presentes na reflexão benvenistiana, passamos, no próximo capítulo, a operar deslocamentos dessas reflexões para as que cercam o tratamento do texto escrito, visto que nosso objeto de estudo se constitui de resumos escritos. Vale comentar que esse movimento de deslocamento já foi iniciado neste item, no entanto, em virtude dos seus objetivos específicos, a relação que os estudos da enunciação possuem com o campo da análise de textos foi apenas sucintamente explorada.

Eis, portanto, a tarefa de que nos ocupamos nessa próxima etapa: fornecer uma aproximação entre esses dois campos, de modo a balizar nossa tese central de que resumir constitui um ato de enunciação, que coloca em relevo a intersubjetividade inerente ao funcionamento da linguagem.

3 A TEORIA DA ENUNCIÇÃO E SUAS IMPLICAÇÕES TEÓRICAS PARA O ESTUDO DO TEXTO

A sala de aula de língua portuguesa é um lugar privilegiado para o aluno viver sua experiência na linguagem, e o papel do professor é o de chamar o aluno para continuar sua história de enunciações faladas e escritas, que prosseguirão sendo reinventadas durante toda a vida a cada nova inserção de seu discurso no mundo.
(SILVA; KNACK; JUCHEM)

Seguir uma abordagem enunciativa do texto implica tomar como norte alguns pressupostos decisivos, de certa forma já anunciados no decorrer do capítulo anterior, quando, primeiramente, descrevemos os principais conceitos enunciativos presentes na obra de Émile Benveniste, de modo a subsidiar nossa hipótese de que resumir um texto-base é realizar um ato de enunciação que instaura a singularidade daquele que resume e, ainda, quando, na terceira seção do segundo capítulo, colocamos em evidência uma visão de língua e cultura como indissociáveis não apenas como consequência dos estudos de instância antropológica em Benveniste, mas também como visão que tem efeitos dentro da sala de aula. Essa relação nos possibilitou alargar o conceito de enunciação, uma vez que, de acordo com as ideias benvenistianas, a cultura se expressa *na e pela* língua. E, já optamos por antecipar, se admitimos esse pressuposto, *é no e pelo* texto que se revelam os *rudimentos da cultura*.

Nesse caminho, este terceiro capítulo consiste, como explicita seu título, em articular o conceito de texto ao de enunciação, em uma perspectiva enunciativa, de modo a formular uma definição enunciativo-cultural de texto. É importante ressaltar que essa formulação se faz necessária, visto que, como já deixamos entrever, é na interdependência homem, língua e cultura que a produção de sentidos se materializa no e pelo texto. Assim, no estudo do texto, é preciso levar em conta essa interdependência, uma vez que é do conjunto desses elementos que se forma um texto.

Com vistas a alcançarmos os objetivos traçados, estruturamos este capítulo em três etapas: na primeira parte (3.1), será feita uma breve introdução sobre a conjunção texto-enunciação na perspectiva benvenistianiana, a fim de servir de esteio para a discussão que será proposta nas posteriores seções; na segunda parte (3.2), operaremos deslocamentos de conceitos teóricos benvenistianos, tais como (inter)subjetividade, referência, forma/sentido etc., para uma abordagem do texto. Nesse momento, resgataremos os estudos realizados por Mello (2012) e Knack (2012), uma vez que se consolidaram como trabalhos que instauraram essa articulação entre enunciação e texto. Na terceira e última parte (3.3), apresentaremos as conceituações de texto formuladas por Knack (2012) e Mello (2012) para propor nossa

definição de texto, que, aliada ao componente linguístico, insere o aspecto *cultural* inerente à faculdade simbolizante da linguagem.

Passemos a essas discussões.

3.1 O TEXTO COMPORTA A ENUNCIÇÃO

Para início de discussão, é importante plantar a seguinte questão: há algo que todos sabemos que seja texto? Se há, para que procurar saber o que é texto? Esta necessidade de definição é, na verdade, a atestação de que não há o que seja texto por si – evidência do objeto – ou para todos (consenso entre os sujeitos).

As diferentes teorias pragmáticas, textuais e discursivas trazem novas posturas teórico-metodológicas e, conseqüentemente, novos objetos aos estudos da linguagem. Sete linhas teóricas, de acordo com Barros (1999), destacam-se nos estudos do texto e do discurso no país:

a Análise do Discurso de linha francesa, a Semiótica Narrativa e Discursiva, também iniciada na França, as várias teorias do discurso inglesas, os estudos funcionalistas do discurso, a Linguística Textual, sobretudo anglo-saxônica, a Análise da Conversação e/ou análises da organização textual/interativa do discurso, e uma última direção que reúne, de modo mais eclético, estudos que dialogam com a Teoria da Literatura, a Semiologia, a Pragmática e a Semântica, Bakhtin ou Benveniste.

O momento hoje é, sem dúvida, o de uma linguística da instabilidade: são os fatos linguísticos instáveis, aqueles que não se resolvem com “ou isto ou aquilo”, que instigam os estudiosos da linguagem, principalmente os circunscritos à área do texto/discurso.

Partindo da constatação de que a categoria texto recebe uma definição conforme a perspectiva teórica que se ocupe dela, este item tem o objetivo de promover uma articulação entre a teoria enunciativa de Émile Benveniste com os estudos do texto, de modo a evidenciar que, a partir da leitura de sua obra circunscrita ao campo da enunciação, é possível derivar reflexões, princípios e categorias de análise para o estudo e tratamento do texto.

Sobre essa articulação que desejamos instaurar aqui, é sabido que, no Brasil, embora Benveniste seja frequentemente citado em bibliografia especializada, o campo de estudos que gira em torno de sua reflexão enunciativa ainda carece de uma explanação em relação a sua aplicabilidade aos estudos do texto.

Este, enquanto objeto de análise, recebe especial atenção por parte de teorias como a Linguística Textual, a Análise do Discurso, a Linguística Funcional e a Semiótica, por

exemplo, as quais têm desenvolvido, ao longo dos tempos, aparatos teórico-metodológicos que busquem dar conta da análise dos diversos aspectos que dão forma a esse objeto. No que tange às teorias da enunciação, mais especificamente a de Benveniste, podemos afirmar que estas não objetivam teorizar particularmente sobre o objeto texto. Decorre disso o fato de que, ao abordá-lo sob um enfoque enunciativo, é necessário deslocar conceitos teóricos, assim como elaborar uma metodologia que sirva para análise de textos.

Não discordamos dos autores que se preocupam em desvendar os “segredos” do texto, tais como Jean-Michel Adam, Patrick Charaudeau, Dominique Maingueneau, entre outros; no entanto, visamos a propor um estudo do texto por uma ótica diferente: a perspectiva enunciativa de vertente benvenistiana. Sobre esse ponto, sabemos que, na obra do linguista da enunciação, não há uma preocupação com a categorização acerca do fenômeno texto, tampouco Benveniste explicita um modelo de análise de língua. O que observamos, em sua obra, dentre outros aspectos, são reflexões acerca da constituição do homem na língua, a partir das quais se delinearão as bases de um modelo de análise de língua voltado à enunciação.

Neste capítulo, valemo-nos dos estudos de Mello (2012) e Knack (2012), em diálogo com as noções benvenistianas, especificamente no que tange a deslocamentos operados pelas autoras para abordar o texto sob o prisma enunciativo benvenistiano. Além dos deslocamentos operados pelas autoras, incorporaremos as relações linguagem-homem-cultura para ampliarmos a noção de texto, considerando o escopo de nosso estudo.

Antes de iniciarmos nossa empreitada para este item, é válido destacar que nossa escolha em trabalhar com o fato linguístico *texto* vem ao encontro da reflexão sobre a prática docente. O texto vem sendo inserido progressivamente em aulas de língua materna: documentos oficiais que tratam do ensino de Língua Portuguesa – os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1998, 2002) e os Referenciais Curriculares do Rio Grande do Sul (RIO GRANDE DO SUL, 2009) – instituem-no como o objeto e a unidade de ensino. Tais documentos assim o situam na medida em que o texto integra todos os estratos – letras/fonemas, sílabas, palavras, sintagmas, frases – e permite que se trabalhe com a língua em sua totalidade, fornecendo condições ao aluno para desenvolver sua competência discursiva.

Segundo tal concepção, desenvolver a proficiência do aluno em sua língua materna equivale a capacitá-lo para, nas diversas trocas enunciativas, produzir textos adequados aos variados contextos de interlocução, originando diferentes efeitos de sentido. É nessa diretriz que encontramos a seguinte tese nos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (PCNEM): “Quando se dialoga com alguém ou se lê um texto, é pela interlocução que se

constroem os sentidos; também é nela que os interlocutores se constituem e são constituídos” (BRASIL, 2002, p.61). No entanto, salientamos que as práticas que vêm sendo desenvolvidas, na maioria das aulas de Língua Portuguesa das escolas de educação básica, ainda não demonstram o devido cuidado com um verdadeiro trabalho de análise de texto, que preconiza o ensino da leitura e da escrita como pontos de partida e de chegada para o ensino de língua na escola.

Esse diagnóstico da realidade na escola aponta para a falta de uma outra concepção de língua/linguagem e a constatação de uma carência teórica por parte dos docentes acerca dos estudos linguísticos. Assim, acreditamos firmemente em um trabalho de ensino de Língua Portuguesa ancorado na concepção de que aquele que fala/escreve se faz *sujeito* no e pelo texto, ou seja, no uso da língua em uma determinada situação enunciativa. Ora, conforme elucidamos no capítulo anterior, se é através da língua, materializada em *textos*, que construímos a cultura, criamos e recriamos realidades, não será por meio de atividades de catalogação de entidades, de classificação de palavras e do reconhecimento de suas funções sintáticas na sentença que o aluno será capaz de enxergar a língua como veículo da cultura, da sociedade e, principalmente, de sua subjetividade. Benveniste (2005d, p.17) corrobora nossa ideia ao dizer que “[...] a linguagem é um fato humano; é, no homem, o ponto de interação da vida mental e da vida cultural e ao mesmo o instrumento dessa interação”.

Após essas breves considerações, passamos a mergulhar nos textos selecionados, buscando elementos teórico-metodológicos que possam ser deslocados para o campo do texto, principalmente em sua modalidade escrita, uma vez que nosso corpus neste trabalho se compõe de resumos *escritos*.

3.2 DESLOCAMENTOS DE CONCEITOS ENUNCIATIVOS PARA O OBJETO TEXTO

O ato de deslocar conceitos enunciativos para o campo do texto requer retomar noções como (inter)subjetividade, discurso, referência e relações entre forma e sentido. Iniciamos, assim, nosso empreendimento, retomando algumas reflexões formuladas por Benveniste em *Da subjetividade na linguagem* (BENVENISTE, 2005a).

Nesse texto, Benveniste (2005a), conforme expomos no capítulo anterior, clarifica que a realidade da linguagem é a da subjetividade, uma vez que é nela e por ela que o homem pode encontrar a si, revelando a sua subjetividade, e ao outro, emergindo daí a intersubjetividade fundante de toda troca enunciativa. A capacidade para se propor como

sujeito na e pela linguagem é dada pela intersubjetividade, já que “toda enunciação é, explícita ou implicitamente, uma alocação” (BENVENISTE, 2006a, p.84): como a enunciação é sempre dialógica, ela produz dois sujeitos, dos quais *tu* constitui a condição de existência do *eu*.

Por isso, Benveniste (2005a, p.293) ressalta que é a intersubjetividade, pois, que possibilita a comunicação linguística através do discurso, “que é a língua enquanto assumida pelo homem que fala”. Podemos deslocar, pois, esse raciocínio para pensar o texto: se tomamos este como sinônimo de discurso, no sentido de que designa o produto de uma enunciação, o *texto*, logo, provoca a emergência da (inter)subjetividade, revelando o homem que fala/escreve com outro homem em sua fala/escrita. Se a enunciação implica diálogo entre seus protagonistas, todo *texto*, concebido como produto deste ato, é, de forma explícita ou implícita, uma alocação. Sobre o texto escrito, objeto deste trabalho, Mello (2012, p. 87) argumenta que

[...] mesmo no texto escrito, em que não se observa, no momento da enunciação, a reversibilidade entre os protagonistas do discurso, há sempre um alvo a quem o locutor dirige sua palavra. O fato de o discurso se configurar como monolucativo (sem réplicas no curso da troca linguageira) não significa que inexistente um interlocutor: este assumirá seu papel no momento da leitura do texto, mas o locutor já o projeta em sua enunciação.

Como consequência mais que lógica, se todo uso que se faz da língua é intersubjetivo, com o texto tradicionalmente nomeado de resumo não é diferente; ele resulta de um ato de enunciação, o *ato de resumir*, que emana de um locutor e atinge um alocutário, *singularizando* a sua experiência de leitura do texto-base e de escrita de seu resumo.

Nesse sentido, a autora formula um princípio teórico-metodológico que assumimos nesta dissertação, qual seja: “o texto é um índice global de subjetividade” (MELLO, 2012, p.86, grifo nosso). Ora, se, conforme já discutimos, toda a língua está submetida à enunciação e se o texto é resultante de um ato de enunciação, este – o texto – constitui um índice de subjetividade em sua globalidade. Sobre o papel do analista do texto, sob o ponto de vista enunciativo, valem as preciosas considerações da autora (MELLO, 2012, p.88):

Na metassemântica, compete, então, ao analista contemplar o texto em sua globalidade, não restringindo seu estudo aos índices específicos da pessoa, em níveis microestruturais (analíticos). Constituindo o texto um índice global de subjetividade, é na inter-relação entre o global e o analítico que se busca flagrar essa subjetividade.

Logo, essa asserção assume uma importância crucial em nosso trabalho: como analistas de texto, inseridos em uma perspectiva metasssemântica, devemos perceber o texto produzido pelo aluno em sua globalidade. Respaldados por Mello (2012), defendemos que tanto o ato como a situação em que se concretiza tal ato pertencem ao nível global de análise, enquanto os instrumentos de realização, que são os índices específicos e os procedimentos acessórios, concernem ao plano analítico. Assim sendo, na análise metasssemântica de qualquer texto, devemos dirigir nosso olhar para essa inter-relação entre o global e o analítico, uma vez que dessa conjunção entre os planos emerge a singularidade do texto.

Quanto à situação em que ocorre o ato de enunciação, a linguista formula o segundo princípio teórico-metodológico, que nos é caro: *o texto cria referência*. A situação a que Benveniste se refere e que deve ser considerado no estudo da enunciação nos remete à noção de referência, a qual implica o tempo e o espaço em que se dá o ato de enunciação: “a língua se acha empregada para uma certa relação com o mundo” (BENVENISTE, 2006a, p.84). A criação da referência é, nas palavras do autor, “parte integrante da enunciação” (BENVENISTE, 2006a, p.84). Esta referência é criada/construída no e pelo ato de enunciação, uma vez que através dele o locutor instaura um centro de referência interno. Essa noção assume um papel essencial na apreensão do sentido de determinada frase, como observamos em *A forma e o sentido na linguagem*: “Na maior parte dos casos, a situação é condição única, cujo conhecimento nada pode suprir” (BENVENISTE, 2006b, p.231).

Toda enunciação e, por conseguinte, todo *texto* implica referência à determinada situação; falar é sempre falar de/ escrever é sempre escrever sobre/. Ao contemplar a frase como expressão da língua em funcionamento, concebendo-a como unidade completa, dotada de sentido e referência, Benveniste nos autoriza a tomar frase e texto como conceitos intercambiáveis. Esse último, portanto, tem sentido e referência, que não lhe são atribuídos *a priori* – a referência não constitui uma correspondência biunívoca e especular entre as palavras e os objetos do mundo – mas é construída na enunciação de um locutor a um interlocutor sobre alguma coisa do mundo.

Ao pôr a língua em ação, o locutor autorreferencia, pois, ao escrever sobre o mundo, externa, na verdade, seu ponto de vista sobre as coisas do mundo, buscando levar o interlocutor a partilhar “desse mesmo mundo”. Normand (2009a, p.166) adota essa mesma posição: “toda a relação à referência, na língua colocada em uso, depende da sui-referência; a referência só concerne à situação cada vez única do locutor”. É justamente pelo fato de que ela concerne sempre à situação única do locutor, que se pode e se deve afirmar que o texto

cria referência, marcando a intersubjetividade constitutiva do emprego da língua. Referência e intersubjetividade se encontram, por conseguinte, indissociáveis para a constituição do texto.

Outro princípio formulado por Mello (2012, p.90, grifo nosso) que nos interessa bastante para este estudo é o de que “*o texto é produzido na imbricação entre forma e sentido*”. A relação entre as noções gêmeas de forma e sentido começa a ser delineada, como expomos, por Benveniste no artigo *Os níveis da análise linguística*. Nesse texto, o teórico chama a atenção para o fato de que muitos linguistas, na época, restringiam suas análises unicamente à forma, desprezando o sentido. No entanto, Benveniste nos mostra que à questão da forma deve se articular o sentido, formando a relação forma/sentido, responsável pela criação não só da linguagem, como também veículo de expressão da cultura. Seguindo esses passos, em *A forma e o sentido na linguagem*, o autor traz a assunção de que forma e sentido são inseparáveis no funcionamento da língua.

O modo como empreendia suas análises, sempre pautadas pela análise da significância que é transversal a todos os níveis linguísticos, apontava para uma análise da língua que não cabia nos limites da forma pela forma. Benveniste rejeitava a coerência de uma análise da forma por si e clamava que a existência da forma se encontrava intrinsecamente aliada ao sentido em sua natureza. Ao convocar o sentido, definindo a língua como sistema significante, essa postura convocava, ao mesmo tempo, a necessidade de ampliação do campo de análise: a linguística transcendia, não aceitando mais ficar confinada ao nível puramente linguístico; ela passava, conforme já mencionamos, a dialogar diretamente com outros campos da ciência, como a filosofia, a *antropologia*, a psicologia etc.

A amplitude de sua visão de língua convocava o locutor, aquele por quem era possível que a língua, sistema de forma e sentido, existisse, aquele que a colocava em ação. Deslocando essa reflexão para o campo do texto, se o homem é quem dá vida à língua, e é a língua quem dá vida ao homem, aliado ao fato de que a língua se materializa por meio de textos vinculados à cultura, por lógica o homem, que se funda sujeito na e pela linguagem, dá vida aos textos, e os textos dão vida ao homem. O texto expressa, materialmente, o enlace indissociável entre homem-língua-cultura. Enfim, configura-se uma relação constitutiva entre homem-língua-texto-cultura.

Sublinhando que a significação está na natureza da linguagem, o autor propõe, como discutido no capítulo anterior, que, na língua, há dois domínios do sentido e da forma: a língua como semiótico e a língua como semântico. Na primeiro, encontram-se os signos, dispostos em uma forma de relação paradigmática, os quais possuem valor genérico e

conceptual; na segundo, a expressão é a frase/texto, sempre particular, que resulta de uma sintagmatização promovida pelo locutor, subordinado à ideia global a ser expressa.

Assim, podemos afirmar que, em um texto, que se insere no domínio da língua em emprego (domínio semântico!), a forma diz respeito ao arranjo sintagmático empreendido pelo locutor para a expressão de uma certa ideia – semantização – convertendo a língua em discurso. Portanto, as operações de sintagmatização (forma) e semantização (sentido) são necessárias para que ocorra o ato de enunciação, sendo o texto, resultante desse ato, o que retém as marcas dos arranjos sintagmáticos feitos pelo locutor para produzir sentidos ao interlocutor.

Mello (2012) discorre sobre o papel do linguista enunciativo quando se depara com a análise de textos, no que tange à postura de uma análise linguística em que o semiótico e o semântico coexistam metodologicamente:

Se, sob a perspectiva enunciativa, forma e sentido convivem na língua como um todo, o analista, ao imergir no texto, não pode perder de vista a ideia global relacionada à sintagmatização, mas, ao mesmo tempo, perscrutará os níveis analíticos, atendo-se também à forma e ao sentido das palavras [...]. (MELLO, 2012, p.91)

De que forma, então, numa análise translinguística, pode ser contemplada a relação entre os planos global e analítico? Mello (2012, p.98) responde:

Pensamos que, primeiramente, o analista deve ater-se ao próprio ato de enunciação, na relação intersubjetiva que aí acontece, à situação (o estado de coisas que provoca o texto) e ao ato de fala global que o locutor (autor) expressa. A novidade é que esse “comentário particular” sobre o ato enunciativo (parceiros da troca, tempo e espaço) assenta-se sobre o aparelho formal da língua de que se serve o locutor quando configura o aparelho formal da enunciação.

Como o texto “é arquitetado por meio de macro e microssintagmatizações” (MELLO, 2012, p.98), a análise deve ocorrer num vai-e-vem entre os planos global e analítico. A autora fala, assim, da imbricação entre esses planos: o sentido deve ser buscado no global, através da compreensão da ideia expressa, e no plano analítico, “pela apreensão das noções particulares, circunstanciais das palavras, que, conviventes e coniventes em seu uso instanciado, retém somente parte do valor que tinham enquanto signos” (MELLO, 2012, p.98). Eis outro princípio teórico-metodológico produzido pela autora que nos servirá no exercício de análise de textos de resumo produzidos por alunos: *uma análise translinguística do texto focaliza a relação entre os planos global e analítico. Cumpre, portanto, dirigir o olhar tanto para a forma como para o sentido, no intuito de deflagrar a singular relação forma-sentido, global-*

analítico, que foi engendrada pelo locutor, que assume a posição de sujeito quando singulariza o seu discurso. E de que forma ocorre essa singularidade? Por meio dessa relação, sempre única da experiência humana, que instancia o locutor no mundo, falando, escutando, escrevendo e lendo com outro homem, que se torna possível a existência de linguagem, homem, sociedade e cultura, dados conjuntamente graças à simbolização inerente à linguagem e a propriedade de interpretância da língua.

O último princípio teórico-metodológico proposto por Mello (2012), *o texto constitui um modo de ação do locutor sobre o alocutário*, também nos é importante, uma vez que ele coloca em realce a noção de intersubjetividade da linguagem. A autora, através da proposição desse princípio, destaca a ideia de que, por meio do ato de enunciação (e, portanto, do texto resultando desse ato), o locutor age sobre o alocutário, instaurando novas realidades. Logo, em vista dessas reflexões, Mello (2012) julga que, em uma análise translinguística de um texto, não podemos ignorar essa dimensão pragmática da língua em funcionamento, ou seja, é preciso analisar de que forma o locutor visa a exercer uma ação sobre o outro na situação (*aqui-agora*) em que se encontram.

Nesse momento da discussão, cumpre trazer as formulações produzidas por Knack (2012)¹, que, em sua dissertação de mestrado, se dedica, entre outras coisas, a promover deslocamentos dos três aspectos da enunciação (realização vocal da língua, processo de semantização e quadro formal de realização da enunciação) para o tratamento enunciativo do objeto texto.

Em relação ao primeiro aspecto possível de ser estudado no âmbito da enunciação – a realização vocal – Benveniste adverte que, de um modo geral, esse aspecto não é visto “em relação ao fenômeno geral da enunciação” (BENVENISTE, 2006a, p.82). Sobre essa asserção benvenistiana, Knack (2012, p.86-87) assevera:

[...] chama-nos atenção o fato de Benveniste pontuar a existência desse fenômeno geral da enunciação e, então, questionamo-nos em que consistiria esse fenômeno, uma vez que o linguista não explora tal conceituação. Pensamos que a ideia de *fenômeno geral*, considerando a enunciação como um ato pelo qual o locutor apropria-se da língua e a converte em discurso para propor-se como sujeito e referir, parece remeter, em primeiro lugar, ao fato de essa apropriação estender-se à língua inteira

¹ A dissertação de Carolina Knack, intitulada “Texto e enunciação: as modalidades falada e escrita como instâncias de investigação”, defendida no Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, dedica-se a explorar, sob a Teoria da Enunciação de Émile Benveniste, o tratamento do texto em suas modalidades falada e escrita. A partir da leitura de *O aparelho formal da enunciação* (BENVENISTE, 2006a), a autora defende a proposição de uma noção geral para texto, relacionada ao fenômeno geral da enunciação, e noções específicas para texto falado e texto escrito, relacionadas a fenômenos específicos da enunciação.

[...] Em segundo lugar, a ideia de fenômeno geral parece fazer referência àquilo que é comum à enunciação independentemente do nível ou instância linguística em que se verifique tal ato. Nesse sentido, é possível conceber esse fenômeno de apropriação da língua também em termos de especificidade, ou seja, considerar a enunciação no interior de cada nível ou instância de análise consiste em considerar fenômenos específicos da enunciação que, como tais, apresentam particularidades em relação ao fenômeno geral.

A autora defende que a realização vocal da língua pode ser compreendida como um fenômeno específico da enunciação, uma vez que “apresenta uma série de características particulares em relação à instância escrita de atualização linguística” (KNACK, 2012, p.87). Igualmente ela destaca que o interesse de Benveniste pela enunciação escrita, indicado ao final de *O aparelho formal da enunciação*, lhe permite supor que essa poderia ser tomada, também, como fenômeno específico da enunciação: “A enunciação falada e a enunciação escrita, consideradas como fenômenos específicos, estão, pois, ligadas ao fenômeno geral da enunciação” (KNACK, 2012, p.87).

Ademais, expõe que o fenômeno geral da enunciação conjuga os três aspectos da enunciação no que tange à generalidade das características abordadas, ao passo que tanto a enunciação falada quanto a enunciação escrita – fenômenos específicos – mobilizam esses aspectos de maneira singular (KNACK, 2012).

Essa possibilidade sustentada pela referida autora de compreender a enunciação escrita como fenômeno específico em relação ao fenômeno geral da enunciação, autorizando a proposição de uma noção específica para texto escrito, adquire suma importância no nosso estudo, que se propõe a defender a proposição de que o texto escrito do resumo releva do ato de resumir, portanto retém marcas linguísticas reveladoras desse ato de enunciação do locutor.

Na continuação de seu movimento de deslocamento dos aspectos enunciativos para a abordagem do texto, a autora sublinha que “um referencial enunciativo para o tratamento do texto também deve considerar o segundo aspecto da enunciação: a semantização da língua” (KNACK, 2012, p.88). Este mecanismo da enunciação resume todo o trabalho do locutor com a língua, visto que promove a articulação dos modos semiótico e semântico de significação, viabilizando a conversão da língua em discurso para atualização de sentidos e referências. Knack (2012, p.89, grifo nosso) observa que

a semantização, reunindo os atos de apropriação e atualização da língua, bem como os procedimentos de agenciamento e de sintagmatização, pode ser verificada tanto no âmbito da enunciação falada quanto no da enunciação escrita, uma vez que em ambos os fenômenos específicos da enunciação ocorre a apropriação da língua e a conversão desta em discurso e, portanto, está-se no domínio da língua em emprego e em ação. Esses elementos

teóricos discutidos no interior do aspecto da semantização contribuem para pensarmos os mecanismos de produção de sentidos na enunciação falada e na **enunciação escrita** e, conseqüentemente, no texto falado e no **texto escrito**.

Ora, conforme nos diz a citação, se o mecanismo da semantização, o qual envolve necessariamente o procedimento da sintagmatização, se verifica na enunciação escrita (foco deste estudo) e, conseqüentemente, no texto escrito, cumpre ao analista enunciativo investigar como as formas se diversificam e se engendram na modalidade escrita da enunciação e, conseqüentemente, na modalidade escrita de texto para produzir sentidos. Esse aspecto da enunciação permite produzir resposta a essa grande pergunta.

E, por fim, Knack (2012) enfatiza que, para abordar a semantização na enunciação escrita, necessário se faz considerar o terceiro aspecto apresentado por Benveniste: o quadro formal de realização da enunciação. É interessante que, ao refletir sobre esse aspecto, o teórico delinea um caminho metodológico para o tratamento da enunciação, seja falada ou escrita. Conforme já expomos, é preciso considerar, em relação à enunciação, o próprio ato de enunciação, as situações em que se realiza e os instrumentos linguísticos de sua realização. Sobre esse aspecto em particular, Knack (2012, p.89) diz: “Este aspecto da enunciação apresenta uma metodologia para o tratamento da enunciação e, por conseguinte, do texto, e, nesse sentido, sua contribuição para a constituição de um referencial enunciativo para o tratamento do texto é substancial”.

De fato, este conjunto de noções, resumido no *aparelho formal da enunciação* esboçado por Benveniste, abre amplas perspectivas “para a análise das formas complexas do discurso” (BENVENISTE, 2006a, p.90). No contexto dessa indicação de Benveniste, refletindo sobre as formas complexas do discurso como objetos passíveis de análise enunciativa, Knack conclui que “tanto a *enunciação falada* quanto a *enunciação escrita* podem ser consideradas *formas complexas do discurso* e estudadas, como tais, a partir do quadro formal e a partir dos demais aspectos da enunciação” (KNACK, 2012, p.90, grifo do autor).

A partir de nossa leitura do estudo de Knack (2012), compreendemos que na enunciação escrita e, conseqüentemente, no texto escrito, cumpre analisar os três aspectos articulados entre si para a constituição de sentidos singulares: a realização escrita da língua, o mecanismo de semantização dela e o quadro formal de realização da enunciação, composto pelo ato, pela situação em que tal ato ocorre e pelos índices específicos e procedimentos acessórios responsáveis para que a enunciação se realize.

Antes de passar à abordagem da terceira seção deste capítulo, é preciso propor outro princípio que, conjugado àqueles já propostos por Mello (2012) e assumidos por nós, servem de base para a análise que pretendemos empreender no capítulo 6. Segundo expomos no capítulo anterior e partindo, pois, do pressuposto de que há em Benveniste a existência de uma antropologia da linguagem (DESSONS, 2006), se a enunciação expressa o vínculo indissociável entre língua e cultura, o *texto*, enquanto produto do ato de enunciar, *carrega* as marcas reveladoras desse vínculo radical.

Sobre a questão da interpretância, o que permite o enlace língua-cultura, no artigo *Semiologia da língua*, Benveniste se questiona acerca do lugar que a língua ocupa entre os sistemas de signos, destacando que a especificidade dela no universo dos signos consiste em ela ser o *interpretante* de todos os sistemas linguísticos e não-linguísticos, inclusive dela própria. É justamente esse poder de tudo interpretar e categorizar que faz com que a língua constitua o fundamento da cultura e da sociedade. Transferindo essa reflexão para o contexto de abordagem do texto, importa depreender que, se a língua constitui o sistema interpretante dos valores culturais nela impregnados, isto é, que a relação do homem com o outro e com o mundo que o cerca somente é possível na e pela linguagem via relações de interpretância, o discurso escrito do resumo, concebido como o espaço em que o locutor materializa o seu ato de interpretância para o interlocutor em situação de sala de aula, se configura como um *discurso interpretante do texto-base*. Como consequência dessa reflexão, apresentamos o seguinte princípio teórico-metodológico, fruto dessas reflexões construídas, tendo como pano de fundo a natureza duplamente paradoxal da língua – individual e social: *todo texto, seja escrito ou oral, por advir de um ato de enunciação, singulariza uma língua, que carrega interpretações constituídas no âmbito da cultura*.

Ora, conforme foi possível apresentar no capítulo anterior, está claro que a relação entre língua e cultura é uma relação de integração necessária e não há como pensar a linguagem/língua fora da relação com o homem e com a sociedade e a cultura. É preciso enfatizar que, embora nosso estudo repouse, além do nível linguístico, sobre relações que envolvem elementos como sociedade e cultura, desempenhamos esta pesquisa na condição de linguistas. O conhecimento da cultura, de fato, está implicado na análise da língua, mas o que interessa é desvendar a *ressignificação* produzida pelo locutor-resumidor, a partir do ato de colocar sua língua-discurso em funcionamento para produzir significância sobre a língua-discurso atualizada no texto-base. Sendo assim, estaremos centrados no *texto* produzido pelo locutor, ou seja, na *língua-discurso* inscrita na cultura.

No interior de sua teoria enunciativa, ao propor o modo semântico de significação, Benveniste (2006d, p.21, grifo nosso) define que “a semântica é o ‘sentido’ resultante do encadeamento, da apropriação pela circunstância e da adaptação dos diferentes signos entre eles. Isso é absolutamente imprevisível. *É a abertura para o mundo [...]*”. Assim, ao passo que o semiótico compreende o domínio da língua enquanto sistema de signos regidos pelo princípio do valor, o domínio semântico propõe a “abertura para o mundo”, trazendo a sociedade e a cultura inerente a esta para dentro da análise linguística:

A noção de semântica nos introduz no domínio da língua em emprego e em ação; vemos desta vez na língua sua função mediadora entre o homem e o homem, entre o homem e o mundo, entre o espírito e as coisas, transmitindo a informação, comunicando a experiência, impondo a adesão, suscitando a resposta, implorando, constrangendo; em resumo, organizando a vida dos homens. [...] **Somente o funcionamento semântico da língua permite a integração da sociedade e a adequação ao mundo [...]** (BENVENISTE, 2006b, p.229, grifo nosso)

Ao modo semântico da língua, caberia, pois, dar conta do que diz respeito à vida da língua em emprego e, aqui, conseqüentemente, entrariam os aspectos relativos à cultura e sociedade, uma vez que nesse domínio abordam-se as “unidades enquanto palavras (e não mais como signos ou valores), presentes em determinada frase ou sequência de frases particulares, trocadas por locutores nesta ou aquela circunstância, remetendo a este ou aquele objeto” (NORMAND, 2009a, p.181). De fato, é somente compreendendo a língua em sua função de mediadora entre os homens e entre esses e o mundo que se autoriza a pensar o texto em sua relação inseparável com o homem e com a sociedade e a cultura.

Logo, na elaboração de princípios teórico-metodológicos para a abordagem textual-enunciativa do texto, clama-se a formulação de um princípio que contemple, no estudo do texto sob o viés enunciativo, aspectos de ordem cultural. Todos os elementos por nós discutidos nessa seção se reúnem para a formulação do seguinte princípio: *o texto manifesta, em sua linearidade, traços/efeitos das relações indissociáveis entre o homem, a linguagem/a língua e a sociedade/ a cultura*².

Importante esclarecer que o uso das palavras “traços/efeitos” não é fortuito, visto que os valores culturais não se apresentam diretamente linearizados no discurso. O próprio Benveniste (2006f, p.22, grifo nosso) já antecipava: “É [...] um trabalho difícil trazê-los à luz, porque **a língua não se transforma automaticamente à medida que a cultura se**

² Evidentemente, os termos separados por ‘/’ não são sinônimos; no entanto, neste momento e para esta discussão, não serão consideradas as distinções entre linguagem/língua e sociedade/cultura, as quais já realizamos no capítulo anterior.

transforma”. Logo, ao se analisar textos, como é nosso objetivo no sexto capítulo, o que se tem ao alcance é a possibilidade de abordagem dos *efeitos* que a instância da cultura imprime no discurso do locutor.

Como nosso trabalho se fundamenta em uma perspectiva linguístico-cultural do ato de resumir texto na universidade, estamos a par de que nossa reflexão deve se voltar para um tipo específico de cultura: a *cultura acadêmica*. Esta, como qualquer outra, também comporta valores, prescrições e interdições, tal como assinalamos anteriormente na reflexão de Benveniste. Apontamos aqui para o entendimento de que a cultura acadêmica construída pela história, por um comportamento político de época, termina por imprimir valores que são incorporados ao discurso acadêmico, enquanto produto de enunciações na situação de ensino superior. Nossa intenção com este trabalho é propor uma compreensão de resumo que o considere em sua singularidade, de modo que busquemos redimensionar a ideia difundida que concebe a tarefa de resumir texto como meramente uma atividade de extração/reprodução de sentidos produzidos pelo locutor do texto-base. É importante esclarecer que, sim, concordamos que o texto do resumo desempenha essa função social, no entanto pretendemos provar, fundamentados em bases enunciativas, que se trata apenas de uma tentativa – por sinal, subjetiva – de extrair fielmente as ideias principais de outro texto. Há essa ilusão, sustentada pela cultura escolar durante muito tempo, de que resumir texto implica objetividade/imparcialidade por parte do resumidor. É essa concepção, digamos “antienunciativa”, que redimensionaremos aqui.

Para finalizar esta seção, trazemos o seguinte quadro que reúne os cinco princípios teórico-metodológicos de Mello (2012) que assumimos integralmente neste estudo:

Quadro 1 – Princípios teórico-metodológicos elaborados por Mello (2012)

Princípio 1	O texto é um índice global de subjetividade.
Princípio 2	O texto cria referência.
Princípio 3	O texto é produzido na imbricação entre forma e sentido.
Princípio 4	Uma análise translinguística dos textos focaliza a relação entre os planos global e analítico.
Princípio 5	O texto constitui um modo de ação sobre o alocutário.

Fonte: adaptado de Mello (2012).

Acresce-se a estes os princípios que foram produzidos por nós, que constituem os seguintes:

Quadro 2 – Princípios teórico-metodológicos elaborado por nós

Princípio 6	Todo texto, seja escrito ou oral, por advir de um ato de enunciação, singulariza uma língua, que carrega interpretações constituídas no âmbito da cultura.
Princípio 7	O texto manifesta em sua linearidade traços/efeitos das relações indissociáveis entre o homem, a linguagem/ a língua e a sociedade/ a

	cultura.
--	----------

Fonte: Elaborado pelo autor.

Encerrada esta etapa, dirigimo-nos agora para última seção do capítulo, que se propõe a produzir uma definição para texto escrito que conjugue os componentes linguístico e cultural da linguagem. Como já afirmamos, resgataremos duas conceituações para texto no âmbito da teoria enunciativa benvenistiana, de modo a ampliá-las com a inclusão do elemento cultural que se faz presente em toda enunciação e, conseqüentemente, em todo texto, seja oral ou escrito.

3.3 DEFINIÇÃO ENUNCIATIVO-CULTURAL DE TEXTO

Após produzirmos deslocamentos teórico-metodológicos da Teoria da Enunciação de Benveniste para uma abordagem enunciativa do texto que comporte a instância cultural no processo de conversão da língua em discurso, nesta seção, temos um simples objetivo: formular uma definição para texto escrito que promova a articulação entre os componentes linguístico e cultural. Importante esclarecer que essa tarefa não é aleatória, uma vez que concebemos o ato de resumir um texto-base e o seu produto – o discurso escrito do resumo – como instâncias linguístico-culturais, isto é, ao lado do componente linguístico que se faz presente, de modo óbvio, em todos os textos produzidos, há um participante, de status menos evidente, mas que ainda assim integra toda e qualquer produção simbólica, qual seja, o componente cultural. Assim, de posse desse pressuposto, justificamos o motivo de escrevermos esta seção.

Conforme anunciamos na seção anterior, partiremos de duas concepções para texto, produzidas por Mello (2012) e Knack (2012), para, em posse dessas conceituações, redimensionar a definição de texto escrito, de modo a inserir o aspecto cultural inerente ao ato de apropriação da língua, via inserção do discurso no mundo.

Começando pela primeira, Mello (2012), diante do fato por ela expresso de que não se encontra explicitamente uma definição de texto em Benveniste, se propõe a rastrear diversos usos da palavra “texto” que, segundo a autora, permitem vislumbrar uma concepção benvenistiana para esse objeto. Tomando por base os usos que Benveniste faz da palavra “texto”, Mello (2012, p.84) associa a ela as seguintes noções: “materialidade (ou concretude), extensão, linguagem, enunciado, enunciação”. Articulando essas noções, a autora (MELLO, 2012, p.84, grifo da autora) formula que “*texto é uma unidade linguística intersubjetiva, de dimensões variadas, resultante de um ato de enunciação*”.

Knack (2012, p.156, grifo do autor), considerando os discursos falados e escritos como produtos da enunciação enquanto fenômenos específicos, conforme Benveniste (2006a), assevera que

essas enunciações, na condição de atos, portanto *processos*, originam *produtos*, os quais podemos chamar de *enunciados*, de modo geral, ou de *discursos falados* e *discursos escritos*. E é nesse contexto de reflexão que o termo *texto* se insere, definindo-se como o objeto de análise constituído a partir desses discursos. Nessa direção, podemos delinear as noções de texto falado e de texto escrito como fenômenos específicos de enunciação”. (KNACK, 2012, p.159, grifo do autor),

Por conseguinte, a autora (KNACK, 2012, p. 159), considerando os pressupostos enunciativos, concebe o texto escrito, objeto de nosso estudo, como o

resultado de um processo de produção intersubjetiva entre locutores situados em tempo e espaço distintos, condensando o ato de enunciação e o produto deste, cuja materialidade, de extensão não delimitada, apresenta por escrito as marcas que permitem ao alocutário re-constituir os sentidos atualizados em formas pelo locutor.

Ao contrário de Mello (2012), que define texto de um ponto de vista geral, não estabelecendo a distinção entre texto falado e texto escrito, Knack (2012) formula uma definição tanto para a modalidade falada quanto para a modalidade escrita, justificando, pois, nossa predileção por sua conceituação, visto que nosso objeto de estudo é formado de textos escritos. Não discordamos, em nenhuma parte, da definição realizada por Mello (2012), no entanto, para fins desta pesquisa, a aceção de texto escrito apresentada por Knack (2012) parece nos fornecer mais elementos para propor uma definição, que esteja em conformidade com a reflexão que produzimos até esse momento.

Também é interessante perceber que, em sua definição, Knack (2012) inclui o processo da leitura, que é inseparável do plano da escrita, formulando que cabe ao leitor, em virtude de não partilhar o *aqui-agora* do locutor, *reconstituir* os sentidos atualizados em formas pelo locutor. Essa noção de *reconstituir*, indexada ao ato de leitura, nos é muito cara, motivo pelo qual colocamos em realce. Acreditamos que a atividade de reconstituir é própria do processo da leitura e, por conseguinte, do ato de resumir. Falaremos especificamente do ato de leitura no próximo capítulo, porém já adiantamos aqui ao nosso leitor que concebemos o fenômeno da leitura, tomando como referência o estudo de Naujorks (2011), como uma *modalidade de enunciação*.

Justificada a definição de texto que consideraremos em maior grau neste estudo, a pertencente à Knack (2012), cabe apresentarmos uma conceituação reformulada, que, aliada

ao componente linguístico, insira o aspecto cultural, inexoravelmente presente em toda produção linguística. Assim sendo, não exporemos a definição tal como foi formulada pela autora, mas, visando aos nossos objetivos, ampliaremos, de modo a colocar em cena a instância da cultura constitutiva e constituinte na e pela linguagem. Eis, então, a formulação que propomos: o texto designa *o resultado de um ato de enunciação entre locutores situados em tempo e espaço distintos, que traz o modo singular como o locutor se relaciona com o que é de ordem geral da língua, concebida como sistema interpretante do sistema cultural.*

Formulada a definição de texto por nós adotada neste estudo, seguimos para o próximo capítulo, em que, em primeiro lugar, sublinharemos algumas abordagens do campo da Linguística que já se propuseram a tematizar sobre o processo de resumir textos para, em seguida, erigirmos uma concepção enunciativo-cultural para o ato de resumir, de modo a balizar nosso aparato metodológico e nossa análise.

4 O RESUMO: DA ABORDAGEM TEXTUAL À ENUNCIATIVA

Antes de anunciarmos o percurso que delineamos neste capítulo, faz-se mister recuperarmos rapidamente o trajeto que realizamos até aqui com o intuito de balizar a discussão a ser seguida: no segundo capítulo, nosso objetivo era, primeiramente, destacar conceitos teóricos relativos à Teoria da Enunciação benvenistiana, a fim de destrincharmos as potencialidades teórico-analíticas da teoria para a abordagem do fenômeno *texto*. Após essa etapa, fizemos uma leitura de artigos de Benveniste em que ele tematiza a relação entre língua e cultura, de modo a estarmos autorizados a propor uma reflexão que comporte a instância cultural no processo da conversão da língua em discurso. Feito isso, no terceiro capítulo operamos deslocamentos teórico-metodológicos da Teoria da Enunciação de Benveniste para propor uma abordagem enunciativa de textos. Ao fim desse capítulo, elaboramos uma definição de texto que comporta o aspecto linguístico e o aspecto cultural, ressaltando, desse modo, a dupla natureza da língua – individual e social.

Nesse caminho, anunciamos, neste momento, a estrutura deste capítulo, cujo principal objetivo é formular uma concepção enunciativa para o ato de resumir textos: em um primeiro momento, na seção 4.1, traremos algumas abordagens textuais (a cognitivista, a sintática, a abordagem dos gêneros e a Semântica Argumentativa) que já trataram do resumo para, ao fim, pontuar a falta da teoria benvenistiana para abordar esse tema. Na seção 4.2, abordaremos os atos de leitura e escrita enquanto processos enunciativos implicados no ato de resumir textos para, na seção 4.3, teorizarmos sobre o que implica o ato de resumir pelo viés da enunciação benvenistiana.

4.1 O RESUMO NAS ABORDAGENS TEXTUAIS

Nesta seção, no intuito de situar nossa proposta de abordagem de resumo de textos, é importante que resgatemos algumas perspectivas teóricas que têm sido utilizadas nos estudos sobre essa atividade. Desse modo, primeiramente exporemos a natureza desse tipo de texto de um ponto de vista geral, resgatando algumas características que, tradicionalmente, são vinculadas a produção desse gênero de texto. Após, como a proposta de trabalho é estudar a prática do resumo sob a ótica da enunciação benvenistiana, é adequado considerar que há outras abordagens sobre o tema, fundamentadas em distintas perspectivas teóricas. Apresentamos as seguintes: a perspectiva cognitivista, a sintática, a perspectiva dos gêneros e a vinculada à Semântica Argumentativa. Adiantamos que, ao apresentarmos esses distintos

enfoques, não desejamos emitir juízos de valor sobre cada um deles, uma vez que sabemos que cada um, a seu modo, contribuiu para a compreensão do funcionamento dessa atividade corriqueira e, ao mesmo tempo, tão complexa. Nosso objetivo é tão somente justapor a esses olhares já existentes um novo modo de conceber o texto do resumo, uma vez que concebemos, apoiados no olhar teórico da enunciação benvenistiana, que esse texto é resultado de um ato de enunciação – o ato de resumir. E falar em ato, em Benveniste, é colocar como princípio o fato de que um locutor (se) enuncia para um interlocutor, em determinado tempo e espaço, para promover a sua certa relação com o mundo, instaurando, assim, a referência e a correferência no e pelo discurso.

Passemos, assim, à exposição das ideias.

Como se sabe, no que tange ao Ensino Superior, pressupõe-se que haja um fluxo de leitura bastante intenso e denso, especialmente na área das Ciências Humanas, com o enfrentamento de artigos científicos, ensaios, capítulos de livros e até mesmo obras inteiras sobre um determinado assunto, que passam a fazer parte da vida do estudante universitário, gerando, por vezes, muitas dificuldades. Nesse contexto de imersão no universo acadêmico, o instrumento que parece ser o mais utilizado pelo professor no processo de ensino/aprendizagem é o resumo informativo, atividade que, como o próprio nome já indica, consiste, essencialmente e tradicionalmente, na exposição concisa das ideias centrais de um texto e que implica, necessariamente, compreensão da leitura do texto-base. Cabe afirmar que, aqui, a consulta ao texto original não é necessária, pois o resumo apresenta autonomia, isto é, é compreensível por si mesmo.

Dessa forma, a atividade de resumir textos constitui uma das práticas linguísticas mais frequentes no contexto educacional atualmente: para o aluno, ora serve como técnica de estudo, ora como registro de leitura para a recuperação posterior da informação; para o professor, além de ser uma importante estratégia de ensino, é sobretudo um modo de verificar a competência discente em leitura e escrita, uma vez que o resumo envolve o ato de ler e escrever.

Além de estar frequentemente presente no meio acadêmico, constatamos que o ato de resumir textos faz parte da vida escolar desde muito cedo. Como destaca Graeff (2001, p.15): “é, então, frequente a sua prática, seja como tarefa de apresentar o resumo de um texto para demonstrar que foi lido e entendido, seja como estratégia de estudo para provas ou trabalhos de pesquisa, entre outras razões”. Vê-se, pois, que resumir é um saber-fazer necessário ao universo de ensino-aprendizagem, visto que, de acordo com Schneuwly e Dolz (1999, p.15), o

resumo constitui-se em um “eixo de ensino/aprendizagem essencial para o trabalho de análise e interpretação de textos e, portanto, um instrumento interessante de aprendizagem”.

Ao pesquisar sobre as práticas languageiras nos gêneros escolares, Schneuwly e Dolz (1999, p.14), voltando suas pesquisas para o nível fundamental de ensino, revelam que a *cultura* do sistema escolar define o resumo como uma representação sintética do texto-base, “sendo o problema de escrita reduzido a um simples ato de transcodificação da compreensão do texto”. Não foi à toa que realçamos o termo “cultura” anteriormente, expressando que é a instância cultural, como a que define o que tem e não tem sentido, que trata o texto do resumo como uma “representação sintética do texto-base”. Parece existir em nossa cultura uma regra fundante daquilo que é requerido para a construção de resumos acadêmicos. A produção de um resumo acadêmico não está infensa às interferências do sistema acadêmico e este do sistema sociocultural. Apenas, queremos mostrar, com este trabalho, que, ao lado da “síntese” e “brevidade” que marcam esse gênero, irrompe na produção dele o gesto interpretativo do locutor-resumidor, ou seja, embora a cultura acadêmico-escolar defina o que é e o que não é resumo, e o aluno apreende esses valores, a subjetividade assinala, no discurso do resumo, a presença daquele que experiencia ler e escrever na escola e/ou na universidade. Logo, quando o locutor for expressar a sua experiência de leitura do texto-base, ele estará sob o enquadre do meio cultural, que, como vimos, cumpre uma função normatizadora/reguladora.

No entanto, podemos observar, enquanto estudante de pós-graduação, que, embora a atividade de resumir tenha se tornado quase que obrigatória na graduação, os resumos produzidos pelos alunos ainda se mostram bastante heterogêneos: ora apresentam-se como “colchas de retalhos”, verdadeiro recorte-colagem das “partes do texto” eleitas como as mais importantes pelo aluno; ora como relação sequencial de tópicos sem relação entre si; e poucas vezes, finalmente, como retextualização¹ bem articulada. Parece que os universitários trazem para a esfera acadêmica representações de escrita de resumo que estão relacionadas a atividades de cópia das ideias do texto original, que, muito provavelmente, lhes foram inculcadas, equivocadamente, desde os bancos escolares. Mas como manter este rigor de objetividade, se dispomos apenas de palavras – por sinal, sempre subjetivas – para produzir sentidos? Talvez seja preciso renunciar às enunciações para deter o sentido tradicional do que seja resumir textos. Ora, aceitar tal renúncia, isto é, renunciar a pensar a língua enquanto enunciação, é aceitar mutilar as pobres palavras de que já dispomos, tornando-as elementos de um código biunívoco. Parece que não é assim que a linguagem, materializada em língua e

¹ O conceito de retextualização, elaborado a partir dos estudos de Marcuschi (2010), será devidamente explorado na seção 4.3 deste capítulo.

fala, funciona, portanto como continuar tomando o texto do resumo unicamente como retrato fiel das ideias de um texto original? Se o que constitui esse texto é a enunciação de um locutor que interpreta o discurso do outro, como garantir rigor nessa “reprodução sintética”? Trabalhar pela uniformidade, em benefício do mito da unidade, contribuiria para uma escrita mais eficiente do resumo? Ora, trata-se de perguntas que, se ainda não foram, de certo modo, direcionadas para um caminho, com certeza na continuidade de nossa exposição o leitor perceberá o rumo de nossas argumentações.

É importante ressaltar que essa perspectiva tradicional de resumo é também encontrada em livros de metodologia científica e afins que orientam os universitários quanto ao uso de algumas normas na elaboração de trabalhos acadêmicos. Tendo como base a NBR 6028 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) (2003), o resumo se define como apresentação, em forma concisa, dos pontos relevantes de um documento (livro, artigo, reportagem, dentre outros). Ou seja, uma apresentação sucinta, compacta, dos pontos mais importantes de um texto. No entanto, conforme Medeiros (2013, p.128), essa definição pode ser melhorada: “resumo é uma apresentação sintética e seletiva das ideias de um texto, ressaltando a progressão e a articulação delas. Nele devem aparecer as principais ideias do autor do texto”.

Além disso, o autor destaca que, do ponto de vista formal, o redator do resumo deve atender para alguns procedimentos: ser redigido em linguagem objetiva; evitar a repetição de frases inteiras que constam no texto-base; e respeitar a ordem em que as ideias ou fatos são apresentados, ou seja, a organização das informações, no resumo, deve respeitar a estrutura do texto-base (MEDEIROS, 2013). Acrescente-se a isso o fato de que, segundo a NBR 6028:2003, da ABNT (2003), deve-se evitar o uso de parágrafos no meio do resumo. Portanto, ele é constituído de um só parágrafo.

De acordo com Rebeca Peixoto da Silva et al. ([197-]), a elaboração de resumos exige mais habilidade de leitura que de escrita, pois o resumo permite melhor compreensão das ideias expostas, uma vez que, para realizá-lo, é necessário apreender a estrutura do parágrafo.

Fiorin e Savioli (1990), em *Para entender o texto*, também examinam o resumo. Após defini-lo, recomendam que não se devem perder de vista três elementos: cada uma das partes fundamentais do texto; a progressão das ideias apresentadas; a correlação das partes do texto. Consoante os autores citados, não cabem no resumo comentários ou julgamentos apreciativos, os quais pertencem a outro tipo de texto (a resenha acadêmica). E ainda acrescentam que a dificuldade de resumir um texto pode se originar da complexidade do texto (vocabulário, estruturas sintáticas, relações lógicas), bem como da competência do leitor. Como podemos

observar, a partir dos autores já mencionados, a competência da leitura aparece como componente fundamental para o sucesso da prática de resumir. Em outras palavras, um resumo deriva da capacidade de leitura daquele que vai realizá-lo. A compreensão de um texto, desse modo, depende da competência do leitor, a qual envolve recursos culturais, experiência anterior, conhecimento prévio armazenado na memória, além de o leitor poder contar com pistas linguísticas distribuídas pelo texto.

Com efeito, a produção do resumo informativo demanda leitura integral e madura do texto em pauta, visto que o resumidor deverá produzir um texto linear que abarque as ideias centrais do texto-base, de modo que um novo leitor (ou uma nova leitura distanciada no tempo) possa lograr uma ideia geral da obra resumida. É justamente quando se leva em consideração o leitor do resumo que se instaura a intersubjetividade enunciativa, implicada na produção desse gênero: o autor precisa considerar que o leitor, inicialmente, tem acesso ao texto-base através da leitura do resumo; por isso, nenhuma informação pode estar mal explicada ou sem conexão. A autonomia que todo resumo deve apresentar, isto é, ser compreensível por si mesmo àquele que irá lê-lo, constitui uma prova cabal de que se produziu, de fato, a relação da intersubjetividade, promovendo, assim, a comunicação intersubjetiva entre os interlocutores.

Assinala-se, assim, a complexidade do trabalho, pois jamais poderá ter a mesma extensão do texto-base, caso contrário não será um resumo. Isso significa dizer que se exige, por parte do resumidor, capacidade de *síntese*, a qual, por sua vez, depende do poder de absorção da leitura realizada aliada à fluência na expressão verbal escrita em registro formal (uso padrão da língua). Sob esse prisma, a competência seletiva e objetiva de informações deve ser desenvolvida.

Para Siqueira (1990), os passos para resumir um texto são: (a) seleção das ideias principais; (b) cancelamentos das ideias irrelevantes; (c) agrupamentos das ideias que se relacionam entre si; (d) adaptação da linguagem devido aos agrupamentos realizados. Por sua vez, Maria Teresa Serafini (1987) ensina quatro regras para a redação de resumos: cancelamento, generalização, seleção e construção. Isto é, cancelamos palavras que remetem a pormenores que não são necessários à compreensão de outras partes do texto; pelo processo de generalização, substituímos elementos específicos por outros genéricos; a seleção cuida de eliminar obviedades ou informações secundárias e ater-se às ideias principais; durante a fase de construção, substituímos orações por outras novas.

Depois de apresentar uma rápida contextualização do que significa, em termos gerais, a atividade de resumir, como já anunciamos anteriormente, nossa intenção, neste momento, é

expor quatro linhas teóricas que já se debruçaram sobre essa atividade: as perspectivas cognitivista, sintática, dos gêneros e a da Semântica Argumentativa.

No ponto de vista cognitivista, destaca-se o modelo de compreensão de Kintsch e Van Dijk (1983, 1985). Esse modelo parte do pressuposto fundamental de que

o leitor, na sua tentativa de compreender um texto, opera estrategicamente, isto é, de forma finalística, flexível e interativa, com informações de diversos níveis, quer linguístico (morfofonológicas, sintáticas, semânticas, etc.), quer cognitivo (conhecimento episódico, conhecimento semântico geral, conhecimento sobre textos, etc.), quer contextual (situacional, interacional, pragmático, etc.). (FARIAS, 2000, p.103)

A partir da utilização de todos esses tipos de conhecimentos, espera-se que, ao final da leitura, o leitor possa obter uma *representação semântica mental* efetiva e possível do texto. A essa representação mental, Kintsch e Van Dijk (1983, 1985) denominam *texto-base*, isto é, “um conjunto de proposições ou sequência de proposições que encerram o significado do texto” (FARIAS, 2000, p.103). Cumpre ressaltar que é justamente essa possibilidade de o leitor construir um texto-base que está na base da produção do resumo, isto é, um leitor só será capaz de resumir um texto de forma eficiente, se, entre outras habilidades, conseguir abstrair informações em macroproposições semânticas.

A ênfase do modelo de compreensão desses autores fornece, pois, uma base teórica para a compreensão de uma atividade bastante corriqueira no cotidiano de professores e alunos de quase todos os níveis escolares: o resumo de textos. Segundo Kintsch e Van Dijk (1983, 1985), o resumo designa a expressão de uma possível macroestrutura de um texto-base, ou seja, a expressão de seus pontos principais, de seu conteúdo global. Logo, podemos afirmar que, para esses autores, a constituição do resumo está relacionada à formação da macroestrutura.

Conforme os mesmos autores, para chegar a essa macroestrutura, leitores experientes lançam mão de certas regras – *macrorregras* – aplicadas, automática e inconscientemente, sobre o significado de frases ou sequências de frases (microproposições) expressas no texto, gerando, desse modo, macroproposições (unidades semânticas globais). As macrorregras identificadas pelos autores são bastante conhecidas: 1) Apagamento, exclusão de todo material linguístico que indica propriedades acidentais do referente do discurso, se estas não constituírem condição de interpretação para uma outra proposição subsequente; 2) Seleção, apagamento de proposições que representam condições, componentes ou consequências normais de um fato expresso em outra proposição, mantendo somente esta; 3) Generalização, substituição de uma sequência de itens ou proposições por um único item ou proposição

imediatamente superior a eles, capaz de abarcá-los todos em um único superconceito; 4) Construção, substituição de uma sequência de proposições que denotam condições normais, componentes ou conseqüências por uma única proposição que denote um fato global (KINTSCH; VAN DIJK, 1983, 1985).

Farias (2000, p.106), no entanto, adverte que

[...] a utilização de macrorregras como estratégia de ensino da leitura, compreensão e resumo de textos é um recurso pouco produtivo se compreendido isoladamente dos numerosos outros processos estratégicos envolvidos nessas tarefas. Afinal, é manipulação estratégica de uma rede complexa de informações (repetimos: linguísticas, cognitivas e contextuais) que permitem não só atribuir o(s) significado (s) do texto como também determinar neste as informações mais relevantes a serem guardadas na memória.

Além disso, Kintsch e Van Dijk (1983) indicam que a formação da macroestrutura (ou o resumo) de um texto depende dos propósitos e conhecimentos de cada leitor, de modo que cada leitor pode produzir uma macroestrutura distinta para um mesmo texto. Sob nosso ponto de vista, essa asserção dos teóricos nos autoriza a pensar que a constituição do resumo de um texto-base, isto é, a macroestrutura, usando termos cognitivistas, passa necessariamente pelo crivo do locutor que, em seu ato de leitura, imprime sua subjetividade para o estabelecimento de uma informação semântica global. A questão é que, ao lado dessa interferência subjetiva do locutor-leitor na produção do resumo, é necessário que essas diferentes macroestruturas tenham muito em comum, uma vez que derivam de um mesmo texto-base.

Como o leitor pôde observar, nessa perspectiva, também é destacada a ideia de que a atividade de resumo encontra-se naturalmente ligada à compreensão. Desse modo, a noção teórica de macroestrutura desenvolvida por Van Dijk é importante para essa atividade, visto que, conforme sublinhamos anteriormente, o resumo pode ser considerado como uma realização concreta reveladora da macroestrutura do texto. Para concretizar o resumo, intervêm as macrorregras – apagamento, seleção, generalização e construção – que correspondem aos processos de redução do texto-base.

Michel Charolles, autor que se situa num quadro teórico totalmente diferente dos relacionados à perspectiva de Van Dijk e Kintsch, em artigo publicado em 1991, fez uma análise de resumos escolares e apontou uma série de princípios de elaboração de resumos:

- 1º Princípio: O resumo é um texto coeso e coerente.

Para Charolles (1991), o resumo deve ser, antes de tudo, um todo significativo coeso e coerente, que possa ser lido por si só, independentemente do texto que o gerou.

Conseqüentemente, uma “cópia” fragmentária do texto-base, suprimindo vocábulos ou expressões aqui e ali sem um critério de escolha bem definido e sem que haja um fio semântico condutor, não pode ser considerado resumo. Ora, essa prática de fazer tal “recorte e colagem”, sob a alegação de fidelidade às ideias do autor, atesta que não houve, por parte do aluno, compreensão de leitura, uma vez que resumir um texto não é recortá-lo e transcrevê-lo, mas transformá-lo (FIORIN; SAVIOLI, 1990).

- 2º Princípio: O resumo é um texto conciso.

Como apontado por Charolles (1991), o resumo deve ser conciso, o que pressupõe a exclusão de citações e reproduções literais, empréstimos desnecessários e explicações adicionais.

- 3º Princípio: O resumo é um texto formalmente diferente do texto-base.

Este é o princípio da originalidade, decorrente do novo texto produzido. Para levar a cabo esse princípio, entra em jogo a construção de sequências linguísticas diferentes daquelas do texto-base, através de “operações de retextualização”, que serão melhor abordadas na terceira seção deste capítulo. Aquele que resume deve reportar-se a seu repertório léxico-gramatical para encontrar as expressões mais adequadas semanticamente, que cumpram a função de generalizar, sintetizar, sem perda de informações fundamentais para caracterizar a condensação do texto-base.

- 4º Princípio: O resumo é um texto fiel ao texto-base.

A fidelidade, destacada por Charolles, pressupõe que o aluno-resumidor faça uma adequação semântico-informacional do conteúdo sumarizado, respeitando o sentido do texto-base. Este é considerado um princípio fundamental para a elaboração desse gênero, em virtude das funções que exerce o resumo.

Conforme podemos observar, o autor destaca quatro princípios, que podem ser compreendidos como instruções para elaboração de resumos. Não discordamos de nenhum princípio elencado pelo teórico, visto que, de fato, é preciso que esse gênero denominado “resumo” apresente certas regularidades/estabilidades, que são construídas na e pela cultura do meio acadêmico-escolar. Assim como a língua, a cultura distingue o que tem e o que não tem sentido, e é justamente por seu vínculo com a noção de *norma* que reconhecemos os textos, enquanto produtos socioculturais, como pertencentes a determinado gênero textual e não a outro. No entanto, embora reconhecemos que a regularidade é necessária para a construção e a definição do gênero textual e, conseqüentemente, para a atividade da linguagem em sociedade, arguimos também que há, ao lado da norma/regra, espaço para a expressão da singularidade do locutor, que, embora subordinado à coletividade, diz/ escreve a

sua língua, produto das experiências humanas nas quais se envolve desde a tenra idade, tendo a linguagem, a sua linguagem, como expressão mais pura da vivido/apreendido pelo homem em sua vida.

Esse jogo entre imparcialidade e parcialidade, que está implicado na produção do resumo informativo, imprime uma dificuldade ao locutor-resumidor na escrita desse texto: ele tenta estabelecer o difícil equilíbrio entre a fidelidade absoluta à sua fonte e determinada autonomia pessoal que escolhe e distingue entre o que é importante e o que é secundário. O desafio, pois, ao autor do resumo é ser fiel ao texto-base e, ao mesmo tempo, ser reconhecido como autor deste novo texto, que satisfaz as condições de uma nova situação de enunciação.

Neste momento, apresentamos, de forma breve, a abordagem do resumo, vista sob o enfoque dos gêneros textuais. Maria Salete (2006), em seu texto intitulado “Gêneros(s) Resumo na perspectiva bakhtiniana”, parte da hipótese de que ‘resumo’ é um nome comum atribuído a gêneros distintos, os quais são determinados pelas diferentes características discursivas e finalidades sociais a que se destinam. A autora frisa que os alunos que entram na universidade não estão familiarizados com os gêneros que circulam no universo acadêmico, uma vez que a escola não se atribui o papel de ensinar alguns desses gêneros, entre eles o resumo. Johns (apud BLASI RODRIGUES, 1998) ressalta que, para afiliarem-se a uma comunidade discursiva, escritores iniciantes precisam entender as convenções básicas, os conceitos e os valores dos gêneros dessa comunidade. E esses conceitos, valores e convenções são adquiridos a partir da e na cultura, no caso a do sistema escolar e universitário. Assim, o professor precisa trabalhar o saber-fazer: o aluno aprenderá a ler, a observar as características do discurso científico, a entender como se dá o processo de produção para, a partir daí, aprender a escrever textos científicos.

Schneuwly e Dolz (1999) ressaltam que o resumo – sínteses de textos – consiste em dizer, em poucas palavras, o que o autor do texto a resumir quis dizer, para tanto precisa realizar um exercício de paráfrase através da qual o “resumidor” revive, em seu resumo, a “dramatização discursiva” construída no texto a resumir, a partir de uma compreensão das diferentes vozes enunciativas que nele agem. Segundo os autores, resumir não é uma atividade que pode ser reduzida à aplicação de algumas regras simples, como as de condensação, de eliminação e de generalização.

Reconhecendo que não existe somente uma forma de resumo, os autores afirmam:

O resumo escolar pode assim, ser considerado uma variação de um gênero ou de um conjunto de gêneros tão variado quanto a ficha de leitura, o resumo incitativo e a resenha oral de um filme. Isso permite, por um lado,

tratar e analisar o resumo, da perspectiva do gênero ao qual pertence — a extensa gama dos resumos — e descrever técnicas de escrita, no sentido mais amplo do termo, que são próprias às variações deste gênero e, por outro lado, definir sua especificidade em relação às outras variações. (SCHNEUWLY; DOLZ, 1999, p.15)

Os autores Schneuwly e Dolz (1999) constatam, portanto, que a maioria dos manuais que tematizam o assunto não contemplam aspectos relacionados às características discursivas de cada “gênero” de resumo, já que o termo é apresentado de forma generalizante. Assim, pensando nas várias formas de ‘resumo’ existentes, Salette apresenta um quadro com algumas dessas formas com suas respectivas características e suportes de divulgação, com o objetivo de comprovar a hipótese de que constituem gêneros distintos, apesar da mesma denominação.

A prática do resumo sob a perspectiva dos gêneros é também estudada por Matencio (2002, p.109), a qual afirma que essa atividade é muito importante para o aluno universitário, pois, conforme a autora, “através desse tipo de atividade de retextualização [...] o estudante, além de registrar a leitura, manifesta sua compreensão de conceitos e do fazer-científico da área de conhecimento em que começa a atuar”. A linguista, em sua reflexão sobre a produção do resumo na universidade, destaca que “a ação de resumir está envolvida na atividade de leitura. Em outras palavras, ler um texto implica resumir/sumarizar, mesmo que não demande a escrita de um outro texto” (MATENCIO, 2002, p.115). A reflexão produzida por Matencio (2002) nos evidencia a onipresença da ação de resumir nas práticas de linguagem, visto que, assim como a leitura, compreendemos também que a atividade de escrita implica a ação de resumir, ainda que não seja a escrita do gênero “resumo”.

Na continuação de seu estudo sobre a produção de textos circunscrita às práticas acadêmicas, a linguista (MATENCIO, 2002, p.115) declara que

[...] nas práticas acadêmicas, não raro encontram-se resumos cujas macroestruturas vinculam-se estreitamente apenas a algumas das macroestruturas do texto-base; além disso, nesse caso, pode-se verificar que as macroestruturas selecionadas se encontram no resumo não porque sejam, necessariamente, as principais na estrutura do texto-base, mas, sim, porque são principais em relação aos propósitos enunciativos do autor da retextualização. Seriam exemplos desse tipo de resumo aqueles encontrados no interior de artigos, dissertações e teses, cuja função é integrar a discussão do estado da arte em relação ao objeto de estudo.

Matencio (2002) aponta que esses exemplos, além de outros, são suficientes para demonstrar o quanto varia a configuração de um resumo, como decorrência da variação acerca das representações que se têm da ação de resumir e das diversas funções sociais que essa ação pode receber nas práticas discursivas nas quais se insere. Os resumos, pois, vistos

como gêneros, são práticas de produção de linguagem, produzidas e consumidas para atender a diversas necessidades sociocomunicativas. Apesar dessa heterogeneidade quanto ao modo de configuração e função do gênero resumo, Matencio (2002) observa que a abordagem desse gênero deve se pautar em dois aspectos envolvidos na ação de resumir que se mantêm regularmente nas práticas em que essa ação se desenvolve:

De um lado, resumir pressupõe selecionar macroproposições, relacioná-las e reconstruí-las em função dos propósitos atribuídos ao autor do texto-base ou dos propósitos de uma nova produção, a retextualização. Por outro lado, e em função dos propósitos da retextualização, o resumo pode funcionar como gênero que não se integra ao funcionamento de um outro gênero, e nessa situação frequentemente guardará os traços de configuração do texto-base; ou, então, o resumo pode integrar-se a um ou mais gêneros, perdendo traços da configuração do texto-base para funcionar como estratégia textual-discursiva do novo texto ao qual se integra. Portanto, em termos de práticas de produção de resumos nas instituições de ensino, esses exemplos parecem indicar que haveria um continuum entre os diferentes tipos de resumo, que iriam daqueles que mais se aproximam do texto-base – cuja função primordial é a de registrar a leitura – até aqueles que guardam do texto-base apenas referências, que podem servir a uma nova produção de texto.

Em síntese, a linguista assinala que o gênero resumo implica um *continuum* entre seus diferentes tipos, expressando que esse gênero merece uma abordagem linguística, uma vez que a produção de resumos na universidade – lócus deste nosso trabalho – é, obviamente, essencial ao processo de formação e de ensino/aprendizagem que ali se desenvolve.

Por último, cabe mencionar o trabalho de Graeff (2001), cujo objeto de estudos, inserido na abordagem enunciativa da linguagem, se centrou na produção de resumos, sob a fundamentação teórica da Teoria da Argumentação na Língua de Ducrot e Anscombre (1983), mais especificamente, na sua versão técnica atual – a Teoria dos Blocos Semânticos – proposta por Carel em sua tese de doutorado (1992), desenvolvida hoje juntamente com Ducrot. A proposta de Graeff se concentrou na identificação das unidades semânticas básicas com as quais o locutor de cada um dos textos-base analisados concorda e/ou se identifica. O locutor, em suas atitudes de discordar, concordar e/ou se identificar com os enunciadores, permite que se perceba como o texto argumenta e qual o seu sentido global, posto que esse sentido, de acordo com a estudiosa, se reduz a um único encadeamento argumentativo básico.

Realizada a exposição dessas linhas teóricas que teorizaram sobre o resumo, é preciso dizer que não temos o objetivo de esgotar o tratamento dado ao tema no âmbito do recorte que fizemos, não temos nem mesmo a pretensão de sugerir que os autores que lembramos sejam os mais representativos. Nossa escolha tão somente reflete um prisma de abordagem da questão. Clama-se, além disso, pontuarmos que constatamos a falta da abordagem enunciativa

benvenistiana para abordar o tema e também o fato de que, no Brasil, os estudos enunciativos são recentes e, mais recentes ainda, as abordagens de texto em enunciação, já que antes as categorias enunciativas apareciam em abordagens textuais de outros constructos teóricos.

É importante frisar que, de nossa parte, não discordamos dessas vozes trazidas sobre o resumo, visto que elas possibilitaram diferentes avanços no campo no qual estão enraizadas; no entanto, visamos a propor um estudo do resumo por uma perspectiva diferente, pouco explorada na linguística brasileira: a vertente enunciativa benvenistiana. Os manuais de redação científica, conforme exposto, tratam do resumo como um texto que é escrito sempre na terceira pessoa e, por isso, tem um caráter de impessoalidade. Como se sabe, a Teoria da Enunciação de Benveniste, ao defender a tese da presença do homem na língua, rechaça que possa haver impessoalidade (neutralidade, objetividade) no uso da língua.

Apresentadas algumas linhas teóricas que investigaram a prática do resumo e pontuada a falta da teoria de Benveniste que se coloque como interrogante dessa prática, acreditamos que preparamos terreno para teorizar enunciativamente sobre o resumo, iniciando pela definição de leitura e escrita pelo enfoque enunciativo, uma vez que a articulação dos dois atos produz o texto do resumo.

Passemos, então, à próxima seção.

4.2 LEITURA E ESCRITA: PROCESSOS ENUNCIATIVOS IMPLICADOS NO ATO DE RESUMIR

Os processos de leitura² e escrita já foram tematizados por diferentes vertentes teóricas (Psicolinguística, Sociolinguística, Educação, distintas abordagens linguísticas que se ocupam do texto). O principal objetivo desta seção é fazer uma reflexão sobre dois atos que realizamos cotidianamente: ler e escrever. Atos esses que estão diretamente envolvidos quando o assunto é a tarefa de resumir textos.

Apesar de essa conjunção leitura-escrita já ser salientada por outros estudiosos que se dedicaram a estudar o ato de resumir textos, reivindicamos, neste estudo, certa originalidade,

² Tendo em vista o objetivo geral nesta primeira etapa da presente discussão (retomar a concepção enunciativa sobre o ato de leitura elaborada por Naujorks (2011)), não nos centraremos nas abordagens teóricas que já produziram reflexões sobre o processo de leitura. No entanto, mencionamos aqui as pesquisas de Soares (1991), Lajolo (1993), Leffa (1996), Terzi (1997), Kleiman (2004) e Koch e Elias (2006) que, resguardadas as devidas especificidades de cada estudo, parecem se situar dentro de uma concepção de leitura como *processo* de construção de sentidos, em que este se dá na interação entre autor-texto-leitor. O interessante é que, em nossa pesquisa bibliográfica sobre o que esses autores teorizaram sobre a leitura, percebemos que eles partem da ideia de que se trata, antes de tudo, de um processo, pressuposto com o qual compartilhamos, uma vez que, conforme nossa exposição a seguir evidenciará, seguimos a tese de Naujorks (2011) de que ler se configura em um ato de enunciação.

uma vez que tomamos a leitura e a escrita como atividades enunciativas, que, aliadas, resultam na produção enunciativa do resumo, produto resultante do ato de resumir, conceito por nós sustentado a partir de uma concepção de linguagem enquanto faculdade simbolizante que permite ao homem situar-se como sujeito no discurso e de enunciação como ato individual de conversão da língua em discurso, o qual permite ao locutor, quando se enuncia, fazê-lo de forma a imprimir valores culturais à sua língua. Apresentaremos a concepção enunciativa de leitura formulada por Naujorks (2011). Após essa explanação sobre a leitura, focalizaremos o ato enunciativo de escrita, a partir do trabalho inaugural de Endruweit (2006) acerca de uma concepção enunciativa de escrita.

Dedicamo-nos, neste momento, às reflexões de uma abordagem enunciativa de leitura, visto que partimos do pressuposto de que o locutor-resumidor, ao ler o texto-base, se *apropria* das ideias do autor dele, convertendo-se em *sujeito* através dessa apropriação – que, diga-se de passagem, é já de um texto. A atribuição de sentidos por parte do leitor, num movimento de, através do ato de ler, singularizar o texto, está, pois, no centro de uma concepção enunciativa de leitura.

Como destacam Flores e Teixeira (2005, p.8), a leitura é um fenômeno enunciativo uma vez que:

A pessoa que interpreta um enunciado reconstrói seu sentido a partir de indicações nele presentes, o que não garante, no entanto, que o que ela reconstrói coincida com as representações do enunciador. A relação intersubjetiva que se produz na leitura é sempre inédita. O sentido, longe de ser imanente, se apresenta como o resultado de um processo de apropriação do texto pelo leitor, que imprime a sua singularidade na experiência de leitura.

Essa passagem condensa magistralmente o que concebemos essencialmente como leitura: trata-se de um ato intersubjetivo, parte da experiência humana, em que ocorre uma apropriação do texto pelo leitor, produzindo, em consequência, o processo de *reconstituição* de sentidos.

Nessa mesma perspectiva, Naujorks (2011) compreende que rever os conceitos de intersubjetividade e subjetividade, assim como outros conceitos presentes na teoria benvenistiana – forma/sentido, semiótico/semântico e enunciação -, seja o ponto de partida para tornar mais clara a perspectiva de abordagem da leitura como modalidade de enunciação. Assim, a autora opera deslocamentos na teoria enunciativa de Benveniste, com o intuito de produzir uma perspectiva de análise para o processo de leitura.

Quanto ao primeiro deslocamento operado pela autora, trata-se da *passagem de locutor a sujeito na leitura*. Naujorks (2011) vê no ato/processo de leitura uma dupla instância conjugada: a instância do locutor – no caso, aquele que lê – e a instância do sujeito – aquele que se marca singularmente no ato de leitura. Assim, para ela há, na leitura, a passagem de um locutor-leitor a um sujeito-leitor, ideia que nos interessa, visto que, se partimos do pressuposto de que na leitura há espaço para a expressão da singularidade daquele que lê, parece óbvio afirmar que cai por terra o mito da objetividade atribuída tradicionalmente ao texto do resumo, produto que, conforme dissemos, deriva de uma experiência de leitura do texto-base.

Infelizmente, sobre o tema da leitura, percebe-se o quanto a escola, com suas pseudo-atividades de leitura não reflexiva e desconectada com a vida, cassou a autoridade do leitor/produtor de textos, visto que a leitura escolar é, em linhas gerais, uma leitura congelada, ritualizada, repetitiva, que impõe a todo mundo as mesmas maneiras de ler. Em decorrência desse tipo de prática de leitura exercida em muitos espaços escolares, compreende-se porque a escola forjou e ainda forja reprodutores de saberes produzidos por outrem, isto é, plagiadores. É nesse contexto da cultura da cópia, que nos foi pregada durante toda a vida escolar, que ainda se projeta a ideia de uma escrita de resumos como um mero ato de extração com fidelidade dos sentidos produzidos pelo locutor do texto-base.

Este trabalho se insurge contra esse paradigma da reprodução e do apagamento do sujeito, uma vez que, ancorados numa visada enunciativa de linguagem, concebemos que, ao mesmo tempo em que o locutor escreve, tece o seu texto, ele descobre seu método próprio de dizer e significar o mundo. Por meio de seu ato de escrita, se mostra, expondo-se à luz do seu próprio discurso; revela-se nas palavras, forjando seu “eu”. O locutor traça seu perfil na textura do seu dizer, isto é, constitui a subjetividade que marca sua relação com a língua.

No resumo informativo, objeto deste estudo, o autor do resumo possui a incumbência, sim, de mostrar a autoria do locutor do texto-base, ao referir as suas ideias centrais; no entanto, à medida que se coloca como locutor do discurso do resumo, ele passa a ser responsável por aquilo que escreve, agenciando novas formas no discurso: há um “eu” que se revela produtor de linguagem. Acentuar isso é importante, pois expressa a responsabilidade que está implicada em toda enunciação, ainda que essa enunciação tenha sua razão de ser por referir explicitamente outra enunciação, como é o caso do resumo informativo.

No que se refere ao segundo deslocamento, trata-se da *intersubjetividade/subjetividade na leitura*. Aqui, a autora Naujorks (2011, p.92), ao defender que a leitura caracteriza-se pela intersubjetividade, pela troca constitutiva do “eu-tu”, sublinha que

na leitura, há uma dupla instância de reciprocidade: em um primeiro momento, o locutor-leitor se apropria do enunciado e, com ele, coloca-se em uma relação de diálogo. O locutor, em nossa visão, dialoga com o enunciado, o texto. Não seria absurdo, portanto, considerar que, ao menos em certo sentido, o enunciado é um “tu” da relação “eu-tu”. O enunciado, nesse processo, é um tipo de interlocutor. É com ele que o locutor-leitor estabelece uma troca propondo-se como sujeito, o sujeito-leitor.

O interlocutor, assim, sob o ponto de vista de Naujorks (2011), designa o enunciado com que o locutor-leitor estabelece relação no ato/processo de leitura: o “eu” e o outro se encontram, então, implicados, o primeiro como aquele que (se) enuncia ao ler e, através desse ato, dialoga com o “tu”, o enunciado.

Essas reflexões adquirem especial importância para nós, visto que nosso objeto de estudo se refere à escrita de uma leitura que configura o texto do resumo. Ou seja, o que está em jogo quando da tarefa de resumir um texto-base é, antes de escrever um texto coeso e coerente, manifestar o ato de ler, retirando do texto suas ideias principais, de forma a produzir um novo texto e, portanto, uma nova enunciação. Além disso, explicitamos nossa concordância com a ideia de Naujorks segundo a qual o enunciado lido pelo locutor-leitor designa o interlocutor dessa relação enunciativa de leitura. Ora, compreendemos que podemos transferir essa reflexão para pensar o nosso objeto: no momento da leitura do texto-base, etapa constitutiva do processo de resumi-lo, o aluno que lê – o locutor-leitor – se constitui como sujeito-leitor, e o texto-base se configura como o interlocutor desse locutor. Assim, quando o locutor-leitor se propõe como sujeito a partir de um diálogo instaurado com o texto-base, instaura-se uma referência, um singular “ele”. Configura-se, portanto, uma nova relação enunciativa na e pela leitura do texto-base: “eu-tu-ele-aqui-agora” que se materializará na escrita do resumo.

Como podemos depreender, aparece, no processo de resumir um texto, um jogo entre duas enunciações: a leitura do texto-base e a escrita do resumo, em que a primeira constitui uma enunciação que é condição para a realização da produção escrita. Nesse caso, o aluno-resumidor se constitui como interpretante da cultura ao realizar essa dupla enunciação no contexto de escrita de resumos em sala de aula em contexto acadêmico.

Logo, nesse caminho, Naujorks (2011, p.94) define “a leitura enunciativa tanto como apropriação de sentidos quanto como atualização de sentidos”, visto que o enunciado construído previamente por um locutor anterior é *atualizado/ressignificado* pelo locutor-leitor no momento da leitura. Ora, não é preciso muito esforço de nossa parte para perceber as significativas implicações dessa reflexão para nosso estudo: o enunciado do texto-base, produto da enunciação de um locutor anterior, é *ressignificado* no e pelo ato de leitura do

locutor-leitor que possui a tarefa de resumir o texto. É importante ressaltar que o uso da palavra “ressignificado” já aponta para um novo modo de conceber o processo/produto do resumo de um texto-base: na leitura, surge sempre um significado novo, resultante da relação única que se estabelece entre locutor e interlocutor. No nosso caso, o locutor designa o aluno-leitor do texto-base, e o interlocutor aparece na figura do texto-base enquanto enunciado, produto de uma enunciação anterior.

Nessa concepção de leitura enquanto apropriação e atualização de sentidos, são pertinentes as palavras de Barthes (2004, p.41):

A leitura é, de direito, infinita, tirando a trava do sentido, pondo a leitura em roda livre (o que é a sua vocação estrutural), o leitor é tomado por uma inversão dialética: finalmente, ele não decodifica, ele sobredecodifica; não decifra, produz, amontoa linguagens, deixa-se infinita e incansavelmente atravessar por elas; ele é essa travessia.

Logo, tomamos a leitura enquanto *apropriação, atualização e sobredecodificação*: o locutor-leitor, convertido em sujeito-leitor na e pela leitura, a partir de um enunciado presente, *recria* um novo sentido, configurando, assim, o espaço da leitura como o da (inter)subjetividade. O locutor-leitor, que já foi o “tu” de uma alocação anterior, se faz sujeito-leitor que produz, no e pelo processo de leitura, um novo enunciado, único. Em consequência disso, autorizamos-nos a tomar o texto do resumo como a escrita de uma apropriação, atualização e sobredecodificação por parte do locutor-resumidor.

Logo, a questão que imediatamente se impõe é: há ainda espaço para pensar esse tipo de texto como totalmente objetivo? Ele retrata fielmente todas as ideias principais presentes no texto-base? Importante destacar que com essas questões não temos a pretensão de destruir a concepção de resumo como síntese das ideias principais de um texto-base, uma vez que também compartilhamos da ideia de que ele constitui um importante instrumento de ensino/aprendizagem, pois deve apresentar, de modo claro e conciso, as informações que o autor do texto original coloca como sendo as mais relevantes. No entanto, desejamos evidenciar ao futuro leitor deste trabalho - e é justamente aí que reside nossa principal contribuição - que esse gênero revela, sim, a singularidade de uma leitura, comprovada pela escrita do texto do resumo. Dito em outras palavras, tal texto corrobora materialmente a apropriação/atualização/sobredecodificação de sentidos pelo locutor-leitor: a materialidade do texto do resumo se apresenta como o reflexo da capacidade de o locutor-resumidor se colocar no discurso como sujeito-leitor-escrevente que diz “eu”, constituindo, pois, a *sua* leitura do texto-base, ainda que não qualquer leitura. Em síntese, a passagem de locutor a sujeito está na

dependência de que possa dizer algo sobre o que leu, o que se configura, em nosso trabalho, na *escrita do texto do resumo*.

Como conclusão dessa parte, destacamos que ler, e especificamente ler um texto-base para resumi-lo depois, é construir um novo sistema de referências em um novo “eu-tu-ele-aqui-agora”. Há, portanto, o *eu-tu-ele-aqui-agora* do texto-base e aquele do texto produzido pelo locutor-resumidor. Assim, de posse da concepção de que o sentido de um texto é um sentido construído a dois – autor e leitor –, sublinhamos que a escrita do resumo (escrita de uma leitura) se materializa na tentativa, por parte do locutor, de que a produção de sentido seja a mais *próxima* possível ao sentido que lhe quis dar o locutor do texto-base. Atente-se bem para o que acabamos de afirmar: a participação subjetiva do leitor em sua leitura impede – felizmente – que possa haver fidelidade/transferência de sentidos de um texto para outro. O texto chamado “resumo”, sim, possui essa “incumbência” de parafrasear, isto é, de dizer de maneira distinta o que já foi dito, estando a serviço das ideias/argumentos elencados pelo locutor do texto-base. No entanto, e aqui nos auxilia os estudos benvenistianos, à forma se articula o sentido e, portanto, de acordo com esse raciocínio, à mudança de forma corresponde a mudança de sentido, o que é empiricamente observável através da operação de sintagmatização, que é sempre única em cada texto. Não queremos dizer que não haja, na produção do resumo, de certo modo, proximidade de sentidos com relação ao texto-base, porém proximidade não significa, de modo algum, reprodução/cópia. A historicização do homem na linguagem não permite repetições, uma vez que o homem, em toda sua vida, vai se fazendo e refazendo, estando sempre na companhia daquela que faz com que ele assuma a condição de humano: a linguagem.

Feita a explicitação do segundo deslocamento teórico operado por Naujorks (2011) e realizados os necessários deslocamentos para nosso objeto de estudo, passemos agora a explicitar o terceiro deslocamento teórico produzido pela autora para propor uma abordagem enunciativa da leitura: *a relação entre a forma e o sentido na leitura*. Sobre essa questão, a linguista pontua que “ler, portanto, significa *reconhecer* a forma e *compreender* o sentido” (NAUJORKS, 2011, p.99, grifo nosso). Logo, as atividades de reconhecimento e compreensão devem estar articuladas para que se produza efetivamente a leitura: “leitura é língua em uso, e a língua implica a significância dos signos e a significância da enunciação” (NAUJORKS, 2011, p.99). Importa dizer que a leitura reveladora de subjetividade, a verdadeira e eficiente leitura, se dá quando o locutor-leitor ultrapassa o estágio do reconhecimento e alcança a etapa da *compreensão*, uma vez que compreender, segundo o *Dicionário de Linguística da Enunciação* (doravante, DLE), “pressupõe reconhecimento da

língua com sistema de signos distintivos, os quais, em uma situação enunciativa, no caso a leitura, tem referência única, relativa a eu-tu-ele-aqui-agora, indicadores das categorias de pessoa, espaço e tempo” (FLORES et al., 2009, p.63).

Assim, a leitura como uma legítima modalidade de enunciação implica o jogo entre geral e específico, como atestam as seguintes palavras de Naujorks (2011, p.99): “A leitura é [...] a capacidade de reconhecer o geral da forma, a língua enfim, e o específico, que se apresenta no uso, diz respeito à situação enunciativa”. Geral e específico, semiótico e semântico, reconhecimento e compreensão, articulados para produzir leitura, possibilitando a passagem de locutor a sujeito.

Tendo em vista essas reflexões, não há como pensar a atividade de ler um texto-base e, conseqüentemente, resumi-lo, sem ocorrer em conjunto as operações de reconhecer e compreender: “a leitura não se reduz ao entendimento das unidades separadamente; é no conjunto que, visto globalmente, surgirá o sentido” (NAUJORKS, 2011, p.101). Ler é, portanto, um ato único que articula forma e sentido. Através das palavras que estão encadeadas de determinado modo no texto, o leitor produz sentidos, que estão sempre atrelados a esse agenciamento, à situação enunciativa e àquele que se situa como sujeito à medida que promove o ato enunciativo de leitura.

E, por fim, Naujorks elabora o último deslocamento teórico para a sua visada de leitura como modalidade de enunciação: *a enunciação e a leitura*. Aqui, a autora enfatiza que o tratamento da leitura, enquanto ato/processo de enunciação, deve vislumbrar o papel do leitor, concebido como sujeito desse processo. Não podemos nos esquecer, como já apontamos, que o papel do leitor adquire expressiva relevância quando a questão é resumir textos, visto que a escrita do resumo é a materialização da leitura do texto-base.

Cada um, assim, deve ater-se a sua leitura, imprimindo sua singularidade ao texto que lê. Aquilo que caracteriza uma leitura enquanto ato de enunciação vai, pois, na mesma linha da ideia segundo a qual o locutor-leitor, num ato pessoal, assume a leitura como um ato seu, intransferível, e daí se insere numa cadeia de sentidos, produzindo novos sentidos, singularizando-se. Isso traz conseqüências para o modo como concebemos os textos de resumo: ainda que esse texto pretenda ser o mais fiel possível ao texto-base, ele não consegue retratar fielmente as ideias principais deste, não por uma suposta incapacidade por parte do locutor-leitor, mas, sim, devido a uma apropriação de sentidos por parte desse mesmo leitor, que se propõe como sujeito ao assumir a língua para produzir sentidos no ato/processo da leitura.

Além disso, Naujorks (2011, p.107) expõe que

[...] a leitura se constitui como processo de produção de sentido que se inicia no nível semântico e é corroborado pelo nível semiótico, destacando-se que a leitura, do ponto de vista enunciativo, é centrada no processo, isto é, no que é lido no momento em que é lido e não no produto, o texto.

Em síntese, na conclusão de uma trajetória enunciativa para a leitura, a linguista define que “a leitura é [...] um processo de *(re)significação*, ler é *(re)significar* no sentido de fazer de novo o percurso da significação, é um fazer de novo” (NAUJORKS, 2011, grifo nosso). Ora, se ler é *ressignificar*, é possível ainda que concebamos o resumo como um texto que espelha sinteticamente as ideias que constam no texto-base? O papel do leitor, nesse contexto, seria o de apenas extrair ideias de outrem? É possível fazer isso sem se colocar naquilo que sintetiza? E a questão da interpretação, encontraria lugar nesse tipo de texto? Resumos escritos por vários locutores-leitores do mesmo texto-base seriam iguais? Esperamos que nossas respostas a essas perguntas sejam produzidas com a análise enunciativa a ser realizada no capítulo 6 deste trabalho.

Realizado esse percurso teórico pela concepção de leitura em enunciação, é o momento de abordarmos a concepção de escrita que adotamos aqui, a qual, como já deve ter ficado claro ao leitor, envereda pelos caminhos da enunciação. Partimos para esse empreendimento buscando responder a algumas perguntas: o que é a escrita do ponto de vista da Teoria da Enunciação? E quando de sua concepção, o que ela implica na consideração de nosso objeto de estudo, o texto do resumo enquanto produto de um ato enunciativo escrito?

Em seu célebre artigo *O aparelho formal da enunciação*, Benveniste acentua a subjetividade e a intersubjetividade como propriedades intrinsecamente associadas à apropriação da língua pelo locutor em determinado tempo e espaço. Ao enunciar-se na e pela escrita, o locutor mobiliza uma outra enunciação de retorno, dado o princípio de intersubjetividade constitutivo da língua em uso. Especificamente sobre a escrita, apenas uma menção no final do texto:

Muitos outros desdobramentos deveriam ser estudados no contexto da enunciação. [...] Seria preciso também distinguir a enunciação falada da enunciação escrita. Esta se situa em dois planos: o que escreve se enuncia ao escrever e, no interior de sua escrita, ele faz os indivíduos se enunciarem (BENVENISTE, 2006a, p. 90)

A conclusão possível que pode ser depreendida desde final é que Benveniste, sim, vislumbrava a existência de uma enunciação escrita e que ela igualmente pressupõe a intersubjetividade, visto que ela *faz os indivíduos se enunciarem*. Acreditamos que os atos de leitura e escrita estão contemplados nessa afirmação do autor: o locutor (se) enuncia ao

escrever e, dado o princípio de intersubjetividade, possibilita ao colocutor, pelo ato de leitura, correferir no discurso, efetuando a passagem de locutor-leitor a sujeito. Assim, o ato de escrita supõe locutor e alocutário, porém de estatuto diferenciado ao dessas figuras na enunciação falada. Na escrita, locutor e alocutário são autor e leitor, concluindo-se, pois, que abarcar a escrita implica necessariamente falar em leitura. Tal como anunciada, a enunciação escrita implica o ato (intersubjetividade), a situação (referência) e os instrumentos de sua realização (índices específicos e procedimentos acessórios), ou seja, o quadro formal de realização da escrita.

A tese inaugural de Endruweit³ acerca de uma escrita enunciativa nos auxilia a refletir sobre uma concepção enunciativa do ato de resumir textos. A autora propõe dois modos de se conceber a escrita na sua relação com o ensino de língua na escola: de uma lado, a “escrita”, própria ao saber escolar, que trata do aspecto regular da língua, correlativa à exclusão do sujeito pela exigência de uma tentativa de cientificidade, em oposição à sua outra face, a “Escrita”, que diz daquele que se apropria da língua, da subjetividade com que marca sua passagem pela língua. Particularmente, é a concepção de “Escrita” que nos interessa neste trabalho, uma vez que ela baliza nosso entendimento de conceber o texto escrito do resumo como produto de um ato enunciativo escrito de resumir. Logo, esse produto constitui-se como marca de subjetividade, de apropriação, de atualização de sentidos, enfim, expressão do “homem na língua”.

A escrita, no entanto, pode ser tomada como representação à medida que é materialidade, mas reduzi-la a essa condição representativa é ao mesmo tempo admitir que a escrita é a transparência do pensamento do autor, hipótese com a qual veementemente não concordamos. O que nos interessa da escrita é, principalmente, sua capacidade, enquanto ato de linguagem, de *simbolizar*. E simbolizar o que senão a relação – sempre singular – do locutor com a língua, com a sua língua apreendida através das enunciações de que participa desde criança. Em suma, a escrita, assim como a leitura, são atos de simbolização e, por isso, subjetivos. Só vemos um homem escrevendo com outro homem, e para tanto só pode se servir de uma forma: *eu*. Ao escrever, implicitamente ou explicitamente, *eu*, ao mesmo tempo, escreve *tu*, visto que sua escrita se configura na relação com outro, estabelecida num espaço-tempo específicos, a fim de atualizar referências (*ele*) no discurso, constituindo-se como homem *na/da* cultura (*ELE*). Ora, anteriormente já havíamos pontuado o fato de haver, na

³ Estamos cientes da preocupação de Endruweit (2006) com os rascunhos e com os modos do sujeito se marcar na escrita através da supressão, da inserção e da substituição, tal como nomeados pela autora. No entanto, não é nosso objetivo nos aprofundarmos nessas questões, uma vez que nosso interesse reside em uma concepção de escrita sob o viés enunciativo.

estrutura da enunciação, seja ela oral ou escrita, três elementos implicados: o *eu*, o *tu* e o *ele*, posições que foram preenchidas, levando em consideração o ato de resumir textos. No diálogo, constitutivo do ato enunciativo e do ato de resumir, há uma intersubjetividade constitutiva, visto que, como ato individual de apropriação da língua, a enunciação e, por conseguinte, o ato de resumir instancia aquele que escreve em sua escrita (*eu*) e o outro (*tu*) enquanto elementos necessários da conversão da língua em discurso – processo da semantização. No entanto, uma vez que, para que dois estejam co-presentes, um terceiro elemento necessita estar ausente, o *ele*, a unidade dialógica constituída pela conjunção entre *eu-tu* rompe-se com a instanciação da ausência, marcado pelo *ele*, considerado como o espaço da língua enquanto sistema simbólico constituído na cultura. É justamente esse *simbolizar* do locutor, que caracteriza a relação dele com sua língua, que procuramos investigar neste estudo sobre o ato de resumir, ato que marca a essência do simbolizar uma cultura em uma língua.

Trazendo a reflexão enunciativa para a questão da aquisição de linguagem e realizando uma leitura profunda e atenta da teoria esboçada pelo autor, descrevendo princípios enunciativos fundamentais para que seja possível explicar a aquisição da linguagem, Silva (2009) condensa tais princípios em um único dispositivo teórico, nomeado de *dispositivo enunciativo (eu-tu/ele)-ELE*. A autora, lembrando a concepção benvenistiana de língua indissociável da cultura, concebe, no interior do dispositivo trinitário da aquisição de linguagem *eu-tu/ele*, o *ele* como lugar simbólico da língua e insere mais um *ELE* como outro, uma vez que instanciado na cultura e participante ausente das enunciações de *eu* e de *tu* (SILVA, 2009). Assim, ao comportar os locutores (*eu-tu*), a própria língua (*ele*) e a cultura (*ELE*), o dispositivo trinitário da autora permite mostrar que ocupar um lugar enunciativo constituído por instâncias intersubjetivas e culturais é condição *sine qua non* para que a criança instaure-se na linguagem e venha a se constituir como sujeito – da linguagem e da cultura. Dessa forma, é imerso na cultura e, simultaneamente, numa relação de alteridade com ela e com o interlocutor, que o locutor-sujeito constitui e vai constituindo a *sua* língua, ao mesmo tempo em que é nela e por ela constituído como sujeito falante, através da *história de suas enunciações*.⁴ É essa relação, que se renova a cada ato de enunciação, entre locutor e língua, que queremos presenciar no texto do resumo escrito pelo aluno da universidade. O locutor-resumidor não escreve um resumo à toa, num vazio; é constituído pela instância intersubjetiva (figura do professor) e cultural (universo escolar e acadêmico) da sala de aula,

⁴ Segundo Silva (2009), cada discurso enunciado pela criança no presente de sua fala parece trazer ao mesmo tempo a história de enunciações anteriores, sendo essa articulação constitutiva do processo de instauração da criança na linguagem, assim como de todo ato de enunciação. A essa articulação, a autora dá o nome de sincronia e diacronia, respectivamente.

que ele se apropria da língua na tentativa de *afunilar* os sentidos em vista do outro. A apropriação da língua e, conseqüentemente, a inserção do discurso no mundo, possibilita a constituição do aluno como sujeito.

Falando em sujeito, Silva, em uma reflexão a respeito da subjetividade/intersubjetividade da/na aquisição de linguagem, postula que

O sujeito da aquisição da linguagem é, ao mesmo tempo, cultural, porque imerso na cultura, da alocução ou dialógico, porque constitui e é constituído na esfera do diálogo e é linguístico-enunciativo, porque é um sujeito produtor de referências e de sentido pelo/no discurso. (SILVA, 2009, p. 165, grifo do autor)

É desse modo que concebemos também o sujeito do ato de resumir texto: o locutor-aluno, que se constitui em sujeito no e pelo ato enunciativo de resumir, se encontra imerso na cultura acadêmica como lugar que comporta valores, prescrições e interdições; simultaneamente, reconhece-se a si como locutor e o outro (professor) como alocutário no diálogo; e, por fim, concebe a língua (*ele*) como possibilidade de atualização no discurso, convertendo, via processos de sintagmatização e semantização, o sentido em palavras. Nesse jogo semiótico-semântico, instaurado pela enunciação, o locutor-resumidor assegura o funcionamento subjetivo e referencial do discurso, constituindo-se como sujeito da linguagem e da cultura. Em suma, a produção do resumo acadêmico pelo aluno faculta a sua constituição simultânea como sujeito cultural, dialógico e linguístico-enunciativo. Em vista de toda essa reflexão, ainda é possível pensar o resumo como uma reprodução das referências produzidas pelo locutor do texto-base? Conforme elucidamos anteriormente, quando se apropria da língua e (se) enuncia, o locutor converte-se em sujeito produtor de referências e não reproduz, assegurando, pois, a irrepetibilidade de toda enunciação, consequência indelével da instauração do homem na língua.

Em complementaridade, Nunes e Flores (2012, p.4), tomando a escrita como uma *forma complexa do discurso*, afirmam que

A enunciação escrita estabelece dois planos enunciativos [...], quais sejam, o plano daquele que enuncia e o plano dos indivíduos que têm lugar de enunciação garantido graças a essa enunciação. Ou seja, a enunciação escrita tem como uma de suas particularidades ser uma forma complexa do discurso por instalar uma dupla cena enunciativa, isto é, dois planos de enunciação.

Partindo da premissa dessa dupla enunciação, se, na escrita, há marcas daquele que escreve e das enunciações de outros, mobilizadas por esse mesmo autor, como se dá a

incorporação da palavra do outro em textos acadêmicos, em particular no texto do resumo? Como se sabe, a escrita dos gêneros acadêmicos impõe que, em maior ou menos medida, se incorpore o discurso do outro à escrita: “reproduzir a palavra do outro em textos acadêmicos é, dessa forma, uma imposição dos gêneros [...]” (NUNES; FLORES, 2012, p.5). Faz parte, assim, do letramento acadêmico⁵ do estudante a ação de referenciar o dizer do outro.

Sendo assim, tratar de uma escrita enunciativa é trazer para a análise as representações do sujeito na linguagem. Sabemos que, ao se apropriar da língua, o locutor opera escolhas que o singularizam em seu discurso: são estas escolhas lexicais, sintáticas etc., que subjetivizam o locutor. Refletindo sobre a constituição do dizer no texto do resumo pelo locutor, destacamos que, a partir do momento em que a escrita do outro é atualizada em uma nova enunciação, a escrita do resumo, “[...] o que é do outro pode ser identificado apenas por meio de resquícios formais, pois se trata já de outra enunciação, que não ‘pertence’ mais a esse outro, dado que enunciar é se apropriar do aparelho formal da língua.” (NUNES; FLORES, 2012, p.13).

A escrita do resumo, assim, enquanto um ato legítimo de enunciação, designa um *apropriar-se* da escrita do outro, tornando *sua* a enunciação de outrem. Logo, a própria escolha do que é enunciado ou silenciado, no resumo, constitui um *recorte interpretativo* na enunciação do outro; escrever um resumo, desse modo, é *interpretar* subjetivamente a escrita do outro. Como apontado acima, o que resta da escrita do locutor do texto-base são resquícios formais, visto que a articulação forma-sentido ganha novos contornos na enunciação do locutor resumidor, conforme ficará mais claro quando introduzirmos, neste estudo, o conceito de *ressemantização*, vinculado ao ato de resumir texto.

Transpondo essa reflexão para a prática de resumir textos, poderíamos mesmo declarar que o discurso do locutor do texto-base é fundamento para a enunciação (nova) do locutor-resumidor, à medida que o ato de resumir implica uma nova produção a partir do que foi dito no texto-base, servindo este como sustentáculo para a configuração de uma nova enunciação em que o aluno-resumidor se constitui enquanto tal no discurso. De fato, não se trata de reprodução das ideias que constam no original, mas de uma apropriação, dada a reconfiguração da estrutura enunciativa *eu-tu-ele-aqui-agora*. A partir dessas reflexões, podemos afirmar que a intersubjetividade na enunciação escrita do resumo ocorre numa

⁵ A abordagem do letramento acadêmico, inserida na área dos Novos Estudos do Letramento (ex: Barton, 1994), se reveste de importância ao privilegiar as diferenças culturais dos alunos, descartando, portanto, a noção de déficit, e ao enfatizar que as práticas de letramento na Universidade envolvem uma gama de variadas e específicas práticas institucionais às quais o aluno provavelmente nunca tenha sido exposto anteriormente. Desse modo, assume-se que há usos específicos da escrita no contexto acadêmico, usos que diferem de outros contextos, inclusive de outros contextos de ensino. Dá-se a ver, pois, a que escrita na academia pressupõe muito mais do que “saber escrever corretamente”, ainda que o conhecimento linguístico não deva ser negligenciado.

reversibilidade ligada a dois atos enunciativos anteriores: a escrita do texto-base (1ª enunciação) e a leitura e, conseqüentemente, correferência desse texto pelo locutor resumidor, distinto do locutor do original (2ª enunciação). Configura-se o processo enunciativo do ato/processo de resumir texto, através da conjunção escrita-leitura-escrita. Trata-se, assim, de uma diacronia de três atos enunciativos que possibilitam a constituição do produto “texto do resumo”, resultante das relações intersubjetivas instauradas no e por esse processo. Nas modalidades de enunciação em que o estudante é solicitado a fazer a passagem de locutor a sujeito – leitura e produção escrita –, fundam-se as condições de enunciação da situação de escrita de resumos em sala de aula, tanto dele quanto dos outros com os quais dialoga, condições que instanciam a interdependência entre homem-língua-cultura, tríplice aliança que encontra seu fundamento na propriedade da significação, responsável por tornar esses termos enlaçados um no outro.

A relação intersubjetiva no ato/processo de resumir se dá, principalmente, entre locutor do texto-base e locutor-resumidor: o último *corretere* o primeiro discurso daquele, através das atividades enunciativas de leitura e escrita, fazendo renascer o acontecimento e a sua experiência do acontecimento. O resumo emerge a partir da correferência do locutor resumidor, a partir das referências que foram constituídas no ato enunciativo do locutor do texto-base.

Assim, a perspectiva enunciativa benvenistiana respeita o ato de resumir texto como um ato produzido a partir de um locutor-sujeito que resume, e não desvinculado desse, como o fazem alguns estudos na área, que tomam os resumos ou outros gêneros como objetos de estudo, desconsiderando precisamente aquele que lhe dá vida. Dessa forma, ao abordar o processo de resumir textos desde o ponto de vista enunciativo, pensamos a função do locutor-resumidor, à luz do que vimos aqui, tomando-o como leitor e produtor de textos e, portanto, como um *negociador de sentidos*. É precisamente pelo “como”, em detrimento do “o quê”, que este trabalho se interessa, uma vez que resumir é um ato que sempre deixa uma marca do processo de alteração daquilo que é transportado. Marcas essas que são resultado da leitura singular do locutor resumidor, uma vez que, como apontamos anteriormente, o texto do resumo designa a materialidade de uma leitura: resumir implica compreensão/intepretação e, por isso, é enunciação. Nesse sentido, por mais paradoxal que possa parecer, o texto “resumo” joga com o “mesmo” e o “diferente”, simultaneamente: ele significa (ou tenta) o mesmo sentido do texto-base, mas, ao mesmo tempo, via novo agenciamento de formas (*ressintagmatização*), irrompe o diferente, uma outra possibilidade de significar.

Diante de todo o exposto, cremos que deixamos claro ao nosso leitor a concepção que assumimos, neste estudo, sobre leitura e escrita enquanto atos intersubjetivos de utilização da língua que fundamentam o ato de resumir, visto que, conforme já dissemos, este envolve a experiência humana indissociável de leitura e escrita.

Realizada essa exposição acerca da leitura e escrita enquanto atos de enunciação, passemos à próxima seção, cujo objetivo é elaborar uma concepção enunciativa para o ato de resumir textos escritos, tendo em vista a reflexão construída até aqui, que nos autoriza a pensar essa tarefa de resumir textos enquanto ato enunciativo, mobilizando, assim, a estrutura enunciativa *eu-tu/ele-ELE*, formulada por Silva (2009).

4.3 O ATO DE RESUMIR NA, PELA E PARA A CULTURA: UMA CONCEPÇÃO ENUNCIATIVA

Da discussão que empreendemos até agora, entendemos que a retomada dos conceitos de intersubjetividade e subjetividade, tematizados principalmente no capítulo 2, bem como de outros conceitos motrizes do quadro teórico benvenistiano, tais como de enunciação, discurso, referência, sujeito, forma/sentido, semiótico/semântico, é um ponto de ancoragem para firmar uma concepção de resumo sob o prisma da Teoria da Enunciação benvenistiana.

No que tange à produção de resumos na universidade, é de conhecimento compartilhado que a produção desse gênero, de crucial importância na formação universitária, é uma das maneiras através das quais o estudante, além de evidenciar o registro de sua leitura de textos acadêmicos, manifesta sua compreensão do texto-base lido. Em outras palavras, o resumo constitui um registro de *compreensão* do texto-base, sendo esta uma etapa necessária para que a escrita do resumo, de fato, se concretize.

Das reflexões produzidas e da proposta que aqui se coloca, duas grandes questões guiarão nosso item, estando elas estreitamente relacionadas: em que termos podemos conceber o ato de resumir desde uma perspectiva enunciativa? E como uma teoria enunciativa pode responder a essa questão?

Para nos encaminharmos às possíveis respostas, partiremos especialmente da orientação da leitura enunciativa de Gérard Dessons (2006), em *Émile Benveniste: l'invention du discours*, no que ela inspira a pensar sobre o ato de resumir texto como um ato de apropriação do discurso de outrem, ou seja, afigura como um discurso sobre outro discurso.

De forma semelhante a uma aventura heurística, a escrita de Benveniste revela “singularidades terminológicas às quais devemos estar inteiramente atentos, porque a arte de sua terminologia não se dá por neologismos, mas, ao contrário, sua inventividade

terminológica consiste acima de tudo na *propriedade* de seus termos” (JUCHEM, 2012, p.116-117, grifo do autor). Exemplo disso é o emprego do prefixo *re-* por Benveniste, objeto central de nossa discussão aqui, uma vez que a partir dessa reflexão poderemos propor o conceito de *ressemantização*, indexado ao ato de resumir textos enquanto evocador da metassemântica.

E é justamente na problematização do uso do prefixo *re-* como tendo um valor crítico para a teoria enunciativa que nos orientamos pela leitura atenta e brilhante de Dessons, que postula a presença de uma antropologia da linguagem na obra de Benveniste. O primeiro exemplo retirado por Dessons de *Vista d'olhos sobre o desenvolvimento da linguística* (BENVENISTE, 2005d, p.26): “A linguagem reproduz a realidade. Isso deve entender-se da maneira mais literal: a realidade é produzida novamente por intermédio da linguagem”. É importante dizer que, na tradução para a edição brasileira (2005), a omissão do hífen e da marca tipográfica (itálico) de “*re-produit*” apresenta-se como um problema, pois confere ao termo “reproduz”, segundo a tradução, um sentido completamente diferente daquele atribuído por Benveniste nesse contexto teórico.

Conforme Dessons (2006), o prefixo *re-* porta dois valores nos escritos benvenistianos: de iteração e de invenção. Isso significa que, na terminologia própria de Benveniste, quando a questão é teorizar sobre a linguagem, as locuções “*à nouveau*” e a “*à neuf*” se glosam mutuamente, conferindo o valor de marcador de historicidade da linguagem atribuído a esse prefixo. (JUCHEM, 2012).

Conforme Dessons (2006), como esclareceremos agora, o prefixo *re-*, bem delimitado pelo hífen, no caso de “re-produz” incorpora ao uso do termo o sentido enunciativo peculiar à proposta da Teoria benvenistiana: na língua e, portanto, na enunciação, não há reprodução, pois “o homem inventa sua língua e a inventa durante toda sua vida. E todos os homens inventam sua própria língua a cada instante e cada um de uma maneira distintiva, e a cada vez de uma maneira nova. Dizer bom dia todos os dias da vida a alguém é cada vez uma reinvenção” (BENVENISTE, 2006g, p.18). Afirmar isso equivale a dizer que, ao assumir a língua por sua conta, reconhecendo-a em sua natureza de comunicação *intersubjetiva*, o locutor-aluno apropria-se da escrita, seja qual for seu gênero, para marcar seu lugar, sempre renovado a cada vez que assume as palavras, mesmo que elas se refiram ao que disseram em outro tempo-espço. No caso particular de nosso objeto de estudo, o ato de resumir um texto, observamos, subsidiados pela leitura magistral de Dessons acerca do valor enunciativo do prefixo *re-*, que, apesar da tentativa de seguir a norma de escrita desse gênero, a própria historicidade da linguagem, marcada por esse prefixo, desfaz qualquer possibilidade de uma

escrita canalizada para a repetição, haja vista que a invenção é a origem e a condição do homem na língua.

Aliás, a própria noção de enunciação como *o colocar a língua em funcionamento por um ato individual de utilização* corrobora a função crítica atribuída ao prefixo *re-*, marcando um tempo eternamente presente, que se renova a cada ato de enunciação, produzindo os homens de linguagem em sujeitos que escrevem e, porque escrevem, se *inscrevem* na língua-discurso.

Feitas as colocações preliminares, partimos para as relações que elas estabelecem com o quadro teórico da enunciação benvenistiano e com a nossa proposta do ato de resumir como uma *ressemantização* do discurso do outro. Neste ponto, o termo “*ressemantização*” merece atenção: a exemplo de “*re-produz*”, acreditamos que o ato da *ressemantização* possa se assumir como um termo enunciativo, à medida que está diretamente vinculado à aceção de historicidade do prefixo *re-*, demarcando, assim, o tempo presente inerente à enunciação que constitui a língua como o lugar da irrepetibilidade do sujeito.

Desse modo, como nos ensina Dessons (2006), se o prefixo *re-* porta dois valores simultâneos - o de “*iteração*” e o de “*invenção*” -, cumpre afirmar que embora a língua forneça uma base formal comum – a esfera do repetível -, fornece ao mesmo tempo as condições de enunciação, a partir do enquadre enunciativo *eu-tu-aqui-agora*, que tornam a utilização da língua cada vez um acontecimento novo, reforçando, assim, o caráter de irrepetibilidade/invenção, característico do emprego da língua. Em suma, o prefixo *re-*, enquanto marcador de historicidade (temporalidade!) da enunciação, justifica a asserção de Benveniste (2005d, p.31, grifo nosso) de que “cada vez que a palavra expõe o acontecimento, o mundo **recomeça**”. Iluminados por essa reflexão, afirmaríamos que a cada vez que um locutor escreve um texto de resumo, expondo o acontecimento retratado no texto-base, o mundo representado nesse texto *recomeça*, no sentido de que assume novas roupagens de sentido e referência, haja vista o tempo sempre presente que se **renova** a cada inserção do discurso no mundo. Por isso, em toda enunciação, é sempre de uma renovação que se trata, visto que o homem, a cada ato, se *historiciza* de maneira única na linguagem.

Nesse ponto de vista, “o mundo não é um eterno retorno, mas uma constante criação”, como poetiza Dessons (2006, p.14), uma vez que, conforme dissemos anteriormente, se a relação do homem com o mundo é fundamentalmente mediada pela linguagem, será a cada vez um mundo novo, porque falado e escrito (e **resumido!**) num *eu-tu-aqui-agora* sempre renovado. Desse modo, ainda que, em sua aparência, o texto do resumo assinale a mesma experiência retratada no texto-base, sabemos, tendo em vista tudo o que já afirmamos, que

não é possível que haja reedição na relação entre os interlocutores, uma vez que concordamos, junto com Juchem (2012, p.124), que “a experiência é o próprio tempo da enunciação”.

É interessante, neste momento, para nosso estudo, trazer as noções de sincronia e de diacronia elaboradas por Silva (2009), que dialogam diretamente com a questão que vimos discutindo acerca do valor crítico do prefixo *re-*. Tomada em uma concepção enunciativa, vinculada à singularidade do locutor, a noção de *sincronia* diz respeito à atualidade do discurso, o tempo eternamente presente da enunciação que se renova/reatualiza a cada enunciação, impingindo no locutor o sentimento de uma continuidade. Em contrapartida, a *diacronia* remete a essa renovação a cada produção de discurso da qual nos fala Benveniste, constituindo sua língua a partir de suas histórias de enunciações, uma vez que, ensina Silva (2009, p.148, acréscimo nosso), “é pela história de suas enunciações que ele [locutor] se inscreve na estrutura da língua”. Assim, o aluno, locutor do texto do resumo, escreve na sincronia da enunciação, mas é “pela história de suas enunciações”, ou seja, pela diacronia, que ele traz para o seu discurso os valores que foram impressos na língua acerca do que significa resumir um texto-base. E é justamente por isso que o aluno dedica-se a respeitar o que a tradição apregoa sobre como deve se organizar esse tipo de texto, porém, uma vez que a relação entre locutor, alocutário e a língua é refeita a cada enunciação, o texto do resumo se configura como uma nova *instauração*⁶, emergindo, assim, apesar da rigorosa normatização que envolve esse gênero, a constituição da subjetividade do aluno, o qual resume o texto-base a partir da *sua* compreensão desse texto.

Sob esses aspectos, voltamos às nossas perguntas: em que termos podemos conceber o ato de resumir desde uma perspectiva enunciativa? E como uma teoria enunciativa pode responder a essa questão?

Acreditamos que o emprego do prefixo *re-* com seu valor crítico por Benveniste já nos aponta cenários. Cabe responder à primeira questão a partir das relações que estabelecemos entre nosso percurso teórico e nosso objeto de estudo, o ato de resumir textos.

Conceito próprio dos estudos textuais, é preciso afirmar que o resumo acadêmico implica uma atividade de *retextualização*. Porém, o que seria *retextualizar*? Ou, antes disso, o que é *textualizar*, operação essa, obviamente, implicada na *retextualização*?

Conforme Matencio (2003, p.4), “textualizar é agenciar recursos languageiros e realizar operações linguísticas, textuais e discursivas”. Ou seja, trata-se de realizar operações para que um texto seja recebido como tal. Já a *retextualização*, segundo a mesma autora,

⁶ Termo cunhado por Silva (2009) para defender a ideia de que a aquisição da linguagem não é um processo de “evolução”, mas sim de instauração.

envolve a produção de um **novo** texto a partir de um ou mais textos-base, o que significa que o sujeito trabalha sobre as estratégias linguísticas, textuais e discursivas identificadas no texto-base para, então, projetá-las tendo em vista uma nova situação de interação, portanto um novo enquadre e um novo quadro de referência. (MATENCIO, 2003, p.4, grifo nosso)

Ora, sob a definição que a autora nos apresenta do que constitui a *retextualização*, sentimo-nos respaldados para considerar o prefixo *re-* presente no ato de retextualizar como igualmente marcador crítico de historicidade da enunciação, dada, inclusive, pelas palavras de Matencio (2003), que define o processo como a produção de um novo texto a partir de outro texto-base. Logo, o ato de resumir um texto em sala de aula, tomado como uma nova instauração, é o espaço de preenchimento de um novo lugar enunciativo na estrutura *aluno(locutor)-professor(alocutário)/eu-tu/aqui-agora*, estrutura que se modifica na e pela língua a cada ato de colocação da língua em funcionamento.

Pensamos que esse movimento de trabalhar sobre as estratégias linguísticas, textuais e discursivas implica não uma simples paráfrase do texto-base, sem uma implicação intersubjetiva. Ao produzir um texto a partir de outro, como é o caso do resumo, o locutor inevitavelmente se constitui como sujeito nesse processo, já que “é na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como sujeito” (BENVENISTE, 2005a, p.286), e, ao se constituir como tal, ele deixa marcas de si no discurso. Dito de outra forma: esse movimento do locutor sobre as estratégias revela um trabalho com e sobre a língua, a *sua* língua, constituída através das relações intersubjetivas que foram estabelecidas no decorrer da sua vida em sociedade. Assim, se o *processo de textualização*, ao qual podemos associar a operação de *semantização* de Benveniste, marca o trabalho do locutor do texto-base, a *retextualização* envolve a produção do resumo, visto que é a partir do texto-base, certa articulação de forma-sentido, que o locutor-resumidor se defronta, com a tarefa de resumir (na *tentativa* de ser fiel) esse texto.

Tratando da oralidade e da escrita, Marcuschi (2010, p.48, grifo nosso), por sua vez, observa que as atividades de retextualização são ações presentes no cotidiano das interações humanas, pois “toda vez que repetimos ou relatamos o que alguém disse, até mesmo quando produzimos as supostas citações *ipsis verbis*, **estamos transformando, reformulando, recriando, modificando uma fala em outra**”. Ora, o ato de retextualizar, pois, na perspectiva defendida pelo autor, seria transformar, reformular, recriar e modificar uma fala e também – acrescentamos – uma escrita em outra. Acreditamos que todos esses verbos (denotadores de ação) empregados servem ao propósito de pôr em relevo a essência dessa atividade, que é integrante do ato de resumir textos.

Antes de continuar a teorização acerca do ato de retextualizar e relacioná-lo com questões de ordem enunciativa, é necessário deixar bem marcada a diferença entre *retextualização* e *reescrita*. Segundo Matencio (2002, p. 112-113, grifo nosso),

se retextualizar é produzir um *novo* texto, então se pode dizer que toda e qualquer atividade propriamente de retextualização irá implicar, necessariamente, mudança de propósito, porque não se trata mais de operar sobre o mesmo texto, para transformá-lo – o que seria o caso da reescrita -, mas de produzir *novo* texto.

Ora, se abordar a *retextualização* é implicar a produção do *novo*, pensamos que, quando o aluno *retextualiza* concomitantemente *ressemantiza*, já que, conforme destacamos acima, há uma *transformação, reformulação, recriação e modificação* no e pelo processo de retextualizar: ao voltar àquela forma e àquele sentido (processo de sintagmatização-semantização) engendrados pelo locutor do texto-base, no processo de construção do resumo, ele opera dois processos: a *ressintagmatização* e a *ressemantização*. Ou seja, com o intuito de registrar *sua* compreensão do texto-base, o sentido que ele construiu da leitura do texto-base (*ressemantização*), o aluno-retextualizador passa, a partir da sintagmatização empreendida no texto-base, a *reencadear* (*ressintagmatizar*) as palavras no enunciado do texto (resumo), promovendo, assim, uma nova configuração sintática que reverbera no sentido do todo do discurso. E é nesse movimento que se pode flagrar a relação singular entre forma e sentido articulada pelo locutor-aluno, isto é, a passagem de locutor a *sujeito*.

Com o ato de resumir textos na esfera acadêmica, também argumentamos nesse sentido: pode parecer óbvio demais, no entanto é preciso que afirmemos textualmente que o ato de resumir serve para revelar mais aquele que resume do que o autor do texto-base. Para resumir, como ponto de partida parte-se, sim, de um texto-base, vinculado a uma estrutura enunciativa do *eu-tu-aqui-agora* daquele locutor, porém, no movimento de retextualização para o texto do resumo, a situação enunciativa se altera: mudam-se os locutores, o espaço e o tempo. A enunciação é vinculada ao locutor do resumo e, portanto, a fixidez de sentidos torna-se uma ilusão. A comunicação intersubjetiva não admite repetição, visto que tem como condição a intersubjetividade que não é senão irrepitível. Consequentemente, para a Enunciação, o ato de resumir não pode ser visto como restituição/reprodução, visto que não há como reconstruir, em forma resumida, algo com o grau de efemeridade de uma enunciação. Não se trata, assim, de reproduzir um sentido de um texto original para o resumo, mas de, através de um ato interpretativo, produzir uma nova enunciação sob outra enunciação, na qual o sentido não é senão aproximativo daquele do texto original. A essência, portanto, de resumir não é repetir,

mas *produzir*, em um novo tempo e lugar, um sentido. A tarefa do locutor- resumidor é, pois, a de articular uma nova forma a um “mesmo” sentido, “mesmo” entre aspas, pois, sabemos, na perspectiva enunciativa, nada permanece o mesmo, sendo o espaço da enunciação onde irrompe o novo, visto ela ser da ordem do irrepetível.

Ora, quando acima nos referimos ao fato de que o ato de resumir se configura como uma enunciação sob outra enunciação, integramos uma questão essencial para o nosso entendimento do ato de resumir: a *metaenunciação*, de onde se origina a capacidade da língua de produzir significância sobre significância, ou seja, a possibilidade que a língua nos fornece de criarmos um “segundo nível de enunciação”, como denomina Benveniste (2006d, p.66). Essa capacidade metaenunciativa da língua corrobora o argumento de que a língua não é colada à realidade e à experiência objetiva, visto que “a linguagem *re*-produz a realidade” a cada vez de uma maneira nova, o que reitera a definição mesma do ato de resumir texto como um ato de *ressemantizar* o discurso do outro, dada a experiência do acontecimento, única e irrepetível. Desse modo, o processo de *ressemantizar* o discurso do outro, definidor do ato de resumir, coloca em voga um caráter fundamental: “o processo dinâmico da língua, que permite inventar novos conceitos e por conseguinte refazer a língua, sobre ela mesma de algum modo” (BENVENISTE, 2006f, p.21). Ora, é nesse processo de *refazer* a língua-discurso do outro que irrompe a subjetividade do aluno-resumidor, que *reproduz* a realidade de sua experiência subjetiva, *ressintagmatizando* para *ressemantizar* a enunciação e o enunciado do locutor do texto-base.

Esse movimento contínuo de referência sobre referência, em que intervêm simultaneamente os processos que nomeamos de *ressintagmatização* e *ressemantização*, é o que nos possibilita caracterizar o ato de resumir texto como uma metaenunciação, ou seja, um ato de retornar ao discurso do locutor do texto-base para dizer aqueles sentidos e referências constituídos no texto-base de uma maneira nova, e justamente por ser um modo novo não se trata mais de reprodução, mas sim de *re*-produção. O ato de resumir implica, pois, um retorno à regularidade da língua-discurso do locutor do texto-base para sua atualização *subjetiva* de forma e sentidos – a enunciação do resumo.

O aluno, no seu lugar de locutor do texto do resumo, *ressignifica* a enunciação anterior, constituindo uma nova enunciação, que colocará, por sua vez, a intersubjetividade como constitutiva da língua em emprego, uma vez que o aluno-resumidor, no contexto do PAG, é convocado a realizar seu ato de enunciação escrita do resumo informativo com a finalidade de, por meio da *ressintagmatização* de palavras no discurso, simbolizar os valores culturais que regem a escrita acadêmica para se constituir como sujeito nas enunciações que

são requeridas no espaço universitário. A relação de intersubjetividade que o estudante estabelece com os leitores e com a cultura, assim, traduz-se na tentativa por parte do aluno de tornar o texto do resumo dotado de uma autonomia semântica, ou seja, que ele seja compreensível por si mesmo, desobrigando os futuros leitores do resumo da consulta do texto-base para verificação das ideias principais deste.

Nesse sentido, o aluno-resumidor assume a posição de *intérprete*, cabendo-lhe produzir outra versão do mesmo objeto de leitura, com a finalidade de comprovar aos leitores que seu texto sintetiza o conteúdo do original, abordando as ideias principais em uma quantidade reduzida de palavras. No entanto, abrigada nesse espaço de enunciação, a instância da cultura postula que ele apenas deve reproduzir o que já está no texto-base produzido. De certa forma, podemos dizer que, dentro dessa concepção de reprodução (sem itálico no prefixo *re-*), ele não lê, mas é “lido”, visto que apenas “reflete” sua posição de leitor na leitura que produz.

Resumir, em Enunciação, é sempre *recriação* de sentido. Todo resumo, independentemente do grau de fidelidade à forma do original, é uma paráfrase, haja vista que consiste em dizer “o mesmo” de outro modo (nova sintagmatização) e resumidamente, em uma *tentativa* incessante de resumir o que o texto-base disse. À guisa de conclusão, o sentido não é apreensível em sua totalidade e não é reproduzido de maneira justa, precisamente porque a forma muda. Eis o paradoxo envolvido no ato de resumir: o locutor-resumidor visa a expressar o sentido como consta no texto-base, adaptando-lhe a forma, no entanto a própria mudança na forma - a *ressintagmatização* - impõe a mudança no sentido - *ressemantização*, em um círculo vicioso de viver na companhia constante da impossibilidade de traduzir plenamente o sentido produzido pelo outro. Talvez esteja aí a eterna condição do homem na língua.

Para nós, o ato de resumir um texto-base, assim como é para Barthes (2013) a prática da tradução, é entrar na dança: de igual modo ao tradutor, para o resumidor, o texto-base é uma coreografia, com a notação de figuras e de passo que se deve *reexecutar*. E o aluno resumidor, que vai entrar na dança com os meneios próprios de sua língua-discurso, deve encontrar o melhor jeito para acertar o passo. Ora, cada resumidor tem seu modo de se haver com a língua do outro e com a sua própria, uma vez que a própria dança é o rastro de uma luta: o embate entre duas línguas-discurso e o trabalho complexo do resumidor de achar o dizer exato. O aluno-resumidor deve, pois, conhecer a tática de luta e os passos da dança efetuados pelo locutor do texto-base, para, posteriormente, recompor esses passos, variando

seu jeito e seu percurso segundo os acidentes do novo terreno – a língua que lhe é sua, algo de muito singular.

Quando ouvimos falar, através da história de enunciações sobre o resumo acadêmico-escolar (resumo informativo), que esse texto deve constituir-se como uma síntese fiel das ideias principais de um texto-base, cabendo ao aluno a (penosa) tarefa de ser unicamente o porta-voz dessas ideias, remetemo-nos, sem muito esforço, à prática da escrita escolarizada, vazia de significados, a qual nega a subjetividade imanente à enunciação. Na história de enunciação com a escrita na escola, é inculcada em muitos alunos a concepção de que o texto é só forma, ou seja, o tratamento da produção textual apresentado pela escola contraria as reais condições em que usamos a língua, escapando à própria natureza do indivíduo, que só emprega a língua se tem algo a dizer, a quem dizer e a partir de um lugar para dizer, singularizando-se, assim, em sua língua. Desse modo, fica no aluno a impressão de que enquanto locutor ele não tem voz, não se constituindo em um *eu* que tem algo a dizer a alguém. Análoga ao imaginário dos alunos sobre o que significa resumir textos de outrem, reside e persiste a crença de que o estudante parece apenas organizar o conhecimento de outrem, e não o seu próprio, enquanto quem lê o texto – o professor e demais leitores – não identifica nele o *eu* que o produziu, tampouco modifica tais escritos. Tenta-se, desse modo, apagar os vestígios de subjetividade, muito embora o apagamento do sujeito seja impossível – eis o que defendemos neste estudo. De qualquer forma, há uma espécie de distanciamento do *eu* e do *tu* que marca a instância escolar, numa espécie de protocolo de distanciamento, o que se revela tanto na produção do texto quanto na intervenção que o professor faz dele.

Especificamente quanto à correção/avaliação textual, é comum ainda encontrar casos em que ela se restringe à atribuição de uma nota ao aluno, desacompanhada de qualquer tentativa de diálogo/interlocução entre professor e aluno. O efeito prático desse tipo de procedimento no desenvolvimento da escrita do aluno é previsível: não só as potencialidades latentes permanecem estagnadas, como, especialmente, os problemas linguístico-discursivos se mantêm. Tudo isso, articulado à desconsideração da presença indelével do homem no seu discurso, instaura a produção de textos como um exercício meramente protocolar, inculcando no aluno a concepção de que na escola, lócus onde o aluno inicia sua história de enunciações com a escrita, se escreve com o único e lamentável fim de receber uma nota do professor. Aqui, a crítica se dirige especificamente ao professor que corrige os textos dos alunos: para a desconstrução da atitude ancestral diante da língua escrita consolidada e perpetuada pela “história escolar”, isso requer que o professor se constitua como interlocutor efetivo do texto de seu aluno, conferindo-lhe o espaço necessário para constituição de sua singularidade

enquanto produtor de textos. Na situação específica do nosso objeto de estudos, a interlocução se encontra definida, visto que o aluno sabe o motivo pelo qual produzirá um resumo informativo, assim como a que interlocutor o texto se destinará.

Ora, é preciso que seja ensinado ao aluno como se produzir adequadamente um bom resumo, no entanto acreditamos que o modo como esse ensino tem sido conduzido está equivocado: os professores de Língua Portuguesa das escolas e os que trabalham com produção de textos acadêmicos na universidade precisam adotar o postulado de que a linguagem é própria de cada homem, e que, portanto, essa asserção invalida toda e qualquer tentativa de insistir na imparcialidade na linguagem. É possível – e a isso não somos contra – e válido resumir um texto de outro autor e que esse resumo assuma uma certa relação com aquele, porém atente-se para o que dissemos: “uma certa relação”, a qual foi instaurada por um locutor que se *historicizou e se historiciza* de uma forma única na e pela linguagem. Não podemos nos esquecer que Benveniste nos ensina que o homem é fundado na dupla natureza da língua, individual e social. Essa dualidade manifesta-se na conversão da língua em discurso, lugar em que a língua se revela como interpretante do sistema cultural.

Subsidiados pelo prisma enunciativo benvenistiano para tecer reflexões sobre o ato de resumir textos, não escapamos daquilo que parece ser fundamental: a condição do homem no mundo não parece ser outra – é um evento inédito. O homem, no mundo, jamais é repetição, pois esse é o eterno retorno da linguagem: tudo eternamente muda. Nada volta. O homem, que vive e experiencia sua presença na linguagem, é um ser inédito em um evento *à neuf*. Daí, o caráter imprevisível, criativo, subjetivo da linguagem.

Em vista do que afirmamos nas páginas anteriores, acreditamos que à noção enunciativa do ato de resumir subjaz a noção de faculdade metaenunciativa, uma vez que ele se caracteriza por uma nova produção de significância sobre a significância anterior em que o aluno se constitui e se marca como autor/resumidor. Em suma, o ato de resumir texto é, por esse viés, uma enunciação sobre outra enunciação, em uma tentativa de *afulinhamento* dos sentidos principais expressos em outra enunciação. É isso que resume a nossa concepção enunciativa do ato de resumir, subsidiada pelo valor teórico do prefixo *re-*: um voltar-se ao texto-base na ilusão de um eterno presente, assegurando a *irrepetibilidade* de cada enunciação, uma vez que é na e pela enunciação que resumimos a experiência subjetiva ao alocutário, *reinventando-nos* a cada ato de tomada da palavra. Assim, como podemos flagrar a subjetividade implicada na produção do resumo informativo? Sem titubeio, responderíamos que é na e pela operação de *retextualização*, atividade que cunhamos, em termos enunciativos,

de *ressintagmatização-ressemantização*, que o sujeito se constitui, expressando, de modo singular, a capacidade de sintetizar um discurso alheio.

Produzindo um fechamento para este capítulo, esperamos que tenha ficado assentado que o ato de resumir não é uma atividade mecânica e impessoal. Pelo contrário: trata-se de uma *arte* que exige argúcia, perícia e muita sensibilidade.

Retornando, por fim, à nossa pergunta, como uma teoria enunciativa pode responder a uma definição enunciativa do ato de resumir? Sob todas as considerações acerca do prefixo *re-* e sua aplicação às operações de *ressintagmatização* e *ressemantização*, concluímos que ele resume o que defendemos ao longo desse capítulo: a enunciação, enquanto ato individual de apropriação da língua, não admite repetições, e o prefixo *re-* em *ressintagmatização-ressemantização* evoca a condensação do ato enunciativo anterior (texto-base) e ao mesmo tempo aponta para a necessidade de um novo ato enunciativo, desenhando-se, assim, o ato de resumir aquele texto anterior. Desse modo, é com a noção de resumir enquanto processo de *ressintagmatizar* e *ressemantizar* que encerramos este capítulo. As questões aqui desenvolvidas ancoram a metodologia enunciativa a ser delineada no capítulo seguinte, para tratar da escrita do resumo pelo locutor-aluno.

5 O ESTUDO DO ATO DE RESUMIR: ASPECTOS METODOLÓGICOS

No segundo capítulo, objetivamos agrupar elementos que fornecessem condições para instaurar a interlocução da Teoria da Enunciação de Émile Benveniste com a área de estudos da linguagem que tomam o texto como objeto de estudo e construímos um itinerário de leitura pela obra de Benveniste, com vistas a destacar conceitos e noções de sua teoria, a fim de destrincharmos as potencialidades teórico-analíticas da teoria para a abordagem do fenômeno *texto*. Como discussão, esse capítulo destinou-se a apresentar alguns princípios capazes de fundamentar a prática de análise do ato de resumir um texto-base. Dessa maneira, assinalamos a fundamentação teórica para nossa proposta do ato de resumir um texto-base como um ato de enunciação, que implica expressão da (inter)subjetividade e atribuição de referência sempre única no e pelo discurso. Ainda nesse capítulo, centramo-nos novamente nos textos do autor que se dedicam a refletir sobre a noção de cultura em sua relação com a linguagem, para propor um *redimensionamento* da definição de enunciação em Benveniste. Além disso, procuramos relacionar a noção de enunciação com a de *experiência*, do filósofo Giorgio Agamben, de modo a termos condições de associarmos o ato de resumir texto como um ato de enunciação que diz sobre a experiência humana inscrita na linguagem de constituir-se como leitor e escrevente.

De apropriação de uma concepção de enunciação que comporte a instância cultural, o terceiro capítulo consistiu em articular o conceito de texto ao de enunciação, em uma perspectiva enunciativa, de modo a formular uma definição enunciativo-cultural de texto que comportasse a cultura.

No quarto capítulo, procuramos deslocar o quadro geral da enunciação para propor a teorização do processo de resumir textos como ato de enunciação, cuja função é *ressemantizar* o discurso do outro, dada a singularidade daquele que resume. Colocadas a retextualização e *ressemantização* correlacionadas ao ato de resumir, concebemos que esse ato reenvia a um comentário (discurso) sobre outro discurso. Nesse sentido, o ato de resumir, conforme destacamos no último capítulo, é fundamentado por uma dupla enunciação - a leitura do texto-base e a escrita do resumo - em que o produto desse processo, o texto do resumo, revela a experiência de leitura e escrita inscrita na linguagem/língua-discurso no contexto da universidade. Essa reflexão ancora-se na pesquisa empreendida sobre o emprego teórico do prefixo *re-* em Benveniste, a partir da leitura de Dessons (2006).

Tendo em vista a reflexão proposta até aqui, buscamos, neste capítulo, a elaboração de princípios teórico-metodológicos para a análise enunciativa dos resumos escritos pelos alunos participantes do PAG-Língua Portuguesa. A partir daí, partimos para a análise dos mecanismos linguísticos que nos permitem observar e ilustrar o processo de *ressintagmatização-ressemantização* operado pelo aluno-resumidor. É chegado, pois, o momento de nos aventurarmos e nos deixarmos guiar pelas trilhas pelas quais o ato de resumir textos nos conduz.

5.1 DOS FATOS ENUNCIATIVOS: OS TEXTOS DE RESUMO

Eleger a teoria enunciativa benvenistiana para servir de esteio à análise da enunciação escrita do resumo significa optar por um olhar para o não-repetível, característica de toda enunciação, sobejamente sabida pelos estudiosos enunciativos. Preliminarmente, é necessário, antes de tudo, deixarmos claras algumas questões, visto que estamos frente a uma análise enunciativa de linguagem: 1) Benveniste, conforme sabemos, não propôs um método/modelo de análise linguística, por isso o pesquisador-analista precisa construir seu aparato teórico-metodológico que dê conta do seu objeto; 2) a análise é sempre um ponto de vista do analista e 3) em consequência da ausência de método definido, cada análise enunciativa é singular, visto que, em enunciação, resultaria uma incoerência epistemológica lançar mão de um modelo geral e universal de análise para dar conta de produtos enunciativos singulares.

Para a constituição do nosso fato enunciativo de linguagem, nada mais coerente que lembrar Saussure (2000, p.15), que, ao delimitar o objeto da Linguística, expressava que “bem longe de dizer que o objeto precede o ponto de vista, diríamos que é o ponto de vista que cria o objeto”. Ora, afirmar que *o ponto de vista cria o objeto* significa tributar às lentes do pesquisador a capacidade de determinar o fato linguístico no momento em que este for tomado para estudo. Nesse sentido, não há um fenômeno linguístico *a priori* esperando ser analisado, mas um objeto constituído no momento em que determinada teoria, eleita pelo pesquisador, dele se ocupa. Visto desse modo, o olhar do pesquisador-analista, imbuído de sua singularidade, é somado ao objeto de estudo. É por essa razão que Flores (2001), ao se referir ao corpus em Enunciação, diz tratar-se de *fatos* e não de *dados*, o que, ao nosso entender, vai ao encontro de uma teoria que entende a intersubjetividade como condição para a subjetividade: “em linguística da enunciação o dado não é jamais ‘dado’, mas se configura

num fato na medida em que é produto de um ponto de vista, o que cria o objeto a ser analisado [...]” (FLORES et.al., 2008, p.59).

Após esclarecermos a noção de *fato enunciativo de linguagem*, explicitamos que concebemos os resumos informativos escritos pelos alunos como nosso fato enunciativo de linguagem, uma vez que eles derivaram de um ponto de vista teórico-metodológico que assume o princípio da (inter)subjetividade na linguagem. Prova de que não se trata de um dado para análise é o fato de que, se assumíssemos outra teoria linguística como suporte, certamente o objeto se configuraria de forma distinta.

Nosso objeto de análise é o resumo informativo/analítico, que, de acordo com a NBR 6028 (ABNT, 2003), é aquele texto que pode dispensar a leitura do texto-base, devendo salientar em sua estrutura objetivo da obra (livro, artigo etc.), métodos e técnicas empregadas, resultados e conclusões.

Cabe-nos ressaltar aqui que nossa pesquisa é qualitativa e não quantitativa, porque julgamos que nosso corpus, constituído por dois resumos, como veremos mais adiante, é suficiente para ilustrar a análise singular daquilo a que nos propomos observar em funcionamento: a emergência da singularidade do resumidor que, embora tente preservar (reproduzir) as ideias do texto-base, *trapaceia* com a sua língua-discurso.

5.2 DA SITUAÇÃO DE CONSTITUIÇÃO DOS FATOS DE LINGUAGEM: A SITUAÇÃO CRIADORA DE REFERÊNCIA DO ATO DE RESUMIR TEXTOS EM SALA DE AULA

Segundo apresentamos previamente nas considerações iniciais, o Programa de Apoio à Graduação (PAG) – Projeto Língua Portuguesa: Leitura e Produção de Textos consiste em oferecer aos alunos de graduação, através de oficinas de leitura e produção textual, a busca de qualificação do desempenho no emprego da Língua Portuguesa, principalmente escrita, visto que é o uso mais valorizado no contexto acadêmico.

Conforme nosso percurso teórico, vimos algumas questões fundamentais a respeito do papel da referência no quadro da enunciação. Quando falamos em situação de discurso ou situação de enunciação, imediatamente estamos reenviando à referência, a qual, por sua vez, implica espaço-tempo em que se desenvolve o ato de enunciação. Como diz Benveniste (2006b, p.231), “a ‘referência’ da frase é o estado de coisas que a provoca, a situação de discurso ou de fato a que ela se reporta e que nós não podemos jamais prever ou fixar”. Desse modo, a noção de referência está intimamente correlacionada à construção de representações

(inter)subjetivas de objetos discursivos. Essas representações são, necessariamente, vinculadas à situação de enunciação, na medida em que o locutor possui como principal parâmetro, na construção da referência, o interlocutor. Por isso que referenciar é (inter)subjetivar o mundo.

Assim, após reforçarmos o papel que a situação de enunciação assume neste capítulo com vistas à análise da constituição da relação intersubjetiva no ato de resumir um texto-base, concebemos que a proposta inscrita no PAG – Projeto Língua Portuguesa: Leitura e Produção de Textos para o módulo “Resumo” é “o estado de coisas”/ “a situação de discurso” a que se reporta o texto do resumo do aluno, isto é, a aula em que tematizamos sobre o resumo informativo constitui o conjunto de circunstâncias que encaminha o locutor/aluno a simbolizar o ato de resumir. O texto do resumo, assim, assinala “essa certa relação com o mundo” (BENVENISTE, 2006a, p.84), reproduzindo a experiência de leitura do texto-base, reprodução essa que não pode ser identificada senão pelos protagonistas da comunicação intersubjetiva em sala de aula: os alunos e o professor. Vista desse ângulo, a situação, parte integrante da enunciação, engendra o texto do resumo, que está submetido à relação *eu-tu*, professor e aluno, nas condições enunciativas estabelecidas em sala de aula.

A situação criadora de referência, que nos possibilitou constituir nosso fato de linguagem (o resumo informativo) foi produzida a partir das seguintes atividades, que foram desenvolvidas na seguinte ordem:

- a) introdução ao gênero resumo: atividade de produção de resumo oral em dupla;
- b) o ato de resumir: processos de sumarização;
- c) procedimentos de resumo (macrorregras): apagamento, generalização e construção;
- d) etapas de leitura informativa e processos de retextualização;
- e) leitura do texto “Senso comum e senso crítico⁴¹” e produção conjunta de esquema de resumo;
- f) leitura e análise de dois exemplos de resumo do texto lido quanto à estrutura, ao conteúdo e à expressão do gênero resumo informativo (de síntese);
- g) verbos de menção ao autor e recursos parafrásticos;
- h) proposta de produção textual de resumo informativo individual (a distância), a partir da leitura do artigo de opinião “A vida se faz nas marcas”, de Eliane Brum.

⁴¹ Texto que integra o livro “Comunicação empresarial: conceitos e técnicas para administradores”, de Maria Alzira Pimenta, publicado no ano de 2007 pela editora Alínea, em Campinas/SP.

Como podemos observar, as atividades desenvolvidas em uma aula de duração de 3h partiram da generalidade do que significa o ato de resumir e de que processos estão envolvidos em sua produção (aplicação de macrorregras, leitura informativa do texto-base etc.) para, posteriormente, realizar a leitura do texto “Senso comum e senso crítico” a fim de que se produzisse, em conjunto com os alunos, uma espécie de *esquema* do texto lido, que, segundo dissemos anteriormente, constitui uma etapa prévia de elaboração do resumo propriamente dito, ou seja, o esquema, também chamado de esboço, plano ou roteiro, apresenta as ideias hierarquizadas e encadeadas, tendo a função de estabelecer uma visão de conjunto, imediata, hierárquica, das ideias principais trabalhadas no texto-base. Por isso que a produção de um esquema, decorrente de uma leitura analítica do texto-base, constitui um recurso eficiente para elaboração posterior do resumo informativo, visto que o esquema do texto permitirá ao leitor-resumidor obter o conhecimento dos componentes de um conjunto de ideias mais precisas para que ele passe ao entendimento da ideia-chave geral, cuja apreensão é requisito básico para a escrita do resumo informativo.

Após essa etapa de análise e produção conjunta do esquema do texto lido, foram entregues aos alunos dois exemplares de resumos informativos do texto lido para que eles julgassem qual o resumo apresentava mais elementos, de acordo com critérios referentes à estrutura, ao conteúdo e à expressão do gênero. Feita a escolha do texto que melhor atendesse ao que se espera de um resumo informativo, trabalhamos rapidamente com os alunos algumas marcas linguísticas do texto que servem para fazer menção ao autor, assim como alguns recursos marcadores de paráfrase. Ao final da aula, foi proposto aos alunos que elaborassem, em casa, um texto do resumo, servindo como texto-base o artigo de opinião da escritora Eliane Brum, “A vida se faz nas marcas”, publicada na revista *Época* no ano de 2010.

Como a referência “é o estado de coisas que a provoca, a situação de discurso ou do fato a que ela se reporta”, o discurso do texto-base cria um “estado de coisas”, constituindo uma situação de discurso no tempo e no espaço para provocar o aluno-resumidor a enunciar seu resumo por escrito. O discurso do texto-base, por meio do ato enunciativo de leitura, possibilita ao aluno correferir para ocupar um espaço enunciativo e realizar seu ato de resumir. Essas condições de enunciação tornam possível ao estudante fazer renascer o acontecimento e a sua experiência do acontecimento para singularizar a referência do texto-base configurada na relação intersubjetiva, qual seja: vivemos numa época em que muitas pessoas não querem ser marcadas.

Feitas as contextualizações referentes à situação de constituição dos nossos fatos enunciativos de linguagem, na próxima seção, discorreremos sucintamente acerca dos informantes⁴² dessa pesquisa.

5.2.1 Dos informantes

O tema deste trabalho é o ato de resumir textos, orientado pela perspectiva da Teoria da Enunciação de Émile Benveniste, o que significa considerar que o ato de colocar a língua em funcionamento está diretamente atrelado a um locutor que se converte em sujeito através desse ato em uma determinada situação enunciativa. No caso específico de nosso corpus de análise, vimos que o texto de resumo se origina através do ato de resumir do locutor aluno que, a partir da situação enunciativa de sala de aula do PAG, ocupa o lugar enunciativo daquele que precisa demonstrar a si e ao professor sua capacidade de síntese na língua em sua modalidade escrita.

Lembramos, conforme esclarecemos ao longo destas páginas, que o *sujeito*, nessa perspectiva, não é o homem do mundo, mas sim uma representação (ou seja, simbólica) linguística que a enunciação dá dele no enunciado, produto da enunciação. Logo, ao contrário de teorizar sobre os informantes da pesquisa enquanto falantes do mundo, o que interessa à análise são as marcas linguísticas do processo de *ressintagmatização* deixadas pelo emprego da língua como os *efeitos* de sua relação com o texto-base, com o interlocutor do texto do resumo e com a sua língua. Acreditamos, assim, que, através da análise e descrição desses efeitos nos textos dos informantes, podemos sustentar nossa tese central de que o ato de resumir serve para marcar o locutor naquilo que ele reescreve, afirmando-se, pois, como autor do seu texto, e não mero parafraseador de um texto anterior.

Benveniste nos faz, assim, o convite a uma *travessia*: das paisagens do antropológico (homem) às do linguístico (sujeito), imbricadas no ato de enunciar para a proposição subjetiva do discurso. É essa travessia do homem-locutor-resumidor para o *sujeito* daí emergente que constitui o foco de nossa análise no próximo capítulo.

Finalizando esta etapa, explicitamos que o corpus que será objeto de análise neste trabalho é constituído de dois resumos informativos redigidos por dois informantes que se

⁴² Os textos produzidos foram cedidos e autorizados pelos alunos informantes para este estudo. É comum ao PAG o pedido de autorização de uso do material para fins de pesquisa, considerando os princípios éticos que garantem o sigilo e o interesse efetivo pela investigação de temas que tragam contribuições à área de estudos da linguagem. A autorização não está anexada a este trabalho, devido à exposição do nome do informante, mas está à disposição quando for requerida.

disponibilizaram a autorizar a utilização dos seus textos para os fins desta pesquisa⁴³. Como dispúnhamos de uma quantidade significativa de textos para escolha, optamos por dois resumos específicos devido aos seguintes motivos: 1) nenhum deles fugia do propósito do gênero resumo (condensar, com suas próprias palavras, as ideias-chave do texto-base) e 2) embora eles tenham se mantido, de certa forma, “fieis” às ideias do autor do texto-base, houve espaço para eles se colocarem como autores dos seus textos. Com a exposição desses critérios de escolha, evidenciamos nossa crença de que a presença da subjetividade do resumidor não impede ou invalida a escrita de um bom resumo, com uma conseqüente avaliação positiva de seu texto.

Por fim, como já aludido em nota de rodapé, não exporemos os nomes dos informantes, devido aos princípios éticos que garantem o sigilo. Em vista disso, utilizaremos um nome fictício (pseudônimo), como alternativa para cumprir a exigência de sigilo. Assim, os informantes receberão as seguintes identificações neste estudo: Jéssica e Eduardo.

Por fim, é importante ressaltar que, como nossa pesquisa envolve seres humanos, ela teve de ser encaminhada ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), junto à Plataforma Brasil, para receber sua aprovação. O projeto foi aprovado em 29/10/2014, e o número do parecer é 850.938. Para consulta ao parecer consubstanciado do CEP, ver anexo B.

Neste momento, apresentaremos, primeiramente, o texto-base (artigo de opinião), assim como os dois resumos informativos para, em seguida, delimitarmos nossos procedimentos de análise com vistas aos princípios teórico-metodológicos já postos em discussão.

5.2.2 Dos fatos enunciativos selecionados⁴⁴

Para ilustrar os fatos enunciativos selecionados para análise, iniciemos com o texto que serviu de base para os alunos realizarem seus atos de resumir:

⁴³ No Anexo A, encontra-se o termo de consentimento informado, que foi entregue para os informantes da pesquisa assinarem.

⁴⁴ Cabe destacar que reproduzimos os resumos dos alunos tal como foram entregues por eles. Eventuais erros gramaticais/ortográficos não foram considerados relevantes por nós, uma vez que o objetivo de nossa análise é flagrar a emergência da subjetividade daquele que resume.

**A vida se faz nas marcas:
Vivemos por causa de nossas marcas – e não apesar delas⁴⁵**

Para mim não existe vida fora da palavra escrita. Passei quatro dias ouvindo, pensando e por último falando sobre literatura em conversas na Casa de Cultura da Flip (Festa Literária Internacional), em Paraty. Promovida pelo Itaú Cultural, esta programação era gratuita. O debate me carregou para uma reflexão sobre as minhas marcas. E penso que as marcas se inscrevem em nós primeiro como algo indizível. E depois as transformamos em outra coisa que nos dá a possibilidade de viver. Em mim, elas viram texto. Percebo então que palavras são marcas por escrito. E lamento as vidas que não querem ser assinaladas pela vida.

Vivemos numa época que não quer ser marcada. A maioria de nós tenta escapar das rugas, estas cicatrizes do rosto, de todas as formas – algumas delas bem violentas. Os sinais da idade, da vida vivida, são interpretados como algo alienígena, estranho a nós. Estão ali, mas não deveriam estar. É quase uma traição. Urge então apagá-las.

É tamanho o nosso medo da velhice e da morte, que as marcas da vida vivida são decodificadas como feias, quase repugnantes. Tanto que estamos diante de uma novidade – as primeiras gerações de seres humanos envelhecendo e morrendo com os sinais não da idade, mas das cirurgias plásticas. Sim, porque estas também são cicatrizes. Não há jeito de morrer sem marcas porque não há como viver sem ser marcado pela vida. Mesmo os bebês, que por alguma razão morrem ao nascer, já trazem no corpo a marca fundadora – o corte do cordão umbilical que lhes arrancou de dentro da mãe. O umbigo é nossa primeira cicatriz, aquela que nos unifica.

Se a tecnologia conseguir inventar um ser humano sem marcas é porque desinventou o ser humano. Podemos talvez um dia apagar todas as marcas visíveis, tatuadas no corpo. Mas nunca haverá uma cirurgia capaz de eliminar as marcas da alma. E esta é também uma tentativa que temos empreendido com muito empenho. Por um excesso de psicologês, uma leitura transtornada do pensamento de Freud, passamos a achar que tudo é terrivelmente traumático. Qualquer contrariedade ou vivência não programada supostamente estigmatizaria nossos filhos e aniquilaria seu futuro. Qualquer derrapada no script de nossos dias nos assinala como catástrofe. Parece que viver se tornou uma experiência por demais traumática para quase todos – e, se assim é, a única solução seria não viver. Mas a questão não é o trauma – e sim o que cada um faz com ele.

⁴⁵ Artigo de opinião publicado por Eliane Brum, na revista Época, em 09/08/2010.

Há algumas semanas participei de um debate com psicanalistas no Instituto Sedes Sapientiae, em São Paulo, sobre o excelente documentário de Miriam Chnaiderman e Reinaldo Pinheiro, *Sobreviventes*, sobre o qual já escrevi uma coluna quando foi lançado. Em minha fala, sugeri que não existem sobreviventes. Só é possível ser vivente. A palavra *sobrevivente* contém a ideia de viver apesar do vivido. E eu acredito que só é possível viver por causa do vivido.

Em mais de 20 anos contando histórias de pessoas – e também minha própria história –, percebo que as pessoas morrem e renascem muitas vezes numa vida só. Cada existência é uma sucessão de pequenas mortes e renascimentos desde este primeiro corte que nos separa de nossas mães e dá início à nossa existência como indivíduo. Fico só imaginando nesta época onde tudo vira trauma insuperável, o que aconteceria se as pessoas pudessem se lembrar dessa expulsão do paraíso uterino. Haveria uma legião de homens e mulheres incapazes de lidar com acontecimento tão terrível. Sem perceber que é só por ele, afinal, que começamos a viver. Até então, somos todos apenas uma continuidade, um apêndice, do corpo materno.

É verdade que, compreendendo o trauma como algo que nos marca, que nos mata simbolicamente para que possamos renascer de outro jeito, nossa vida é cheia deles. O que questiono aqui é a crença de que não deveria ser assim, a ilusão de que é possível – e o pior, que é desejável – ter uma vida sem marcas no corpo e na alma.

É claro que alguns acontecimentos são devastadores – e lutamos para que não voltem a se repetir com ninguém. Mas, mesmo nestes casos, me parece que a vida só é possível não apagando o que é inapagável, mas fazendo algo novo com esta marca. Transformando-a em algo que possa viver.

Recentemente, causou grande polêmica um vídeo no YouTube, onde Adolek Kohn, de 89 anos, “sobrevivente” do holocausto judeu, dança com sua filha e netos a música “*I will survive*” (“Eu sobreviverei”), de Gloria Gaynor, em campos de concentração como o de Auschwitz. Quem não tiver assistido, pode encontrá-lo facilmente na internet. Muita gente achou desrespeitoso com o sofrimento das vítimas do holocausto. A mim pareceu emocionante. Concordo com a filha, a artista australiana Jane Korman, quando diz: “Esta dança é um tributo à tenacidade do espírito humano e uma celebração da vida”.

Poder dançar no palco em que quase foi assassinado – e onde milhões de pessoas foram exterminadas – é fazer algo vivo em vez de fazer algo mórbido. Especialmente poder dançar com a continuidade de você – na companhia de todos aqueles que quase não existiram, uma descendência inteira quase aniquilada pela morte de um. Afinal, ele dança sobre suas

antigas e brutais lembranças amparado por uma nova memória, representada pelos seus descendentes, por aqueles que vão recordá-lo e produzir outras histórias e sentidos para a trama das gerações. É mais do que uma magistral vingança – é uma dança.

Isso não significa que este (sobre)vivente tenha lidado melhor com seu trauma que todos os outros. Cada um encontra seu caminho – e a maioria dos caminhos não aparece no You Tube. Mas acho uma prepotência “ser contra” ou ridicularizar a tentativa de um outro de lidar com suas marcas, dar um novo sentido àquilo que o constitui. Transformar em algo mais que a dor o que era só dor. Pode não ser o seu caminho, mas isso não o impede de olhar para a saída encontrada pelo outro com o profundo respeito que ela merece.

Quando as pessoas me contam suas histórias, começam a contar pelos seus renascimentos. Pelo momento em que morreram de um jeito, por causa de um trauma, e renasceram de outro. É ali que identificam seu início – ou reinício. Uma nova vida só é possível quando contém a anterior e a sua quebra. O que atravança nossa existência é ficar fixado no trauma – enxergar a marca como uma morte que não renasce, como um corte que não vira cicatriz. Por isso a palavra “sobrevivente” – e o sentido que ela tem no senso comum – me incomoda. É como se vida fosse o que havia antes, algo que não pudesse se quebrar, e o que temos agora fosse algo menor que a vida, uma mera *sobre-vida*. Me parece, ao contrário, que a matéria da vida é justamente esta sucessão de quebras – e viver é dar sentido a elas.

Esta ideia vendida e consumida exaustivamente, de que a vida não pode ser marcada nem no corpo nem na alma, tem causado enorme sofrimento às pessoas. Não o sofrimento que nos leva a criar uma vida, mas aquele que nos leva a anestésiar uma vida. Este equívoco tem transformado gente que poderia viver em meros sobreviventes. Porque se não podemos ser marcados, se cada marca for vivida como algo mórbido e não como parte do vivido, fixamos na morte. Viramos uma ladainha que repete sempre o momento mortífero e não consegue seguir adiante.

Ser – é ser em pedaços. O que nos impede de viver não é o trauma, mas a ideia de que exista uma vida que possa prescindir deles. E o que nos humaniza é a capacidade de criar algo vivo com nossas marcas de morte. Palavra escrita, literatura, como tanto se discutiu na festa literária de Paraty. Dança, como o (sobre)vivente do holocausto. Jardins, bordados, doces, móveis, dribles de futebol.

Como poderia dizer a poeta Adélia Prado, “uso todos os meus cacós para fazer um vitral”. Cada vida humana é um vitral feito com as marcas de todas as nossas mortes. Sem os cacós, nada há.

1º Resumo (informante Jéssica)

1 A premiada autora Eliane Brum versa, em sua coluna na revista *Época*, no texto “A
2 vida se faz nas marcas”, sobre as marcas inscritas no corpo e na alma, em virtude das quais
3 vivemos. Seu objetivo é mostrar que elas constituem o ser humano, não obstante, haja,
4 lamentavelmente, grande número de pessoas que as considerem indesejáveis.

5 Tal repúdio é fruto de uma codificação negativa proveniente de uma geração que não
6 quer ser marcada pelos signos da vida vivida. Diante da impossibilidade da supressão das
7 mesmas tentam mascarar os sinais da idade com plásticas, as quais, por sua vez, constituem
8 outras marcas. Ademais, quanto às marcas da alma tenta-se remediar usando demasiadamente
9 o psicologês, que considera tudo o que estiver abarcado fora do “script” diário como
10 traumático, ao passo que a concepção primordial acaba sendo ignorada, qual seja: o
11 importante é o que se faz com o trauma e não ele em si mesmo.

12 Assim, sobre o documentário de Mirian Chnaiderman e Reinaldo Pinheiro,
13 “Sobreviventes”, sugere que não existem sobreviventes, haja vista ser somente possível viver
14 por causa do vivido. Por outra banda, o trauma é algo que nos mata simbolicamente para que
15 possamos renascer de outro jeito e, ipso facto, não deve ser encarado como insuperável.
16 Sendo, por isso, desejável ter uma vida com marcas no corpo e na alma. Mesmo em situações
17 devastadoras, a vida só é possível não se apagando o inapagável, mas transformando-a em
18 algo com que se possa viver.

19 Destarte, um exemplo é o vídeo onde Adolek Konh, que viveu experiências no
20 holocausto judeu, aparece dançando com seus descendentes, em campos de concentração a
21 música “I will survive”. Apesar das inúmeras críticas, o fato mostra a capacidade do ser de
22 encontrar um caminho para lidar com seus traumas, de dar novo sentido aquilo que o
23 constituiu.

24 Portanto, as pessoas morrem de um jeito e renascem de outro muitas vezes numa vida
25 só. Uma nova vida só é possível quando contém a anterior e a sua quebra, esta dando sentido
26 àquela. Para seguirmos adiante é preciso abolir a ideia de que vida não pode ser marcada,
27 porquanto sem as marcas não há vida humana. O trauma, pois, é imprescindível. A solução é
28 criarmos algo vivo com nossas marcas de morte.

2º Resumo (informante Eduardo)

1 A vida humana é um arranjo de acontecimentos que perpassam desde o nascimento até
2 o seu momento final, a morte. Estes momentos, sejam eles bons ou ruins, felizes ou tristes,
3 inevitavelmente, acabam deixando marcas em nossas vidas, não somente físicas, visíveis,
4 como as provenientes da velhice, mas também as invisíveis, da alma. Para a premiada
5 jornalista, escritora e documentarista, autora do artigo “A vida se faz nas marcas”, Eliane
6 Brum, a época em que vivemos é de uma geração preocupada em não ser marcada, de uma
7 geração que está a todo momento na busca por uma válvula de escape destas marcas,
8 principalmente no que se refere às marcas físicas, rugas e cicatrizes, que denunciam um dos
9 maiores crimes de uma sociedade que autointitula-se moderna e evoluída, contudo, frívola e
10 doente, qual seja, a idade.

11 Para Brum, que consegue tirar de suas próprias marcas os fundamentos de seu
12 trabalho, ou seja, de suas marcas surgem as palavras que irão compor seus textos, as marcas
13 emergem de nós, primeiramente, como algo que não pode ser descrito, para que mais adiante
14 possamos transformá-las em algo que nos possibilite e nos dê forças para viver.

15 A crítica da autora refere-se à impossibilidade de algumas pessoas conviverem com
16 seus traumas, em suportá-los, sacrificando todas as chances de seguirem suas vidas
17 normalmente, de acreditarem na ilusão de uma vida sem tais marcas, sejam elas corpóreas,
18 sejam elas psíquicas. A escritora compreende que determinados traumas em um primeiro
19 momento podem nos marcar, nos ferir, porém, tudo tem seu propósito, pois na medida que
20 elas nos ferem, que nos matam (de uma forma metafórica), nos permitem também renascer,
21 nos fortalecendo através do aprendizado obtido com nossos erros e medos do passado.

Apresentados os fatos enunciativos, a seguir, ilustraremos os procedimentos que nortearão nossa análise.

5.3 DOS PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE

Realizada a apresentação do texto-base e dos dois resumos que servem de corpus para nossa análise enunciativa, seguimos através de pistas para delimitação de nosso constructo metodológico, no que se refere aos procedimentos de análise. Nessa seara, Normand (2009a) nos fornece algumas orientações que podem nos auxiliar em nossa tarefa de refletir sobre o método de análise:

Se a frase “só existe no instante em que é proferida e se apaga nesse instante”; se “é um acontecimento que desaparece”, portanto, por definição, particular e única, parece que o estudo das frases depende menos de uma análise linguística do que de um **comentário** de texto cada vez particular. A novidade é que esse comentário se apóia na descrição semiótica, em particular, a dos marcadores da enunciação que, ao mesmo tempo, pertencem ao sistema da língua e têm a propriedade específica de assinalar a presença do sujeito, da “pessoa”, e de central sobre ela o tempo e o espaço da troca [...] A distinção *semiótico/semântico*, portanto, somente levaria a lembrar da necessidade de considerar aquele que fala (o sujeito) e, por consequência, de não pretender dizer o todo do sentido do que ele enuncia, que nenhuma análise pode encerrar. (NORMAND, 2009a , p.181-182, grifo do autor, grifo nosso)

Dessas orientações, podemos traçar alguns pontos de princípio: em primeiro lugar, a autora destaca o fato de que a análise se constitui como um *comentário* cada vez particular, reforçando aqui a subjetividade do analista; em segundo lugar, e em decorrência do anterior, nenhuma análise consegue encerrar o todo do sentido do seu objeto. Logo, o nosso papel, enquanto analistas do texto do resumo do aluno, é *metassêmico*, em que cabe a nós, enquanto *comentaristas* dos resumos dos alunos, *escutar* a enunciação deles e não somente o enunciado, perscrutando na imbricação entre forma e sentido a presença da subjetividade do aluno, já que o *sentido passa sempre pelas formas*, como nos ensinou Normand (2009a). Acreditamos que, assim, cumpriremos nosso objetivo de realizar uma análise metassêmica a contento dos resumos informativos. Dissemos “a contento” e não “perfeita”, pois concordamos em absoluto com Barthes (2013, p.17) quando ele destaca que “[...] a nós, que não somos nem cavaleiros da fé nem super-homens, só resta, por assim, dizer, trapacear com a língua, trapacear a língua”. Assim, como os alunos-resumidores se encontraram diante dessa dificuldade ao ter de lidarem com a língua do outro, nós também nos sentimos na condição de

“trapacear com a língua”, visto que, seguindo os ensinamentos de Benveniste, a linguagem é como é por ser reveladora da subjetividade, que traz a marca do homem em sua língua. Por esse motivo, é que toda análise enunciativa é senão uma aproximação à realidade.

Desse modo, embora Benveniste não proponha um modelo de análise ao longo da Teoria da Enunciação, a partir da leitura de seus textos e da leitura da tese de Mello (2012), resgatamos cinco princípios teórico-metodológicos do trabalho da autora e produzimos dois princípios (números 6 e 7), levando em consideração a dimensão cultural da abordagem benvenistiana de linguagem, que se coadunam com nosso objeto de estudo. São eles: 1) *o texto é um índice global de subjetividade*; 2) *o texto cria referência*; 3) *o texto é produzido na imbricação entre forma e sentido*; 4) *uma análise translinguística dos textos focaliza os planos global e analítico*; 5) *o texto constitui um modo de ação do locutor sobre o alocutário*; 6) *todo texto, seja escrito ou oral, por advir de um ato de enunciação, singulariza uma língua, que carrega interpretações constituídas no âmbito da cultura* e 7) *o texto manifesta em sua linearidade traços/efeitos das relações indissociáveis entre o homem, a linguagem/ a língua e a sociedade/a cultura*. Esses princípios, pois, devem nos orientar no exercício de análise.

Desses princípios citados, podemos traçar algumas breves considerações. Vimos a respeito da concepção enunciativa de linguagem que comporta a enunciação, no capítulo 2, que Benveniste destaca que a frase comporta ao mesmo tempo sentido e referência, sentido porque é informada de significação, e referência porque se refere a uma determinada situação enunciativa. Nessa acepção, a frase, enquanto unidade superior de análise, expressão semântica por excelência, equivale à noção de texto por nós formulada como *o resultado de um ato de enunciação entre locutores situados em tempo e espaço distintos, que traz o modo singular como o locutor se relaciona com o que é de ordem geral da língua, concebida como sistema interpretante do sistema cultural*. Isso evidencia que o texto do resumo está sempre submetido ao ato de enunciação do locutor-resumidor, que implanta diante de si o alocutário/professor/demais leitores e se apropria do discurso do outro para atribuição de novas referências sobre a referência do texto-base na situação de sala de aula. Na realização desse processo enunciativo do resumir, o locutor mobiliza duas operações simultâneas e necessárias à enunciação: para *ressignificar* o querer-dizer do locutor do texto-base, o resumidor converte a língua-discurso do outro em sua língua-discurso (*ressemantização*), reengendrando as formas em um arranjo sintagmático em que cada uma age sobre a outra (*ressintagmatização*). Vista desse modo, a operação de *ressintagmatizar* está a serviço da

ressementização, uma vez que a primeira tem sua razão de ser para a atribuição de novas referências e produção de sentidos no discurso do resumo.

Sob essas considerações, o processo da *ressintagmatização*, diretamente vinculado ao ato de resumir, assume grande importância em nosso trabalho, visto que se revela como um *operador de análise* que serve para considerar nosso objeto de estudo em sua transversalidade enunciativa. Nessa linha, nosso interesse se dá pelos mecanismos enunciativos que evidenciam como o locutor-resumidor se apropria do discurso do outro para, a partir daí, se apropriar da sua língua (língua do resumidor) e como essa relação está marcada na materialidade textual. A ideia de ato de se apropriar do discurso alheio, pois, será fundamental em nosso processo de análise.

Desse modo, o prefixo *re*, implicado na *ressintagmatização-ressementização*, intervém em nossa análise como um operador da *metaenunciação*, uma vez que ele assinala o movimento de retorno do locutor-resumidor ao texto do locutor do texto-base, caracterizando o ato de resumir como criador de referência sobre referência.

No entanto, é necessário que fique claro que o texto do resumo não se confunde com o ato de resumir, mas que constitui o produto resultante do ato enunciativo, visto que a enunciação, dada a sua fugacidade, desaparece no momento em que se realiza. Desse modo, em nossa ótica, o texto é compreendido como o que torna observável o ato de enunciação, pois a única via de acesso à enunciação e à subjetividade daquele que enuncia (e resume!) é através das marcas linguísticas produzidas pelo locutor quando de seu lugar de resumidor na estrutura enunciativa.

Com isso, não deixamos de prever os demais integrantes do quadro formal da enunciação: a situação enunciativa e os instrumentos. Sabemos que ambos, assim como o ato, estão simultaneamente constituídos na enunciação: “na enunciação consideraremos, sucessivamente, o próprio ato, as situações em que ele se realiza, os instrumentos de sua realização” (BENVENISTE, 2006a, p.83). Assim, orientados pelo mestre, primeiramente, o analista deve ater-se ao próprio ato de enunciação, na relação intersubjetiva que aí acontece, incluindo a situação (o estado de coisas que provoca o texto) e a ideia global que o locutor (resumidor) expressa em seu texto.

Pensamos que, aqui, é válido resgatar novamente o quarto princípio teórico-metodológico, visto que ele intervém diretamente na discussão que estamos apresentando neste momento: *uma análise translinguística dos textos focaliza os planos global e analítico*. Ora, conforme esse princípio, nossa análise deve dar-se num vai-e-vem entre os planos global

e analítico, sempre articulando forma e sentido. Dessa maneira, o “comentário particular”¹ sobre o texto do resumo do aluno deve se assentar sob os planos global e analítico: na análise do global, ao qual pertencem o ato e as situações em que ele se realiza, cumpre analisar o sentido como a totalidade da ideia apreendida por uma compreensão global, considerando que o sentido repousa sobre as sintagmatizações, ou melhor dizendo, a *ressemantização* deriva da *ressintagmatização* promovida pelo aluno-resumidor.

Desse modo, quando focalizamos os arranjos sintáticos e as escolhas lexicais, estamos no plano analítico, mas, nesse nível, não podemos nos restringir somente à forma, sendo preciso não perder de vista o plano global, visto que é em função da ideia a ser expressa, da significação “intentada” que o locutor organiza palavras e promove sintagmatizações. Por isso é que o *comentário* do analista deve contemplar a relação entre os planos global e analítico, a partir de respostas às duas perguntas seguintes: 1) *como o plano global se realiza nos dois resumos informativos do texto “A vida se faz nas marcas”?* e 2) *Como o plano analítico se constitui nos dois resumos analisados, ou seja, quais formas e procedimentos se engendram para produzir sentidos singulares?*

Para fins didático-metodológicos, em nossa análise contemplaremos separadamente os planos global e analítico, no entanto sabemos que o ato que promove *eu-tu* à existência e a referência à situação discursiva em que se inserem determinam o agenciamento de formas pelo locutor. Assim, em um primeiro momento em nossa análise, serão analisados os dois textos para o comentário do seu plano global, assumindo o pressuposto de que, a partir do exame da totalidade da ideia apreendida nos dois resumos, são flagrantes os efeitos da instância cultural sobre os textos, havendo, assim, uma proximidade de sentidos dos resumos em relação ao texto-base. As semelhanças encontradas a partir da comparação dos textos servem, pois, para assinalar a busca dos resumidores pela suposta “fidelidade” que é atribuída aos textos que pertencem a esse gênero.

É importante informar que a categoria da *cultura*, impressa sob a forma de valores na língua, se marca na escrita do aluno a partir da busca/tentativa dele por obedecer aos valores de “fidelidade”, de “concisão”, de “objetividade” etc., que foram atribuídos ao gênero pela cultura acadêmico-escolar. Em consequência, acreditamos que os princípios teórico-metodológicos que aludem à presença da cultura na enunciação far-se-ão presentes através desse esforço do aluno em corresponder às expectativas do sistema simbólico-cultural, ou

¹ Segundo Normand (2009a, p.181).

seja, o ato de resumir textos na universidade se constitui dentro da cultura acadêmica, que apresenta valores para convocar o estudante a realizar seu ato de escrita do resumo e a simbolizar esses valores por meio da sintagmatização das palavras no discurso, no enlace entre forma e sentido. Nesse sentido, esse ato envolve, ao nosso entender, uma dupla apropriação, ligadas ao ato de leitura do discurso do outro e do ato de escrita, implicando esse jogo de língua-discurso do outro e língua-discurso do aluno. Logo, a escrita do resumo traz a experiência de leitura do estudante, relevando não só a apropriação de um discurso já constituído, mas também a apropriação da sua língua-discurso (do aluno) para realizar a enunciação escrita. Se, como dissemos, assumimos a hipótese de que, no que concerne ao plano global, os resumos devem se assemelhar, é na observação do analítico que podemos flagrar a singularidade do ato de resumir, pois é na e pela reorganização das formas no texto – processo de ressintagmatização – que emerge o sujeito da enunciação resumindo a sua compreensão do texto-base, exercendo-se como aquele que a cada experiência de linguagem reinventa-se, visto que, como poetiza Dessons (2006, p.14, grifo nosso), “para o exercício da linguagem, o mundo não é um eterno retorno, mas uma constante *criação*”.

Na continuação dessa ideia de “criação” / “invenção”, lembramos que o ato de resumir envolve simultaneamente os processos que nomeamos de *ressintagmatização* e *ressemantização*, possibilitando-nos fundamentar esse ato como uma *metaenunciação*, ou seja, um ato de retornar ao discurso do locutor do texto-base para dizer aqueles sentidos e referências constituídos no texto-base de uma maneira nova, e justamente por ser um modo novo, não se trata mais de reprodução, mas sim de *re*-produção.

Em resumo, nossa análise repousará sobre o *ato* e sobre o *discurso*, sendo este a possibilidade de encontrar pela *reorganização* singular das formas da língua (processo de *ressintagmatização*) as marcas que remontem à relação *eu-tu* constituída no ato intersubjetivo da escrita em ambiente acadêmico. A enunciação enquanto ato se correlaciona com o nível global de análise, cumprindo ao analista “escutar” a totalidade da ideia expressa nesse ato, analisada em conjunto com a situação enunciativa criadora de referência. Salientamos que formulamos a concepção de que a enunciação do resumo concebida no plano global é marcada por certa *estabilidade de significação*, propriedade que determina a essência do gênero “resumo informativo”, porém, como postulamos a inter-relação entre os planos global e analítico, defendemos a ideia de que, embora os resumos mantenham certa proximidade entre si e com o texto-base, através das *ressintagmatizações* operadas no plano analítico,

pode-se dizer que se produz uma *ressemantização* ao nível do todo do texto do resumo, que é justamente a instauração de uma experiência de leitura, sempre singular.

Por sua vez, enquanto discurso, a enunciação se associa com o plano analítico, constituído por formas e por funções agenciadas pelo locutor-resumidor para produzir sentidos e referências, enunciando a sua posição subjetiva, da qual decorre o processo de *ressemantização* global. Nesse espaço, é possível ao analista enunciativo examinar as formas e os sentidos singulares que emergem do texto do resumo, através das relações de umas palavras com as outras na *ressintagmatização* no discurso.

Por fim, antes de delimitarmos nossos operadores de análise, metodologicamente falando, é necessário dizer que nos alinhamos ao paradigma indiciário, proposto pelo historiador italiano Carlo Ginzburg, uma vez que seu modelo se apoia na concepção de que, sendo a realidade opaca, alguns de seus *sinais* permitem “decifrá-la”, pois indícios, por mais mínimos que sejam, podem ser reveladores de fenômenos mais gerais. No texto “Sinais – raízes de um paradigma indiciário”, da coletânea “Mitos, emblemas e sinais – morfologia e história”, Ginzburg (1989) ressalta a importância de se trabalhar com um novo método interpretativo centrado nos *resíduos*, nos dados marginais que possam, eventualmente, ser considerados reveladores. O pesquisador, nessa perspectiva, poderia operar com pistas, sintomas e indícios, e não somente com aquilo que é aparente/explicito.

Valendo-se do paradigma indiciário, Duarte (1998) realizou um estudo sobre a produção textual de vestibulandos. No caso, tratava-se de candidatos que deveriam produzir uma redação a partir da leitura de pequenos trechos relativos ao assunto a ser desenvolvido, sendo que tais passagens expressavam diferentes pontos de vista sobre a questão. A hipótese de Duarte era de que as redações trariam marcas de intertextualidade, reveladoras dos distintos procedimentos de leitura utilizados pelos vestibulandos. A investigação do autor deixa claro que o dado singular pode ser um eficiente indício/sinal/pista para se estudar um objeto tão complexo como é a linguagem. A respeito da singularidade de certas ocorrências encontradas quando se investiga a relação entre sujeito e linguagem dentro da escola, diz Duarte (1998, p.62, grifo nosso):

Às vezes, um dado singular não tem aparentemente uma explicação para sua ocorrência; é idiossincrático, diferente e, muitas vezes, estranho. O trabalho do analista será o de justificar sua ocorrência, buscando compreender os fenômenos que estão por detrás dele. Para isso, é importante que a explicitação dos processos inerentes a esses fenômenos, ou seja, que a maneira como determinado dado possa ter aparecido seja

objeto de reflexão para o analista, cujo objetivo é justamente **tentar desvendar aquilo que é surpreendente em um dado singular.**

Ora, acreditamos que justificamos nossa opção por esse paradigma para nos guiar na análise de nosso corpus, visto que ele é perfeitamente coerente com a proposta enunciativa de linguagem que prima pela análise da singularidade dos dados. É justamente isso o que nos proporciona o modelo indiciário ao recuperar a possibilidade de examinar pormenores e marcas individuais presentes nas múltiplas atividades humanas, entre elas, a linguagem, permitindo lidar mais com as diferenças do que com as semelhanças. Nosso olhar enquanto pesquisadores-analistas, sob a lente enunciativa, não poderia ser outro: *destacar as diferenças* que há entre os textos dos alunos em relação ao texto-base e entre si, mais do que as semelhanças, que os aproximam, aproximação que se justifica dado que pertencem a um mesmo gênero do discurso. Em outras palavras, essas diferenças são possíveis de ser trazidas à luz, através da busca do pesquisador, em uma investigação “detetivesca”, por *pistas, detalhes, sinais, vestígios* nos textos dos resumos. Assim, *quais pistas interessam a nós, analistas dos resumos dos estudantes?* Apoiados na Teoria da Enunciação de Benveniste, no intuito de flagrar a presença do resumidor em seu texto, assinalando-se, via operações de *ressintagmatização-ressemantização*, como *sujeito*, vamos em busca de sinais, não aparentes, que permitem descortinar na análise de resumos a instauração da singularidade, fenômeno que seria inacessível à observação direta. É nesse sentido que os vestígios/sinais reveladores da singularidade enunciativa, imperceptíveis inicialmente, ganham *saliência* a partir da análise do pesquisador diante dos fatos de linguagem. Por esse motivo é que delimitamos como último operador de análise os *mecanismos enunciativos de saliência* que foram eleitos pelos resumidores para se singularizar em seu texto.

Em termos de síntese, propomos o seguinte quadro ilustrativo:

Quadro 3 – Operadores da análise enunciativa

Operadores enunciativos da análise
- enunciação como <i>ato</i> : relação locutor/alocutário (plano global), com vistas à totalidade da ideia percebida por uma compreensão global – processo de <i>ressemantização</i> global
- enunciação como <i>discurso</i> : reorganização das formas da língua no discurso do resumo (plano analítico) – processo de <i>ressintagmatização</i> , que produz a <i>ressemantização</i> no plano global.
- mecanismo enunciativo de saliência: procedimentos enunciativos empregados pelos resumidores que só podem ser descritos a partir de um exame das pistas deixadas pelo

locutor-resumidor que possam revelar sua singularidade no texto.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Como última observação, declaramos que não construímos categorias de análise *a priori*, visto que agir desse modo seria contraproducente com a lente teórica assumida neste estudo, que defende a singularidade do ato de enunciação. Coerente, assim, com nosso percurso teórico-metodológico, deixaremos os fatos de linguagem nos interrogar e, a cada texto em sua singularidade, exporemos os mecanismos enunciativos que adquirem saliência em cada discurso resumido.

Às vésperas de embarcarmos na desafiadora aventura de nos debruçarmos sobre o texto do resumo sob o lume da prazerosa leitura de Benveniste, nada melhor que encerrar este capítulo com as inspiradoras palavras de Normand, cujo brilho tolheria qualquer comentário que se fizesse a seu respeito:

Descobrir os desvios que toma a língua comum para permitir os efeitos de sentido mais precisos e mais singulares, as expressões felizes, como se diz, era também reencontrar a literatura, mas podia ser como linguista, que não se fia em sua intuição e em sua cultura, mas na precisão de uma análise das formas, do jogo de seus limites e possibilidades. [...] um locutor nem mesmo precisas forçar a língua (“trapacear”) para produzir efeitos de sentido surpreendentes e os enunciados mais comuns, cuja forma é esquecida até se tornar transparente, encerram uma potencialidade significante que a análise pode tornar visível rompendo a complexidade das formas.

6 ANÁLISE ENUNCIATIVA DO ATO DE RESUMIR TEXTOS EM CONTEXTO UNIVERSITÁRIO

Os poetas sempre souberam da rebeldia da palavra, de sua “resistência” em colocar-se sob os domínios daquele que a utiliza: ela diz mais ou diz menos, diz outra coisa; ela não cessa de produzir sentidos através do tempo, sentidos esses nunca acabados, jamais detidos.

Se, de um lado, não se pode realizar uma fala “satisfatória”, de outro lado, a palavra “justa” insiste em se dizer e é para encontrá-la que seguimos falando.
(Marlene Teixeira)

A epígrafe acima já denunciou, de modo perspicaz, o caráter esquivo, fugidio e insubmisso da significação na língua diante daquele que nela (se) (de)enuncia. Em consequência, a língua, tomada como instância de enunciação, segue traindo a vontade do locutor, subvertendo a aparente homogeneidade estrutural (propriedade essa alimentada constantemente pelos manuais de redação científica para a escrita do resumo), deixando à mostra os sintomas que nos levam a compreender a máxima de Henry (1992) segundo a qual a língua seria uma “ferramenta imperfeita”. Mas é exatamente essa *imperfeição* que confere à língua a plenitude do seu funcionamento para o alcance das funções que desempenha no meio humano: se a língua serve para *viver*, extrapola o controle daquele que dela faz uso para promover seu ato enunciativo.

Neste capítulo, como o próprio título indica, pretendemos analisar o ato de resumir textos dos dois alunos mencionados anteriormente, com o objetivo de evidenciar, através de nossa “escuta” enquanto pesquisadores-analistas, as singulares *ressemantizações* que foram produzidas, dada as irrepetíveis estruturas enunciativas constituídas pelo próprio ato, pela situação em que ele se realiza e pelos instrumentos de sua realização.

Nossa análise, no domínio da metassemântica, pretende contemplar a relação entre os planos global e analítico, sempre conjugando forma e sentido. Ou seja, na análise global, o sentido (totalidade da ideia apreendida por uma compreensão global) “repousa sobre as sintagmatizações entre unidades maiores (por exemplo, parágrafos entre si) e sobre a relação existente entre estas e as unidades menores, como períodos e palavras” (MELLO, 2012, p.98). Em contrapartida, quando nos ativermos ao plano analítico, ou seja, ao exame dos arranjos sintáticos e morfológicos do texto, seguindo as recomendações de Mello (2012), não podemos nos limitar somente à forma ou à relação forma-sentido dentro dessa esfera, visto que não podemos perder de vista o plano global, “pois é dentro dele e em função dele que o locutor organiza palavras e promove sintagmatizações” (MELLO, 2012, p.98).

Nessa perspectiva, deslocando para nosso objeto de pesquisa, intencionamos investigar na análise do plano global a totalidade da ideia do texto do resumo, investigando de que modo o sistema de valores da cultura se imprime na sintagmatização desse discurso.

Desse modo, unicamente para fins didáticos de leitura, iniciaremos nossa análise, conforme antecipado no capítulo anterior, pelo plano global, relativo à ideia global do texto, correlacionado ao ato e à situação em que ele se desenvolve. Como já aludido, nessa etapa ilustraremos, por meio de exemplos retirados dos resumos, nossa concepção de que a instância da cultura, que é constitutiva do processo de resumir, assume um estatuto de legitimação, já que uma certa “regulamentação” instaura um modo específico de o homem estar e se colocar no mundo.

Quando deslocamos essa questão para nosso objeto, é nítido o fato de que o processo de resumir textos na universidade é imbuído de um sistema simbólico-cultural, do que Benveniste (2005d, p.100) denomina de “semantismo social”, que permite a língua, quando atualizada em enunciação, fazer emergir “a variação da referência na estabilidade da significação”. Ou seja, se há, por um lado, um valor semiótico das unidades da língua, garantindo, assim, sua estabilidade de significação, há, de outro lado, a singularidade/irrepetibilidade da referência, que se inscreve em cada ato enunciativo. Se há algo de estável/repetível quando da apropriação do discurso do outro para resumir, valores esses que se imprimiram no sistema simbólico-cultural da universidade e da escola sobre o que significa resumir textos, há algo de único nessa atividade, visto que cada aluno estabelece “certa” relação de interpretância com o discurso do texto-base.

Por essa perspectiva, conforme já argumentamos, se os valores culturais estão entrelaçados à linguagem e se revelam, portanto, no uso da língua, quando o locutor-resumidor a emprega para realizar o ato de resumir na universidade, simultaneamente se instaura enquanto sujeito cultural, pois o que ele adquire “[...] aprendendo [...] a falar, é o mundo no qual ele vive na realidade, que a linguagem lhe dá e sobre qual ele aprende a agir” (BENVENISTE, 2005d, p.24).

Visto desse modo, se, por um lado, o sistema cultural regulamenta o ato de resumir, afirmando, por exemplo, que esse deve se caracterizar pela síntese das ideias principais do autor do texto-base e esses valores devem se imprimir na língua e, conseqüentemente, no discurso do resumir, em contrapartida a história do homem na linguagem, que vincula o individual e o social, permite ao homem singularizar suas experiências na linguagem com os

outros, na e pela sua enunciação, resumindo durante toda sua vida, e sempre de uma maneira nova.

Nesse sentido, levando em conta a referência atualizada nos diferentes resumos escritos pelos alunos como atravessada pela dimensão cultural impressa na língua, é relevante pensar os atos de resumir dos alunos com a consideração da estabilidade de significação constitutiva dos discursos sobre esse ato e a variação da referência presente no modo como cada locutor simboliza, em seu ato enunciativo, a relação que estabelece com o texto-base, com a língua-discurso do outro e com a sua própria língua. A regularidade e a particularidade estão envolvidas na intervenção sempre singular do homem no ato de linguagem: a primeira é motivada, como pontuamos, pelo sistema cultural que estabelece “normas” e “interdições” para a produção desse gênero, e a segunda ocorre mediante a subjetividade que acompanha o homem na sua vida *na, com e pela* linguagem.

Acreditamos que essas normas/regras, produzidas pela cultura, se correlacionam tanto com o nível global quanto com o nível analítico de nossa análise, uma vez que, ao nosso entender, a cultura é *transversal* a esses níveis, pois ela deixa suas marcas e seus traços nos vários níveis de organização da língua; sempre há valores culturais, enquanto conjunto de representações que os grupos de determinada sociedade constroem sobre o mundo, impressos em nosso discurso, como se este fosse sempre atravessado por um arco-íris (a cultura), para usar uma metáfora. Por estarem submetidos a esses ditames culturais, os alunos, em suas enunciações, se esforçam para produzir um texto que corresponda ao que chamamos de “ideal” do resumo, num esforço para recuperar os sentidos e as referências constituídos no discurso do texto-base. Tal esforço acarreta que os resumos, comparados no plano global entre si, apresentam mais semelhanças/regularidades do que diferenças/singularidades, embora, conforme evidenciaremos, irrompe, justamente pela inter-relação entre os planos global e analítico, o processo de *ressemantização* do resumo, que não é senão as singularidades produzidas a partir da apropriação do resumidor em seu texto.

Por sua vez, na investigação do plano analítico, vamos olhar para os resumos “rompendo a complexidade das formas”, como nos ensina Normand (2009a), na busca dos efeitos de sentido (*ressemantizações*) singulares promovidos pelo locutor-resumidor quando se constitui como sujeito à medida que resume.

Estamos cientes de que, como analistas de linguagem, não conseguiremos desnudar todas as formas nem desvendar todos os efeitos de sentido que emergem, uma vez que a “escuta” que aqui empreendemos também se caracteriza pela singularidade, de modo que

outras “escutas/leituras/análises” são possíveis, dependendo do ponto de vista assumido pelo pesquisador.

6.1 ANÁLISE DO PLANO GLOBAL DOS TEXTOS DOS RESUMOS

Como afirmado anteriormente, para análise do plano global devemos examinar a totalidade da ideia apreendida por uma compreensão global do texto, relativa à constituição do ato e da situação de discurso. Levemos em conta, primeiramente, o ato enunciativo que se realiza nestes dois resumos sobre o artigo de opinião “A vida se faz nas marcas”, de Eliane Brum. Nesse ato, estão implicados um *eu*, que resume (sob sua ótica) um *ele* (referências do texto lido) a um *tu*, num aqui-agora específicos, a sala de aula do PAG. Esses lugares estão preenchidos pelo locutor-aluno, pelo professor do PAG-interlocutor e demais leitores e pelo texto-base. O locutor, assim, é um *eu* que deseja mostrar ao seu interlocutor e também à instância da cultura acadêmica que apreendeu os modos sociais de enunciar no ato de resumir, simbolizando esses valores através da resintagmatização de palavras no discurso que servem para instaurá-lo como sujeito nesse espaço da cultura enquanto lugar de enunciação por indivíduos que possuem papéis sociais, status e funções e eles relacionados. Por sua vez, o principal alocutário, que é o professor da oficina, se situa como o *tu* que espera dos alunos a aquisição das competências linguístico-culturais envolvidas no ato de resumir, ainda que durante o processo de escrita possam surgir naturais dificuldades.

Dessa forma, o discurso escrito do resumidor, enquanto locutor que se apropria do discurso alheio para enunciar, revela o resultado de seu ato correferencial de leitura para possibilitar ao seu leitor correferir, visto que “é dialogando com discursos (ouvindo e lendo) e produzindo discursos (falando e escrevendo) que o homem pode reencontrar a língua com seu aparato simbólico, pois de outro modo não teria como estar na linguagem” (SILVA, 2014, p.98).

A presença do locutor e do interlocutor não é marcada linguisticamente no texto por meio de índices específicos, como pronomes pessoais, por exemplo, o que certamente não é um mero acaso. Sabemos que o texto do resumo é, nos quadros da instância cultural, inserido como aquele que prima pela objetividade, fidelidade, concisão etc. do locutor desse texto, e o emprego desses pronomes acarretaria efeitos de sentido opostos aos que a cultura acadêmico-escolar regulamenta sobre a prática de resumir textos.

Desse modo, os princípios teórico-metodológicos seis e sete – 6) *todo texto, seja escrito ou oral, por advir de um ato de enunciação, singulariza uma língua, que carrega interpretações constituídas no âmbito da cultura* e 7) *o texto manifesta em sua linearidade traços/efeitos das relações indissociáveis entre o homem, a linguagem/a língua e a sociedade/a cultura* – se marcam explicitamente aqui, através do “esforço” do locutor-resumidor em não empregar índices que revelassem nitidamente a sua presença e a do interlocutor no texto. Os alunos, dessa maneira, se servem de artifícios que remetem à terceira pessoa (a articulista Eliane Brum), como é o caso de “a premiada autora Eliane Brum versa [...]” (texto 1, l.1), “[a autora] sugere [...]” (texto 1, l.13), “para Brum” (texto 2, l.11), “a crítica da autora” (texto 2, l.15). Ora, sabemos que as finalidades dos gêneros acadêmicos, entre eles o resumo informativo, impõem que, em maior ou menor medida, o discurso do outro seja incorporado à escrita, uma vez que reproduzir a palavra do outro é uma imposição (diga-se de passagem, cultural) desses gêneros. Por isso, os alunos-resumidores precisam a todo o momento em seus respectivos textos marcar que aquilo que está sendo expresso pertence à autora do texto-base. Algumas dessas marcas são as que acabamos de referir, formas que remontam ao que de estável/repetível deve apresentar um resumo da esfera acadêmica e que gozam de prestígio nessa cultura, pois marcam o distanciamento da fala do aluno daquela da autora do texto-base, testemunhando a importância que a convocação do discurso do outro tem na escrita nesse contexto de ensino.

Uma vez que a função do resumo é a de apresentar as ideias do texto-base sem se posicionar sobre elas, o uso desse tipo de introdução da fala do outro parece adequado ao propósito do gênero, contribuindo para que se produza um efeito de imparcialidade por parte do aluno-resumidor. Neste momento, é pertinente enunciar que constatamos, nos dois textos analisados, que em alguns momentos os alunos não traçavam claramente os limites do que faz parte da enunciação de um e de outro, justamente em um texto que deve primar pela delimitação das vozes. Esse aspecto será mais bem exposto na etapa de análise do plano analítico.

Cabe lembrar que, para Benveniste (2006a, p.84, grifo nosso), “desde que ele [locutor] se declara como locutor, ele implanta o outro diante de si, **qualquer que seja o grau de presença que ele atribua a este outro**”. Assim, ainda que esteja velada a presença dos locutores no ato de resumir, consequência do sistema cultural que institui o que tem e o que não tem sentido, não é possível negar que o aluno projeta uma imagem de alocutário, o professor, como aquele que, gozando de legitimidade, está apto a formular juízos de valor

sobre o texto do resumo. Apesar do mecanismo estruturante desses textos ser a não-pessoa, a intersubjetividade, pois, constitutiva de todo ato de enunciação, se faz presente igualmente no ato de resumir através da tentativa do aluno de construir um resumo que seja compreensível por si mesmo (autônomo), a fim de possibilitar que o professor e os demais leitores, no momento da leitura, não precisem resgatar o texto-base para compreender sobre o que ele trata.

É importante destacar que isso vem ao encontro do princípio do texto como índice global de subjetividade, pois o locutor se inscreve em seu texto e, ao fazer uso da palavra para resumir, implanta diante de si o alocutário, ainda que não hajam, como pontuamos, no texto do resumo dos alunos, índices específicos que apontem para ou identifiquem a presença dos locutores. Conforme mostraremos na análise do plano analítico dos textos, na concretização do ato enunciativo de resumir, o locutor vale-se de procedimentos acessórios – *ressintagmatizações* – por meio dos quais pode ser flagrada a sua presença como *eu* que resume e, porque resume, se constitui como sujeito.

Ao falarmos da situação em que se realiza o ato de enunciação do qual resulta o texto do resumo, partimos do pressuposto benvenistiano de que a referência não é apriorística, mas construída no momento da concepção do texto, ou seja, no discurso. Devemos lembrar que “É ‘ego’ quem *diz* ‘ego’”, e, assim dizendo, o ato proferido por *eu* organiza tudo ao seu redor, tempo e espaço, submetendo à língua inteira à enunciação. Assim, como dissemos anteriormente, concebemos que a proposta inscrita no PAG – Projeto Língua Portuguesa: Leitura e Produção de Textos para o módulo “Resumo” é “o estado de coisas” / “a situação de discurso” a que se reporta o texto do resumo do aluno, isto é, a aula em que tematizamos o resumo informativo constitui o conjunto de circunstâncias que encaminha o locutor-resumidor a simbolizar o texto-base sob a forma de um resumo informativo. O texto do resumo, assim, assinala “essa certa relação com o mundo”, reproduzindo a experiência da leitura do texto-base, reprodução essa que não pode ser identificada senão pelos protagonistas da comunicação intersubjetiva em sala de aula: os alunos e o professor. É nessa relação discursiva que se fundamentam e se tornam interdependentes referência e intersubjetividade na enunciação.

Sendo assim, o locutor-resumidor escreve sobre o texto-base (o fato de que vivemos por causa das marcas da vida e não apesar das marcas), tentando registrar, com a maior fidelidade possível, as principais ideias do autor do texto-base. No entanto, ao resumi-lo, ele o faz imprimindo a leitura – sempre singular – que realizou. E é justamente essa experiência de

leitura efetuada que o aluno visa a partilhar com o alocutário-professor e demais leitores, com o objetivo de lhes comprovar e à instância cultural regulamentadora que sua capacidade de síntese objetiva foi demonstrada.

É interessante observar e destacar que, na análise do plano global e analítico dos resumos, é possível deixar evidente que o ato de resumir textos na universidade está enraizado na história e na cultura, tirando daí seus sentidos e valores, aos quais alguns podem ser citados: “objetividade”, “concisão”, “fidelidade” etc. Embebidos dessa cultura acadêmica que define o que caracteriza e o que não caracteriza o gênero resumo, dando *forma, sentido e conteúdo* a ele, os alunos se empenham em constituir-se como porta-vozes das ideias do texto-base, conduzindo, assim, a elaboração de resumos semelhantes, no que se refere à ideia (sentido) global do texto-base: ambos conseguem expressar a ideia central (tese) do texto-base: *a questão de que o ser humano, ao invés de viver apesar do vivido, deve viver por causa do vivido, constituindo-se através das marcas que lhe assinalam na vida*. Dessa maneira, pode-se afirmar que os textos de resumos assumem uma certa relação de *repetibilidade* entre si, o que vai ao encontro da ideia de que a língua realiza-se dentro de certos quadros culturais e que, portanto, o ato de resumir não escapa a isso, entrelaçando homem, língua e cultura, graças à faculdade simbolizante da linguagem. Produz-se, em decorrência disso, a *ilusão* de que os resumos dos alunos tenham apenas reproduzido a semantização do discurso da autora do texto “A vida se faz nas marcas”. Atentem: como frisamos, trata-se de um disfarce, cabendo-nos desmascarar, através do exame dos *mecanismos salientes* em cada um dos textos, para que se possa reconhecer, ao lado do aspecto “repetível” com o qual não discordamos, uma vez que a cultura constitui o homem desde que ele adquire sua língua materna, o espaço de constituição singular do locutor que (*se*) resume nos textos.

Por conseguinte, afirmamos que os alunos recuperaram, em seus textos, a ideia global do texto-base de Eliane Brum. A título de comprovação disso que estamos afirmando, citemos passagens dos textos dos alunos que sirvam para ilustrar os efeitos que os valores culturais acadêmicos imprimiram sobre a enunciação escrita do aluno: no primeiro resumo (p.141), a aluna expressa, ratificando que compreendeu o tema de argumentação do texto-base, que “seu objetivo [do artigo de Brum] é mostrar que elas [as marcas] constituem o ser humano” (l.3), “o importante é o que se faz com o trauma e não ele em si mesmo” (l.10-11), “não existem sobreviventes, haja vista ser somente possível viver por causa do vivido” (l.13-14), “a vida só é possível não se apagando o inapagável, mas transformando-a em algo com que se possa viver” (l.17-18), “uma nova vida só é possível quando contém a anterior e a sua quebra, esta

dando sentido àquela” (l.25-26), “a solução é criarmos algo vivo com nossas marcas de morte” (l.27-28) etc. No segundo resumo (p.142), o aluno igualmente manifesta explicitamente, através de marcas linguísticas em seu texto, que houve a identificação clara da tese do autor do texto-base: “as marcas emergem de nós, primeiramente, como algo que não pode ser descrito, para que mais adiante possamos transformá-las em algo que nos possibilite e nos dê forças para viver” (l.12-14), “a crítica da autora refere-se à impossibilidade de algumas pessoas conviverem com seus traumas, em suportá-los, sacrificando todas as chances de seguirem suas vidas normalmente, de acreditarem na ilusão de uma vida sem tais marcas, sejam elas corpóreas, sejam elas psíquicas” (l.15-18) etc.

Através da ilustração dessas *ressintagmatizações* promovidas pelos alunos-resumidores, foi possível demonstrar nossa tese de que a instância cultural, de fato, é constitutiva da produção de textos, principalmente, dos resumos, cumprindo a função de balizar a sua produção e impingindo aos alunos o desafio de reproduzirem as ideias principais do autor do texto-base. Observamos, acima, que isso ocorreu, pois os dois alunos, através de diferentes *ressintagmatizações* e em lugares do texto também diferentes, expressaram a totalidade da ideia do texto-base. Ou seja, o objetivo maior do resumo de apresentar, com suas próprias palavras, a síntese das ideias relevantes de outro texto foi apresentado pelos alunos, produzindo, assim, um efeito de sentido de “fidelidade”, que é peculiar do modo como a cultura simbolizou o ato de resumir, ou seja, do modo como esse gênero se constitui em nossa cultura; isso atesta que os estudantes, além de estarem em uma relação de alteridade com o seu interlocutor, firmam um “diálogo” com a instância cultural. Por conseguinte, percebemos, quando de nossa “escuta” do plano global e também do analítico dos textos resumidos, uma forte preocupação dos alunos com a retomada da ideia principal (tese) do texto-base e uma responsabilidade para com as palavras do autor, o que provoca a ilusão de imparcialidade por parte do aluno-resumidor.

Podemos dizer, então, que o que estamos pondo em destaque, aqui, é certa *repetibilidade* (proximidade dos sentidos e das referências) dos resumos, tanto no que se refere às relações que eles estabelecem entre si quanto às relações com o texto-base. Nossas observações podem ser corroboradas a partir do exame de algumas marcas nos textos que evidenciam a dedicação do resumidor para com os sentidos expressos no texto-base. Vamos a elas.

No texto 1 (p.141), a título de ilustração, a informante, ao descrever que o objetivo de Eliane Brum é “mostrar que as marcas constituem o ser humano”, emprega o advérbio

avaliativo “lamentavelmente” (l.4) para assinalar que, segundo Brum, é lamentável que os seres humanos rejeitem as marcas constitutivas em suas vidas. O sintomático disso é que esse modalizador está presente no texto-base sob a forma verbal “lamento”, quando a articulista deseja expressar seu lamento de que “as vidas não querem ser assinaladas pela vida”. Ou seja, o advérbio utilizado pelo aluno atesta seu esforço em reproduzir a mesma ideia do texto-base, ainda que, guiados pelas pegadas enunciativas, saibamos que a língua constituída na enunciação não admite senão *reproduções*.

Revelador também, no que se refere ao primeiro texto, é a utilização do substantivo “codificação” (l.5) que está acompanhado do adjetivo “negativa” (l.5), no início do segundo parágrafo em que o resumidor traz a ideia encontrada no texto-base de que as marcas da vida são decodificadas como feias justamente pelo fato (causa) de termos tanto medo da velhice e da morte. Ora, no texto-base, assim, o locutor se valeu do uso da palavra “decodificadas” para assinalar que, devido ao fato de vivermos numa época, que não quer ser marcada, essas marcas são interpretadas (decodificadas) como feias. Observa-se, pois, a tentativa da informante de registrar adequadamente esse sentido, através do emprego de duas palavras – “codificação” e “negativa” - que se assemelham àquelas usadas no texto-base – “é tamanho o nosso medo da velhice e da morte, que as marcas da vida vivida são **decodificadas** como **feias, quase repugnantes.**” Como último exemplo do texto 1 que recupero aqui para evidenciar os efeitos culturais na escrita da informante, destaco a *reutilização* do adjetivo “traumático” (l.10) pela aluna, tendo em vista que a mesma forma fora empregada pela autora do texto-base ao expressar a ideia de que qualquer contrariedade no script diário constitui-se como algo traumático. No entanto, é importante perceber que, enquanto no texto-base a forma “traumático” aparece como predicativo do sujeito “tudo” (“passamos a achar que tudo é terrivelmente traumático”) e a derrapada no script diário é assinalada como uma “catástrofe”, no texto do resumo o locutor-resumidor *ressintagmatiza* da seguinte forma: “[...] tudo o que estiver abarcado fora do “script” diário como traumático [...]” (l.9-10). Ou seja, essa *ressintagmatização* operada pela informante confere singularidade ao ato, visto que, embora ela tenha se utilizado de uma forma presente em outro texto, e aí reside o efeito de repetibilidade, atualiza-a, deslocando de seu contexto linguístico original, o que produz uma mudança semântica em relação ao texto-base.

Em relação ao texto 2 (p.142), constatamos a presença de muitas marcas que servem para revelar a instauração do sujeito na linguagem, não obstante ainda não nos fixaremos nelas, uma vez que nosso olhar, neste momento, se dirige para as estabilidades de sentido.

Como exemplo disso, sublinhamos a seguinte *ressintagmatização* “[...] as marcas emergem de nós, primeiramente, como algo que não pode ser descrito, para que mais adiante possamos transformá-las em algo que nos possibilite e nos dê forças para viver” (l.12-14), a qual se aproxima, muito em termos de sentido, da sintagmatização expressa no texto-base: “E penso que as marcas se inscrevem em nós primeiro como algo indizível. E depois as transformamos em outra coisa que nos dá a possibilidade de viver”. Além de os sentidos se aproximarem, a própria organização sintática dos dois períodos se assemelha (há o que podemos cunhar de “parentesco sintático”), o que evidencia o extremo cuidado do aluno em empregar uma configuração sintática que lembra aquela do outro texto para que o sentido produzido seja aquele atribuído pela articulista, ou seja, para que a ideia / “mensagem” não se perca. O aluno, então, produziu, segundo nosso ponto de vista, uma paráfrase, esta compreendida, nos termos da tradição retórica e literária trazidos por Fuchs (1985, p.133, grifo nosso), como “uma atividade efetiva de **reformulação** pela qual o locutor restaura (bem ou mal, na totalidade ou em parte, fielmente ou não) o conteúdo de um texto-fonte sob a forma de um texto segundo”. Segundo nosso modo de olhar, acreditamos poder aproximar a “atividade de reformulação” citada acima da operação da *ressintagmatização*, termo cunhado por nós para referir ao ato-processo metalinguístico do locutor-resumidor em sua busca (ilusória) pelas palavras e construções sintáticas que digam o mesmo que o texto-base. A própria noção de *ressintagmatizar* desfaz a possibilidade de uma identidade pura e simples de sentido entre o texto original e o que deriva dele – o resumo.

Assim, não há como contestar que, sim, se produz um movimento de “certa” equivalência de sentidos entre esses dois períodos, sempre salientando que isso é fruto/efeito da inscrição do sistema cultural que determina que o gênero “resumo informativo” apresente características/atributos que o levem a ser reconhecido como tal, sob a pena de descaracterizar a especificidade desse gênero de discurso. Desse modo, percebemos nitidamente que o que foi inculcado ao aluno sobre o que representa resumir um texto na cultura acadêmico-escolar exerce a função de *orientador* do processo/ato de se resumir textos vida afora. Aqui, a definição que Benveniste apresenta de cultura reforça nossa reflexão:

Chamo cultura ao meio humano, tudo o que, do outro lado das funções biológicas, dá à vida e à atividade humanas forma, sentido e conteúdo. A cultura é inerente à sociedade dos homens, qualquer que seja o nível de civilização. **Consiste numa multidão de noções e de prescrições, e também em interdições específicas; o que uma cultura proíbe a caracteriza ao menos tanto quanto aquilo que prescreve.** (BENVENISTE, 2005d, p.31-32, grifo nosso)

Ora, não é justamente a questão das noções, das prescrições e das interdições que constituem a cultura, como nos ensina Benveniste, que comparecem na produção escrita do resumo informativo? Essa restrição de liberdade pela qual passa o aluno-resumidor se deve precisamente ao fato de que existem normas e também proibições para o ato de resumir, cabendo a ele se portar, em seu ato de enunciação, de um determinado modo e não de outro no ato de resumir o texto-base. Em síntese, a cultura exerce, pois, a função de dar forma, sentido e conteúdo ao texto do resumo do aluno, para que ele atenda, de fato, aos propósitos do gênero requerido.

O comprometimento do resumidor para com o texto-base se assinala, por exemplo, através do emprego de uma mesma forma linguística, mas a *ressintagmatização* por ele operada produz a *ressemantização* no discurso do resumo; isso quer dizer que, através dessas *ressintagmatizações*, o aluno representa a sua *experiência de leitura* do texto-base, ainda que haja, de certo modo, um empenho, por parte dele, pelo controle das interpretações que irão surgir a partir de seu ato de resumir as ideias do original. Logo, a disputa entre a singularidade do homem na língua e a tentativa de objetividade peculiar à produção desse gênero na cultura acadêmica se descortina, de forma iniludível, nesse processo de enunciação.

É necessário salientar que nosso objetivo ao tecer comentários sobre a experiência de leitura e de escrita do aluno não é a de formular juízos de valor sobre a sua capacidade interpretativa, uma vez que a problematização é outra. Nossas inquietações derivam da procura pelo modo singular de cada aluno se *historicizar* na enunciação do ato de resumir, instigados pela formulação de Benveniste, em *Estruturalismo e Linguística* (BENVENISTE, 2006f), de que “cada locutor fabrica sua língua”, cabendo a nós, como discípulos benvenistianos, procurar respostas para o modo como essa “fabricação” de língua ocorre. Ora, se “todo homem inventa sua língua e a inventa durante toda sua vida” (BENVENISTE, 2006f, p.18), essa experiência do homem, que não é senão a experiência de simbolizar o mundo, é *reinventada*, ou melhor, *ressemantizada* a cada situação enunciativa, possibilitando ao locutor-aluno-resumidor, sob a condição da intersubjetividade, *historicizar-se* no seu próprio discurso. Nessa linha, o ato de *ressintagmatizar-ressemantizar* o discurso do outro, fundamento da atividade de resumir, significa assumir, à moda benvenistiana, que cada resumidor, na passagem da pura língua ao discurso, *inventa, historiciza, singulariza* a língua, experienciando, assim, o fato de que nem sempre foi falante e escrevente e que, portanto, deve continuamente produzir histórias de enunciações, assinalando a sua subjetividade que lhe permite viver em comunhão com seus pares na cultura acadêmica.

Além de todo o exposto, é válido comentar que, à exceção de algumas expressões como “[...] sugere que não existem sobreviventes” (texto 1, l.13), “a crítica da autora refere-se [...]” (texto 2, l.15), “a escritora compreende [...]” (texto 2, l.18), denotativas do processo argumentativo realizado pelo autora do texto-base, as demais formas de introdução e incorporação do discurso do outro primam pela retomada do produto da enunciação – enunciado – em detrimento do ato de enunciação concretizado por Brum. Não parece absurdo afirmar, por conseguinte, que os dois informantes leem o enunciado ou, se quisermos utilizar outros termos, o conteúdo do texto, não estando em pauta o próprio ato de “colocar a língua em funcionamento por um ato individual de utilização” (BENVENISTE, 2006a, p.82).

Comprovamos, na análise enunciativa que empreendemos do plano global dos textos dos alunos, a argumentação de Benveniste de que a língua não está separada de sua função cultural. Nesse sentido, o dispositivo trinitário (eu-tu/ele)-ELE, formulado por Silva (2009) para explicar a aquisição da linguagem pela criança nos é muito eficaz para elucidar o que está em jogo no ato de resumir textos na esfera acadêmica. A reflexão acerca do sujeito constituído na/pela linguagem fez com que a autora considerasse três instâncias conjuntas de funcionamento da intersubjetividade como condição da linguagem e do homem: uma relação homem/homem na cultura, uma relação locutor/alocutário no diálogo que estrutura a enunciação e uma relação *eu-tu* constituída pelas formas marcadas no discurso. Por isso, o ato de enunciar pressupõe a presença simultânea de um sujeito *cultural*, de um sujeito da *alocução* e de um sujeito *linguístico-enunciativo*. Ora, o ato de resumir enquanto enunciação que coloca em jogo a intersubjetividade e a referência constituída no discurso faculta a constituição desses sujeitos na simultaneidade.

Por meio desses breves exemplos, constatou-se que o modo de o aluno-resumidor atualizar as formas no discurso, pela necessidade de referir para o outro de sua alocução, revela os valores culturais constitutivos desse ato com noções, prescrições e interdições, que também estão em processo de apropriação pelo aluno que recém chega à universidade - valores que advêm da sociedade dos homens onde o locutor-resumidor se encontra, a partir de agora, imerso.

Como o que está em foco aqui são os efeitos da instância da cultura (ELE) na linearidade do dizer dos alunos, após ilustrarmos alguns desses efeitos, podemos afirmar, com base em Benveniste, que é na e pela linguagem que o locutor-resumidor manifesta esse simbolismo cultural, que articula homem, língua e cultura em uma relação de tríplice aliança. Nesse sentido, como a relação homem-homem na universidade é atravessada pela dimensão

cultural, constitutiva dessa relação intersubjetiva, o sistema de valores culturais é constitutivo do locutor em seu exercício de resumir, conforme mostramos nessa seção em que, seja através do uso de formas que remetiam diretamente ao discurso do locutor do texto-base seja por meio de reemprego de formas que já estavam presentes no outro discurso, houve um esforço de cada aluno em constitui-se como sujeito inserido em um sistema de referências culturais na/da academia. Isso mostra o sujeito como um *efeito de linguagem*, ou seja, a língua enquanto sistema simbólico constituído por valores culturais lhe coloca a imposição de enunciar o mundo de determinado modo e não de outro, ou seja, o ato de resumir na esfera acadêmica tem impregnado valores culturais, cuja ausência constitui a descaracterização do gênero “resumo informativo”.

As sutis (e significativas!) diferenças de sentido entre os resumos serão observadas agora, quando nos ativermos ao exame do plano analítico dos textos que, como já mencionamos, acreditamos ser o nível em que a singularidade do resumidor se faz mostrar através das *ressintagmatizações* que promove em seu texto, para que se produza a *ressemantização* global do discurso do outro. Sendo assim, acreditamos que as reorganizações sintáticas em que as palavras agem sobre as outras no nível analítico reverberam no global, produzindo o processo que cunhamos de *ressemantização global* como um ato de apropriação do leitor-resumidor que atualiza o texto-base a partir de sua experiência de leitura sobre ele.

Antes de seguirmos, é necessário esclarecer que o fato de, no plano global, os resumos informativos, segundo mostramos, se colocarem em uma relação de semelhança entre si e com o texto-base não anula a validade do conceito de *ressemantização*, por nós teorizado no capítulo 4. Esse conceito, fruto da instauração da singularidade do resumidor em sua enunciação, se operacionaliza, de forma muito eficiente, quando desnudamos o plano analítico dos textos, em uma análise que conjuga sempre forma e sentido.

Passamos, pois, para o próximo nível de nossa análise.

6.2 ANÁLISE DO PLANO ANALÍTICO DOS TEXTOS DOS RESUMOS

Concluída a análise do plano global dos textos apresentados e constatada certa semelhança de sentidos deles entre si e na relação com o texto-base, derivada dos efeitos do sistema cultural acadêmico em sua tarefa de moldar o homem ao imprimir certos valores na língua, interditando outros, seguimos, neste momento, para o exame do plano analítico, descrevendo os mecanismos enunciativos que emergem da análise dos textos de cada um dos

resumidores para constituírem-se como sujeitos em seus discursos. Conforme mostramos no capítulo 4, os valores da concisão, da imparcialidade, da brevidade etc., são cultivados e valorizados pela esfera acadêmica para a produção discursiva do gênero “resumo informativo”, e essas propriedades podem ser visualizadas nos dois resumos selecionados, o que comprova que os alunos são submetidos aos valores culturais que presidem a utilização da língua nos distintos contextos de enunciação e se esforçam para segui-los em suas produções de linguagem.

Como a criança, quando apreende a língua, “o que ela aprende, na verdade, não é o exercício de uma faculdade ‘natural’, é o mundo do homem” (BENVENISTE, 2006f, p.11), podemos afirmar que, nas instâncias de ensino de língua materna em contexto universitário, como é o caso do PAG-Leitura e Produção de Textos, o que o aluno aprende, então, é o mundo do homem na esfera acadêmica, o que lhe possibilita instanciar-se na cultura que o constitui e que é constituída por ele. Dessa maneira, a grande problemática, aqui, girou em torno da temática da aprendizagem da língua materna, principalmente da escrita acadêmica pelo aluno que ingressa no Ensino Superior, uma vez que ele precisa, a cada enunciação na universidade, renovar sua relação com a língua, aprendendo novos usos que pode fazer dela, de modo a constituir-se como *sujeito interpretante* no seio daquela cultura.

É justamente isso que está em jogo quando os alunos se encontram diante da tarefa de produzir resumos informativos no projeto acima mencionado: trata-se de uma situação em que, a partir da produção de gêneros acadêmicos, eles têm a oportunidade de produzir uma nova relação com a língua, marcando a continuidade de uma história de enunciações com o gênero resumo durante sua jornada na universidade. É a continuação dessa história que começamos a “escutar” na análise do plano global, observando as estabilidades das significações nos textos dos discentes. O momento agora é continuar essa “escuta”, porém no sentido de explorar a singularidade que emerge em cada um dos resumos, através das relações de forma e sentido construídas pelos resumidores.

No sentido de preparar o terreno para o exame das relações – singulares – de forma e sentido que se descortinam nos textos dos alunos, ousamos afirmar que o ato de resumir textos, processo que entrelaça a escrita com a leitura, é da ordem do não-sabido, ou seja, que foge à previsibilidade, o que, ao nosso entender, dialoga com a tese benvenistiana da singularidade do homem na língua, que fabrica a sua língua a vida toda, constituindo a experiência humana na linguagem. Quem nos inspirou nessa ousadia foi a autora Simone

Rickes (1998, p.40-41, grifo do autor), que situa suas reflexões no campo da psicanálise, para quem

Poderíamos dizer que após a escrita do texto o sujeito não resta no mesmo lugar, algo de seu texto fez marca nele [...] Mas isso só é possível de se fazer ver num *a posteriori*, não está dado antes da escrita. Nesse sentido escrever comporta um certo risco, nunca se sabe muito bem, de antemão, o que disso vai resultar em termos de texto, nem tampouco como se vai sair dessa experiência.

Ora, é justamente isso que a escrita faz em cada um de nós: produz marcas. Sob esse prisma, não podemos mais conceber a ideia de que o aluno-resumidor já sabe, *a priori*, o que vai resultar desse ato, visto que não se pode programar o que vai ser escrito. O texto do resumo, pois, vai ganhando vida no próprio processo de escrevê-lo, de enunciá-lo, constituindo a experiência do aluno enquanto leitor e escrevente que renova a sua relação com a língua, na medida em que se historiciza no seu discurso. Consideramos que, ao final do processo, *algo de seu texto fez marca nele*, visto que a experiência da linguagem é a da significação, que permite ao homem falante-leitor-escrevente experienciar-se vivendo na linguagem por meio da enunciação de textos, sejam eles orais ou escritos.

Contrariamente à nossa análise do plano global dos textos, em que dispusemos os resumos na íntegra e, após isso, realizamos os comentários acerca deles, neste momento, no exame das *ressintagmatizações* no plano analítico, procederemos com recortes, com o intuito de focalizar as relações de forma e sentido que contribuem para a *ressemantização* que dali decorre. Assim, uma vez lidos os resumos na sua completude, procedemos ao recorte das passagens textuais em que a presença *interpretante* do locutor-resumidor se faz notar, considerando sobretudo a relação entre o plano global (a organização do todo do texto do resumo) e o plano analítico (o funcionamento do segmento em questão, no que tange à relação entre forma e sentido).

O que apresentamos nos itens a seguir são, então, passagens de cada um dos resumos que servem de corpus ao nosso trabalho. A delimitação desses recortes parte dos procedimentos e critérios de análise desenvolvidos por Benveniste em *Os níveis da análise linguística* (BENVENISTE, 2005c). Situados no nível textual, segmentamos em uma porção menor as passagens que contém as *ressintagmatizações* que queremos observar, considerando sempre a relação entre forma e sentido. Atentando para as relações de convivência e conivência entre as palavras, em um jogo que considera a “arquitetura singular das partes e do todo” (BENVENISTE, 2005c, p.127), a unidade por nós delimitada busca satisfazer,

conforme orienta Benveniste, a condição linguística do sentido. Como assegura o autor, “o sentido inerente a esse todo é repartido entre o conjunto dos constituintes” (BENVENISTE, 2005c, p.132), de modo que tal operação permite apreendermos os sentidos que as *ressintagmatizações* no plano analítico promovem nas passagens em que se encontram inseridas. Operamos, portanto, com os procedimentos de sintagmatização e semantização, porque, para ver como a *ressemantização* atualizada no resumo do aluno se converte em palavras, é preciso observar o *reagenciamento* de palavras, ou seja, a relação de umas palavras com as outras.

Passemos, então, a “escutar” as singularidades desses que reclamam um espaço de constituição na língua para situar seu papel enquanto locutor no discurso e, por conseguinte, se historicizar no ato de resumir textos na esfera universitária, pois o caráter da unicidade presente no ato enunciativo cria no locutor a certeza de que o que está por vir será sempre o novo, o que não se repete, ainda que, como é o exemplo do resumo, o discurso ressemantizado tenha a pretensão de reproduzir as referências do discurso-base. Começemos pelo texto 1.

6.2.1 Mecanismos enunciativos salientes do resumo 1 (informante Jéssica)

Na observação e análise dos dois resumos, emergiram o que estamos nomeando como mecanismos enunciativos de saliência, quais sejam:

- a) mecanismo de retomada de formas do texto-base com novas integrações de constituintes e distintas combinações - operação atualizada pelo resumidor em que ele, ao mesmo tempo que retoma formas já presentes no texto-base, integra constituintes, produzindo, desse modo, uma forma derivada daquela que aparece no discurso-base;
- b) mecanismo de inserção de formas avaliativas com “gestos” interpretantes dos sentidos do texto-base – operação na qual o resumidor insere em seu texto uma forma com teor avaliativo, que resgata sentidos construídos no texto-base;
- c) mecanismo de marcação da pessoa ampliada (nós) em momentos de retomada e renovação dos sentidos do texto-base – emprego do “nós” inclusivo para expressar a posição do resumidor de promover uma comunhão com o interlocutor, de forma a fazer este aderir ao discurso veiculado no texto-base de que vivemos em função de nossas marcas;

- d) mecanismo de apagamento das fronteiras entre a não-pessoa (ele), marcada como “eu” no texto-base, e a pessoa-subjetiva do texto do resumo – operação enunciativa na qual ocorre a falta de delimitação entre o que pertence ao dizer do locutor do texto-base e o que pertence ao do locutor-resumidor (aluno);
- e) mecanismo de ressintagmatização: operação enunciativa de criação de novas proposições no texto do resumo a partir de outras dadas no texto-base – tal como já bem sintetizado em sua nomeação, trata-se de uma operação em que há um novo agenciamento de formas no discurso do resumo, a partir de enunciados dados no texto-base;
- f) mecanismo de modalidade do aparelho de funções – operação enunciativa por meio da qual o locutor-resumidor projeta no enunciado seu grau de comprometimento com aquilo que diz, de modo a influenciar o comportamento do alocutário;
- g) mecanismo de formalização da escrita – operação na qual o locutor redige seu texto de acordo com a modalidade formal escrita da língua. Isto significa a utilização de formas do registro culto da língua, presença de expressões latinas e preocupação com o não uso de marcas de oralidade;
- h) mecanismo de inserção de novas asserções – operação na qual o locutor-resumidor acrescenta proposições no texto do resumo, não presentes no texto-base, com fins de contextualizar o leitor acerca da temática abordada no texto-base e orientá-lo para a produção de sentidos. Marca-se, desse modo, a intersubjetividade do ato de resumir;
- i) mecanismo interpretante dos valores sociais – operação enunciativa em que o resumidor utiliza a língua para se colocar, via discurso, na posição de interpretante dos valores vigentes na sociedade atual;
- j) mecanismo de caracterização da autora do texto-base – operação enunciativa em que o locutor-resumidor emprega formas qualificadoras para o locutor do texto-base, de modo a mostrar ao leitor a credibilidade de que goza Eliane Brum.

Passemos ao plano analítico dos excertos do resumo da informante Jéssica e aos mecanismos enunciativos que emergiram do nosso “olhar” sobre esses fatos enunciativos.

Na análise da primeira passagem do resumo 1 (p.141), tornaram-se salientes os mecanismos enunciativos que intitulamos como: *mecanismo da pessoa ampliada (“nós”) em momentos de retomada e renovação dos sentidos do texto-base, mecanismo de retomada de formas do texto-base com novas integrações de constituintes e distintas combinações,*

mecanismo de modalidade do aparelho de funções e mecanismo de inserção de formas avaliativas com “gestos” interpretantes dos sentidos do texto-base.

A premiada autora Eliane Brum versa, em sua coluna na revista *Época*, no texto “A vida se faz nas marcas”, sobre as marcas inscritas no corpo e na alma, em virtude das quais vivemos. Seu objetivo é mostrar que elas constituem o ser humano, não obstante, haja, lamentavelmente, grande número de pessoas que as considerem indesejáveis.

Nessa passagem, que constitui o primeiro parágrafo do texto do resumo, a informante resumidora busca identificar o tema discutido no texto-base, assim como descrever o objetivo da autora Eliane Brum ao escrever o texto-base “A vida se faz nas marcas”, elementos que se referem à estrutura do gênero resumo e que devem comparecer na materialidade linguística, evidenciando o modo como os valores culturais acadêmicos se imprimem na escrita do aluno. Comprovamos essa asserção a partir da verificação das seguintes formas atualizadas pela aluna: “a premiada autora Eliane Brum versa [...] sobre as marcas inscritas no corpo e na alma [...]” e “seu objetivo é mostrar que elas [as marcas] constituem o ser humano [...]”. Tendo em vista, pois, logo de início a presença da identificação clara da questão discutida no texto-base e do ponto de vista e objetivo da autora do texto original, podemos sustentar a hipótese de que a aluna se encontra na posição daquela a quem cumpre seguir uma estrutura pré-estabelecida de produção do gênero, com a pretensão de minimizar os riscos de uma possível alteração semântica em relação aos sentidos construídos no texto-base.

É interessante destacar, no final do primeiro período, a ocorrência do indicador de subjetividade “vivemos” que identifica esse “ego”. Observa-se que, com o verbo flexionado na primeira pessoa do plural (“nós”), o locutor-resumidor se inscreve em seu texto, estabelecendo sua comunhão com aquele a quem se dirige ao tomar a palavra: todos os seres humanos, incluindo o locutor e o alocutário, vivem em virtude das marcas inscritas no corpo e na alma. Parece-nos que o uso de tal indicador contribui para respaldar o posicionamento do locutor-resumidor – posicionamento defendido no texto-base - de que todos os seres humanos são constituídos por marcas na vida. Nesse sentido, parece-nos que a atualização dessa forma no discurso da aluna deseja promover uma união com o interlocutor – autora do texto-base, professor da oficina e demais leitores, no sentido de que ninguém vive sem ser constituído por marcas. Observamos, por isso, que se faz presente, aqui, o *mecanismo da pessoa ampliada* (“nós”) em momentos de retomada e renovação dos sentidos do texto-base.

Seguindo por essa seara, quais são os momentos em que o status de *sujeito* e não de *reprodutor* comparece de forma menos velada no texto? Cremos que, se no primeiro período a aluna consegue produzir uma aparência de isenção ao registrar o tema sobre o qual trata o texto-base, no segundo período o posicionamento da aluna comparece através do emprego do advérbio “lamentavelmente” e do adjetivo “indesejáveis”. Apesar de nesse período o locutor conseguir expressar o objetivo da escrita do texto-base, assim como o lamento por parte de Brum pelo fato de muitas pessoas tomarem as marcas como indesejáveis, a escolha das formas pela aluna denuncia a responsabilidade daquela que elabora seu texto: no texto-base, observamos o emprego da sintagmatização “e lamento que as vidas não querem ser assinaladas pela vida” e a utilização de vários adjetivos para caracterizar o modo como muitas pessoas enxergam as marcas da vida – “algo alienígena, estranho a nós, feias, quase repugnantes”, ao passo que no processo de *ressemantização*, resultante da transformação de um texto de determinado gênero (artigo de opinião) para outro gênero diferente (o resumo), Jéssica se vale do uso do advérbio modalizador “lamentavelmente” para dar conta de expressar o lamento da articulista pelo modo como muitas pessoas enxergam as suas marcas vividas e do adjetivo “indesejáveis” - forma não presente no texto original - para caracterizar a maneira negativa como elas são percebidas pelas pessoas. Se observarmos o emprego de palavras no discurso no contexto linguístico em que a forma “lamentavelmente” foi atualizada, podemos flagrar a ação de uma palavra sobre as outras: enquanto no texto-base a forma verbal “lamento” situa o locutor em primeira pessoa e o que se lamenta é o fato de *vidas não quererem ser assinaladas pela vida*, no texto do resumo, a forma adverbial “lamentavelmente” incide sobre todas as formas da frase e o que se lamenta é *as pessoas tomarem as marcas como indesejáveis*. Disso conclui-se que o modo de lamentar e o que se lamenta se altera entre o texto-base e o texto *ressemantizado*, partindo do princípio de que muda o sentido conforme a classe e o modo de combinação com outras palavras.

Após ocupar um espaço na estrutura enunciativa da linguagem, o resumidor enuncia sua posição de locutor não por meio de marcas formais que explicitem os índices específicos de sua enunciação, mas por meio dos procedimentos acessórios, a partir do momento em que a informante reorganiza as unidades que compõem o enunciado “lamento as vidas que não querem ser assinaladas pela vida” (do texto-base) e enuncia “[...] não obstante, haja, lamentavelmente, grande número de pessoas que as considerem indesejáveis”. Torna-se evidente, aqui, a proposição de um novo arranjo de formas que preserva a referência do original, deixando entrever a inserção do locutor no funcionamento sistêmico da língua. Em

outras palavras, a língua autoriza o fenômeno de integração de constituintes em formas estabelecidas na língua (ex: “lamento” para “lamentavelmente”) e também o novo arranjo delas na enunciação, e o locutor torna essa possibilidade um recurso para enunciar sua posição subjetiva no discurso.

Observado isso, é interessante perceber que, entre os dois resumos apresentados neste estudo, é somente neste em que há o emprego de um modalizador (*lamentavelmente*) que expressa claramente o juízo de valor emitido pela autora do texto-base sobre a imagem negativa que essas marcas representam para as pessoas. No entanto, sua presença comprova a passagem de locutor a *sujeito* do aluno-resumidor, que se marca em seu modo de enunciar. Presenciamos, nesse sentido, através da atualização da forma “lamentavelmente” em substituição a “lamento”, o uso, simultâneo, do *mecanismo de retomada de formas do texto-base com novas integrações de constituintes e distintas combinações e do mecanismo de modalidade do aparelho de funções*.

Além disso, observamos o uso do adjetivo “indesejáveis”, forma linguística não presente no texto-base, que atesta o esforço da informante em buscar uma palavra na língua que pudesse constituir uma relação de sinonímia com as formas utilizadas pela articulista (“algo alienígena, estranho a nós, feias, quase repugnantes”). Ora, parece-nos que não causa o mesmo efeito de sentido dizer que as marcas da vida são “algo alienígena”, “feias” e “quase repugnantes” e dizer que elas são “indesejáveis” para muitas pessoas: o último, forma atualizada no discurso do resumo, *atenua* o sentido evocado pelas formas empregadas por Brum, funcionando como um item que *suaviza* as palavras do outro discurso. Em síntese, há a retomada do enunciado do outro, mas o modo de enunciar do resumidor atesta a singularidade de sua posição enunciativa ao se apropriar do sentido das formas presentes no texto-base para atualizar uma nova forma, que recupera, ao menos parcialmente, a conotação negativa instalada nas que constam no original. Assim, a partir da proposição de uma nova forma, Jéssica assinala a singularidade de seu lugar de pessoa na enunciação e deixa transparecer sua apropriação da língua-discurso operada no texto-base.

Enquanto a colunista da revista prefere utilizar em seu texto um tom mais taxativo/incisivo para criticar o fato de as pessoas estabelecerem uma relação negativa com suas marcas, no texto do resumo, essa crítica produzida pela autora não comparece de modo contundente, registrando-se somente o sentido de que a maioria dos indivíduos concebem esses sinais de uma forma negativa. Isso equivale a dizer que a aluna em questão ouve, lê, compreende basicamente o enunciado (produto) do texto-base, no entanto a ato de enunciação

da articulista em que ela tece uma profunda crítica às pessoas que repudiam as marcas da vida é, de certo modo, desconsiderado. Parece-nos que deriva um efeito de *ressemantização* global do texto, acarretada, no presente exemplo aqui analisado, pela *ressintagmatização* no plano analítico: o tom de crítica/de reprovação evocado pelo original não comparece, ou muito timidamente, na *ressemantização* promovida pela informante. Podemos afirmar, pois, que o enunciado é retomado pelo resumidor, no entanto o fato de ter dito (a enunciação) muda, fazendo emergir a singularidade de cada ato de enunciação.

O fato de nos filarmos a uma lente que defende a singularidade do/no ato enunciativo de resumir não implica que o aluno-resumidor possa interpretar o texto-base ao seu bel prazer; como sabemos, há limites também para a interpretação. Nesse viés, o sentido da forma “indesejáveis”, segundo nossa concepção, não contradiz os sentidos das formas elegidas pela autora do artigo de opinião; pelo contrário, parece-nos que o adjetivo “indesejáveis” exprime uma espécie de consequência lógica para as marcas que são vistas pelas pessoas como “algo alienígena, feias e quase repugnantes”: não há como os sinais produzidos pela vida serem encarados como desejáveis, se eles são tomados como “algo alienígena etc”. Tradicionalmente/culturalmente concebido como reproduzidor de formas linguísticas, o locutor-resumidor passa a ocupar o papel ativo daquele que não pode eximir-se da responsabilidade pelo ato de resumir. E isso passa necessariamente por um novo agenciamento de palavras que expressa muito mais do que uma leitura fiel do produto original: antes de tudo expressa a constituição de uma experiência de leitura e de escrita para a possibilidade de fundar-se na dupla natureza da língua – individual e social (cultural). Justamente pela inserção promovida pela aluna de uma nova forma no seu texto, trazendo, de certo modo, uma *avaliação/apreciação*, que destacamos a utilização do *mecanismo de inserção de formas avaliativas com “gestos” interpretantes dos sentidos do texto-base*.

Em síntese, essa primeira passagem é sobremaneira importante, à medida que ela comprova que o leitor-resumidor identificou claramente o tema do texto-base e o objetivo da autora com a escrita desse texto. Diante disso, não restam dúvidas de que, através deste primeiro parágrafo, o leitor-aluno-resumidor imprimiu, na linearidade do discurso, os valores culturais vigentes na esfera acadêmica, apreendendo o sentido global do texto-base, embora, conforme registramos acima, se marque como *sujeito* no papel daquele que resume e que, por conseguinte, interpreta ao seu modo *o quê* e *como* do texto que lhe serve de base.

Passemos a outra passagem, na qual destacamos os seguintes mecanismos: *mecanismo de inserção de formas avaliativas com “gestos” interpretantes dos sentidos do texto-base*,

mecanismo de ressintagmatização e o mecanismo de apagamento das fronteiras entre a não-pessoa (ele), marcada como “eu” no texto-base, e a pessoa-subjetiva do texto do resumo.

Tal repúdio é fruto de uma codificação negativa proveniente de uma geração que não quer ser marcada por signos da vida vivida. Diante da impossibilidade da supressão das mesmas, tentam mascarar os sinais da idade com plásticas, as quais, por sua vez, constituem outras marcas. Ademais, quanto às marcas da alma, tenta-se remediar usando demasiadamente o psicologês, que considera tudo o que estiver abarcado fora do “script” diário como traumático, ao passo que a concepção primordial acaba sendo ignorada, qual seja: o importante é o que se faz com o trauma e não ele em si mesmo.

De início, é importante lembrar que parte dessa passagem, que marca o segundo parágrafo do resumo da Jéssica, já foi analisada anteriormente, quando nos detivemos no emprego da expressão “codificação negativa” e do adjetivo “traumático”, formas que fazem remissão direta ao texto-base, visto que é possível perceber exatamente o lugar dentro desse texto em que tais palavras são empregadas para, posteriormente, serem retomadas pelo locutor-resumidor. Em virtude disso, não voltaremos a elas novamente.

Preliminarmente, podemos destacar a primeira unidade lexical utilizada pela informante, a qual promove uma retomada direta com o segmento anterior do texto, presente no primeiro parágrafo. A aluna o encerra trazendo a ideia de que muitas pessoas consideram as marcas produzidas na vida como “indesejáveis”. E é partir disso que ela inicia o segundo parágrafo, ao *categorizar* (rotular) esse fato constatado pela autora do texto-base, por meio do uso da expressão “tal repúdio”. Assim, tal forma linguística retoma o segmento imediatamente anterior que expressava a natureza indesejável das marcas aos olhos de grande parte dos seres humanos. Esse procedimento da retomada, que faz parte da *ressintagmatização* promovida pelo locutor, contribui para a constituição da tessitura do texto, ou seja, o seu encadeamento e a articulação entre seus segmentos, de forma que o texto vai resultando *continuado, sequenciado, interligado*, enfim, *coesos*.

Além da função coesiva descrita acima, assumindo nossas lentes enunciativas, cremos que podemos sustentar a ideia de que a aluna, por meio dessa retomada, revela sua percepção ou seu modo de ver o fato (trazido pela articulista Eliane Brum) de que as pessoas, em sua maioria, nutrem desprezo pelas marcas, as físicas e as de alma, que vão se constituindo ao

longo de suas vidas. Para Jéssica, trata-se de um “repúdio”, forma nominal que não aparece no original, comprovando, assim, um gesto de interpretação/apropriação da resumidora.

Se Brum apresenta em seu texto que “os sinais da idade, da vida vivida, são interpretados como algo alienígena, estranho a nós”, é natural que eles – os sinais – sejam desprezados, isto é, *repudiados*, o que, ao nosso entender, atesta que a qualificação empregada pela aluna não vai de encontro ao formulado pela autora do texto-base. Novamente aqui, parece-nos que a informante produz uma espécie de conclusão: a colunista da revista *Época* expressa que a maioria dos humanos veem esses sinais como “feios, alienígenas, quase repugnantes, estranhos a nós”, a partir de onde Jéssica formula a conclusão (em forma de encapsulamento) em uma única expressão “tal repúdio”. Dito de outra forma, é possível antever uma *relação de conclusão* entre os qualificadores presentes no texto-base e aquele usado no texto do resumo, uma vez que o *repúdio* deriva da decodificação das marcas como feias etc. A própria sequência do enunciado produzido pela resumidora confirma nossa proposição anterior – “tal repúdio é *fruto de* uma codificação negativa [...]” – de que a aluna-resumidora elaborou, sob sua responsabilidade, uma conclusão a partir dos fatos elencados no artigo de Eliane Brum. Comparece, assim, o *mecanismo de inserção de formas avaliativas com “gestos” interpretantes dos sentidos do texto-base*.

É relevante ainda destacar nesse parágrafo o final do último período que traz a grande tese defendida por Eliane Brum, demonstrando que a aluna a identificou claramente: “[...] a concepção primordial acaba sendo ignorada, qual seja: o importante é o que se faz com o trauma e não ele em si mesmo”. Em um exercício de comparação com o texto-base, observamos que a tese da articulista é expressa no quarto parágrafo do texto e se encontra formulada da seguinte maneira: “Mas a questão não é o trauma – e sim o que cada um faz com ele”. Não é difícil perceber que a informante manteve a referência, *reproduzindo* com suas palavras, numa operação de paráfrase, o que Brum disse no outro texto, para singularizar o sentido.

No entanto, vemos que, paralela à identificação da tese da autora, houve uma *passagem*, um movimento de constituição do sujeito enunciativo, na medida em que a informante Jéssica, antes de expressar a tese da articulista, *ressintagmatiza* trazendo a asserção de que “a concepção primordial acaba sendo ignorada”. Ora, não notamos no texto-base essa observação pela autora: Brum não realiza uma predicação do tipo ao formular sua tese, a partir da qual se desenvolvem os argumentos. Em contrapartida, no texto derivado, qual seja, o texto do resumo, o locutor-resumidor assevera, numa espécie de *comentário*, duas

ideias: a primeira é a de que o enunciado “o importante é o que se faz com o trauma e não ele em si mesmo” (tese do texto-base) é rotulado/categorizado pela resumidora por meio da expressão “concepção primordial”, forma não presente no original, caracterizando, assim, a singularidade da experiência de leitura daquela que resume e, porque resume, *ressemantiza* o discurso do outro; através de sua experiência de apropriação do texto-base, ela formula uma *avaliação*, na medida em que, sob o seu ponto de vista, trata-se de algo “primordial” a ideia de que o que importa é o que se faz com o trauma e não ele, em si mesmo e por si mesmo.

Ora, é possível flagrar nesse trecho uma contundente *crítica* às pessoas que desprezam seus sinais de vida, visto que se algo é qualificado de *primordial*, significa que essa concepção é basilar, capital, indispensável etc. e, portanto, não deveria ser ignorada por essas pessoas – apesar de ser uma *concepção primordial*, é *ignorada* por muitos. Dessa maneira, o locutor formulou uma crítica que perpassa o texto inteiro de Brum, apesar de não haver explicitado que se trata de um ato produzido pela colunista. No entanto, a ideia de “concepção primordial”, embora esteja implícita no artigo em questão, deve ser conferida à aluna, uma vez que, em seu ponto de vista, o ponto essencial do texto gira em torno desse aspecto, contribuindo, assim, para a *ressemantização* do texto.

Já a segunda ideia trazida pela informante, a qual podemos dizer que se encontra implícita no artigo de opinião, é a de que tal concepção primordial, que constitui a tese de Eliane Brum, é *ignorada*. É importante destacar que há no enunciado da resumidora a presença de uma elipse, uma vez que se subentende quem ignora essa “concepção primordial”: muitos seres humanos. A partir da consideração de que, por exemplo, “vivemos numa época que não ser marcada”, entre outras asserções, o locutor do resumo inferiu que a questão de que o importante é o que se faz com o trauma é ignorada/rechaçada por grande parte dos indivíduos. Logo, o locutor atualiza o *mecanismo de ressingmatização*, com a criação de novas proposições no texto do resumo a partir de outras dadas no texto-base, ou seja, a proposição “a concepção primordial acaba sendo ignorada” é produzida a partir de asserções do texto-base, como, por exemplo, “a maioria de nós tenta escapar de rugas, estas cicatrizes do rosto, de todas as formas [...]”, “os sinais da idade, da vida vivida, são interpretados como algo alienígena, estranho a nós” etc.

Interessante no que se refere a esse parágrafo é a ausência de mecanismos/recursos de delimitação das vozes¹. Como sabemos, esse gênero textual requer a existência bem marcada das vozes no discurso. Desse modo, os valores culturais da universidade para o ato de resumir, dentre eles a presença do mecanismo de gerenciamento de vozes no texto, serão impregnados no resumidor ao longo de sua experiência na língua-discurso do meio acadêmico, através das atividades de leitura e escrita peculiares a essa esfera. Esse parágrafo é, assim, marcado pela presença do mecanismo de apagamento das fronteiras entre a não-pessoa, marcada como “eu” no texto-base, e a pessoa-subjetiva do texto do resumo. Isso acarreta uma identificação entre locutores: o do texto-base e o locutor-resumidor.

Temos, assim, uma das características essenciais do resumo: *o gerenciamento de vozes*, que, aliás, é definida como essencial pela esfera da *cultura acadêmica* e que constitui um valor a ser impresso no emprego de palavras no discurso do locutor do resumo, emprego que entrelaça forma e sentido. Ou seja, a exigência de que o locutor-resumidor delimite e sinalize as vozes que perpassam a trama textual não foi realizada nesse momento no resumo, no entanto acreditamos que um trabalho do professor em sala de aula, que releve de uma concepção de texto como produto linguístico-cultural, ou seja, como marcado pela estabilidade da significação e, simultaneamente, pela singularidade da referência de cada ato enunciativo, irrepetível que é, possibilita que o aprendiz desenvolva, progressivamente, sua capacidade linguístico-discursiva e, pelo emprego adequado das unidades linguísticas nessa cultura, assimile-as expressivamente em sua relação de alteridade com seus interlocutores e com a instância cultural acadêmica.

Fica a impressão, desse modo, que todo esse parágrafo é constituído pelas ideias elaboradas pela aluna-resumidora, como fruto de sua experiência de leitura do texto original, ou seja, assumindo como base os conteúdos veiculados no artigo. Dessa maneira, observamos a relação indissociável entre a leitura do texto-base e a escrita do resumo, em que a primeira é condição para o estabelecimento da segunda.

Não é exagero de nossa parte, portanto, afirmar que o parágrafo em foco é permeado pela subjetividade da resumidora, que tanto se apropria das ideias do texto-base ao ponto de esquecer de delimitar os dizeres do texto-base e os seus. É como se aqueles sentidos construídos no artigo de Brum fossem, de certa forma, tornados próprios – no sentido de uma

¹ Neste trabalho, estamos considerando vozes como os dizeres do locutor do texto-base e os dizeres do locutor do resumo. Nesse caso, o não gerenciamento de vozes está relacionado à ausência de delimitação entre os dizeres de um locutor e de outro.

apropriação - de Jéssica; há um processo de *passagem* do dizer da autora do texto-base, que fora compreendida pela aluna, para a instauração dos dizeres da resumidora, num movimento singular de atribuir significados ao que lemos, reformulando-os tantas vezes quantas foram necessárias, porquanto ler, como vimos anteriormente, é enunciar, e a enunciação inscreve a irrepetibilidade por meio da sintagmatização-semantização no discurso. Assim, o locutor atualiza o *mecanismo de apagamento das fronteiras entre a não-pessoa (ele), marcada como “eu” no texto-base, e a pessoa-subjetiva do texto do resumo.*

Postulamos, pois, que a falta de delimitação de vozes no resumo, como observado por nós aqui, denuncia a *passagem* de locutor a *sujeito* da autoria do resumo; como decorrência desse ponto de vista, não entramos, por conseguinte, na seara de uma discussão que dá a essa ausência de demarcação um estatuto de *falha* por parte da aluna, visto que, sob o olhar enunciativo, tanto a leitura quanto a escrita de qualquer texto (o resumo não escapa a isso) são imbuídas da singularidade daquele que lê e escreve. É impossível não se marcar na linguagem. Evidentemente, como já ressaltado por nós, não queremos dizer com isso que qualquer leitura pode ser feita, ou seja, não podemos pôr qualquer sentido nos textos que lemos, uma vez que o texto impõe limites à interpretação; não obstante, o leitor é o responsável direto dos sentidos que imprime ao seu texto. Por esse viés, acreditamos que, tendo em vista nossa “escuta” desse parágrafo, a informante manteve a referência do texto-base, ao mesmo tempo em que se inseriu em seu texto, num gesto de dar testemunho de si para a constituição do discurso.

Levando em consideração nossa argumentação no parágrafo anterior e contrários à tese ilusória da falta de subjetividade no resumo, em nossa análise presenciamos o locutor em relação constante e necessária com sua enunciação de resumir: o escrevente resumindo no e pelo discurso imprime na língua a sua interpretação daquilo que lhe é essencial do texto-base.

Passemos ao terceiro parágrafo, no qual destacamos os seguintes mecanismos: *mecanismo de apagamento de fronteiras entre a não-pessoa (ele), marcada como “eu” no texto-base, e a pessoa-subjetiva do texto do resumo, mecanismo de ressintagmatização, mecanismo de modalidade do aparelho de funções e mecanismo de formalização da escrita.*

Assim, sobre o documentário de Mirian Chnaiderman e Reinaldo Pinheiro, “Sobreviventes”, sugere que não existem sobreviventes, haja vista ser somente possível viver por causa do vivido. Por outra banda, o trauma é algo que nos mata simbolicamente para que possamos renascer de outro jeito e, ipso facto, não deve ser encarado como insuperável. Sendo, por isso, desejável ter uma vida com marcas no corpo e na alma. Mesmo em situações devastadoras, a vida só é possível não se apagando o inapagável, mas transformando-a em algo com que possa se viver.

De início, vale a pena mencionar o fato de que a aluna-resumidora não identifica o sujeito do verbo “sugere”, talvez porque tenha considerado não haver necessidade de explicitar o sujeito gramatical, uma vez que, no primeiro parágrafo, ele já havia sido indicado (“a premiada autora Eliane Brum”) ou porque, como o texto do resumo foi escrito para ser lido prioritariamente pelo professor da oficina, a aluna pressupôs que ele saberia quem sugere que não existem sobreviventes.

Ainda sobre o verbo “sugere”, percebemos que a informante repetiu o mesmo verbo utilizado pela articulista: no texto-base, flagramos a seguinte sintagmatização “[...] Em minha fala, sugeri que não existem sobreviventes. Só é possível ser vivente. A palavra *sobrevivente* contém a ideia de viver apesar do vivido. E eu acredito que só é possível viver por causa do vivido”, que estabelece uma relação de semelhança direta com a *ressintagmatização* promovida pela resumidora – “[...] sugere que não existem sobreviventes, haja vista ser somente possível viver por causa do vivido”. Desse modo, posicionadas lado a lado, é fácil reparar que a leitura da aluna busca a manutenção do sentido do texto-base, o qual, sem dúvidas, carrega uma ideia importante a ser retomada no resumo – a análise de Eliane Brum sobre o sentido da palavra “sobreviventes”. Verificamos, na organização das formas no discurso da resumidora, que ela expressou uma relação de causalidade: “sugere que não existem sobreviventes” – consequência, “haja vista ser somente possível viver por causa do vivido” – causa. Notamos que essa mesma relação comparece no texto-base, no entanto, se aqui Jéssica justapõe consequência e causa, lá a colunista utiliza outra organização sintática, na qual a causa só aparece ao final do período. Essa semelhança no emprego das palavras entre os dois discursos aqui em jogo atesta, a nosso ver, a relação do locutor com a cultura acadêmica, em que os valores dessa se imprimem na escrita do resumo através desse movimento de retomada das asserções do discurso base. Aliás, essa recuperação da autora

sobre o significado da forma supracitada constitui um importante argumento para defender sua tese de que o importante não é o trauma em si, mas o que fazemos com ele.

Na sequência do parágrafo, notamos que, novamente, Jéssica apaga totalmente a voz da autora do texto-base, não havendo, portanto, indicações, aqui, de que se trata de uma ressemantização, ou de que se remete a outro texto e a uma situação específica de enunciação, o que reforça o desafio e papel do professor da oficina de ajudar a estudante a se inserir, progressivamente, nessa relação com os valores cultivados na cultura acadêmica. A tendência, assim, conforme observaremos até o final do seu texto, é de a informante apagar as demarcações, resultando num texto, aparentemente, de uma única voz.

Observamos, pois, isso no enunciado a seguir (composto de vários períodos) presente nesse parágrafo: “Por outra banda, o trauma é algo que nos mata simbolicamente para que possamos renascer de outro jeito e, ipso facto, não deve ser encarado como insuperável. Sendo, por isso, desejável ter uma vida com marcas no corpo e na alma. Mesmo em situações devastadoras, a vida só é possível não se apagando o inapagável, mas transformando-a em algo com que se possa viver.” Ora, facilmente percebemos que nesse extenso enunciado não há uma única referência à autora do texto-base, cujas ideias encontram-se tomadas pela informante como se fossem suas, num processo de apropriação das palavras do outro, em que essa forma do outro se *converte em forma minha*, na medida em que atualizamos essas palavras a partir de nossas situações únicas em cada enunciação. Enquanto professores e conhecedores do texto-base, sabemos que Eliane Brum, na defesa de sua tese de que o importante é o que fazemos com as marcas de nossas vidas, expõe que o trauma é “algo que nos marca, que nos mata simbolicamente para que possamos renascer de outro jeito” etc. Em vista disso, observamos a presença do *mecanismo de apagamento das fronteiras entre a não-pessoa (ele), marcada como “eu” no texto-base, e a pessoa-subjetiva do texto do resumo*.

Acreditamos que esse aspecto de gerenciamento de vozes no resumo e em outros textos acadêmicos que apresentem essa exigência deva ser trabalhado bastante com os alunos em sala de aula, contudo nosso foco aqui não se dirige a propor uma metodologia de ensino para gêneros acadêmicos, embora desejamos que a reflexão aqui realizada forneça elementos que possam contribuir para se (re)pensar o ensino de leitura e produção de textos na esfera acadêmica.

Paralelamente a essa discussão acerca das vozes delimitadas no texto, é necessário comentar que a *ressintagmatização* acima mencionada, composta de vários períodos, embora traga elementos que repetem o texto-base, manifesta também a singularidade da experiência

da leitura da aluna através do emprego do seguinte enunciado: “ [...] não deve ser encarado como insuperável. Sendo, por isso, desejável ter uma vida com marcas no corpo e na alma”. Se voltarmos os olhos para o artigo de Brum, em nenhum momento ela afirma *explicitamente* que o trauma *não deve ser encarado como insuperável*; ela, sim, diz que nossa vida é cheia de traumas como aquilo que nos mata simbolicamente para que possamos renascer de outro jeito. Todavia, o locutor-resumidor em sua leitura construiu uma nova proposição a partir de outra já dada: a partir da proposição, entre outras, expressa pelo texto-base de que “o trauma nos mata simbolicamente para que renascemos de outro jeito”, Jéssica infere o fato de ele (o trauma) não dever ser enxergado como insuperável. Ora, quando a resumidora assim se exprime, ela imprime sua subjetividade no discurso, valendo-se do emprego da modalização, expressa pelo verbo modalizador auxiliar “deve”, acrescido da forma de negação “não”. Por meio desse uso, o locutor enfatiza a necessidade de que nós, enquanto seres humanos, devemos conceber os traumas da vida como superáveis, visto que é por eles que podemos renascer de outro jeito. Assim, tal uso inscreve-se no eixo da conduta/da necessidade, visando a provocar no alocutário uma mudança de comportamento: uma mudança de postura em relação aos traumas que nos ocorrem durante a vida. Essa mudança de posicionamento, segundo nos parece, é sugerida ao longo do artigo da autora, porém é somente na ressemantização dele pela aluna que ela se explicita, brotando a subjetividade da resumidora que, *identificando-se* com as ideias defendidas no texto-base, *escolhe* trazer à superfície textual o que antes se encontrava dito nas entrelinhas.

O ato de escolher, decidir, selecionar etc. para promover a sintagmatização do discurso assinala a singularidade do estar na linguagem e nos textos que lemos e produzimos para expressarmos nossa consciência de nós mesmos sempre face ao outro. Em vista disso que dissemos, Jéssica atualizou, simultaneamente, em seu discurso o *mecanismo de resintagmatização e o mecanismo de modalidade do aparelho de funções*.

Se ficarmos presos ao ponto de vista estrito do gênero resumo informativo, diríamos que o locutor subverteu as normas de produção do referido gênero de texto, na medida em que se colocou na posição de quem pode impor determinado tipo de comportamento a outrem, o que sabemos, culturalmente, não cabe em um texto que tem a função própria de apresentar, de modo sucinto e claro, as principais ideias expressas em um texto que lhe serve de base, num movimento de síntese delas. Não obstante, nosso ponto de vista é outro: é aquele que vê no uso da língua a possibilidade da instauração da irrepetibilidade do sujeito, produzindo

referências e sentidos sempre singulares, dentro da estabilidade da significação como efeito do sistema linguístico-cultural.

Com o ato de resumir, como estamos defendendo neste trabalho, é justamente isso que está em questão: o aluno, diante da tarefa de resumir um texto de outrem e com vários valores advindos da cultura nele inculcados, tenta produzir uma semantização que recupere o sentido do texto-base, no entanto – e eis nossa tese –, a partir do processo de *retextualização* constitutivo desse gênero, irrompe a *ressemantização* do discurso alheio via *ressintagmatizações* promovidas em toda a extensão do texto do resumo. O possível leitor do resumo, assim, terá diante de si não um produto reprodutor fidedigno de outrem, mas sim uma nova produção, relativo a um singular enquadre enunciativo *eu-tu-aqui-agora*, que comporta uma dupla apropriação da língua-discurso do texto-base lido e a língua-discurso do aluno-resumidor, *interpretante* do texto lido e dos valores culturais acadêmicos sobre a escrita do resumo. Atualiza, assim, enunciativamente a sua experiência na linguagem.

Na continuação desse parágrafo, destacamos o emprego do adjetivo “desejável” pela aluna, forma linguística que aparece no texto-base em uma porção textual similar ao contexto em que a referida palavra fora utilizada no texto ressemantizado. No entanto, ao passo que no artigo, a autora sintagmatiza, questionando a crença de que “seria desejável ter uma vida sem marcas no corpo e na alma”, em que o “ter uma vida sem marcas no corpo e na alma” seria o sujeito do predicativo “desejável”, no resumo, Jéssica expressa, em forma de asserção, que é “desejável ter uma vida com marcas no corpo e na alma”, enunciado que estabelece uma relação de conclusão promovida pela aluna com o segmento imediatamente antecedente – “[...] o trauma é algo que nos mata simbolicamente para que possamos renascer de outro jeito [...]”. Evidência disso é o aparecimento do articulador conclusivo “por isso”, que encabeça o enunciado da conclusão. Ora, se o trauma é aquilo que nos permite renascer de outro jeito, Jéssica conclui (identificando-se), apoiada nas ideias do texto-base, que é desejável ter uma vida com essas marcas. A relação de conclusão promovida pela aluna via *ressintagmatização*, pois, constitui um recurso importante no seu texto, visto mostrar que, contrário às visões negativas sobre os traumas e marcas da vida, o artigo de Brum deseja defender o oposto disso: é positivo ter marcas/traumas justamente porque são eles os responsáveis por nossos ininterruptos renascimentos durante a vida. Por isso é que, aqui, aparece, simultaneamente, o *mecanismo de ressintagmatização* e o *mecanismo de modalidade do aparelho de funções*.

A singularidade da resumidora foi explicitar essa relação, *ressintagmatizando* o adjetivo “desejável”, de modo a promover a *ressemantização* de que o fato de ser desejável ter

uma vida com marcas atua como consequência natural da função das marcas de promover o renascimento do ser humano. De modo distinto acontece com essa mesma forma empregada no artigo de Brum, em que ela aparece em um contexto sintagmático em que a autora formula uma espécie de crítica àqueles que *desejariam* ter uma vida sem marcas no corpo e na alma. Portanto, houve uma mudança na organização sintática entre os dois textos, de modo que, se no artigo de opinião, a autora elabora um questionamento com relação à crença ilusória de que é desejável ter uma vida sem marcas no corpo e na alma, atualizando a forma para esse fim (“questiono”), no movimento da *ressemantização*, o locutor apaga o ato de indagação da colunista, o que aponta para o fato de que a estudante se deteve na leitura do enunciado, e não da enunciação.

Por fim, o último período desse parágrafo é praticamente uma cópia do trecho do texto-base: “Mesmo em situações devastadoras, a vida só é possível não se apagando o inapagável, mas transformando-a em algo com que se possa viver”. A *ressintagmatização* é muito semelhante ao agenciamento presente no texto-base, apontando, assim, para um cuidado do resumidor em recuperar o sentido tal como está lá. Novamente, isso comprova a relação de alteridade que ele estabelece com o sistema cultural acadêmico, constituindo-se em sua singularidade através do diálogo com os seus pares e com essa grande instância constitutiva de seu discurso.

Rumemos à última passagem por nós analisada neste texto, na qual destacamos a presença dos seguintes mecanismos: *mecanismo de apagamento das fronteiras entre a não-pessoa (ele), marcada como “eu” no texto-base, e a pessoa-subjetiva do texto do resumo, mecanismo de ressintagmatização e mecanismo de modalidade do aparelho de funções.*

Portanto, as pessoas morrem de um jeito e renascem de outro muitas vezes numa vida só. Uma nova vida só é possível quanto contém a anterior e a sua quebra, esta dando sentido àquela. Para seguirmos adiante é preciso abolir a ideia de que a vida não pode ser marcada, porquanto sem as marcas não há vida humana. O trauma, pois, é imprescindível. A solução é criarmos algo vivo com nossas marcas de morte.

De início, informamos que esse segmento constitui o último parágrafo do texto da informante, momento em que se expõe a conclusão a partir de tudo que foi trazido anteriormente, lembrando que o fechamento deve recuperar as proposições conclusivas formuladas pela autora do texto-base.

O locutor inicia o parágrafo com um articulador marcador de conclusão, indo ao encontro dos valores da esfera cultural-acadêmica de encerrar o texto do resumo recuperando a conclusão produzida no texto-base. Todavia, a aluna esqueceu, novamente, de delimitar que aquelas ideias conclusivas pertencem ao texto da autora que ela está resumindo. É possível perceber com clareza que, de fato, essas asserções com o sentido que elas evocam aparecem no discurso original, muitas vezes com uma organização sintática similar, o que nos evidencia, em certo sentido, o receio do locutor de formular construções linguísticas suas, tentando ocultar/esconder sua presença enquanto aquela que se instaura de modo singular na língua. O sumo da conclusão do artigo de Brum foi recuperado por Jéssica, em um movimento de retomada de formas do texto-base e construção de ressintagmatizações do resumidor. Estrutura, pois, esse parágrafo o *mecanismo de apagamento das fronteiras entre a não-pessoa (ele), marcada como “eu” no texto-base, e a pessoa-subjetiva do texto do resumo*, que acarreta a emergência do mecanismo de identificação do locutor do resumo com o locutor do texto-base.

Diante disso, aparentemente parece haver apenas uma simples cópia de trechos do texto-base, mas, ao nos aprofundarmos, indo atrás dos *sinais/indícios/pistas* deixadas pelo resumidor, surpreendemos a subjetividade que advém da imbricação entre forma e sentido, ou dito melhor, entre *ressintagmatizar* para *ressemantizar*.

O primeiro período traz uma ideia que é possível derivar do seguinte enunciado do texto-base: “Quando as pessoas me contam suas histórias, começam a contar pelos seus renascimentos. Pelo momento em que morreram de um jeito, por causa de um trauma, e renasceram de outro”, que foi ressintagmatizado da seguinte forma: “[...] as pessoas morrem de um jeito e renascem de outro muitas vezes numa vida só”. Por esse *reagenciamento*, a estudante se vale do emprego do mecanismo da paráfrase, em que as principais formas do enunciado do texto-base comparecem na operação da *ressintagmatização*: “morrem”, “renascem”. Dessa forma, o *mecanismo de ressintagmatização*, com a criação de novas proposições no texto do resumo a partir de outras dadas no texto-base, é atualizado pela aluna neste período.

Por sua vez, o segundo período, também apresentado sem a necessária delimitação de autoria, praticamente repete o enunciado do outro texto em que se diz que “Uma nova vida só é possível quando contém a anterior e a sua quebra”. Ora, a organização sintática é a mesma e as formas empregadas também; o que há de diferente e, logo, de singular aí é o acréscimo (inserção) da oração, com valor explicativo, “esta dando sentido àquela”, que cumpre o papel

de explicar e reforçar o sentido da oração anterior, ao explicitar que o sentido de “uma nova vida” é constituído a partir de sua relação com “a anterior”. Ora, observamos que a inserção dessa forma oracional cumpre um importante papel argumentativo no resumo, na medida em que reforça o argumento de Brum de que “o que atravanca nossa existência é ficar fixado no trauma – enxergar a marca como uma morte que não renasce, como um corte que não vira cicatriz”.

A decisão de inserir, via *mecanismo de ressintagmatização*, uma oração com caráter elucidativo e argumentativo nos evidencia a subjetividade da resumidora, que, sob a condição daquela a quem compete resumir, acrescenta uma explicação com o intuito de esclarecer o sentido da oração retirada do texto-base “uma nova vida só é possível quando contém a anterior e a sua quebra”. Nesse sentido, o emprego de uma oração para elucidar o sentido de outra foi motivada a partir da consideração do interlocutor do resumo, ressaltando, portanto, a intersubjetividade constitutiva da língua em ação; a necessidade da aluna em tornar mais compreensível o sentido de uma asserção advém da pressuposição de que, em uma situação de escrita de um gênero como esse, o interlocutor/leitor geralmente não tem acesso ao texto-base, competindo ao texto do resumo apresentar certa autonomia semântica, cuja responsabilidade por sua promoção é do resumidor.

Na continuação, destacamos o emprego da estrutura modal cristalizada “é preciso” que incide sobre toda a asserção “abolir a ideia de que a vida não pode ser marcada”: a informante, ignorando o recurso de remeter a Brum a autoria das ideias, apresenta o conteúdo como algo obrigatório e que, por isso, precisa acontecer. Ou seja, ela coloca na ordem da *obrigatoriedade* a abolição da ideia de que a vida não pode ser marcada, sob pena de não “seguirmos adiante”. Evidentemente, esse sentido comparece no texto-base, através, por exemplo, das seguintes sintagmatizações promovidas por Brum: “O que atravanca nossa existência é ficar fixado no trauma – enxergar a marca como uma morte que não renasce, como um corte que não vira cicatriz”, “O que nos impede de viver não é o trauma, mas a ideia de que exista uma vida que possa prescindir deles”.

Assim, como podemos observar, além da manutenção do sentido original, há o acréscimo – indicador de subjetividade – de um modalizador de *obrigatoriedade*, promovido pela aluna, que instala a sua presença naquilo que resume, evidenciando também sua concordância (sua identificação) com a tese da articulista de que as marcas são constitutivas da vida e que viver é “dar sentido a elas”. É como se não bastasse a resumidora reproduzir a ideia da autora através do mecanismo da paráfrase, é preciso também expressar seu

posicionamento, revelado aqui pelo emprego do modalizador “é preciso”, atualizando, pois, o *mecanismo de modalidade do aparelho de funções e o mecanismo de ressintagmatização*, com a criação de novas proposições no texto do resumo a partir de outras dadas no texto-base, que provocam o efeito de identificação do locutor do resumo com o locutor do texto-base. Nesse momento, percebemos que a aluna procura manifestar um saber – retirado do texto-base - e obriga o alocutário a aderir ao seu discurso, aceitando-o como necessário/indispensável. O *eu-resumidor* se coloca como aquele que deseja fazer com que o *tu* adira ao seu discurso ou, melhor dizendo, ao discurso da autora do artigo “A vida se faz nas marcas”. Nesse sentido, a aluna-resumidora adota a posição enunciativa de defensora categórica das opiniões expressas no outro texto. Isso é possível perceber pelas *ressintagmatizações* operadas ao longo do texto, com vistas à constituição de uma *ressemantização* global do texto do resumo.

Podemos perceber, desse modo, que o locutor-aluno se serve do aparelho de funções para assinalar esse lugar face ao outro através de uma forma análoga à modalidade que indica a atitude do locutor-resumidor na manifestação de sua presença, convocando o alocutário a responder, a correferir e a estar presente, enfim, estabelecendo “uma relação viva e imediata do enunciador ao outro numa referência necessária ao tempo da enunciação” (BENVENISTE, 2006a, p.86).

Nessa direção, o aluno-resumidor se serve da palavra e do discurso do resumo para

representar a si mesmo, tal como quer ver-se, tal como chama o “outro” a comprovar. O seu discurso é apelo e recurso, solicitação às vezes veemente ao outro, através do discurso, onde se coloca desesperadamente, recurso com frequência mentiroso ao outro para individualizar-se aos próprios olhos. Pela simples alocação, aquele que fala de si mesmo instala o outro nele e dessa forma se capta a si mesmo, se confronta, se instaura tal como aspira a ser, e finalmente se historiciza nessa história incompleta ou falsificada. A linguagem, assim, é utilizada aqui como palavra, convertida nessa expressão da subjetividade iminente e evasiva que constitui a condição do diálogo. [...] Ora, a língua é uma estrutura socializada, que a palavra sujeita a fins individuais e intersubjetivos, juntando-lhe assim um perfil novo e estritamente pessoal. A língua é um sistema comum a todos; o discurso é ao mesmo tempo portador de uma mensagem e instrumento de ação [...] (BENVENISTE, 2005g, p.84)

Nesse trecho, Benveniste diz que o universo da palavra é o da subjetividade e, nesse texto, conceitua discurso como a linguagem utilizada como palavra e convertida na expressão “iminente e evasiva” da subjetividade. Ora, é exatamente isso que podemos observar quando Jéssica se vale do emprego do modalizador “é preciso”, servindo-se do discurso para

estabelecer um modo de ação sobre o interlocutor, colocando-o na posição de quem deve tomar uma atitude no que se refere à relação que estabelece com suas marcas.

Não podemos ignorar o fato de que cada contexto delimita determinados papéis e ações que são considerados legítimos naquela determinada situação e, ao mesmo tempo, cada texto fornece indícios que nos permitem resgatar o contexto no qual essa atividade ocorre. Portanto, cada ser de linguagem se comportará de modo a cumprir uma espécie de ritual, a depender do gênero com o qual estamos lidando. Nessa perspectiva, percebemos que, no momento em que a aluna-resumidora adota uma posição enunciativa de “comentadora” e “defensora” do texto-base, produz-se uma *subversão* desse ritual do qual citamos, uma vez que não é esperado pela instância cultural que o/a locutor/a posicione-se sobre esse outro texto. Afirmar isso não significa desvalorizar o texto da aluna, destituindo-o de legitimidade; pelo contrário, defendemos que houve a produção de um resumo informativo e que *o locutor se constituiu e se singularizou nessa cultura*, ou seja, irrompeu a singularidade do sentido e da referência na estabilidade da significação constituída na cultura, ou se singularizou na língua-cultura, a partir dos mecanismos enunciativos que elegeu para constituir-se em seu texto como *sujeito*.

No período seguinte, mais uma vez presenciamos a função sintática da asserção, desprovida de qualquer referência a Eliane Brum, em que ocorre a formulação de uma avaliação de caráter conclusivo por parte da informante: após ela trazer a obrigatoriedade de abolirmos “a ideia de que a vida não pode ser marcada” e de que “sem as marcas não há vida humana”, ela expressa de modo categórico que o “trauma é, pois, imprescindível”, fazendo uso *do mecanismo de ressintagmatização*, com a criação de novas proposições no texto do resumo a partir de outras dadas no texto-base, que, por sua vez, acarreta identificação do locutor do resumo com o locutor do texto-base. O uso do articulador “pois” corrobora a ideia de conclusão expressa pelo período. E, por último, a aluna encerra seu texto noticiando a “solução” encontrada, haja vista o trauma ser “imprescindível”: “A solução é criarmos algo vivo com nossas marcas de morte”. Essa “solução” foi descoberta pela colunista, no entanto sofre uma *ressignificação* à medida que cumpre a função de finalizar o resumo da aluna, promovendo o efeito de sentido de que, no final das contas, a saída para lidarmos com nossos traumas está em nossas mãos, corroborado pelo emprego da forma verbal “criarmos”, indicador de subjetividade que evidencia o desejo do locutor de promover uma comunhão com o alocutário, visto que o problema pertence a todos nós, humanos que somos. Comparece, aqui, *o mecanismo da ressintagmatização*, com a conseqüente identificação do

locutor do resumo com o locutor do texto-base, através da construção de uma proposição (asserção) de caráter conclusivo, feita a partir de diversas proposições expressas no texto-base, das quais citamos algumas: “E o que nos humaniza é a capacidade de criar algo vivo com nossas marcas de morte”, “Transformar em algo mais que a dor o que era só dor” etc. Ou seja, o resumidor retomou a ideia, porém promoveu um novo agenciamento das formas, as quais, por sinal, não delimitam o seu dizer frente ao do locutor do texto-base, produzindo, pois, novamente uma identificação com os sentidos ali expressos.

Como última observação sobre o texto, embora não menos importante, sublinhamos o emprego de uma linguagem excessivamente formal por parte da estudante que perpassa todo o resumo, comparecendo, desse modo, o que nomeamos de *mecanismo de formalização da escrita*. O uso de articuladores como “por outra banda” e “destarte” e da expressão latina “*ipso facto*”, por exemplo, justifica a presença do mecanismo acima citado. No nosso entender, isso designa um modo singular de se constituir no texto, tendo em vista que observamos que o texto-base é dotado de um uso de linguagem mais despojado, ao passo que, em sua *ressemantização*, a aluna prefere utilizar um registro mais formal, possivelmente porque compreende que tal uso goza de maior prestígio na esfera acadêmica, o que atesta o aspecto da intersubjetividade implicado aqui e sua relação de alteridade com a instância cultural acadêmica.

Creemos que chegamos ao final de nossa primeira análise relativa ao texto do resumo da informante Jéssica. Antes de passarmos ao exame no plano analítico de outro resumo, fazem-se necessárias algumas observações ainda sobre o primeiro para explicitarmos a relação entre os planos global e analítico dele, formulando a *ressemantização* global constituída em relação ao texto-base.

Como frisamos, concebemos o ato de resumir dos alunos na esfera universitária composto de duas partes, obviamente, inter-relacionadas: o plano global (associado à ideia global do texto), em que se promove a *ressemantização*, embora sob a vigia da instância cultural, e o plano analítico, no qual se situa a oportunidade de flagrarmos a relação singular entre forma e sentido nos diversos segmentos do texto, de modo a reverberar no plano global. Analisamos, primeiramente, os mecanismos que sinalizam os esforços dos alunos, submetidos ao modo de constituição do gênero resumo na cultura, em comportar-se como porta-vozes das ideias principais do texto-base, como forma deles se constituírem na cultura acadêmica que simboliza o gênero resumo informativo como um texto que possui uma função enunciativa específica nessa esfera humana. Detectamos, assim, ao longo de todo o texto recursos

linguísticos que apontam para a conservação do sentido original: “A premiada autora Eliane Brum versa [...] sobre as marcas inscritas no corpo e na alma [...]” (l.1-2), “o importante é o que se faz com o trauma e não ele em si mesmo” (l.10-11), “o trauma é algo que nos mata simbolicamente para que possamos renascer de outro jeito” (l.14-15) etc. Sendo assim, através dessas *ressintagmatizações*, a aluna esforça-se para estabilizar a significação, adentrando, desse modo, no universo da cultura acadêmica. Produz-se um efeito de “fidelidade”.

Em contrapartida, quando nos ativemos ao plano analítico, percebemos que as formas empregadas pelo locutor dizem muito de sua compreensão, permitindo-nos surpreender o modo singular dela instanciar-se nessa cultura. Por esse viés, diante da análise por nós empreendida formulamos que, por um lado, a informante Jéssica leu e compreendeu o que de fato é essencial e mais importante no texto-base, recuperando o principal objetivo da articulista em seu texto, qual seja, defender a ideia de que devemos adotar uma postura positiva diante das marcas da vida, pois elas são constitutivas, cabendo a cada ser humano encontrar um caminho – que é único – para lidar com seus traumas. Esse é o ponto de vista assumido pela colunista e que é recuperado pela estudante-resumidora. Eis o ponto em que o sistema cultural age sobre sua produção escrita, no sentido em que o locutor não é livre para dizer o que quer e da forma que quer; ela é interpelada a ocupar um lugar enunciativo na cultura acadêmica para enunciar o que lhe é possível a partir do lugar que ocupa. Por outro lado, argumentamos que, do mesmo modo, dentro do espaço que lhe foi concedido para produzir enunciação, houve uma apropriação singular do texto-base, ou seja, a aluna se constitui de uma forma própria na produção do gênero resumo, à medida que, ao trazer os sentidos-base produzidos no original, adota um posicionamento enunciativo de defesa/respaldo para com a tese exposta pela colunista, como se quisesse mostrar ao leitor – no caso, o professor da oficina e demais possíveis leitores de seu texto – que o ponto de vista central veiculado no texto-base é, de fato, convincente/persuasivo. E é precisamente essa postura/posição, de certa forma, incisiva, que acarreta o efeito de *ressemantização* global do discurso do outro: a locutora reproduz em modo conciso os pontos principais do artigo de opinião e assume-os, mostrando-se como um *sujeito enunciativo* que deseja, junto com Eliane Brum, que as pessoas enxerguem seus traumas como possibilidades de reinvenção. Em decorrência disso, seu texto do resumo se apresenta como categórico, na medida em que o locutor-resumidor assume a posição de impor ao interlocutor que este acredite na tese da articulista, ou seja, que compartilhe a mesma crença.

Sintetizando, nossa análise permitiu ilustrar o fato de que uma tensão constitui a marca do processo enunciativo de resumir que condensa em si o arranjo repetível dado pela língua-discurso do locutor do texto-base e a instituição do sempre novo, ensaiada quando o locutor-resumidor assume o discurso para se propor como sujeito.

Passemos à análise do próximo resumo.

6.2.2 Mecanismos enunciativos salientes do resumo 2 (informante Eduardo)

Na primeira passagem destacamos os seguintes mecanismos enunciativos: *mecanismo de inserção de novas asserções*, *mecanismo de modalidade do aparelho de funções*, *mecanismo de apagamento de fronteiras entre a não-pessoa (ele)*, *marcada como “eu” no texto-base e a pessoa subjetiva do texto do resumo*, *mecanismo de qualificação da autora do texto-base e mecanismo interpretante dos valores sociais*.

A vida humana é um arranjo de acontecimentos que perpassam desde o nascimento até o seu momento final, a morte. Estes momentos, sejam eles bons ou ruins, felizes ou tristes, inevitavelmente, acabam deixando marcas em nossas vidas, não somente físicas, visíveis, como as provenientes da velhice, mas também as invisíveis, da alma. Para a premiada jornalista, escritora e documentarista, autora do artigo “A vida se faz nas marcas”, Eliane Brum, a época em que vivemos é de uma geração preocupada em não ser marcada, de uma geração que está a todo o momento na busca por uma válvula de escape destas marcas, principalmente no que se refere às marcas físicas, rugas e cicatrizes, que denunciam um dos maiores crimes de uma sociedade que autointitula-se moderna e evoluída, contudo, frívola e doente, qual seja, a idade.

Essa passagem extensa por nós selecionada é extremamente importante por dois motivos: primeiro, pelo fato de que o resumo do informante se compõe de apenas dois parágrafos, e o segundo, derivado deste, é que, neste parágrafo, o locutor se instaura explicitamente em seu texto, asserção que ganha contornos de clareza se compararmos o primeiro parágrafo desse texto com o anterior por nós analisado da informante Jéssica.

Ora, ao passo que Jéssica, em seu ato de resumir, dá início ao texto trazendo o tema sobre o qual versa a autora do texto-base, o que caracteriza um modo canônico de se iniciar um resumo, Eduardo opta por começar de uma maneira não prototípica, expressando uma

asserção geral, que define o que é a vida humana. Sublinhemos que essa proposição não se encontra no texto-base, no entanto ela serve de alicerce para o resumidor entrar no tema do artigo de Eliane Brum: através da definição da vida como “um arranjo de acontecimentos”, é possível encadear que esses acontecimentos produzem marcas/traumas no ser humano, que é justamente o tópico sobre o qual o artigo da colunista se centra.

Esse encadeamento aludido por nós é concretizado materialmente pelo informante, que começa o segundo período precisamente retomando a expressão “arranjo de acontecimentos” *ressintagmatizando* da seguinte forma: “Esses momentos, sejam eles bons ou ruins, felizes ou tristes, inevitavelmente, acabam deixando marcas em nossas vidas, não somente físicas, visíveis [...] mas também as invisíveis, da alma”. Ainda aqui é possível perceber que não há nenhuma alusão ao texto-base nem à sua autora, preferindo Eduardo introduzir com suas palavras, primeiramente, o tema para em seguida passar a aludir ao outro texto. Isso retrata, sem dúvida, uma posição enunciativa daquele que precisa considerar a existência do interlocutor em seu texto, ainda que esse seja, preferencialmente, nessa situação específica de enunciação, o professor da oficina, que conhece o conteúdo do texto-base. Sob esse ângulo, consideramos que a introdução expressa pelo aluno nesses dois primeiros períodos do resumo evidencia a presença da intersubjetividade, uma vez que ela funciona como o “cartão de visitas” de seu texto, cumprindo o papel de iniciar e estimular o leitor no assunto. Nesse sentido, denominamos essa operação enunciativa do estudante de *mecanismo de inserção de novas asserções*.

Em um exercício comparativo, notamos que a aluna Jéssica não apresenta essa preocupação de introduzir o leitor na temática do texto-base, preferindo ir direto à exposição das ideias dele, o que reforça nossa tese de que os alunos se constituem e se singularizam nos valores da cultura acadêmica, respeitando o valor da estabilidade da significação requerido pelo gênero resumo informativo.

Como destacamos acima, não há nesses dois períodos marcas que remetam ao locutor do artigo, acarretando, pois, que a forma modalizadora “inevitavelmente” (*mecanismo de modalidade do aparelho de funções*) seja assinalada como índice da subjetividade do resumidor, que expressa, por meio dessa forma, que não há como evitar a constituição das marcas em nossas vidas, sejam em quais momentos forem. Esse sentido do caráter inevitável das marcas é veiculado em diversos momentos do texto-base, entre os quais citamos, a título de ilustração, a seguinte passagem: “não há jeito de morrer sem marcas porque não há como viver sem marcado pela vida”. Dessa maneira, *reproduz-se* essa ideia, no entanto, como o

resumidor não procede ao recurso de delimitação de vozes, fazendo uso do *mecanismo de apagamento de fronteiras entre a não-pessoa (ele), marcada como “eu” no texto-base, e a pessoa-subjetiva do texto do resumo*, acarreta a identificação do locutor do resumo com o locutor do texto-base, produzindo o efeito de sentido de que, também em sua opinião, não há como evitar que os acontecimentos da vida produzam marcas em nós, seres humanos. Ele assume/incorpora o discurso do outro.

Após essa contextualização promovida pelo aluno, ele faz referência à colunista, produtora do artigo, Eliane Brum, *reagenciando recursos linguísticos que servem para emprestar credibilidade às ideias dela*: o emprego das formas caracterizadoras “premiada”, jornalista”, “escritora” e “documentarista” exercem a função de dotar a colunista de uma imagem de credibilidade junto aos leitores do resumo, a ponto de fazer com que estes adiram às suas teses visto que procedem de uma fonte que tem autoridade para concretizar seu ato de enunciação. É importante afirmar que esse recurso de atribuir caracterizações ao locutor do original comparece, ainda que timidamente, no texto do resumo da informante Jéssica quando no primeiro período ela inicia com “a premiada autora”, o que nos permite formular que os dois resumidores sentiram a necessidade comum de mostrar ao leitor que a autora do texto a ser resumido goza de prestígio no meio em que exerce seu ofício. Essa operação é cunhada por nós como *mecanismo de qualificação da autora do texto-base*, o que acarreta, pela valoração positiva da autora do texto-base, uma identificação do locutor do resumo com o locutor do texto-base.

Na continuação, o informante apresenta que, para Brum, “[...] a época em que vivemos é de uma geração preocupada em não ser marcada [...]”, ideia *reproduzida* que está em consonância com o texto-base. Interessante que nesse período o aluno manifesta explicitamente uma severa crítica à sociedade quando diz que “[...] no que se refere às marcas físicas, rugas e cicatrizes, que denunciam um dos maiores crimes de uma sociedade, que autointitula-se moderna e evoluída, contudo, frívola e doente, qual seja, a idade”. Aqui cabem duas observações importantes: a primeira delas diz respeito ao ponto de vista de muitas pessoas e que é recuperado pelo resumidor de que a idade do ser humano constitui um dos maiores crimes da sociedade, revelada pelas rugas e cicatrizes. Esse pensamento não pertence, insistimos, ao locutor-resumidor, mas se trata de uma ideia comumente aceita em nossa sociedade atual e que é rechaçada pelo informante. É válido expor que essa ideia, dentro da *ressintagmatização* promovida por Eduardo, designa a causa da seguinte consequência: “[...] uma geração que está a todo momento na busca por uma válvula de escape destas marcas [...]”.

A segunda observação é que, no meio dessa relação de causalidade, o locutor inseriu sua crítica à sociedade atual, qualificando-a de “frívola” e “doente”, embora, como o próprio informante considera, ela “autointitula-se moderna e evoluída”. Evidentemente, na leitura do artigo de opinião, deparamo-nos com essa crítica da colunista, não obstante ela ganha contornos explícitos e ofensivos no discurso do resumo, através do emprego de formas pejorativas para se referir à sociedade em que vivemos. Assim, há uma negação do resumidor do modo como a sociedade se intitula para a afirmação de como realmente a sociedade é, evidentemente sob o ponto de vista do aluno. Para essa operação, cunhamos o nome de *mecanismo interpretante dos valores sociais*, uma vez que o estudante expressa seu posicionamento acerca de um específico valor social que é cultivado e alimentado na atualidade, principalmente pela mídia: o desprezo pelas marcas físicas. Tendo isso em vista, ele se constitui em seu texto como *apropriador* das ideias principais do outro texto e como *crítico* de uma sociedade que não aceita renovar a relação com suas marcas. Assinala-se, pois, a instauração do sujeito enunciativo no ato de resumir, revelando a relação entre sua singularidade e a estabilidade da significação como produto da cultura acadêmica.

Como último ponto a ressaltar sobre essa passagem, chama-nos a atenção o fato de que não ocorre a identificação clara da questão discutida no texto original, assim como o ponto de vista e o objetivo da autora do artigo não estão postos aqui, diferentemente do que presenciamos no resumo da informante Jéssica, em que comparecem esses elementos no primeiro parágrafo.

Na passagem seguinte, sublinhamos a presença do seguinte mecanismo: *mecanismo de ressingmatização*, no qual ocorre a criação de novas proposições a partir de outras dadas no texto-base.

Para Brum, que consegue tirar de suas próprias marcas os fundamentos de seu trabalho, ou seja, de suas marcas surgem as palavras que irão compor seus textos, as marcas emergem de nós, primeiramente, como algo que não pode ser descrito, para que mais adiante possamos transformá-las em algo que nos possibilite e nos dê forças para viver. A crítica da autora refere-se à impossibilidade de algumas pessoas conviverem com seus traumas, em suportá-los, sacrificando todas as chances de seguirem suas vidas normalmente, de acreditarem na ilusão de uma vida sem tais marcas, sejam elas corpóreas, sejam elas psíquicas. A escritora compreende que determinados traumas em um primeiro momento podem nos marcar, nos

ferir, porém, tudo tem seu propósito, pois na medida que elas nos ferem, que nos matam (de uma forma metafórica), nos permitem também renascer, nos fortalecendo através do aprendizado obtido com nossos erros e medos do passado.

Com esse extenso parágrafo, o aluno encerra seu resumo, que é composto, conforme salientamos, unicamente por dois parágrafos. O locutor começa, a partir da remissão da autoria à Brum, recuperando a ideia do texto-base, através da seguinte forma *ressintagmatização*: “[...] as marcas emergem de nós, primeiramente, como algo que não pode ser descrito, para que mais adiante possamos transformá-las em algo que nos possibilite e nos dê forças para viver” (trecho do resumo). Esse sentido recuperado é trazido pela articulista no primeiro parágrafo de seu texto quando ela expressa o modo como as marcas chegam até nós. Não há distorção de sentido na *ressemantização* dessa ideia para o resumo, até porque, conforme se pode observar, a organização sintática desse texto é semelhante à do original, sendo diferente apenas o emprego de algumas formas não presentes no artigo. Exemplos disso é a opção pela expressão “que não pode ser descrito” ao invés de utilizar a forma “indizível” e o acréscimo da oração “nos dê forças”. O aluno fez uso, pois, do *mecanismo de ressintagmatização*, ao retomar as ideias do texto-base, porém com a inserção de novas formas no texto do resumo.

Posteriormente, o informante faz uso, novamente, da delimitação de vozes ao empregar a expressão “a crítica da autora”, situando a não-pessoa (a autora do texto-base) para se constituir como “eu” que escreve sobre o que o outro disse: ele *ressintagmatiza* colocando que há “uma impossibilidade de algumas pessoas conviverem com seus traumas, em suportá-los, sacrificando todas as chances de seguirem suas vidas normalmente, de acreditarem na ilusão de uma vida sem tais marcas, sejam elas corpóreas, sejam elas psíquicas”. Percebemos que Eduardo produziu uma paráfrase, utilizando palavras próprias para tentar dar conta da *crítica* expressa pela autora. É importante enfatizar que a crítica presente no texto de Brum não se encontra explícita, com expressões do tipo “eu crítico”, ou seja, o aluno precisou inferi-la de sua leitura e compreensão, formulando-a com as suas palavras. Isso mostra certa ousadia do resumidor, que poderia ter recorrido ao emprego de expressões e estruturas presentes no original, no entanto decidiu assumir a responsabilidade em explicitar a interpretação que produziu a partir de sua apropriação do discurso original. Novamente, o mecanismo atualizado aqui é de *ressintagmatização*, pela criação de novas

proposições a partir de outras dadas no texto-base, que, aliás, é a operação que estrutura o último parágrafo do texto do locutor-resumidor.

Em contraponto ao primeiro resumo, assistimos mais uma diferença reveladora de singularidade, haja vista que lá a resumidora não se arrisca, de modo geral, a agenciar estruturas sintáticas que não sejam próximas àquelas que ela constata no texto-base, o que poderia indicar certo cuidado para não perder de vista as principais ideias expressas no original.

Posteriormente, o resumidor encerra seu texto com um período bem extenso, em que faz questão de remeter às ideias que são atribuídas à Eliane Brum. Isso se comprova por meio da forma sintagmatizada “a escritora compreende [...]”. Ora, igualmente aqui o resumidor recorre ao procedimento parafrástico, expressando em suas palavras uma “conclusão” que foi alcançada pela colunista. Acreditamos que essa “conclusão” consiste na elaboração de uma nova informação que substitui as proposições no texto-base que se relacionam diretamente com ela.

Encerrar o texto do resumo com a elaboração de uma asserção conclusiva implica dose de ousadia do resumidor, uma vez que flagramos nessa construção elementos que claramente não comparecem no texto-base, significando, assim, que o informante, em sua posição de interpretante de outro discurso, ao resumir o texto, empresta-lhe novas significações, reproduzindo, pois, a sua experiência do acontecimento – a leitura do texto-base. Podemos observar isso quando o aluno emprega a forma adversativa “[...] porém, tudo tem seu propósito [...]”, que parece fazer alusão àqueles discursos gerais (máximas populares) que dizem que “nada é por acaso, tudo tem um propósito”; essa forma é usada por Eduardo para argumentar a favor da existência dos traumas em nossa vida, isto é, se no primeiro segmento ele recupera a ideia de Brum de que “determinados traumas em um primeiro momento podem nos marcar, nos ferir [...]”, no segundo segmento ele contrapõe, fazendo uso de um argumento mais forte (a favor da presença constitutiva das marcas), que foi elaborado sob sua inteira responsabilidade – o fato de que tudo na vida tem um propósito. Ao levantar esse argumento e encadear esse segmento com uma explicação (“[...] pois na medida que elas nos ferem, que nos matam (de uma forma metafórica), nos permitem renascer [...]”), o locutor encerra o texto argumentando nitidamente a favor da compreensão pelo ser humano de que as marcas/traumas devem ser encaradas de uma forma mais madura, tese essa defendida no texto-base. Isso comprova, pois, que houve a identificação da tese da colunista por Eduardo.

Emerge, desse modo, no texto o emprego do *mecanismo de ressintagmatização*, através da atualização de novas formas que reportam os sentidos do texto-base.

Por fim, procedemos a uma última constatação que evoca a instauração singular dos resumidores em seus respectivos textos: no primeiro resumo, embora não tenhamos trazido para análise o quarto parágrafo do texto, em que a aluna recupera o exemplo apresentado pela articulista do “sobrevivente” do holocausto judeu que dança com sua filha e netos a música “*I will survive*”, sabemos que se trata de uma informação importante a constar no texto do resumo, visto que designa um argumento em forma de exemplificação para a defesa da tese de que “a questão não é o trauma – e sim o que cada um faz com ele”. Esse argumento é recuperado por Jéssica, enquanto é omitido por Eduardo, o que constitui a singularidade do resumidor na escolha daquilo que é essencial e do que é acessório no discurso base.

Desse modo, a título de retomada do que vimos nesse resumo, recapitulemos algumas ideias. Em primeiro lugar, investigamos formas/marcas no texto que evidenciassem o efeito estabilizador que a cultura acadêmica imprime no ato de resumir textos: na produção de Eduardo, citamos o emprego de formas que remetem à figura da colunista (“Para a premiada jornalista, escritora e documentarista, autora do artigo “A vida se faz nas marcas, Eliane Brum”, “Para Brum”, “A crítica da autora” e “A escritora compreende”), utilizadas pelo aluno e que marcam uma diferença em relação ao que percebemos no texto do resumo de Jéssica, em que houve pouquíssimas marcas que assinalassem a marcação da autoria das ideias recuperadas.

Também notamos a inserção do aluno na cultura do resumir na universidade através da utilização de diversas paráfrases ao longo do texto, que sinalizam para a tentativa do informante de expressar com outras palavras aquilo que já foi expresso no texto-base, como, por exemplo, as seguintes: “[...] a época em que vivemos é de uma geração que preocupada em não ser marcada, de uma geração que está a todo momento na busca por uma válvula de escape destas marcas, principalmente no que se refere às marcas físicas, rugas e cicatrizes [...]”, “[...] as marcas emergem de nós, primeiramente, como algo que não pode ser descrito [...]”, entre outras.

Através dessas operações metalinguísticas de paráfrase, engendradas pelas *ressintagmatizações* promovidas pelo resumidor, em sua *reescritura* de um texto já existente, em uma espécie de “tradução” dentro da própria língua, ele comprova sua experiência de leitura do texto-base, demonstrando que compreendeu e registrou a ideia central desse

discurso, valendo-se de construções que não sejam uma simples repetição daquelas que estão no original.

Paralelamente a esse movimento de estabilização da significação como modo de o aluno se constituir na cultura acadêmica, na língua-discurso empregada nessa esfera, presenciamos também a instauração subjetiva do locutor do resumo em seu texto, seja escolhendo iniciar a produção por meio de introduções gerais, seja formulando paráfrases em que recorre às próprias palavras para veicular sentidos presentes no original, seja expressando uma crítica feroz à sociedade que, em sua visão, é “frívola e doente” etc.

Na próxima seção, discutiremos as diferenças entre os dois atos de resumir expostos aqui, através da comparação dos distintos mecanismos enunciativos eleitos por cada um para singularizar a experiência de resumir na universidade.

6.3 A SINGULARIDADE ENUNCIATIVA DO ATO DE RESUMIR

Sem equívocos, ao longo dessa análise, pudemos constatar significativas diferenças de instauração nos dois resumos investigados, que ilustramos por meio dos mecanismos enunciativos que se salientaram em cada resumo, evidenciando nossa tese de que o ato de resumir permite a constituição subjetiva do resumidor em seu produto, o enunciado do resumo.

Se, por um lado, no resumo produzido por Jéssica, destacamos que ela se constitui como *sujeito* no discurso que busca, além de retomar as ideias principais do outro texto, também *defendê-las, mostrar a necessidade de adesão a elas*, na procura pela concordância do interlocutor para com aqueles sentidos, no resumo de Eduardo, flagramos um *sujeito* enunciativo *crítico* da sociedade atual e ousado na formulação de diversas paráfrases que sejam equivalentes em termos semânticos às ideias do original. Enquanto no primeiro texto a aluna, que opera com uma quase total ausência de delimitação de vozes, adota uma posição de *agir* sobre o leitor, no sentido de promover uma mudança no modo como as pessoas se relacionam com suas marcas, no segundo texto, o informante se vale do emprego da referência à autora, tentando se colocar na posição de *parafraseador*, embora explicitamente formule, na condição de interpretante dos valores sociais atuais, uma avaliação pejorativa à sociedade em que vivemos, que não aparece, ao menos explicitamente, no artigo de opinião, mostrando-se, assim, como um *sujeito* que não concorda com as atitudes dessa sociedade no que se refere à postura dela diante das marcas que nos constituem na vida.

Desse modo, em certo sentido, ambos os resumidores se identificam com a tese defendida no texto-base, no entanto o modo como evidenciam essa defesa é singular em cada um dos textos: Jéssica faz a passagem de locutor a sujeito assumindo uma posição enunciativa de chamado ao interlocutor para que este mude necessariamente a postura em relação ao tema do artigo (as marcas da vida), enquanto Eduardo prefere expressar uma interpretação crítica da sociedade, que faz de tudo para não ser marcada pelos sinais da vida, o que é indício de que ele concorda com o ponto de vista da colunista de que não há como viver sem ser constituído por marcas.

Tais observações corroboram a definição clássica de enunciação de Benveniste (2006a, p.82) como o “colocar a língua em funcionamento por um ato individual de utilização” e a proposição de que “é na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como sujeito” (BENVENISTE, 2005a, p.288). Se a linguagem é da natureza do homem, então é nela e por ela que ele se faz como *sujeito* através de sua subjetividade, a qual é tratada por Benveniste como a possibilidade de o *eu* emergir a partir do momento em que diz *eu*. “É ‘ego’ que diz *ego*” (BENVENISTE, 2005a, p.286).

Diante disso, foi possível perceber, em nossa análise, um modo singular de se fazer *sujeito* no ato de resumir, inserindo-se na cultura acadêmica que convoca o aluno a imprimir certos valores em sua escrita do resumo, a partir do emprego de palavras no discurso. O texto-base é o mesmo, a situação enunciativa é a mesma, porém os dois resumos escritos, resguardados os pontos em comum, se singularizam, na medida em que designam produtos de locutores distintos que se constituem como sujeitos no e pelo ato de resumir, pela ênfase que dão aos distintos mecanismos enunciativos. Em relação a estes, verificamos que há, por um lado, repetição de alguns mecanismos empregados pelos resumidores, o que aponta para a relação de cada locutor com a cultura acadêmica que produz uma estabilidade da significação, e, por outro lado, há também distintos mecanismos atualizados pelos estudantes, o que comprova o ato do resumidor de singularizar a língua-cultura.

Os mecanismos enunciativos que foram repetidos pelos alunos são os seguintes: 1) mecanismo de apagamento de fronteiras entre a não-pessoa (ele), marcada como “eu” no texto-base, e a pessoa-subjetiva do texto do resumo, 2) o mecanismo de modalidade do aparelho de funções e 3) o mecanismo de ressingmatização. Por meio da análise comparativa, é importante apontar que o primeiro mecanismo acima arrolado compareceu de modo mais intenso no primeiro texto analisado, o que sinaliza para uma relação que precisa ser estabelecida com os valores que emanam da cultura acadêmica e que deverão ser

impressos no discurso de Jéssica ao longo de sua experiência na universidade. O segundo mecanismo foi intensamente atualizado nos textos, através do uso de modalidades, produzindo o efeito de identificação do locutor do resumo com o locutor do texto-base: a tese expressa no texto-base foi aprovada pelos resumidores. E, por fim, a última operação, que fundamenta o texto do resumo como uma *grande paráfrase*, foi transversal aos textos, sinalizando para a apreensão do sistema cultural acadêmico por parte dos alunos.

Essa observação autoriza uma importante reflexão para a prática de ensino-aprendizagem de gêneros na esfera acadêmica. Nesse sentido, é necessário lembrar que os alunos do PAG-Português, em sua maioria, estão cursando os primeiros semestres de seus cursos, o que aponta para o fato de que eles ainda estão em processo de aprendizagem da língua-discurso utilizada nessa nova esfera, bem como dos valores culturais que a perpassam. Partilhamos, assim, a posição de Silva (2009, p.287) para quem “é a instância de discurso constituindo o ato e concomitantemente fundamentando o sujeito em seu movimento singular de apreensão do sistema da língua (ele) e do sistema cultural (ELE)”.

Ora, o que, na verdade, a autora deseja destacar é o fato de que é pelo ato de enunciação, que constitui o sujeito, que apreendemos a língua e, por extensão, a cultura entrelaçada a ela. Nessa linha de argumentação, quando o aluno chega à universidade, ele ainda não domina a língua ali atualizada e, por conseguinte, o sistema cultural valorizado nesse espaço, cabendo ao professor atuar como um mediador desse processo de instauração do estudante no sistema simbólico-cultural. Nesse sentido, a ausência do mecanismo de delimitação de vozes, por exemplo, pelo aluno não deve ser encarado como algo negativo pelo professor, devendo este, a partir do conhecimento do que o aluno não domina acerca desse novo universo linguístico-cultural que aí se descortina, criar condições em sala de aula para auxiliá-lo a constituir-se como sujeito linguístico-cultural.

Por conseguinte, pelas histórias de enunciações na esfera acadêmica, o resumidor conseguirá deixar claro em seu texto de quem são as ideias apresentadas - se são de sua autoria ou de autoria do autor do texto resumido. Assim, os sempre *novos* atos de resumir textos na academia faculta que o estudante, em seu movimento de reinventar sua língua a cada ato enunciativo, vai ajustando os significados aos valores predominantes no grupo cultural e linguístico a que passa a pertencer no momento de sua chegada à universidade para que possa se instaurar no sistema cultural dessa esfera humana, uma vez que “na linguagem unifica-se esta dualidade de homem e cultura, de homem e de sociedade, graças à propriedade de significação” (BENVENISTE, 2006b, p.242). Esperamos ter evidenciado que o texto

acadêmico do resumo, assim como qualquer outra produção de texto, não é neutro, mas vem sempre associado a um tipo de identidade, a uma forma de ser que vai além do aspecto técnico de ler e escrever. É justamente com vistas a ser na/para instância acadêmica que os estudantes são impelidos a reorganizar as formas no discurso do resumo para simbolizar os valores culturais existentes nessa esfera.

Em contrapartida, num movimento paralelo ao de atentar para as regularidades encontradas nos dois textos, verificamos que houve diferenças no que se refere a alguns mecanismos enunciativos atualizados pelos dois informantes em seus resumos: enquanto Jéssica emprega os mecanismos de a) formas do texto-base com novas integrações de constituintes e distintas combinações, b) inserção de formas avaliativas com “gestos” interpretantes dos sentidos do texto-base, c) marcação de pessoa ampliada (nós) em movimentos de retomada e renovação dos sentidos do texto-base e d) formalização da escrita, Eduardo dá destaque aos mecanismos de a) inserção de novas asserções, b) nomeação da autora do texto-base e c) interpretante dos valores sociais. Ora, a observação de distintas operações enunciativas colocadas em ação nos dois textos do resumo evidencia a singularidade dos locutores-resumidores que, embora envolvidos em um *semantismo social* que imprime valores culturais ao ato de resumir na universidade, se singularizam na língua-discurso, através da ênfase que concedem a diferentes mecanismos, fazendo-se *sujeitos* a partir dessa específica experiência na linguagem – de leitura e escrita no espaço acadêmico, uma vez que a linguagem do aluno, mais especificamente sua língua-discurso, por natureza sempre a fabricar a cada ato de enunciação, serve para ele *viver* nesse espaço de enunciação, que é a universidade.

Isso aponta para um modo singular de simbolizar os valores culturais acadêmicos por meio da escrita do resumo. Se, por exemplo, a aluna Jéssica inicia seu texto retomando o objetivo do texto-base e seu tema, através dos mecanismos de ressintagmatização e de formas do texto-base com integração de constituintes (caso da forma “lamentavelmente”), Eduardo dá destaque no início ao mecanismo de inserção de asserções, de modo a contextualizar o tema sobre o qual se trata o discurso do texto-base, para, posteriormente, recuperar a referência à autora Eliane Brum. Enquanto Jéssica se vale do recurso a modalizadores que indicam obrigatoriedade (“não deve”, “é preciso”), ou seja, esses modalizadores não permitem que o interlocutor tenha outra leitura do que está sendo dito a não ser a de obediência, Eduardo, ao invés de utilizar tais formas, prefere dar saliência ao mecanismo interpretante dos valores sociais (exemplo disso são as formas qualificadoras “frívola” e

“doente”), em que ele ressalta o seu ponto de vista por meio de uma feroz crítica a essa nossa sociedade que demoniza as sinais que denunciam a idade das pessoas. Ora, tanto pela escolha do mecanismo da modalização quanto pela do mecanismo interpretante dos valores sociais, verifica-se o objetivo dos locutores em defender a tese exposta no texto-base de que a vida só é possível através de nossas marcas, entretanto o modo como a defesa é materializada se singulariza, à medida que os resumidores se apoiam em distintos mecanismos enunciativos para expressarem essa identificação com a tese do discurso original.

Por esse viés, os textos dos resumos não podem mais ser considerados somente sob o prisma da estabilidade da significação, pois a língua empregada no ato de resumir só tem sentido quando implica referência à situação de discurso e à atitude do locutor. As propriedades da estabilidade da significação e da irrepetibilidade/singularidade da referência se imbricam no ato de resumir: a primeira está para certa exigência da cultura sobre o que simboliza um gênero como o resumo, e a segunda está para a singularidade da enunciação na consideração do locutor que toma o discurso do outro para *reescrevê-lo* e, por conseguinte, *ressemantizá-lo*, na continuação de sua história de enunciações.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todo trabalho que inicia precisa necessariamente terminar, e é chegada a hora de colocar um “ponto final” nesse texto. No entanto, como aprendemos com Gallo (1994), o ponto final apenas produz o efeito-fecho, sem o qual não é possível produzir a ilusão, necessária para o sujeito-autor, de fechamento, que funciona como um “efeito de conclusão”. Mas, para que este efeito-fecho se produza, é preciso tecer algumas considerações sobre este texto.

Semantizamos e *ressemantizamos* este trabalho. Enunciamos capítulos, retornando aos anteriores para recuperar os sentidos e construir outros novos, tal como o processo experimentado pelo aluno-resumidor de, por um lado, voltar ao texto-base num esforço de *direcionar/afunilar* os sentidos principais para o leitor e, por outro lado, de *transcendê-lo*, constituindo-se como sujeito nesse movimento intersubjetivo-cultural.

Após o primeiro capítulo da introdução, o segundo capítulo se destinou a apresentar alguns princípios capazes de fundamentar a prática de análise do ato de resumir um texto-base. Dessa maneira, delimitamos teoricamente nosso objeto de estudo dentro do escopo da Teoria da Enunciação para nossa proposta de pensar o ato de resumir um texto-base a partir do uso da língua como um ato individual de utilização, que como tal escapa ao comum e ao geral para se propor como singular e irrepitível, assim como o é a enunciação. Ainda nesse capítulo, baseamo-nos novamente nos textos do autor que se dedicam a refletir sobre a noção de cultura em sua relação com a linguagem, para propor um *redimensionamento* da definição de enunciação em Benveniste, além de relacionarmos a noção de enunciação com a de *experiência*, do filósofo Giorgio Agamben, de modo a termos condições de pensar o ato de resumir texto como um ato de enunciação que diz sobre a experiência humana de constituir-se como leitor e escrevente inscrita na linguagem e na cultura.

De apropriação de uma concepção de enunciação que comporte a instância cultural, o terceiro capítulo consistiu em articular o conceito de *texto* ao de enunciação, em uma perspectiva enunciativa, de modo a formular uma *definição enunciativo-cultural de texto*. A nosso ver, este capítulo orienta a pensar o objeto *texto* como produto de uma enunciação que se dá no âmbito da cultura e que, por isso, impõe que o locutor aprenda que ele próprio não é dono absoluto de sua enunciação, mas que se encontra submetido ao que é valorado e interditado pelo sistema cultural no qual se inscreve.

Com esse fim, propomos nosso quarto capítulo, em que, primeiramente, resgatamos algumas abordagens linguísticas que já tematizaram o gênero resumo para pontuarmos a falta de uma teoria enunciativa que forneça respaldo para a abordagem do ato de resumir; após, demarcamos uma concepção enunciativa dos atos de leitura e escrita enquanto implicados no processo de resumir para, por fim, propor uma concepção enunciativa para nosso objeto de estudo, o que pressupõe o ato de resumir como um movimento de retorno aos sentidos e às referências constituídos no discurso do texto-base para *ressemantizá-lo*, tendo em vista uma nova situação de enunciação, o que se coaduna com o valor do prefixo *re-* empregado por Benveniste como estatuto enunciativo quando arrolado à irrepitibilidade da enunciação.

Em nossa análise, foi possível perceber um modo singular de se fazer *sujeito* no ato de resumir, inserindo-se na cultura acadêmica que imprime certos valores hegemônicos para o gênero resumo informativo. Analisamos os resumos na inter-relação entre os planos global e analítico, procurando demonstrar os mecanismos enunciativos de que se vale o aluno-resumidor para marcar o seu movimento de constituição simbólica na cultura acadêmica através da impressão de valores culturais para a elaboração desse gênero discursivo, ao mesmo tempo em que ele – o aluno – se apropria singularmente no ato de resumir o texto-base, *ressemantizando-o* conforme sua constituição como homem na linguagem, que é sempre subjetiva.

Por esse viés, os textos dos resumos não podem mais ser considerados sob o prisma da repetição, pois a língua empregada no ato de resumir só tem sentido quando referida a quem a enuncia, na singularidade de cada ato enunciativo. As propriedades da repetibilidade e da irrepitibilidade se imbricam no ato de resumir: a primeira está para uma certa exigência da cultura sobre o que caracteriza um gênero como o resumo, e a segunda está para a singularidade da enunciação na consideração do locutor que toma o discurso do outro para *reescrevê-lo* e, por conseguinte, *ressemantizá-lo*, na continuação de sua história de enunciações.

Pensar o estatuto do ato de resumir texto em uma concepção enunciativa que reflete sobre a historicização do homem na linguagem em sua dupla natureza – individual e social – nos encaminhou a observar e a contar como uma experiência na linguagem é produzida pelo aluno-resumidor para lhe permitir historicizar-se na sua língua materna. É nesse sentido que considero, a partir de Benveniste e de Silva (2009), que cada locutor possui uma história de enunciações, por meio da qual (*re*)inventa – a vida inteira – sua língua materna e o sistema de representações de sua cultura, estabelecendo-se, desse modo, como sujeito de linguagem e

cultura. É justamente isso que quisemos mostrar nesse estudo: o movimento de renovação/irrepetibilidade marcado nos atos de enunciação dos resumidores contém a repetibilidade, inserida no sistema linguístico-cultural para o ato de resumir, permitindo, pois, sua instauração no sistema cultural acadêmico de modo singular. Reforçamos, assim, a formulação de Benveniste da existência da natureza duplamente paradoxal da língua, ao mesmo tempo imanente ao indivíduo e transcendente à sociedade.

Assim, contrários à posição de que o ato de resumir textos consiste em uma simples aprendizagem de regras ou descrições mais ou menos precisas para a elaboração desse gênero discursivo, defendemos a ideia de que cada sujeito, ao habitar a língua(gem) de forma própria, produz também uma forma singular de escrever e se inscrever por meio do texto, conforme tentamos ilustrar, ainda que sumariamente, em nosso exercício de análise através da descrição dos mecanismos enunciativos eleitos pelos resumidores. Assim, todo o processo de resumir textos na esfera acadêmica é efetuado sob os moldes do sistema cultural acadêmico – esse grande interlocutor do texto do aluno, que pré-estabelece padrões de escrita, exercendo influência na forma de escrever do estudante. A não obediência dele às normas instituídas pode acarretar, de certo modo, em uma *exclusão simbólica* da esfera acadêmica.

Sob essa perspectiva, acompanhamos e ilustramos, em nossa análise, o movimento enunciativo do estudante de elaborar um texto que atenda às expectativas da instância em que se encontra inserido, ao mesmo tempo em que *funda* um modo próprio de escrevê-lo, instaurando-se em sua singularidade na língua-discurso valorizada na universidade. É precisamente esse jogo, por vezes conflituoso, entre a cultura e a subjetividade daquele que usa a língua, que caracteriza o ato de resumir. Acreditamos, desse modo, que cumprimos nosso objetivo com este trabalho: analisar o ato de resumir na universidade através dos seus produtos, os textos dos resumos, com o intuito de descrever o modo singular como cada aluno-resumidor experiencia a leitura e a escrita enquanto atos indissociáveis para a configuração do texto do resumo, de modo a se instaurar na língua-discurso empregada no espaço acadêmico e, por extensão, na cultura que imprime valores na língua ali atualizada.

Em síntese, o ato de resumir nesse âmbito envolve relações intersubjetivas e culturais que traduzem a complexidade inerente ao processo que ocorre em sala de aula. Pensar nesses fatores é afirmar que, em sala de aula, como a do PAG-Português, estão presentes locutores com suas singulares historicizações *na, com e pela* linguagem e valores que emanam da cultura acadêmica, os quais permeiam as situações enunciativas de ensino e aprendizagem de gêneros acadêmicos, entre eles o resumo informativo. Ler Benveniste nos possibilitou

considerar que a sua partida teórica inaugura a perspectiva do *homem na língua e na cultura*. A perspectiva do *homem na língua* foi possível de ser ilustrada através do espaço singular que o aluno-resumidor ocupou para enunciar em seu resumo, emergindo como *sujeito* em seu texto. Em contrapartida, o ponto de vista do *homem na cultura* é endossado pela tese de que os sistemas simbólicos, dentre eles a língua, somente se tornam coerentes quando vistos dentro da *função* que desempenham dentro de um determinado contexto cultural. Ora, o ato de enunciação do aluno para produzir seu resumo na universidade demonstrou claramente isso, através de todo o esforço dos locutores para preservar o sentido original do texto-base, evidenciando os efeitos que *esse grande interlocutor* (instância cultural) promove na estrutura de enunciação a ser ocupada por aquele que resume.

Se a linguagem enquanto intersubjetividade e o sistema da cultura, conforme aprendemos com Benveniste, são condições necessárias para a possibilidade de existência do homem, a condição para o homem habitar a língua(gem) não é senão pelo *ato de resumir*, ou seja, não há como o ser humano constituir-se na língua para produzir uma história de enunciações que lhe permitirá *viver* se não for *resumindo*, na impossibilidade de tudo dizer. A mobilização do ato de resumir garante, pois, o acesso do locutor à língua, na vivência da experiência de passagem da pura língua ao discurso, na história de descontinuidades que marca a existência do homem na linguagem. Logo, é na e pela enunciação, sempre *resumida*, que o homem atualiza a sua experiência de ser que fala, escuta, lê e escreve. Este trabalho se manteve, pois, coerente com uma “visão antropológica da enunciação”, que compreende a expressão “o homem na língua e na cultura” como reveladora da *experiência* de apropriação da palavra “marcada/indiciada” na língua, a partir das relações culturais do homem na sociedade. Além disso, em consonância com nosso objeto de estudo, cremos podermos adaptar a tese benvenistiana acima sublinhada do seguinte modo: “*a experiência humana de resumir enquanto condição para o homem estar na língua e, conseqüentemente, instanciar-se na sua cultura*”.

O estudo aqui desenvolvido, além de fomentar reflexão para o campo enunciativo ao colocar em destaque a relação existente entre língua, cultura e enunciação, contemplando a leitura e escrita enquanto atos enunciativos, também põe em relevo as contribuições que análises de cunho enunciativo-cultural podem proporcionar ao ensino de leitura e produção textual na universidade, ao valorizar o espaço de enunciação que o aluno deve ocupar para se constituir em sua singularidade na esfera acadêmica.

Aqui ilustramos, sumariamente, a emergência da singularidade de dois resumos de dois alunos, cujas histórias de enunciações começaram desde que adquiriram a língua materna, em que a operação de resumir já se fez presente, enlaçando a tríplice aliança língua, homem e cultura. Deixamos o convite para que novos estudos sejam feitos conduzidos pela visão antropológica da enunciação delineada por Benveniste, conscientes de que o fazer científico sempre aponta para enunciações futuras, na impossibilidade de tudo dizer e de tudo abarcar em uma única enunciação, essa que, por ora, se “encerra”.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. **Infância e história**: destruição da experiência e origem da história. Tradução de Henrique Burigo. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2005.

ARESI, Fabio. Os índices específicos e os procedimentos acessórios da enunciação. **ReVEL**, v.9, n.16, p.262-273, 2011. Disponível em: <http://www.revel.inf.br/site2007/_pdf/20/artigos/revel_16_índices_específicos.pdf>. Acesso em: 14 maio 2014.

_____. **Síntese, organização e abertura do pensamento enunciativo de Émile Benveniste**: uma exegese de o aparelho formal da enunciação. 2012. 207f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) - Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2012.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). **NBR 10719**: apresentação de relatórios técnico-científicos. Rio de Janeiro, 1989.

_____. **NBR 6028:2003**. Informação e documentação – resumo – apresentação. Rio de Janeiro, 2003.

BARROS, Diana Luz Pessoa de. Estudos do texto e do discurso no Brasil. **DELTA**: Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada, v.15, 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-44501999000300008>. Acesso em: 18 jun. 2014.

BARTHES, Roland. **O rumor da língua**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

_____. **Aula**: aula inaugural da cadeira de semiologia literária do Colégio de França, pronunciada dia 7 de janeiro de 1977. Tradução e posfácio de Leyla Perrone-Moisés. São Paulo: Cultrix, 2013.

BARTON, D. **Literacy**: a Introduction to the Ecology of Written Language. Londres: Blackwell, 1994.

BENVENISTE, Émile. Da subjetividade na linguagem. In: BENVENISTE, Émile. **Problemas de linguística geral I**. 5.ed. Campinas: Pontes, 2005a.

_____. Estrutura das relações de pessoa no verbo. In: BENVENISTE, Émile. **Problemas de linguística geral I**. 5. ed. Campinas: Pontes, 2005b.

_____. Os níveis da análise linguística. In: BENVENISTE, Émile. **Problemas de linguística geral I**. 5. ed. Campinas: Pontes, 2005c.

_____. Vista d'olhos sobre o desenvolvimento da linguística. In: BENVENISTE, Émile. **Problemas de linguística geral I**. 5. ed. Campinas: Pontes, 2005d.

_____. Saussure após meio século. In: BENVENISTE, Émile. **Problemas de linguística geral I**. 5. ed. Campinas: Pontes, 2005e.

BENVENISTE, Émile. A Natureza dos pronomes. In: BENVENISTE, Émile. **Problemas de linguística geral I**. 5.ed. Campinas: Pontes, 2005f.

_____. Observações sobre a função da linguagem na descoberta freudiana. In: BENVENISTE, Émile. **Problemas de Linguística Geral I**. 5. ed. Campinas: Pontes, 2005g.

_____. O aparelho formal da enunciação. In: BENVENISTE, Émile. **Problemas de linguística geral II**. 2. ed. Campinas: Pontes, 2006a.

_____. Forma e sentido na linguagem. In: BENVENISTE, Émile. **Problemas de linguística geral II**. 2. ed. Campinas: Pontes, 2006b.

_____. Estrutura da língua e estrutura da sociedade. In: BENVENISTE, Émile. **Problemas de linguística geral II**. 2. ed. Campinas: Pontes, 2006c.

_____. Semiologia da língua. In: BENVENISTE, Émile. **Problemas de linguística geral II**. 2. ed. Campinas: Pontes, 2006d.

_____. A linguagem e a experiência humana. In: BENVENISTE, Émile. **Problemas de linguística geral II**. 2.ed. Campinas: Pontes, 2006e.

_____. Estruturalismo e linguística. In: BENVENISTE, Émile. **Problemas de linguística geral II**. 2.ed. Campinas: Pontes, 2006f.

_____. Essa linguagem que faz a história. In: BENVENISTE, Émile. **Problemas de linguística geral II**. 2. ed. Campinas: Pontes, 2006g.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos: Língua Portuguesa**. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.

_____. _____. _____. **PCN+ENSINO MÉDIO: orientações educacionais complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais. Linguagens, códigos e suas tecnologias**. Brasília: MEC/SEMT, 2002.

BRESSAN, Nilvia Thaís Weigert. **O deserto de uma metassemântica esconde tamareiras em flor: o legado translínguístico de Émile Benveniste**. 2010. 138f. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2010.

BRUM, Eliane. **A vida se faz nas marcas: vivemos por causa de nossas marcas – e não apesar delas**. *Época*, 9 set. 2010. Disponível em: <

CARDOSO, J. L. **Princípios de análise enunciativa na clínica dos distúrbios de linguagem**. 2010. 102f. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2010.

CHAROLLES, Michel. *Le résumé de texte scolaire; fonctions et principes de l'élaboration. Pratiques*, Metz, n.72, pp.7-27, déc.1991.

DESSONS, Gérard. *Émile Benveniste, l'invention du discours*. Paris: Éditions in Press, 2006.

DOSSE, François. **História do estruturalismo**. v.1: O campo do signo. Bauru: EDUSC, 2007.

DUARTE, Cristiane. **Uma análise de procedimentos de leitura baseada no paradigma indiciário**. 1998. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998.

DUFOUR, Dany-Robert. **Os mistérios da trindade**. Tradução de Dulce Duque Estrada. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2000.

ENDRUWEIT, Magali Lopes. **A escrita enunciativa e os rastros de singularidade**. 2006. 206f. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2006.

FARIAS, Washington Silva de. Compreensão e resumo de textos: alguns aspectos teóricos e experimentais. **Rev. de Letras**, n. 22, vol.1/2, jan./dez.2000.

FENOGLIO, I. *Déplier l'écriture pour re-lire l'article publié. Les manuscrites de « L'appareil formel de l'énonciation » d'Émile Benveniste*. In: BRUNET, É.; MAHRER, R. **Relire Benveniste: réceptions actuelles des Problèmes de Linguistique Générale**. Bruxelles: Academia, coll. "Sciences du langage: carrefours et points de vue", n.3, 2011. p. 263-304.

FERRAREZI JUNIOR, Celso. **Semântica para a educação básica**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. **Para entender o texto: leitura e redação**. São Paulo: Ática, 1990.

FLORES, Valdir do Nascimento. Princípios para a definição do objeto da lingüística da enunciação: uma introdução (primeira parte). **Letras de hoje**, Porto Alegre: EDIPUCRS, n. 126, 2001.

_____. A enunciação e os níveis da análise linguística. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE TEXTO, ENUNCIACÃO E DISCURSO – SITED, 2011, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2011. v.1. p.396-402.

_____. **Introdução à teoria enunciativa de Benveniste**. São Paulo: Parábola, 2013.

_____. Por que gosto de Benveniste? **Desenredo**, Passo Fundo: Editora da UPF, v.1, n.2, jul./dez. 2005b. p. 127-138.

_____ et al. **Enunciação e gramática**. São Paulo: Contexto, 2008.

_____; BARBISAN, Leci Borges; FINATTO, Maria José Bocorny; TEIXEIRA, Marlene. **Dicionário de lingüística da enunciação**. São Paulo: Contexto, 2009.

FLORES, Valdir do Nascimento; TEIXEIRA, Marlene. **Introdução à linguística da enunciação**. São Paulo: Contexto, 2005a.

_____. As perspectivas para o estudo das formas complexas do discurso: atualidade de Émile Benveniste. **ReVEL**, n.7, 2013. edição especial. Disponível em: <<http://www.revel.inf.br/files/cfd5dbc7e2d398cf5ed5cee1bee9e5d2.pdf>>. Acesso em: 15 jun 2014.

FRANCHI, C. Linguagem, atividade constitutiva. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, n. 22, p. 9-41, 1977.

FUCHS, Catherine. A Paráfrase Linguística: equivalência, sinonímia ou reformulação? **Caderno de Estudos Linguísticos**, n. 8, p. 129-134, 1985. Tradução de João Wanderley Geraldi. Disponível em: <<http://revistas.iel.unicamp.br/index.php/cel/article/view/3394/3966>>. Acesso em: 12 out. 2014.

GALLO, S. **Texto**: como apre(e)nder esta matéria? 1994. 214f. Tese (Doutorado em Linguística) - Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, 1994.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas e sinais: morfologia e História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p.143-179.

GRAEFF, Telisa. **Resumo de textos**: uma proposta baseada na Semântica Argumentativa. Passo Fundo: Editora da UPF, 2001.

HENRY, P. **A ferramenta imperfeita**: língua, sujeito e discurso. Tradução de M. Fausta P. Castro. São Paulo: Editora da UNICAMP, 1992.

JUCHEM, Aline. **Por uma concepção enunciativa de escrita e re-escrita de textos em sala de aula**: os horizontes de um hífen. 2012. 195f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2012.

KINTSCH, W.; VAN DIJK, T. A. *Strategies of discourse comprehension*. San Diego: California Academic Press., 1983.

_____. *Cognitive psychology and discourse: recalling and summarizing stories*. In: SINGER, H.; RUDELL, R. (eds.). *Theoretical models and processes of reading*. Newark, Delaware, IRA, p. 794-812, 1985.

KLEIMAN, ÂNGELA. **Oficina de leitura**. São Paulo: Pontes, 2004.

KNACK, Carolina. **Texto e enunciação**: as modalidades falada e escrita como instâncias de investigação. 2012. 189f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2012.

KOCH, Ingedore V.; ELIAS, Vanda M. **Ler e compreender**: os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2006.

LAJOLO, Marisa. **Do mundo da leitura para a leitura do mundo**. São Paulo: Ática, 1993.

LEFFA, Vilson J. **Aspectos da leitura: uma perspectiva psicolinguística**. Porto Alegre: Sagra/DC Luzzatto, 1996.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **As estruturas elementares do parentesco**. Petrópolis: Vozes, 1976.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Da fala para a escrita: atividades de retextualização**. 10.ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MATENCIO, Maria de Lourdes Meirelles. Atividades de re(textualização) em práticas acadêmicas: um estudo do resumo. **SCRIPTA**, Belo Horizonte, v.6, n.11, p.109-122, 2002.

_____. Referenciação e retextualização de textos acadêmicos: um estudo do resumo e da resenha. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DA ABRALIN, 3., 2003. **Anais...** março de 2003.

MEDEIROS, João Bosco. **Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas**. 11. ed. 6. reimpr. São Paulo: Atlas, 2013.

MELLO, Vera Dentee de. **A sintagmatização-semantização: uma proposta de análise de texto**. 2012. 145f. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2012.

_____; TEIXEIRA, Marlene. O aposto como marca de intersubjetividade: uma análise enunciativa. **Revista Letras & Letras**, v.29, n.1, 2013. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/letraseletras/article/view/25966>>. Acesso em: 18 jul. 2014.

MOOR, A. M.; CASTRO, R. V.; COSTA, G. P. O ensino colaborativo na formação do professor de inglês instrumental. In: LEFFA, V. (Org.). **O professor de línguas estrangeiras: construindo a profissão**. Pelotas: Educat, 2001. p. 157-173.

MORAIS, José. **A arte de ler**. Tradução de Álvaro Lorencini. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996.

MUZZI, E. S. Do enunciado à enunciação: Benveniste. In: MARI, H.; MACHADO, I. L.; MELLO, R. (Orgs.). **Fundamentos e dimensões da AD**. Belo Horizonte: Carol Borges/Núcleo de AD/UFGM, 1999. p. 201-210.

NAUJORKS, Jane da Costa. **Leitura e enunciação: princípios para uma análise do sentido na linguagem**. 2011. 153f. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2011.

NORMAND, Claudine. **Convite à Linguística**. Organização de Valdir Flores e Leci Barbisan. Tradução de Cristina de Campos Velho Birck et al. São Paulo: Contexto, 2009a.

_____. Leituras de Benveniste: algumas variantes sobre um itinerário demarcado. **Letras de Hoje**, Porto Alegre: EDIPUCRS, v.44, n.1, p. 12-19, jan./mar. 2009b.

NORMAND, Claudine. Os termos da enunciação em Benveniste. In: OLIVEIRA, S.L.; PARLATO, E.M.; RABELLO, S. (Orgs.). **O falar da linguagem**. São Paulo: Lovise, 1996. p. 127-152.

NUNES, B. R. S. S. Leitura em língua inglesa: a resolução colaborativa de exercícios de compreensão textual. 2002. Dissertação (Mestrado em Letras e Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2002.

NUNES, Paula Ávila. **A prática tradutória em contexto de ensino (re)vista pela ótica enunciativa**. 2012. 237f. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2012.

_____; FLORES, Valdir do Nascimento. A especificidade da enunciação escrita em textos acadêmicos. **Revista Desenredo**, v.8, n.1, p.235-252, 2012. Disponível em: <<http://www.upf.br/seer/index.php/rd/article/view/2647>>. Acesso em: 07 ago.2014.

ONO, Aya. *La notion d'enonciation chez Émile Benveniste*. Limoges: Lambert-Lucas, 2007.

PERRONI, M.C. O que é dado em aquisição da linguagem. In: CASTRO, M.F.P.De (Org.). **O método e o dado no estudo da linguagem**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996.

RICKES, Simone Moschen. Escrever o que não se sabe. **Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre**, Porto Alegre, n.15, p.36-42, nov.1998.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Estado da Educação. Departamento Pedagógico. **Referenciais Curriculares do Estado do Rio Grande do Sul: linguagens, códigos e suas tecnologias**. Porto Alegre: SE/DP, 2009.

RODRIGUES, B.B. **Estratégias de condução de informações em resumos de dissertações**. 1998. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, 1998.

SALETE, Maria. Gênero(s) Resumo na perspectiva Bakhtiniana. In: ENCONTRO CELSUL, 6., 2006, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: Círculo de Estudos Linguísticos do Sul, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), 2006. p.1-10.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de Linguística Geral**. 27.ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

_____. **Escritos de Linguística Geral**. BOUQUET, S.; ENGLER, R (Ed. e Org.). São Paulo: Cultrix, 2004.

SCHNEUWLY, B.; DOLZ, J. “Os gêneros escolares: das práticas de linguagem aos objetos de ensino”. **Revista Brasileira de Educação**, n. 11, p. 5-16, maio/jun./jul./ago. 1999.

SERAFINI, Maria Teresa. **Como escrever textos**. Rio de Janeiro: Globo, 1987.

SILVA, Carmem Luci da Costa. **A criança na linguagem: enunciação e aquisição**. Campinas: Pontes Editores, 2009.

SILVA, Carmem Luci da Costa. A experiência do vestibulando na linguagem: do diálogo com a proposta de redação à escrita do texto. In: FLORES, Valdir do N.; REBELLO, Lúcia. (Org.). **O Texto de vestibular em perspectiva**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2014. v. 1. p. 93-108.

_____; ENDRUWEIT, Magali Lopes. O oral e o escrito sob o viés enunciativo: reflexões metodológicas. **Revista Virtual de Estudos da Linguagem**, v.9, p.236-261, 2011.

_____; KNACK, Carolina; JUCHEM, Aline. A linguagem e a experiência humana em sala de aula. **Letras & Letras**, v.29, p.1-18, 2013. (UFU. Impresso).

SILVA, Rebeca Peixoto da et al. **Redação técnica**. 2.ed. Porto Alegre: Formação, [197 -].

SILVA, Silvana. **O homem na língua**: uma visão antropológica da enunciação para o ensino de escrita. 2013. 222f. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2013.

SIQUEIRA, João Hilton Sayeg de. **O texto**: movimentos de leitura, táticas de produção, critérios de avaliação. São Paulo: Selinunte, 1990.

SOARES, Magda. As condições sociais da leitura: uma reflexão em contraponto. In: ZILBERMAN, Regina; SILVA, Ezequiel Theodoro (Orgs.). **Leituras**: perspectivas Interdisciplinares. São Paulo: Ática, 1991. p.18-29.

TEIXEIRA, Marlene. O estudo dos pronomes em Benveniste e o projeto de uma ciência geral do homem. **Revista Desenredo**, v.8, n.1, p.1-13, 2012. Disponível em: <<http://www.upf.br/seer/index.php/rd/article/view/2639>>. Acesso em: 20 mar. 2014.

TERZI, Sylvia B. **A construção da leitura**: uma experiência com crianças de meios iletrados. 2. ed. Campinas: Pontes, 1997.

WALTY, Ivete Lara Camargos. Os sentidos da leitura: presença pedagógica. **Dimensão**, Belo Horizonte, v.1, n.4, p.26-33, jul/ago. 1995.

ANEXO A – TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO



TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO

Considerando os princípios éticos que orientam as pesquisas que envolvem seres humanos, este documento visa esclarecer o envolvimento dos participantes no processo investigatório. com isso, prima-se pela autonomia dos sujeitos na decisão sobre a colaboração na pesquisa “enunciação e intersubjetividade: o que revela o ato de resumir?”.

Essa investigação se justifica por contribuir para a compreensão da complexidade envolvida nos processos de leitura e escrita, já que tem como objetivo incluir junto às explicações da ciência linguística um olhar teórico enunciativo sobre a relação entre esses processos, por meio da análise de produção de resumos pelos alunos. Para tanto, a pesquisa vale-se da análise de dados de leitura e escrita (produção de resumos) de alunos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul em disciplina que envolve texto.

Dentre as etapas a serem desenvolvidas na pesquisa, destacam-se aquelas que envolvem diretamente os sujeitos pesquisados: a coleta de dados será feita do seguinte modo: 1) os alunos farão a leitura de um texto de opinião atual; 2) os alunos farão o resumo do texto; 3) os alunos farão a oralização do resumo por eles produzido, a fim de ressaltar o movimento da interlocução envolvido no processo da leitura e da escrita 4) da turma, serão selecionados, aleatoriamente, dois resumos O método de coleta será constituído de observação participante, de modo que o pesquisador possa participar ativamente como membro do grupo.

Informamos que a identificação do material coletado ficará restrito aos pesquisadores (mestrando e orientadora), com garantias de confidencialidade e de privacidade das informações coletadas. Quando da divulgação da pesquisa, garante-se o anonimato dos participantes do estudo. Nenhuma alteração a respeito desse aspecto será feita sem conhecimento prévio e autorização por parte dos informantes da pesquisa.

Os informantes envolvidos na pesquisa têm as seguintes garantias: garantia de esclarecimento sobre quaisquer aspectos da pesquisa antes e durante o seu desenvolvimento; garantia de poder abandonar a pesquisa antes e durante o seu curso sem prejuízo para si; garantia de sigilo que assegure a privacidade no processo investigatório no que se refere à não-identificação nominal e à não-informação de dados confidenciais e/ou identificadores.

Informante da pesquisa

Prof. Diego Vilanova Titello

Fones: (51)99293580 e-mail: diego.titello@yahoo.com.br

Comitê de Ética em Pesquisa (UFRGS)

Av. Paulo Gama, 110 - Campus Centro - Porto Alegre/RS - CEP: 90040-060 - Fone: (51) 3308.4085

ANEXO B – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP